

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Trabalho e Sindicalismo

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada
ao Departamento de Ciência Política do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas sob orientação
do Prof. Dr. Armando Boito Junior

ALUNO: Marcos Vinícius Pansardi.

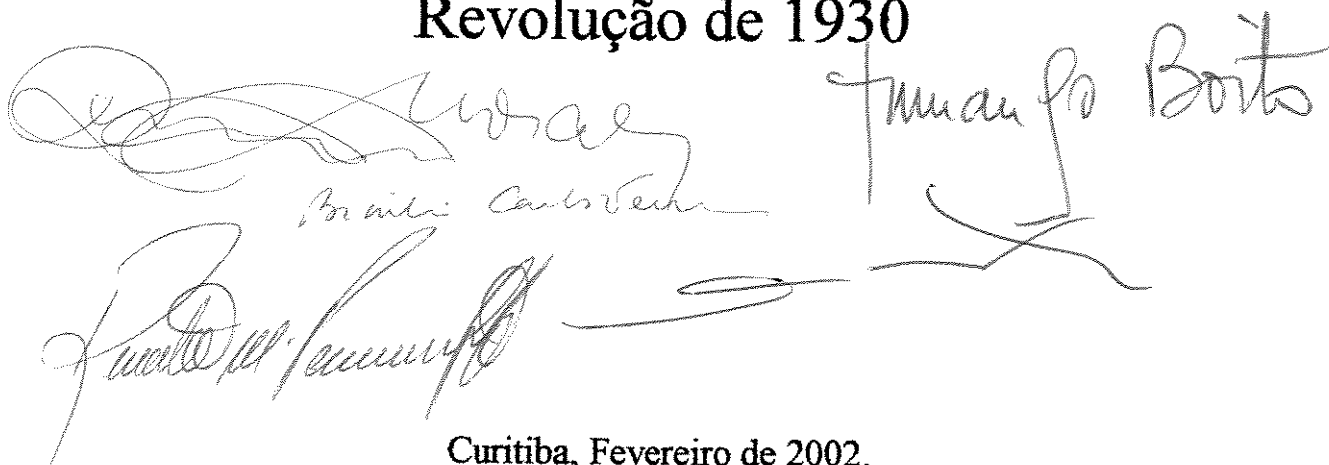
ORIENTADOR: Armando Boito Jr.

Este exemplar corresponde a versão
versão final do exemplar da tese
defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 25/03/2002.

Da Revolução Burguesa à Modernização

Conservadora: a historiografia frente à

Revolução de 1930



Handwritten signatures of the author, Marcos Vinícius Pansardi, and the advisor, Armando Boito Jr., are visible below the title. The signature of Armando Boito Jr. is written in a cursive script and includes the name 'Armando Boito' written out in a larger, more legible hand.

Curitiba, Fevereiro de 2002.

UNIDADE Re
Nº CHAMADA T/UNICAMP
P195d
V _____ EX _____
TOMBO BCI 49502
PROC 16-837/02
C _____ DX _____
PREÇO R\$ 11,00
DATA 08/06/02
Nº CPD _____

CM00168738-5

818 10 243447

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

P195d

Pansardi, Marcos Vinícius

Da revolução burguesa à modernização conservadora : a historiografia frente à revolução de 1930 / Marcos Vinícius Pansardi . - - Campinas, SP : [s. n.], 2002.

Orientador: Armando Boito Jr.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Historiografia. 2. Ciência política – Brasil. 3. Brasil – História – Revolução, 1930. I. Boito Júnior, Armando.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ao Nicolas, ao Marti e à Vilma,

Ao Armando,

Aos amigos,

À UNICAMP,

Ao CNPq.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Resumo

O objetivo desta tese é analisar a historiografia que se produziu sobre a Revolução de 1930. O estudo abrange desde as interpretações realizadas pelos contemporâneos aos fatos como aquelas produzidas nas últimas décadas. Este trabalho tem como núcleo compreender a constituição de um novo paradigma sobre a história brasileira, a partir das críticas aos modelos da revolução nacional burguesa, formulada ao longo dos anos 50. A nova interpretação se insere numa corrente historiográfica reformista que teve como objetivo central, negar à Revolução de 1930 o *status* de uma Revolução Burguesa. Esta tese busca a análise crítica deste modelo, apontando para a sua incapacidade de reconhecer os setores populares como legítimos atores da nossa história.

Abstract

The objective of this thesis is to analyze the historiography that was produced about the Revolution of 1930. The study embraces from the interpretations accomplished by the contemporaries to the facts as those produced in the last decades. This work has as nucleus to understand the constitution of a new paradigm on the Brazilian history, starting from the critics to the models of the bourgeois national revolution, formulated along the fifties. The new interpretation interferes in a current reformist historiography that had as central objective, to deny to the Revolution of 1930 the *status* of a Bourgeois Revolution. This thesis looks for the critical analysis of this model, appearing for your incapacity of recognizing the popular sections as legitimate actors of our history.

ÍNDICE

ÍNDICE:	02
----------------------	----

INTRODUÇÃO:	07
--------------------------	----

PRIMEIRA PARTE:

CAPÍTULO 01: O PROBLEMA DA REVOLUÇÃO BURGUESA.....	15
CAPÍTULO 02: A REVOLUÇÃO DE 30 – A VISÃO DOS CONTEMPORÂNEOS.....	27
2.1. INTERPRETANDO O PENSAMENTO POLÍTICO DOS ANOS 30.....	27
2.2. INTERPRETANDO A REVOLUÇÃO DE 1930.....	40
CAPÍTULO 03: O PENSAMENTO CONSERVADOR.....	45
CAPÍTULO 04: O PENSAMENTO PROGRESSISTA.....	75
4.1. O PENSAMENTO LIBERAL-DEMOCRATA.....	75
4.2. O PENSAMENTO SOCIAL-DEMOCRATA.....	78
CAPÍTULO 05: O PENSAMENTO COMUNISTA.....	91
5.1. O PENSAMENTO PECEBISTA.....	91
5.2. O PENSAMENTO TROTSKISTA.....	99
CONCLUSÃO (1.ª Parte).....	90

SEGUNDA PARTE:

CAPÍTULO 06: O MODELO DA REVOLUÇÃO NACIONAL.....	107
CAPÍTULO 07: A INTERPRETAÇÃO DO ISEB.....	117
7.1. O ISEB NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.....	117
7.2. O PENSAMENTO ISEBIANO E A REVOLUÇÃO DE 1930.....	120

CAPÍTULO 08: A CONSTRUÇÃO DO MODELO HEGEMÔNICO – A VISÃO “USPIANA” DA REVOLUÇÃO DE 30.....	129
8.1. AS PRIMEIRAS CRÍTICAS.....	129
8.2. O NOVO MODELO HEGEMÔNICO.	134
 CAPÍTULO 09: PATRIMONIALISMO E NEO-PATRIMONIALISMO: CONSTRUINDO UMA INTERPRETAÇÃO WEBERIANA PARA A REVOLUÇÃO DE 30.....	 155
 CAPÍTULO 10: CONTRA O INSTRUMENTALISMO: O EXÉRCITO E AS TEORIAS ORGANIZACIONAIS.....	 167
 CAPÍTULO 11: CRISE DE HEGEMONIA E REVOLUÇÃO PASSIVA: A LEITURA GRAMSCIANA SOBRE A REVOLUÇÃO DE 1930.....	 177
 CAPÍTULO 12: REINTERPRETANDO A CLASSE MÉDIA.....	 189
 CAPÍTULO 13: TRABALHADORES E REVOLUÇÃO: UMA RELEITURA.....	 197
 CONCLUSÃO:	 211
 BIBLIOGRAFIA:.....	 219

INTRODUÇÃO

“Em todo esse processo, de “passagem”, os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os “camponeses”, são os testemunhas mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história. Sua luta, quando houve, nada teve em comum sequer com os chamados “rebeldes primitivos” da Europa. Pertencem às páginas dramáticas da história dos que não tem história possível.” (Fernando Henrique Cardoso. Autoritarismo e democratização, p. 112.)

Os finais de século são bons momentos para fazermos balanços, não apenas pelo interesse de revermos o século que se acaba mas porque, aparentemente, estamos encerrando e portando, iniciando um novo ciclo. Seja do capitalismo mundial, seja da forma específica como este foi construído em nosso país.

Encerramos o século sob uma propalada reestruturação nas formas de produzir e reproduzir o capital. A tão propalada globalização, a flexibilização produtiva e outros conceitos chegaram ao nosso país, declarando a falência de nosso modelo produtivo e do Estado que o moldava. O governo, auto-intitulado social-democrata, que se instaurou em nosso país em meados da década de noventa, e nos conduziu na passagem do século (e do milênio), declarou o fim do varguismo, do Estado populista (e da política populista), do estatismo, do corporativismo e da esquerda tradicional (que seria, nesta visão, herdeira e cúmplice desse modelo). Caberia à nova esquerda social-democrata reinventar o Estado e o mercado, destruir esse passado que nos impede de adentrar ao mundo globalizado e com ele à modernidade.

O homem que está à testa do governo, que se propôs a realizar este projeto, é um ilustre sociólogo que nasceu no berço (acadêmico) da luta contra nossa herança populista. Foi,

portanto, na USP, na década de 60, que se gestaria a crítica mais contundente contra aqueles teóricos que transformaram uma política de Estado (o populismo) em uma interpretação sobre o Brasil. A derrota brutal da esquerda, dos setores populares e nacionalistas, com o golpe militar de 1964, detonou a crise. Crise esta que colocou a nu as deficiências de nosso modelo desenvolvimentista, e também, da ideologia que o acompanhava. Nesse acertar de contas com seu passado a esquerda tratou de buscar as origens de seus erros.

É assim que, na USP do final dos anos 50 e no início dos anos 60, nasce um grupo de intelectuais marcados duplamente pelo distanciamento das lutas políticas imediatas e pelo desejo de conhecer o Brasil. Fazendo uma releitura do marxismo - originária de um grupo de estudos sobre "O Capital" - buscando se desvincular do marxismo oficial produzido pelo PCB, recebendo influência imediata de Florestan Fernandes, e recuperando as análises heterodoxas de Caio Prado Jr; esse grupo trouxe para si a tarefa de revolver a herança teórica da esquerda nacional. De antemão, seus inimigos estavam definidos: os militares, o populismo e o PCB. Teoricamente isso equivalia a criticar a visão dominante da esquerda oficial pecebista: a interpretação nacional desenvolvimentista, que tendo suas origens na década de 20, orientou a visão política da esquerda até o fatídico desfecho de 1964.

O amálgama entre a esquerda comunista e os governos populistas produziu a representação teórica dessa interpretação, o ISEB, em verdade, um agrupamento heterogêneo que tinha como eixo central o problema do desenvolvimento; e dentro dos seus quadros o homem que seria visto pelos "upianos" como o intérprete paradigmático do nacional-desenvolvimentismo, Nelson Werneck Sodré.

Desenvolvida por várias mãos (Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Paula Beiguelman, entre outros) essa crítica se consolidaria - no plano especificamente teórico - no início dos anos 70 no livro paradigmático de Boris Fausto, *A Revolução de 1930. Historiografia e História*, que mudou definitivamente o eixo de nossa historiografia sobre o Brasil republicano.

Nesse livro auspicioso - que no ano de 1997 teve seu relançamento, atingindo sua 17ª edição - ganhou fama por contrariar frontalmente a interpretação pecebista que tinha como centro a idéia da revolução burguesa no Brasil. Ao negar o caráter revolucionário do movimento de 30, Fausto nos apresenta uma história republicana que se caracterizaria pela continuidade de suas elites, pela sua dominação autoritária e pela manipulação das massas populares. O sucesso desse

livro se deve assim, ao seu duplo caráter, de um lado desnudando a fraqueza teórica das interpretações marxistas "ortodoxas" e, por outro, pela denúncia do autoritarismo das elites brasileiras (renovado com o populismo em 30, como também pelo militarismo, em 64).

Produto da conjuntura iniciada com a ditadura militar, o livro de Fausto, assim como o trabalho dos teóricos "uspianos" deve ser exaltado. O impacto destes escritos sobre a esquerda brasileira, foi importante e ainda precisa ser melhor avaliado (vide sua influência na criação do Partido dos Trabalhadores, por ex.). Seu papel na renovação dos estudos sobre o Brasil, os tornam um divisor de águas na produção nacional. Cabe-nos, agora, contudo, observarmos de maneira mais crítica essa herança teórica.

Poderíamos compreender que dessa interpretação sobre a realidade nacional, surgiu o projeto *dito* social-democrata, que ora assistimos sendo posto em prática pelo governo FHC? Afinal, o próprio presidente não se cansa de afirmar que o projeto desenvolvimentista esgotou-se, que o Estado populista é uma excrescência de nosso passado, que temos que modernizar nossas elites (empresariais e sindicais), que temos que reconstruir nosso Estado.

Uma elite intelectual "social-democrata" que, ao contrário de suas congêneres européias, se criou a margem e alheia às organizações sindicais e populares, e não pretende, nem nunca pretendeu ser o representante destas. Não é de se estranhar, assim, que boa parte da elite "uspiana" tenha encampado esse projeto, vide o apoio engajado de nomes como Francisco Weffort, José Arthur Giannotti, Leôncio Martins Rodrigues, Eunice R. Durham, e o próprio Fausto, entre outros... O que não significa dizer que toda essa elite tenha encampado esse projeto, na oposição de "esquerda" a este projeto encontramos, Paula Beiguelman, Octávio Ianni, Roberto Schwartz, entre outros.

O objeto desta tese é a historiografia sobre a Revolução de 1930. O centro de minha análise é a construção do atual paradigma sobre este tema formulado por Bóris Fausto já no final da década de 60, fruto de uma nova interpretação sobre a história do Brasil produzida por um grupo de intelectuais da Universidade de São Paulo, a partir dos anos 60. Apesar de podermos observar variantes desta interpretação em diferentes intelectuais daquela instituição, acredito ser legítimo defender a idéia do surgimento de uma interpretação original daquele grupo - que

perpassa suas divergências teóricas - que chamarei de interpretação “uspiana”, construída em oposição ao paradigma¹ anterior, chamado genericamente de “nacional-desenvolvimentista”.

Nosso trabalho abrange o período que vai, desde a construção das primeiras interpretações sobre os acontecimentos de 1930 produzidas pelos contemporâneos, passando posteriormente pela construção do paradigma “nacional-desenvolvimentista”, da sua suplantação pelo paradigma “uspiano”, e das influências deste sobre a historiografia posterior produzida entre as décadas de 70 a 90.

Neste trabalho não serão analisados apenas os trabalhos produzidos pelos cientistas sociais, pois boa parte dos trabalhos produzidos sobre o tema foi produzido por historiadores, ou por escritores sem formação acadêmica específica principalmente ao longo dos anos 30). Meu objetivo, portanto, não é a produção das ciências sociais sobre o tema.

O trabalho pretende ser um balanço crítico dessas interpretações, não pretendo produzir uma nova interpretação sobre o tema, mas sim mostrar alguns limites e problemas do paradigma atual, também apontar para novos desenvolvimentos sobre o tema, e as possibilidades de uma leitura alternativa do paradigma a partir dos trabalhos mais recentes. Por outro lado, não pretendo fazer uma sociologia dessas interpretações, entendida como a análise das bases sociais dessas teorias.

A questão central levantada pelo meu trabalho é a de que, pese a real importância e renovação dos estudos sobre o Brasil que o paradigma “uspiano” promoveu², esses estudos carregam consigo a exclusão “teórica” dos setores populares de nossa história. Sendo mais explícito, esse paradigma desqualifica os setores populares – aí incluindo a classe média e os trabalhadores urbanos e rurais – como atores efetivos da história brasileira. Em sequência, é a própria história, entendida como um processo diacrônico e dialético, que é expulsa por esse paradigma.

É possível se pensar, apenas como caráter de hipótese - que não será objeto de estudo por este meu trabalho -, de que a exclusão dos setores populares é uma consequência indireta e não desejada do caráter político-ideológico da interpretação “uspiana”, ou seja, de que a origem

¹... Dos usos da palavra paradigma nos interessa apenas aquele que designa uma teoria que se torna a referência de interpretação sobre determinado tema, vide a obra de Thomas S. Kuhn. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

²... A renovação das análises marxistas sobre o Brasil, a incorporação de novas contribuições teóricas – particularmente a sociologia weberiana e a análise de Gramsci –, a adoção de métodos científicos modernos, além da

política desse paradigma remonta à luta das elites paulistas contra o centralismo varguista. Esse paradigma é uma leitura de esquerda do “anti-varguismo”, e posteriormente “anti-populismo”, que após a “Revolução Constitucionalista de 1932” foi incorporada pelas classes populares paulistas, aí incluindo o proletariado, que nunca incorporaram de maneira profunda o populismo de Vargas, vide a fraqueza histórica do PTB em São Paulo. Assim, a esquerda paulista, particularmente os trotsquistas, como também a esquerda socialista, oriunda do tenentismo ou não, e mesmo o PCB paulista, também foram muito refratárias as políticas populistas, bem ao contrário da leitura da esquerda do resto do país, particularmente do Rio de Janeiro.

Esse anti-populismo visceral se traduziu pela incapacidade de compreender o populismo de maneira complexa, este sempre é visto como uma estratégia “maquiavélica” de corromper as massas, de reforçar a dominação das oligarquias arcaicas, de impedir a ascensão de grupos modernizantes, de impedir, portanto, a organização autônoma do proletariado, resumindo, de impedir o desenvolvimento nacional autônomo. Os setores populares, portanto, não poderiam existir politicamente, pois a sua existência política constataria a “adesão” – profunda ou superficial, não importa - aos valores do populismo, o que não poderia ser aceito pelos “uspianos”.

Por outro lado, a visão do “nacional-desenvolvimentismo” como algo que não fosse apenas “reposição do atraso”, não poderia ser aceita sob a pena de considerar que este foi um caminho possível para nosso desenvolvimento, ou seja, considerar que houve, no período, um progresso nas nossas estruturas sociais, políticas e econômicas. Assim, a história nacional é abandonada em favor de uma interpretação onde há apenas um espaço para a história, a história das elites.

Portanto, as interpretações anteriores, aquelas produzidas pelo ISEB, ou por Nelson Werneck Sodré, que analisaram a participação dos setores populares como “ativa”, ou que compreenderam a história brasileira incorporando a idéia do “progresso”, são desqualificadas como “ideologia”, como justificando, por via teórica, a política populista do Estado varguista, ou como justificativa da política “colaboracionista” do PCB.

É assim que, a incorporação das idéias de autores como Max Weber, ou Antônio Gramsci, vão no sentido de focar as análises para os processos de dominação, ou dos fenômenos políticos,

análise mais refinada dos problemas do desenvolvimento e do Estado nacional, assim como a relação entre as elites dominantes entre si, com as classes populares e com o Estado, são, certamente, contribuições duradouras.

e não dos fatores econômico sociais do nosso desenvolvimento. Mudando assim o enfoque historiográfico, da ação dos setores populares, para a ação das elites e do Estado.

O próprio enfoque político muda, não são mais as condições para uma revolução nacional e socialista que se busca, e sim as condições para uma sociedade moderna, que se baseie num Estado de direito e numa democracia ampliada.

Em complemento, como tese subsidiária, procuro mostrar que esse paradigma, com sua visão a-história e anti-popular, vai ser incorporado pelas interpretações posteriores, tanto mais à direita desse paradigma, como mais a esquerda dele. Mesmo os críticos mais severos à esta visão, em geral revisam, apenas o caráter de avanço social e econômico representado pela Revolução de 1930, seu caráter burguês ou não; mantendo, no entanto, intacto a visão anti-popular da mesma.

É nesse sentido que esse trabalho procura dar sua colaboração para rever as interpretações sobre a Revolução de 30; visões estas que se revestem de real importância pois, é a partir destas leituras que o Brasil foi pensado.

PRIMEIRA PARTE.

CAPÍTULO 01:

O PROBLEMA DA REVOLUÇÃO BURGUESA.

A problemática da Revolução Burguesa se inseriu na teoria materialista da história, ou no marxismo, dentro das questões relacionadas aos processos de mudança histórica. Segundo Hobsbawm³, a análise destes processos seria a contribuição, senão a mais marcante, com certeza a mais original do marxismo para a compreensão da sociedade humana. Isto porque, segundo o autor, enquanto teoria social, o marxismo seria apenas uma entre várias outras teorias estruturalistas-funcionalistas modernas, não obstante sua originalidade viria do fato de que, ao contrário de suas concorrentes, o marxismo foi uma teoria estrutural-funcionalista que deteve a capacidade de compreender o movimento da história, ou seja, a dinâmica da evolução social. O marxismo deteve esta capacidade por ter duas características únicas: a) uma hierarquia dos fenômenos sociais (“base” e “superestrutura”); b) a existência de contradições internas que manteve o sistema em movimento.

No entanto, apesar do materialismo histórico ter pretendido explicar todo o processo da evolução social humana, desde as sociedades primitivas até o moderno capitalismo, em realidade, o próprio Marx deixou pouco mais do que “esboços” ou “pistas” neste sentido, sem ter conseguido realizar uma síntese completa do desenvolvimento histórico humano.⁴

³ ... O que os historiadores devem a Karl Marx? (1969) in: Hobsbawm, E. *Sobre a História*. SP: Comp. das Letras, 1998.

⁴ ... A passagem clássica encontra-se em Marx, K. Prefácio: Para a crítica da economia política (1859). In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. SP: Abril Cultural, 1978. Veja-se este trecho selecionado: “Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevem então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga um indivíduo pelo que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência, ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficiente mente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido

Na versão mais “vulgarizada” do marxismo, a sociedade humana se caracterizaria pela existência de modos de produção, que se sucederiam uns aos outros em etapas evolutivas. A passagem de um modo de produção a outro era vista em termos causais e unilineares: existiria, como vimos acima, uma contradição essencial interna ao sistema que geraria sua própria destruição e logicamente, as forças que originariam esse processo. Essa mudança teria como origem, a satisfação de determinadas condições objetivas, qual sejam, a evolução das forças produtivas e na progressiva instituição de uma contradição com as relações de produção existentes e também, com a forma organizatória do poder político. Foi nesse movimento que se inseriu a idéia da necessidade de uma revolução política como forma de concluir esse processo, pois um modo de produção só se tornaria dominante quando uma nova classe se tornasse dominante.

Nessa visão, de um lado, as mudanças na estrutura econômica e social *determinaram* as mudanças na superestrutura política. Por outro lado, colocou-se a idéia de que a superestrutura política resistiu às mudanças intimadas pela evolução das formas produtivas, abrindo-se então um período de luta entre a classe que representa as forças dominantes na estrutura econômica e a classe e as instituições que representavam o anterior modo de produção.

A Revolução Burguesa, portanto, inseriu-se no processo de passagem da sociedade feudal para a capitalista, na luta pelo poder da burguesia contra o antigo regime e sua classe dominante: a nobreza feudal. Assim como no processo histórico geral, Marx deixou poucas indicações sobre os aspectos mais relevantes da transição do feudalismo ao capitalismo, deixando para os marxistas posteriores a tarefa de explicá-la.

É nesse sentido que, ao longo dos anos 40 e 50, realizaram-se uma série de debates que tiveram por objetivo analisar as questões relativas a esse processo de passagem ao capitalismo, sendo que o mais importante deles teve como centro as idéias desenvolvidas por Maurice Dobb em *Studies in the development of capitalism*.⁵ Esta discussão foi precedida por um debate entre historiadores soviéticos nos anos 40 e repercutiu num posterior debate promovido pela revista *La Pensée*.

geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos são captadas pelo seu devir. Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno.” (p. 130)

⁵... Sweezy, P. (e outros) *Do feudalismo ao capitalismo*. SP: Martins Fontes, 1977.

O conteúdo do debate centrou-se sobre as questões sociais e econômicas da transição feudalismo-capitalismo. As questões políticas ficaram localizadas na definição do Estado do período, enquanto que as questões mais específicas da transição relacionada ao processo revolucionário não foram abordadas. Os textos preocuparam-se em preencher as lacunas da obra de Marx sobre o período, colocando como preocupações centrais: a definição do feudalismo, as causas da sua decadência, a periodização da transição, e sobre a caracterização do absolutismo.

O grande problema para caracterizar uma época de transição, é a de definir em que momento a velha estrutura “morre” e, conseqüentemente, a “nova” estrutura toma o seu lugar. Para isso seria necessário a definição dos elementos centrais de ambas as estruturas para que não se caia no erro de considerar um sistema superado quando apenas as partes periféricas desse são eliminadas; já que um sistema vai se modificando por etapas, nunca de maneira total e sempre da periferia para o seu centro e é apenas quando seu núcleo fundamental é substituído que podemos falar na sua superação.⁶ Portanto, definir a “lei econômica fundamental do feudalismo” (definir o conceito de feudalismo) foi o primeiro ponto de discórdia de Sweezy, em relação às teses de Dobb, pois este buscava a caracterização do modo de produção através das relações de produção. Assim, para Dobb, a servidão definiu o feudalismo, contudo, isso não significou que a simples existência de relações servis pudesse configurar um sistema feudal, mas apenas quando estas relações de produção fossem *predominantes* para o conjunto da sociedade. Já para Sweezy, o feudalismo só poderia ser definido a partir de seu sistema produtivo (relações de troca) ou seja, o feudalismo foi um sistema econômico-social que se definiu pela produção para uso, enquanto o capitalismo foi definido a partir da produção para o mercado, a produção de mercadorias.

Sobre as causas que originaram o processo de mudança, Sweezy contrapôs à visão de Dobb, que defendia uma origem interna ao sistema, ou seja, a superexploração da força de trabalho, uma visão alternativa que negava a capacidade do sistema de gerar sua própria destruição, atribuindo ao comércio de longa distância (fator externo) esse papel.

A definição do conceito de feudalismo nos levou a intrincada questão de saber em que momento a Europa ocidental se transformou em uma sociedade capitalista; aqui se partiu de uma concepção partilhada por todos aqueles que participaram do debate Swwezy-Dobb, a de que o feudalismo europeu extinguiu-se no século XIV, o que levou Sweezy a defender que a morte do

⁶... O que também não significa afirmar que partes do velho sistema não continuem a sobreviver - mesmo após a morte do seu núcleo central -, em muitos casos modificadas ao sofrerem o contato com as novas estruturas, dentro do novo sistema.

regime feudal nada teria a ver com a ascensão do capitalismo, já que para ele o capitalismo só nasceria no final do século XVI. Isto levou a conceber a formação de um sistema de produção pré-capitalista de mercadorias, intermediário entre o capitalismo e o feudalismo, sendo este sistema o responsável, tanto pela destruição do feudalismo como pela origem do capitalismo. A dificuldade de compreender o que seria esse “sistema” está no fato de que o próprio Sweezy descartava a idéia de concebê-lo como um modo de produção. A crítica mais incisiva veio de Dobb que ao responder às críticas de Sweezy perguntou, afinal de contas, qual a classe dominante desse sistema? Ao defender que a classe dominante do período era ainda feudal, Dobb negou a possibilidade da existência de um terceiro sistema.

A questão da classe dominante desembocou na questão fundamental da definição do conceito de absolutismo: última fase do sistema feudal ou primeira fase do capitalismo? A questão se tornaria ainda mais complexa devido a algumas colocações de Engels, que defendeu a existência de um estado de equilíbrio entre burguesia e nobreza, ou entre sociedade capitalista e Estado feudal, ou seja, que a monarquia não era nem feudal nem burguesa, mas que a estrutura socio-econômica da sociedade já seria burguesa. Hill contesta esta leitura de Sweezy, destacando que este estado de equilíbrio é excepcional e transitório, e que, em realidade, a monarquia absoluta era feudal e não capitalista. Essa discussão é fundamental para o marxismo, pois, se o absolutismo não era feudal, e sim já uma sociedade burguesa (a França em 1788, por exemplo, seria feudal), conclui-se que não haveria a necessidade de uma Revolução burguesa, e que, portanto, a Revolução Francesa não teria nenhum papel, seja de destruir o feudalismo, seja de propiciar o surgimento do capitalismo.

Outro ponto chave na caracterização do absolutismo se refere a predominância do capital mercantil sobre o capital industrial. Excetuando-se Sweezy, todos os outros debatedores⁷ negaram que esta predominância identificasse a existência do sistema capitalista. Em realidade, assim como a existência de relações de produção capitalistas (assalariado) não define a existência do capitalismo, a existência de outros elementos capitalistas (como o comércio, ou um sistema de produção para o mercado) não define relações de produção especificamente burguesas, pois estas se inserem numa estrutura ainda feudal, que se caracteriza pela predominância das formas de coerção política.

⁷ ... Incluindo-se os historiadores soviéticos do debate dos anos 40, assim como os participantes do debate da revista *La Pensée* (1956).

Buscando interpretar a coexistência de formas capitalistas e feudais numa mesma situação histórica, Procacci, no debate posterior⁸, (inspirando-se nas idéias de Althusser) compreendeu os modos de produção, e não apenas de suas fases transição, como “estruturas complexas com dominância”, ou seja, da existência de um modo de produção dominante coexistindo com modos de produção secundários dentro de uma mesma formação histórica.

Contudo, se este é o padrão da transição do feudalismo para o capitalismo, fica claro que dificilmente este padrão é universal. Takahashi lembrou que, no caso japonês assim como no caso prussiano, a passagem para o capitalismo não se deu com a superação do absolutismo, ao contrário, houve em realidade uma fusão, um acomodamento do novo com o velho. As revoluções de 1848, como lastimaria o próprio Marx, viram uma burguesia muito mais preocupada em conter a massa trabalhadora do que afrontar as velhas estruturas, buscando as possibilidades oferecidas pelas velhas estruturas ao invés de criar uma nova sociedade.

Como vimos, nenhuma palavra sobre as questões específicas relacionadas com a passagem política de um Estado a outro, assim a questão da Revolução não aparece. Foi apenas quando o conceito de Revolução Burguesa se tornou problemática que o debate surgiu, ou melhor, quando a visão clássica da Revolução Francesa como uma luta de classes entre a burguesia e a nobreza feudal foi questionada, surgiu a necessidade de repensar a visão tradicional.

A origem dos questionamentos podem ser localizados na obra do historiador inglês Alfred Cobban, que em 1955⁹ desferiu o ataque que daria início à interpretação reformista da Revolução Francesa. Esta leitura receberia sua versão definitiva nas obras de François Furet, cujo primeiro texto apareceria em 1970, em parceria com Denis Richet¹⁰.

Os estudos de Furet da obra de Marx mostrariam que este não produziu uma interpretação sistemática sobre a Revolução Francesa e que na realidade, a interpretação dita “marxista” seria um produto da combinação das interpretações neojacobinas com as leituras leninistas. Michelet, Jaurès, Mathiez, Soboul, Lefévre. Fizaram aquilo que Marx não fez, criaram a ortodoxia da Revolução Francesa. Essa leitura foi construída incorporando-se como “a verdade dos fatos” a

⁸... Santiago, T. (org.) *Capitalismo: Transição*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

⁹... O texto original chama-se *The Myth of French Revolution*. Seu texto mais completo é de 1964 e sua tradução brasileira é: *A interpretação social da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1989.

¹⁰... Originalmente: *La Révolution Française*. Em português, o pensamento de Furet sobre a Revolução Francesa encontra-se em *Pensando a Revolução Francesa*. RJ: Paz & Terra, 1989. Veja-se também, *Marx e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1989.

interpretação “grandiosa” pela qual os jacobinos autojustificaram seus atos e complementou-se numa confusa justaposição das interpretações da Revolução Russa com as leituras sobre a Revolução Francesa. Todas estas apontando uma concepção da revolução como a criação do novo, como a destruição da velha sociedade, a Revolução como demiurgo. A Revolução como fenômeno social e econômico, da passagem do feudalismo ao capitalismo, da substituição da nobreza pela burguesia. Fatos estes difíceis de se comprovar empiricamente, Furet nos lembrou que, chamar a Revolução de burguesa pareceu sem sentido, que entre os grupos de revolucionários mais ativos não se encontravam os burgueses, que ao contrário, pareciam estar mais interessados em manter o velho regime.

Afinal de contas, pergunta Furet, se os principais países europeus não precisaram de revoluções burguesas para chegarem ao capitalismo, por que a França teria tido esta necessidade? Em realidade, Furet não negava a idéia da revolução, mas sim a concepção da ruptura cataclísmica, da mudança rápida e radical. Mesmo a idéia da mudança econômica não foi completamente negada desde que esta pudesse ser compreendida em um período de tempo mais longo, pois a curto prazo não houve real mudança social ou econômica.

Incorporando as idéias de Tocqueville, principalmente em, *O Antigo Regime e a Revolução*, Furet viu a sociedade do *Antigo Regime* como irremediavelmente comprometida pela ascensão do individualismo, produzido pela hegemonia do dinheiro, pois a própria nobreza, em boa parte, já estava aburguesada. A sociedade tradicional de ordens entrava em avançado estado de decadência.

Numa sociedade cindida entre a velha sociedade de ordens em decadência e uma nova sociedade dominada pelo capital mercantil, o Estado não poderia deixar de refletir este conflito. Portanto, foi um engano imaginar que a sociedade do antigo regime se fechou para a burguesia, que era impenetrável às mudanças. O mais correto seria compreender que as mudanças realizadas, se por um lado, foram radicais a tal ordem que destruíram a coesão das velhas instituições, por outro lado, foram moderadas o suficiente para emperrarem o processo da evolução econômica.

Assim, se por um lado, houve no absolutismo uma monarquia que tivesse seus interesses ligados ao capital mercantil houve, por outro lado, um Estado que refletia um compromisso instável entre a modernização, no sentido capitalista, e a manutenção dos princípios da

organização social feudal. Portanto, tratava-se de um regime ao mesmo tempo tradicional, patrimonial e burocrático.

A “crise” do antigo regime e das classes feudais, a ascensão do capital mercantil, refletia e ao mesmo tempo propiciava, a conclusão do longo processo de centralização e de burocratização do Estado, que no fim foi o resultado mais concreto da Revolução Francesa¹¹.

Pensar a Revolução como uma luta de classes a favor da mudança escondeu a possibilidade inversa, ou seja, a de ter sido uma das causas da mesma, a resistência dos grupos sociais às rápidas mudanças ocorridas nos 50 anos, anteriores à Revolução. A ruptura dos equilíbrios tradicionais fez com que o Estado, a nobreza e as classe populares perdessem suas referências. Por isso a idéia, não de uma revolução mas de várias, da revolução camponesa, assim como da nobreza, da burguesia e dos *sans culottes*.

Uma sociedade que foi desintegrada pela quebra da tradição, pela desestruturação da sociedade de ordens, pelo individualismo e pela ação do Estado, só poderia pela Revolução reencontrar seu equilíbrio, sua integração, o lugar dos indivíduos e das classes. O caminho se deu através do patriotismo e da ideologia igualitária jacobina.

Por fim, a revolução foi um ato essencialmente político, já que não produziu efetiva mudança social e econômica, sua atuação foi ao nível do Estado. Menos um processo revolucionário, Furet preferiu classificar os acontecimentos do final do século XVIII como uma crise revolucionária: um Estado que, apesar de centralizado era débil e cada vez mais incapaz de agir. A causa de sua inação não era o domínio de uma classe retrógrada, e sim da vacância do poder, da crise das elites dominantes, de sua incapacidade de usar o Estado em seu benefício, e de liderar as massas populares, e por fim, do surgimento de uma ideologia revolucionária e mobilizadora.

A crise do Estado, da política, resolveu-se de maneira original, pela democracia. Para Furet, a novidade da Revolução Francesa estava nessa criação, na produção, da primeira experiência democrática. Mas para ele, criava-se uma distorção da cultura democrática. Não foi a democracia, entendida como a idéia do governo do povo através de representantes por ele eleitos e sim uma “hipertrofia da consciência histórica”. A idéia jacobina de que o fim último da política seria a felicidade do povo, de que a política podia eliminar todas as infelicidades humanas, sendo

¹¹... Tese, como sabemos, originalmente de Tocqueville.

a luta do bem contra o mal, do bem ao lado do povo e de que, como consequência, na democracia (pura), a única ação legítima seria aquela que tivesse origem na vontade popular.

Poderíamos resumir a posição de Furet e dos revisionistas em geral, como uma limitação da revolução burguesa, ao nível político e ideológico, à ação das elites. A massa seria o componente dramático dos fatos, mas sua ação não teria nenhuma efetividade real sobre estes.

As críticas revisionistas suscitaram uma vívida polêmica e, em consequência, a necessidade de uma resposta daqueles que utilizavam o materialismo histórico como ferramenta de análise social e histórica. Esta, em geral, buscou reafirmar a visão marxista da história e especificamente do papel das revoluções como processos de mudança social e por último, da relevância do conceito de “revolução burguesa” para compreendermos as origens da sociedade capitalista. No entanto, a reafirmação dos pressupostos marxistas não significou a defesa dogmática “em bloco” dessa leitura. Foi assim que, em primeiro lugar, a idéia da existência de uma tendência de evolução histórica, de um modo escravista, passando por um período feudal e desembocando na sociedade capitalista, não se sustentou nem nos textos do próprio Marx. Este estava longe de ter uma visão unilinear da história, podendo-se pensar que a clássica contradição (interna) da evolução das forças produtivas em choque com relações de produção antiquadas devia ser relativizada. Devia-se pensar na existência de sociedades em que as forças produtivas não demonstrassem essa tendência para o desenvolvimento, como também, na existência de fatores da estrutura social e/ou da superestrutura que poderiam impedir, atrasar o movimento desta base material. Os fatores internos de desestabilização do modos de produção foram mais tendências do que certezas de transformação. Por outro lado, também puderam estabelecer os limites das transformações possíveis. A evolução dos modos de produção não deveria ser vista apenas como a substituição do velho pelo novo, mas sim, como um processo misto. Junto ao novo, materiais preexistentes dos anteriores modos de produção seriam utilizados, adaptados e também, muitas vezes, teriam a capacidade de moldar os novos componentes.¹²

Assim, teríamos que compreender a revolução como um processo, desenvolvendo-se em etapas. A idéia de um momento único que criou um nova sociedade deveria ser relativizada; o caso da revolução burguesa é típico, a sociedade capitalista não saiu pronta da revolução. Neste sentido fica claro que uma das críticas mais repetidas sobre a concepção da Revolução Francesa é de que se ela efetivamente fosse uma revolução burguesa deveria ter desencadeado um forte

¹² ... Veja-se em, E. Hobsbawm. Marx e a História. In: *Op. Cit.*

processo de desenvolvimento econômico, o que verdadeiramente não aconteceu, pois na França imediatamente pós-revolucionária, os níveis de desenvolvimento econômico se mantiveram como no período pré-revolucionário. Além do que, deve-se lembrar que os resultados imediatos da revolução favoreceram economicamente as elites agrárias do “Antigo Regime”, e não as elites burguesas. Se, no entanto, pensarmos a revolução como um processo mais longo e não apenas episódico, veremos que já no período napoleônico este desenvolvimento se pôs em marcha e que a tarefa da revolução foi quebrar as amarras para que este desenvolvimento ulterior pudesse se dar.

Contudo, o argumento mais forte contra a idéia de conceber Revolução Francesa como uma revolução burguesa foi a da visão clássica desta como uma luta de classes entre a burguesia e a nobreza feudal. Os revisionistas alegavam que: a) os grupos revolucionários não eram compostos de membros da burguesia ou de manufactureiros e sim, principalmente, de advogados e outros elementos não-burgueses; b) a burguesia não tinha uma consciência revolucionária, não lutou pela mudança (ruptura) da velha ordem, nem tinha um projeto elaborado de uma nova sociedade; e finalmente, c) que a burguesia buscava, em realidade, uma identificação (acomodação) e não um conflito aberto com as elites agrárias.

Se estas colocações são corretas e não parece haver dúvida que são, pode-se ainda defender a idéia da Revolução Francesa como uma revolução burguesa, ou mesmo o conceito da revolução burguesa? A resposta dos defensores do materialismo histórico é afirmativa, sem negar que a visão tradicional da burguesia e da revolução burguesa é inadequada, contudo, negam-se a aceitar que tais revoluções não existiram, ou que estas não definiram mudanças decisivas e reorientações “burguesas” destas sociedades. O que passaria a ser fundamental, então, para estes autores, deveria ser a busca de uma maior precisão do que realmente se quer dizer com a idéia de “revolução burguesa”.

Uma primeira parte da resposta estaria na crítica a uma visão “empirista” da história, ou seja, importa menos saber a qual classe social pertenciam os revolucionários e mais compreender as mudanças sociais e estruturais que a revolução promove. Deve-se responder as seguintes perguntas: O que é que se destruiu? Quem lucrou com a nova sociedade, a médio e a longo prazos? A quais interesses serviu a nova organização?¹³

¹³ ... Veja-se a intervenção de R. Robin em: Mazauric, C.; Robin, R.; Soboul, A.; Vovelle, M.; Debate sobre a Revolução Francesa. *Textos Didáticos*. IFCH/UNICAMP, n. 19, Abril de 2001.

Talvez seja Gramsci que melhor compreendeu o papel da burguesia durante a Revolução Francesa. Para este autor, o processo revolucionário se caracterizaria pela ruptura do “bloco burguês”, pela criação de uma ala revolucionária que levaria a proposta de mudança muito além do que a classe burguesa como um todo estaria disposta a aceitar, aquela seria capaz de incorporar parte das reivindicações populares, desligar-se-ia de uma visão puramente corporativista de classe e buscaria uma posição “hegemônica” perante as forças populares. Neste processo estas classes deixariam de ser dominantes para se tornarem hegemônicas.¹⁴

Assim, seria importante compreender a revolução burguesa, não apenas se desenvolvendo em etapas, mas como se caracterizando em dois sentidos bem distintos: no sentido mais amplo a *revolução burguesa em geral* correspondeu ao conjunto dos aspectos econômicos, sociais, políticos e ideológicos da passagem do feudalismo ao capitalismo; no sentido mais estrito, a *revolução política burguesa* se restringiu à formação do Estado burguês, em suas estruturas jurídicas e burocráticas. A revolução política burguesa estava inserida dentro do processo mais amplo da revolução burguesa em geral, esta portanto, iniciou-se antes e se conclui depois daquela. Assim sendo, a revolução política não poderia ser vista como o momento *único* da passagem ao capitalismo, como também, não o ponto limite a partir do qual o capitalismo se desenvolve de maneira plena.¹⁵ O que também significaria que a *revolução política burguesa* transcorreu em um período de tempo relativamente curto pois sem a constituição de um Estado burguês o capitalismo não ultrapassou o estágio embrionário.

É importante fazer algumas considerações introdutórias sobre a revolução burguesa no Brasil. No caso europeu a discussão sobre a revolução burguesa passou pela caracterização da

¹⁴ ... A citação a seguir foi retirada dos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci, e encontra-se em E. Hobsbawm. *Ecos da Marselhesa - Dois Séculos revêem a Revolução Francesa*. SP, Comp. das Letras, 1986.

“Sobre o tema do jacobinismo e o Partido da Ação, um elemento a ser esclarecido é o seguinte: que os jacobinos ganharam sua função de partido ‘dirigente’ por uma luta de morte; eles literalmente ‘impuseram-se’ à burguesia francesa, levando-a a uma posição bem mais avançada do que aquela que o núcleo burguês originalmente forte teria espontaneamente desejado assumir, e até mesmo bem mais avançada do que aquela que as bases históricas teriam permitido (...).”

Gradualmente uma nova elite foi selecionada, a qual não se preocupava somente com as reformas ‘corporativas’, mas tendia a conceber a burguesia como o grupo hegemônico de todas as forças populares.

Os jacobinos, conseqüentemente, eram o único partido da Revolução que avançava, na medida em que eles não apenas representavam as necessidades e aspirações imediatas dos indivíduos físicos reais que constituiram a burguesia francesa, mas também representavam o mov. revolucionário como um todo, como um desenvolvimento histórico integral. Pois eles representavam também as necessidades futuras e, uma vez mais, não apenas as necessidades daqueles indivíduos físicos particulares, mas também de todos os grupos nacionais que tinham de ser assimilados ao grupo fundamental existente.”

¹⁵ ... No Brasil, esta distinção foi usada pioneiramente por Décio Saes. (Saes, D. Objeto: a formação do Estado burguês no Brasil. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. RJ: Paz & Terra. 1985).

existência de uma sociedade feudal anterior. A necessidade de uma revolução burguesa, portanto, passaria pela existência de uma sociedade pré-capitalista, ou mais precisamente, feudal.

Como veremos, o debate brasileiro sobre a Revolução Burguesa passaria num primeiro pela discussão sobre a existência, ou não desta sociedade pré-capitalista, independente de se saber se esta seria escravista, feudal, ou alguma mistura de modos de produção arcaicos. Há autores que negam a existência da Revolução Burguesa pelo simples fato do Brasil ter sido desde sua origem uma empreitada do capitalismo mercantil europeu. Contudo, a discussão nacional não se encerra nesta constatação, pois veremos autores que mesmo encampando a tese do capitalismo colonial, ampliam o conceito de Revolução Burguesa – partindo do princípio da especificidade do capitalismo periférico. Assim nas colônias deveria também haver um processo de passagem, de uma sociedade arcaica para uma moderna, contudo este se daria no interior do próprio capitalismo. Neste caso a passagem não seria mais entre dois modos de produção diferenciados e sim um processo de modernização do capitalismo.

O processo revolucionário, assim, pensado não pressupõe necessariamente uma mudança, seja ela social (novas classe sociais), econômica (novo modo de produção) ou política (novo Estado). Revolução seria então apenas um processo evolutivo, uma modernização. A passagem da sociedade tradicional para a moderno, enfim apenas um processo de atualização das instituições sociais.

CAPÍTULO 02:

A REVOLUÇÃO DE 1930: A VISÃO DOS CONTEMPORÂNEOS.

“... não é fortuito o fato de que em todos os momentos em que numa sociedade se faz imperiosa uma mudança institucional, recrudescem os esforços de teorização da realidade social”. (Guerreiro Ramos)

2.1. INTERPRETANDO O PENSAMENTO POLÍTICO DOS ANOS 30.

Os primeiros críticos que se voltaram para o pensamento político dos anos 30 chegaram a uma conclusão decepcionante, não haveria, no Brasil daqueles anos, um pensamento político, na acepção rigorosa do termo.

A vasta literatura produzida sob o impacto da Revolução de 30 nada acrescentaria ao nosso conhecimento sobre os processos políticos e sociais do período. Essa literatura seria pouco mais do que ensaios sem validade científica, produzida por diletantes, sem o mínimo rigor metodológico, sem qualquer pesquisa empírica e eivada de preconceitos elitistas. Esses textos seriam produto de um campo intelectual ainda não-institucionalizado, sem o padrão exigido pelas ciências sociais, ciências essas ainda não organizadas em nosso país.

Essa conclusão foi hegemônica nos anos 40/50 quando as ciências sociais, em rápido processo de institucionalização se voltaram para buscar as suas raízes. Os textos de Fernando Azevedo, Djacir Menezes, Costa Pinto e Edson Carneiro, chegaram todos a essa mesma conclusão¹⁶.

¹⁶ ... Azevedo, F. de *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Vol. 1 da série Nacional do Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro: IBDE, 1943. Menezes, Djacir. *La science politique au Brésil ou cours des trente dernières années*. In: *La science politique*. UNESCO. 1950. Costa Pinto, L. A. & Carneiro, Edson. *As ciências sociais no Brasil*. CAPES, Séries estudos e Ensaios, 6, 1955.

Foi, no entanto, nos trabalhos de Florestan Fernandes que a tese da não existência de um pensamento político no primeiro quartel do século ganhou argumentos sólidos¹⁷.

Para Florestan, a explicação científica da conduta social humana só pode surgir em sociedades que apresentem duas pré-condições essenciais: a) o surgimento de atitudes secularizantes; b) de compreensão racional da ação humana e dos eventos históricos e sociais. Essas atitudes acompanharam o desenvolvimento dos processos sociais e econômicos ligados ao desenvolvimento do capitalismo industrial e do surgimento das classes sociais.

Como pensar o surgimento desse pensamento racional numa sociedade como a brasileira, em que o desenvolvimento do capitalismo se desenvolveu sob a égide de uma ordem escravocrata, senhorial e patrimonialista?

Enquanto esse capitalismo patrimonial manteve-se intacto, o pensamento racional não encontrou solo em que suas raízes pudessem germinar. Pois, a ordem patrimonial não admitia o livre-pensamento, ou seja um tipo de pensamento que questionasse as bases ideológicas da sua dominação. Além disso, havia o obstáculo do próprio meio cultural a interpretações que abalassem as concepções tradicionais sobre a sociedade e o indivíduo, concepções essas que se baseavam na ordem e nos costumes longamente cultuados.

Os papéis reservados aos ideólogos do regime eram de restrito acesso, apenas os representantes dos setores dominantes (Igreja e senhorio rural) tinham permissão de preencher os papéis intelectuais dessa sociedade. É assim que, ao Bacharel era permitido pensar as relações jurídicas e políticas desde que não contestasse suas origem a partir de uma ordem natural e a-histórica; também o padre tinha o papel de defender a idéia da predominância da ordem espiritual sobre a material, a concepção teológica sobre o mundo e o homem, produtos da doutrina oficial da Igreja Católica. Assim não haveria diferenciação de papéis sociais na velha ordem, intelectuais e classe dominante, produtores do campo simbólico e produtores do campo material, eram originários das mesmas classes, ambos eram fiéis defensores dos interesses das famílias senhoriais.

Com a abolição do trabalho escravo, o crescimento do mundo urbano, e o concomitante desenvolvimento da industrialização e a transição para o regime de classes sociais, o regime patrimonialista começa a se desagregar, erodindo as formas tradicionais de controle sobre os

¹⁷ ... *Ciência e sociedade na evolução social no Brasil*. 1956. *Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil*. 1957. *O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros*. 1958. Todos esses artigos publicados posteriormente em, *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1958

setores dominados da sociedade, permitindo pela primeira vez, que o pensamento independente desses setores se manifeste.

Segundo Florestan, a derrocada do regime senhorial equívale à revolução burguesa na Europa em relação ao desenvolvimento do pensamento científico no Brasil. Contudo, se a revolução Francesa marca o início do capitalismo na França, o mesmo não se pode dizer em relação à queda do regime patrimonial no Brasil, pois melhor seria falar em decadência da velha ordem que, se promoveu alterações na ordem econômica, jurídica e política não promoveu mudanças imediatas e substanciais na estrutura social.

Na verdade, a desagregação da sociedade senhorial e escravista se fez sentir mais em algumas regiões do que outras, produto do desenvolvimento desigual das regiões brasileiras. O pensamento racional e científico assim, teve chance de surgir naquelas regiões em que o desenvolvimento industrial e a estrutura de classes se desenvolveu com mais rapidez, leia-se o estado de São Paulo.

Por outro lado, as elites intelectuais e políticas acreditavam que o simples advento do trabalho livre e da República seriam fatores suficientes para promover o desenvolvimento econômico, social e político. À frustração que se seguiu, a imobilidade da estrutura sócio-econômica produziu nessa geração a certeza de que os fatores que impediam o desenvolvimento nacional eram mais profundos do que se pensava. É assim que surgiu a crítica às instituições republicanas e a busca do conhecimento sobre o Brasil “real”, ao “ensaísmo bacharelista” e a busca de soluções “científicas” para os problemas nacionais. É esse momento que Florestan identificou como o surgimento das análises histórico-geográficas e sociográficas sobre a nossa sociedade. Esse segundo momento da constituição de um pensamento racional no Brasil (o primeiro momento inauguraria-se no final do século XIX), contudo ainda não caracterizou-se pela formação de um pensamento sociológico sistemático. Essa etapa ainda não seria atingida pelo insuficiente desenvolvimento das forças produtivas e sociais e pela permanência anacrônica do patrimonialismo em pleno século XX.

É assim que, as análises desenvolvidas durante esse período (e particularmente, durante os anos 20/30) seriam menos fruto do desenvolvimento de um pensamento independente e científico e mais a permanência do “ensaísmo bacharelista”, produto do medo das classes dominantes patrimonialistas de serem postas de lado pelo desenvolvimento econômico e social em marcha.

Desta maneira, Florestan deixa claro que nas análises histórico-sociográficas:

“(...) o sujeito-investigador procedia a levantamentos incompletos dos dados de fato, explorava-os descritiva e interpretativamente de modo assistemático e projetava, nos resultados da análise, avaliações ou aspirações sociais, das quais participava como membro da comunidade (grifo meu). (...) no plano prático, por ser um conhecimento que se confundia, substancialmente, com as tendências espontâneas de consciência social das condições de existência e das tensões sócio-econômicas ou político-sociais que nelas lavravam”.¹⁸

A sociologia iria germinar, portanto, onde o processo de desenvolvimento sócio-econômico estivesse mais adiantado. Esse processo coincidiu com a mutação ideológica das elites paulistas, derrotadas em suas tentativas de reassumir a hegemonia política no evento conhecido como a “Revolução Constitucionalista”. A ascensão das elites urbanas e industrializantes foram o resultado mais visível dessa derrota, o que as levou a compreender de uma nova maneira, a situação dos interesses em formação. Compreendendo com acuidade as transformações estruturais em desenvolvimento, reconheceram a incapacidade das elites de enfrentar os novos tempos. Sendo assim, deveriam educar as elites e ao mesmo tempo, buscar soluções racionais e pacíficas para os problemas sociais que ameaçavam fugir do controle.

Assim, a sociologia se constitui a partir da substituição da análise histórico-sociológica pela investigação positiva, da introdução da pesquisa de campo como recurso sistemático de trabalho e da sua institucionalização nas nascentes universidades brasileiras.

Produto dos interesses da burguesia urbana e industrial, a sociologia entrou pela porta da frente da sociedade brasileira.

A partir das análises acuradas de Florestan, podemos destacar que a desqualificação do pensamento dos anos 30 se deu por uma dupla incapacidade: a de não constituir-se de maneira sistemática, como um pensamento científico pela sua insuficiência metodológica (formação extra-institucional), mas também, pela sua vinculação com os setores dominantes retrógrados da classe dominante. Eram, portanto, “ideólogos”, no sentido “marxiano” do termo, procurando encontrar no campo das idéias, caminhos que justificassem e sustentassem no poder a classe já decadente economicamente.

¹⁸ ... Fernandes, F. Desenvolvimento histórico-social da sociologia do Brasil. *Op.cit.* p. 72.

Por outro lado, a sociologia apesar de ter surgido sob os auspícios da “progressista” burguesia industrial paulista, segundo Florestan, não representaria os interesses dessa classe, pois se beneficiaria de uma dupla determinação: de ter sido o produto de um ambiente urbano-industrial, onde a independência do pensador fosse garantida pela reduzida capacidade das elites em controlar diretamente as instituições sociais e pelo próprio caráter do pensamento científico, por natureza, objetivando permanentemente a neutralidade e a objetividade.

Para Florestan, a sociologia teria um papel essencial na modernização da sociedade brasileira a medida que seria uma força de racionalização das ações do Estado. Não sendo nem burguesa, nem proletária, poderia fornecer a todas as forças em combate uma visão racional dos conflitos que trespassasse a sociedade, assim, preparando o povo para intervir nos jogos do poder e dotando as classes dominantes de condutas racionais nas estruturas econômicas modernas. O objetivo da sociologia de Florestan foram as classes sociais, a racionalização das relações sociais, e não o Estado, apesar deste estar agora capacitado (a partir da introdução das técnicas racionais das ciências sociais) a se transformar numa organização racional-legal.

Seria o momento de fazermos à Florestan, a mesma pergunta que Mannheim fez aos marxistas: “Não seria a ‘sociologia paulista’ também uma ideologia?”

Por outro lado, já nos anos 50, vindo de outra matriz teórica, Guerreiro Ramos procurava também fazer um balanço do pensamento social dos anos 30.¹⁹

Podemos, de início, apontar alguns pontos em comum da visão de Florestan com a visão de Guerreiro Ramos: ambos compreenderam que as primeiras manifestações de um pensamento racional-científico, surgiram no último quartel do século XIX, e também que, o pensamento social produzido até os anos 30 foi incapaz de se cercar de uma metodologia científica que o qualificasse para produzir um reflexão legítima sobre a sociedade brasileira. Assim, como em Florestan, Guerreiro Ramos acreditava que, além das considerações de ordem metodológica, o pensamento social do primeiro quartel do século XX pecou pela sua interpretação politicamente orientada. Contudo, aqui sua análise começou a se diferenciar da do sociólogo paulista, pois compreendeu as teorizações dos anos 30 como tendo sua origem em elementos vinculados aos setores das classes médias ascendentes (os profissionais liberais), com crescente inserção nos círculos políticos republicanos. Ao contrário de Florestan, Guerreiro Ramos compreendeu essa filiação de classe como produzindo resultados contraditórios pois, ao mesmo tempo que

¹⁹ ... Os artigos de Guerreiro Ramos foram reunidos em: *A crise de poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

representava uma tendência legítima da sociedade nacional, e portanto propiciava a possibilidade de uma compreensão de alguns aspectos importantes da estrutura e da conjuntura nacional, por outro lado, o fato dessa classe ter uma consciência ainda pouco desenvolvida, estava condenada a uma visão parcial e restrita desses mesmos fatos.

Para Guerreiro Ramos, os marcos fundamentais que assinalaram um novo sentido da vida nacional estavam localizados no processo de mudança estrutural provocado pela diferenciação das classes sociais, pela industrialização acelerada e principalmente, pela mudança de rumo da economia nacional, que nasceu sob o domínio dos interesses externos (coloniais) e, desde o início do século XIX, desenvolve-se no sentido inverso, isto é, interno e anti-colonial.

Essa mudança estrutural leva à necessidade de se mudarem os métodos e processos políticos vigentes até aquele momento. O surgimento do interesse das classes média e operária exigia respostas à qual o sistema anterior, pela sua própria concepção oligárquica e exclusivista, era incapaz de fornecer.

Assim, para esse autor, a questão oligárquica foi o nó górdio da política nacionalista. A compreensão desse ponto foi a grande contribuição do pensamento social dos anos 30. Contudo a questão ficou em aberto, sem que estes autores tivessem a capacidade de resolvê-la. As condições histórico-estruturais ainda não estavam dadas. Para Guerreiro Ramos não se conseguiu formular uma “ideologia orgânica da realidade nacional que refletisse a direção dominante do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira”. Desde 1870, as teorizações sobre o Brasil, refletiam a consciência possível em cada momento.

A história do pensamento político/social do Brasil republicano se confundiu com a ascensão política e a evolução social das classes médias, pois, segundo Guerreiro Ramos, todos os momentos importantes da história republicana, nesse primeiro quartel do século, desde a proclamação da República, passando pela campanha Civilista de Rui Barbosa, pela Coluna Prestes e pela Revolução de 30, foram frutos da luta dessas classes contra o poder das burguesias latifundiária e mercantil.

Contudo, a diferença fundamental, em relação às interpretações de Florestan, não se deu na compreensão da origem distinta de classe desse pensamento. Guerreiro Ramos pressupondo a origem deste nas classes médias e Florestan, nas classes agrárias/patrimoniais. Aquele compreendia que a luta de classes entre a burguesia agrária e mercantil e as classes médias (e o

proletariado) se refletia também no campo das idéias políticas, já que as interpretações sobre 30 tem origens de classe distintas. Seriam três estas tendências:

a) acadêmico-normativa, produto da visão conservadora das classes burguesas retrógradas, tem como característica principal a busca pela salvação da sociedade através da tutela das massas. Foi anti-revolucionária, concebia a sociedade como um processo natural. Aceitava, portanto, apenas reformas que mantivessem, no essencial, a estrutura social anterior. Estas mudanças estariam a cargo das elites e objetivariam a elevação moral do povo, tido como o grande responsável pela instabilidade social do período. Cognominou estes autores com a expressão de “jeunesse dorée”; b) indutiva, produto da ação das classes médias. estas lutariam pela mudança revolucionária da sociedade, apesar de não possuírem instrumentos rigorosos de metodologia científica, produziram as interpretações mais frutíferas sobre a sociedade brasileira; c) pragmática-partidária, constituída pelo programa dos partidos integralista e comunista.

Apesar da luta das classes médias e do proletariado pela sua inserção no espaço político, sua inconsistente consciência política impediram uma reforma mais profunda nas estruturas sociais e políticas daquele momento, o pensamento político ligado a essas classes, portanto, estaria condenado também à impotência

Para Guerreiro Ramos, as condições histórico-sociais só atingiriam a maturidade a partir dos anos 50, onde a combinação de populismo e democracia faria com que o povo se constituísse, agora de maneira plena, como categoria histórica e política. Assim estariam asseguradas as condições para que, enfim, a sociedade brasileira tomasse o destino em suas mãos, e o pensamento obtivesse a capacidade plena de conhecer a nação. Para o autor, o surgimento da categoria “povo” traz uma dupla revolução em nossa história, no nível teórico e no político: no primeiro, tornou inoperantes as instituições políticas e administrativas adequadas ao antigo regime; no segundo, levou muitas das mais categorizadas análises de nossa evolução política a perderem sua validade.

O autor conclui suas observações questionando as idéias de que os pensadores da década de 30 não teriam nenhuma contribuição a dar para o conhecimento da sociedade brasileira, por não conhecerem as modernas técnicas de pesquisa das ciências sociais. Assim é que,

“Nos últimos vinte anos adquiriram prestígio. Aos olhos do público certos estudos que se rotulam de ‘sociológicos’ e ‘antropológicos’. Os autores desses estudos timbraram

sempre em exibir muita erudição e um conhecimento de técnicas de pesquisa que diziam constituírem a última palavra em ciência social. Então passaram a, aberta ou indiretamente, empequenecer as contribuições dos estudiosos dos problemas brasileiros que os tinham precedido. Além disso, afirmando serem a 'sociologia' e a 'antropologia' ciências cuja prática exigia treino especialíssimo, desestimularam muitas pessoas pudicas e, entretanto, capazes de contribuir para o esclarecimento de nossas questões. Resultou de tudo isso que ficaram sem merecida atenção numerosas obras de valia, só porque seus autores não se diziam nem 'sociólogos', nem 'antropólogos'".²⁰

Se em Guerreiro Ramos, temos uma revalorização das teorizações da década de 30, apesar da reiteração dos limites desses textos, é com Wanderley Guilherme dos Santos, já no final dos anos 70, que esses autores adquiriram o direito de figurarem como legítimos representantes da história do pensamento político brasileiro²¹.

Para reivindicar esse direito, o autor classificou essas teorizações como as “mais argutas análises sobre o processo produtivo nacional, elaboram-se as principais hipóteses sobre a formação e funcionamento do sistema social, e articula-se o conjunto de questões que, em verdade, permanecerão até hoje como o núcleo fundamental embora não exaustivo de problemas a serem resolvidos teórica e praticamente”²². Mais do que isso, Santos levantou a hipótese que todas as boas hipóteses sobre o período já teriam sido desenvolvidas por esses autores e que, portanto, tudo o que se sucedeu em matéria de teoria política nada mais foi do que uma releitura daquilo que se produziu naqueles anos. Exemplifica este argumento com as idéias saídas do ISEB, que segundo ele, nada tinham de originais, apenas foram revestidas com uma argumentação mais fina, atualizando o discurso para o clima do momento e o colocando à disposição de um público maior e mais intelectualizado.

Para Santos, o erro dos críticos foi tentar compreender a obra dos autores da década de 30 com os olhos e a perspectiva científica dos anos 50 (ler o passado em função do presente), o que

²⁰ ... Guerreiro Ramos, A. O inconsciente sociológico – estudo sobre a crise política no Brasil na década de 30. *Op. Cit.*

²¹ ... Santos, W.G. dos. A imaginação político-social brasileira. *Dados*, n.º 2/3, 1967. Tema posteriormente revisitado em: *Raízes da Imaginação brasileira. Dados*, n.º 7, 1970; *Ordem burguesa e liberalismo político*. SP: Duas Cidades, 1978.

²² ... Idem, *Ordem burguesa e liberalismo político*, p. 38.

os impossibilitou de avaliar a real contribuição desses autores para a compreensão da realidade nacional.

Outra hipótese levantada pelo autor foi a de que, o longo interregno do Estado Novo, criou um vácuo entre a geração acadêmica dos anos 50 e os autores predecessores, como se nada existisse no passado. Criou-se com isso um preconceito político, pois viram nestes autores apenas os “ideólogos” do regime decaído. Por fim, a forma particular da constituição das ciências sociais brasileiras, desenvolvida a partir de pesquisadores estranhos (estrangeiros) à nossa realidade contribuiu para a visão geral da descontinuidade com o passado.

A geração do primeiro quartel do século, na realidade, para Santos representou o verdadeiro despertar do pensamento sociológico no Brasil, o autor salienta como nesta geração houve uma ruptura epistemológica com o pensamento político do século XIX, pois deixou-se de lado o comportamento individual como a base da análise política, sendo este substituído pelo predomínio dos fatores sociais e econômicos. A revolução de 30 assinala um outro momento decisivo na evolução das análises políticas, pois acrescentou como fator explicativo a idéia da existência de uma crise profunda da sociedade brasileira, produto de contradições surgidas no passado organizacional da sociedade brasileira.

Santos pode colocar, justamente, estes autores como primordiais para nossa história do pensamento político brasileiro, e não “irrelevantes” como em Florestan, mesmo compreendendo suas insuficiências no quesito dos “cânones científicos”, pois desenvolveu um conceito para designar o tipo de sua análise política chamado por ele de “imaginação política”. Esta foi explicada como sendo “tipo de avaliações políticas que alguns homens de percepção educada, comprometidos com o público de uma forma ou de outra, são compelidos a fazer”²³.

O autor criaria, assim, uma categoria intermediária entre o “ensaísmo” dos bacharéis, tão malvisto na nossa história política, e uma ciência da política ainda por vir. A “imaginação sociológica” seria uma espécie de precursora da análise política científica. A insuficiência de dados e informações causadas pela precariedade da nossa pesquisa empírica sobre a sociedade brasileira seria contornada, de maneira criativa, pelo uso da imaginação. Mais valiosa neste caso do que a razão. Obrigados pela premência da análise produziram obras nem sempre sistematizadas, mas essenciais para a compreensão da nossa realidade. Estariam além do senso comum, seriam uma etapa essencial no processo de racionalização do pensamento político.

²³ ... Idem, A imaginação político-social brasileira. P.137

Além do seu papel na formação do pensamento político brasileiro, estes autores desempenhariam a função de formadores de opinião, que teriam a função política fundamental de direcionar e apontar os limites possíveis para as ações políticas dos atores contemporâneos. E foi este, exatamente seu papel político fundamental. Se a interpretação de Santos sobre a “imaginação sociológica” estivesse correta então a contribuição dos contemporâneos deveria indicar as possibilidades e limites para os atores coetâneos, o que parece corresponder com a verdade, seja para a esquerda seja para os liberais ou autoritários. Deve-se ressaltar a luta daqueles autores por uma visão científica ou “sociológica” da realidade, o que contribuiu decisivamente para abrir caminho para a aceitação social da sociologia, estimulando a sua institucionalização, que se concretiza com o nascimento da Escola de Sociologia e Política em SP.

Santos buscou realçar a continuidade do pensamento político brasileiro, mostrando que este se caracterizaria de duas maneiras: primeiro, uma percepção dicotomizada da sociedade brasileira, polarizando de maneira maniqueísta os conflitos existentes²⁴; segundo, a questão teórica essencial, que perpassa gerações, tem sido a problemática da instalação e do funcionamento da “ordem liberal burguesa”.

Neste sentido as posições se polarizaram entre aqueles que viam o processo político de maneira “naturalista”, compreendendo que as instituições liberais por si só, no decorrer do tempo, constituiriam a ordem burguesa. E esta seria a visão dos liberais do Império, como também dos constitucionalistas da década de 30. Do outro lado, existiam aqueles que compreendiam a implantação da ordem burguesa como um ato de vontade política, leia-se de ação do poder estatal. Estes eram os conservadores do Império e os autoritários dos anos 30.

Mas afinal conservadorismo e autoritarismo são sinônimos? Santos observa com perspicácia que os democratas-liberais dos anos 30 são aqueles que, “reivindicando eleições, constituição e livre jogo político, isto é, vigência das instituições liberais clássicas, no contexto, das quais o privatismo oligárquico era em verdade o único ator beneficiado”²⁵.

²⁴ ... Segundo Santos, foi Euclides da Cunha no ensaio *Da Independência à república*, publicado pela primeira vez em 1900, que chamou a atenção para a existência de dois brasis: o do litoral, e o do interior, ou o Brasil real e o Brasil legal, essa seria uma das mais caras idéias do pensamento dos anos 20/30 e seria incorporado pela esquerda nacionalista e a comunista nos anos 50.

²⁵ ... Idem, *Ordem burguesa e liberalismo político*, p. 54.

A revalorização dos autores dos anos 30 se constitui a base do artigo de Bolívar Lamounier²⁶, que reiteraria as observações de Santos de que o debate teórico sobre a sociedade brasileira nada mais foi do que uma sucessiva reinterpretação da obra daqueles autores. Como vimos anteriormente, também Lamounier reconheceu a pobre base teórica desses autores. Assim, esses autores foram frutos conseqüentes da literatura do período, contudo, isso não impediu que eles desempenhassem um importante papel para impulsionar a legitimação e institucionalização das ciências sociais no Brasil.

Lamounier fez coro com Santos ao criticar aqueles que descartaram o pensamento do primeiro quartel do século. Este “preconceito” levou a que uma “história das idéias políticas” no Brasil praticamente inexistisse pela falta de seu “objeto de pesquisa”...

A “imaturidade” dos autores é a crítica mais freqüente, o que em conseqüência, levou os críticos a questionarem a esta produção por não ter consistência “ideológica”, ou por serem “incoerentes” ideologicamente. Seu pensamento não é considerado “suficientemente ideológico”, seja por que se limita a reproduzir o interesse das elites, seja porque o crítico não considera que o pensamento desses autores contém as características mínimas para ser aceito no seleto clube dos pensadores políticos. Isto significaria que o pensamento político do período se resumiria ao embate entre comunistas e integralistas, que muitas vezes também seriam descartados, pois nada mais representariam do que “cópias” de seus congêneres europeus.

Lamounier destacou, com acuidade, que os autores do período buscavam responder a um problema muito específico, ou seja, a questão da “organização do poder” no país. Suas análises foram produto da desagregação política causada pela revolução de 30. Também foram homens de seus tempo, pois foram impactados com o desenrolar do drama mundial. Este foi balizado pela crise econômico-social causada pelo debacle da economia mundial, após a crise de 1929, e pela crise da democracia européia, que gerou o avanço dos regimes autoritários na Alemanha e na Rússia. Portanto, historicamente estávamos situados num período de mudança histórica fundamental no capitalismo ocidental, como diria Lamounier, “a passagem do Estado gendarme ao Estado intervencionista”, ou na linguagem gramsciana, a passagem do “Estado dominante” ao “Estado hegemônico”.

²⁶ ... Lamounier, B. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira república: uma interpretação. In: *História Geral da Civilização Brasileira. Vol. 9. SP, DIFEL, 1977.*

A mudança do pensamento político brasileiro, segundo Lamounier, deveria ser buscada na tentativa de criação de um sistema ideológico que confira ao Estado a legítima autoridade para tutelar os rumos da nação. A intenção destes intelectuais era de influir sobre os acontecimentos, persuadindo as elites políticas, seus verdadeiros interlocutores. Assim, o que se assistia naquele momento era a “constituição de um novo sistema ideológico dominante”²⁷. Seu objetivo era se ajustar ao movimento ideológico mundial. Controlar a ação do mercado, corrigir os defeitos do sistema liberal democrático, concentrar o poder no Estado, buscar na ciência, na sociologia, as informações técnicas necessárias para ordenar a sociedade (socioterapia tecnocrática). No caso brasileiro isto significava destruir o regime implantado pela constituição liberal de 1891, já que este seria um produto da “ilusão” liberal-democrática.

O que buscou Lamounier foi compreender o pensamento político dos anos 30 como o momento formativo de uma ideologia autoritária, o que ele conceituou como “ideologia de Estado”²⁸. Assim, para o autor:

“A ideologia autoritária é uma ideologia de Estado neste duplo sentido: ela visa a integração político-social sob a égide tutelar do Estado, e não a integração mobilizadora que desfaz a demarcação jurídica e burocrática entre Estado e sociedade; teme o inevitável corolário da mobilização de massas – a “aparição de César” – que dissolve o estado como unidade jurídica impessoal em favor da autocracia plebiscitária”²⁹.”

Para o autor a centralização do Estado pretendida pelos autores do período é autoritária, e teria origem na assimilação por estes, de um conjunto de idéias sociológicas inegavelmente proto-fascistas. Não há aqui a compreensão, como em Santos ou Guerreiro Ramos, da diversidade do pensamento dos anos 30, da assimilação por correntes progressistas, e mesmo de esquerda de idéias comuns no período, como a centralização do Estado, o corporativismo e o anti-liberalismo, etc³⁰.

²⁷ Idem, ibidem. P 357.

²⁸ ... Idem, ibidem. P. 345.

²⁹ ... Idem, ibidem. P. 369.

³⁰ ... Na mesma época, outro autor também concebia o pensamento dos anos 30 como indiferenciado, pois, autoritarismo, corporativismo, fascismo, extrema-direita eram todos conceitos similares. Refiro-me a Héglio Trindade. *Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*. S. Paulo: DIFEL, Porto Alegre: UFRGS, 1974.

Lamounier buscou uma explicação sociológica para a constituição desta “ideologia de Estado”: o anseio dos autores em fortalecer o Estado estaria ligado a sua vinculação por dependência ou por profissão ao Estado. Seria esta a causa da sua visão idealizada do Estado, compreendendo o fortalecimento deste como fator suficiente para promover o desenvolvimento e o processo social. Identificando seus agentes, a tecnocracia estatal, como uma elite especial, colocando os interesses da nação acima de tudo, sendo capazes de construir estratégias de longo prazo de interesse coletivo, para além dos interesses privados.

A visão de Lamounier indica serem os autores da década de 30, não os ideólogos da aristocracia patrimonial, como queria Florestan Fernandes, nem os representantes das classes médias, ou representantes da burguesia agrária, como em Guerreiro Ramos, mas sim representantes de uma proto-tecnoburocracia de Estado, de uma elite intelectual-burocrata, em busca do fortalecimento do Estado. Não visam o interesse de qualquer classe privada, e sim visam o interesse de seu próprio estamento burocrático. Assim Lamounier se aproxima da visão dos críticos liberais, como Faoro.

Desvinculados das classes sociais, mantendo vínculos frágeis com as “bases” sócio-econômicas, o autor salienta que, esta produção intelectual foi de enorme relevância para nossa compreensão sobre o Brasil. Por outro lado, não parece concordar com Santos sobre sua importância para a política da época. Lamounier destacou sua aparente marginalidade, com o uso uma expressão forte, seriam os “bobos da corte” da Nova República.

Podemos concluir nossa apresentação dos principais analistas do pensamento político dos anos 30, nosso objetivo de estudo nesse capítulo, destacando alguns pontos que vão balizar nossa interpretação sobre estes autores: primeiramente, é fundamental compreender o pensamento político daqueles anos como, apesar da coincidência de vários temas (corporativismo, centralização do Estado, anti-liberalismo, anti-democratismo, as visões dualistas), essencialmente diversificado, pois, o que a literatura pouco compreendeu, foi a existência de uma rica matiz de tendências ideológicas, indo desde o comunismo até o integralismo, passando por várias outras tendências, liberais, democráticas, socialistas, conservadoras, etc. Significa compreender, como Guerreiro Ramos, na existência de interesses de classes conflitantes e contraditórios em luta. Interesses estes que reivindicam os ideais da burguesia industrial, das classes agrárias, das classes médias ou do proletariado. Segundo, compreender, como Lamounier, a coerência ideológica desse pensamento e também a originalidade de muitos autores, infelizmente ainda pouco

estudados, e menos ainda levados a sério. Terceiro, compreender o impacto, tanto de fatores externos (a crise da democracia e do Estado liberal, e o surgimento do fascismo e do comunismo), como de fatores internos (a crise da sociedade oligárquica, a ascensão de novos grupos sociais, principalmente), que desencadearam a Revolução de 30. Acontecimento fundamental pois tornou uma necessidade inadiável conhecer o Brasil, visto como desconhecido. A busca dos fatores que impediam o seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, as soluções para esses problemas (papel este da sociologia), proporcionou a visão de um futuro em aberto, e de um passado definitivamente enterrado. E, por fim, a quarta característica, que todas as análises teriam que dar conta, de maneira implícita ou explícita, do surgimento de um personagem novo, que subverte todas as concepções e instituições vigentes: o povo. Seria esse personagem o enigma a ser decifrado pelos nossos autores.

2.2. INTERPRETANDO A REVOLUÇÃO DE 1930.

Como vimos, foi tendência na literatura, que aborda os teóricos da década de 30, de considerá-los autoritários *tout court*, sem compreender as nuances que separam o pensamento de um Virgínio Santa Rosa, de um Maurício de Lacerda, de um Afonso Arinos de Mello Franco ou de um Octávio de Faria. Seriam todos eles autoritários? E o que isso significa? Estamos dizendo que autoritário seria a mesma coisa que conservador, direitista, ou simplesmente, aqueles que se opõem à democracia? E afinal, a que tipo de democracia nos referimos?

Senão vejamos, numa definição básica e simplificada, autoritário seria: 1. relativo a autoridade. 2. Que se baseia na autoridade, despótico. 3. Que procura impor-se pela autoridade³¹. Por outro lado, Juan Linz³², mostrou-nos que a definição clássica colocava o autoritarismo como o oposto da democracia, mas que a partir da Segunda Guerra estes termos passaram a ser adjetivados com termos como “progressista” ou “modernizante”.

Por outro lado, Norberto Bobbio³³ nos ajuda a compreender que o conceito de autoritário ou democrata (ou como ele chama “libertário”³⁴), não se confunde, como muitas vezes aparece

³¹ ... DICIONÁRIO AURÉLIO BÁSICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. Todas as definições, não especificadas, que se seguem são desse dicionário

³² ... Linz, J. Um regime autoritário: Espanha. Cardoso, F.H.; Martins, C.E. *Política e Sociedade. V.1. São Paulo: Ed. Nacional, 1981-1983.*

³³ ... Bobbio, N. *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política.* S. Paulo: Ed. UNESP, 1995.

na literatura, na distinção entre esquerda e direita, ou de conservadorismo e progressismo, que se referem à relação entre os ideais de igualdade-liberdade. A diade de liberdade-autoritarismo, se refere, também, à radicalidade dos meios empregados para se atingir um fim, moderados no caso dos democratas, radicais no caso dos autoritários. Assim, Bobbio nos alerta para o fato de que os movimentos revolucionários tendem para o autoritarismo, e por estranho que possa parecer, se assemelham, *em relação aos meios*, aos seus opostos, os contra-revolucionários. Revolução e algum grau de autoritarismo, segundo o autor, são pares historicamente indissociáveis.

Assim, seria possível compreender que o autoritarismo podia ser tanto de esquerda ou de direita, tanto progressista como conservador, tanto revolucionário, como reacionário. Assim o democrata, pode ser conservador como também progressista. Bobbio constrói assim o seguinte espectro: a) extrema esquerda, doutrinas e movimentos simultaneamente igualitários e autoritários; b) no centro-esquerda, simultaneamente igualitários e libertários; c) no centro-direita, simultaneamente libertários e inigualitários; d) extrema-direita, simultaneamente anti-liberais e antiigualitários³⁵. Sendo assim classificar os autores dos anos 30 como autoritários, apenas responde uma parte da questão, ou seja, como se posicionavam em relação ao binômio autoritarismo-democracia.

Portanto, num primeiro momento, poderíamos apenas afirmar que autoritário é aquele que se opõe a democracia ou que se apoia ou defende o despotismo, ou seja, apoia governos ditatoriais ou autoritários, quer eles sejam “progressistas”, ou “conservadores”³⁶.

Por outro lado, se quisermos ampliar a nossa definição de conservadorismo, e não de autoritarismo, que, como vimos são coisas diferentes, podemos utilizar as idéias de Hirshman³⁷ sobre as características do pensamento reacionário. Para o autor, o pensamento conservador/reacionário se caracterizaria por defender três teses sobre a mudança social: a) tese da perversidade, onde qualquer ação para modificar o meio social só serviria para exacerbar a situação que originalmente queria melhorar; b) a tese da futilidade, em que as tentativas de transformação social são infrutíferas; c) tese da ameaça, o custo da mudança social é alto demais,

³⁴ ... Na nota n.º 2, p. 118, Bobbio lembra-nos que “a diferença entre libertários e autoritários está na diversa apreciação {*aprezzamento*} do método democrático, fundada por sua vez sobre a diversa apreciação da liberdade como valor.

³⁵ ... Bobbio, N. *Op. cit.* P. 119.

³⁶ ... Entendendo conservador como: aquele que em política é favorável à conservação da situação vigente, opondo-se a reformas radicais. Que é hostil às inovações políticas ou sociais. E progressista aquele que, ao contrário, é adepto do progresso político, social ou econômico.

pois coloca em perigo outra realização anterior.³⁸ Ou seja, a característica do pensamento reacionário/conservador não é apenas em não desejar a mudança social, mas também em não acreditar nela, e mais do que isso, compreender mudança social, desde que não tenha origem na lenta evolução impessoal da sociedade, ou seja, a mudança produto da tradição, como uma ação, negativa, destruidora e maléfica.

Se estas são aceitas como definições válidas, cabe-nos, por último, buscar a definição de democracia: que pode ser concebida em termos formais ou substanciais, ou seja, compreendida como regras formas de liberdade política, e alternância do poder; ou como um regime de valores éticos e morais que incluiria concepções de igualdade, liberdade e fraternidade, ou traduzida em termos modernos como justiça social³⁹. Assim, se a democracia for compreendida no seu sentido formal, desvinculada de valores morais e éticos, como por exemplo, a definição de Linz, no artigo citado: “Consideramos um governo como democrático se ele oferece oportunidades constitucionais regulares para a competição pacífica pelo poder político (e não apenas a participação do poder) aos diferentes grupos sociais, sem excluir pela força, qualquer setor importante da população (...)”⁴⁰. Podemos compreender a existência de governos “progressistas” ou “conservadores”, tanto em regimes autoritários ou democráticos. Visto dessa maneira, a questão da democracia ou do autoritarismo, refere-se apenas a qual meio se utiliza para se atingir determinado fim, e não como um fim em si mesmo, e deve ser avaliada a partir da sua capacidade de conduzir a sociedade aos fins que ela deseja.

É importante compreender o sentido de ser autoritário nos anos 20 e 30 desse século, já que a democracia era vista como produto do liberalismo e este por sua vez produto das “idéias artificiais” que foram introduzidas no Brasil com o regime republicano. A crítica mais freqüente à República e à constituição de 1891 é o seu “artificialismo”, ou seja, foi fruto das concepções liberais vigentes na Europa e nos Estados Unidos. Implantada no Brasil, como se fosse um apanágio, um remédio para todos os males, enfim, como um regime adequado a todo e qualquer país. Sua incapacidade de resolver os problemas nacionais seria explicada pela sua inadequação à

³⁷ ... Hirschman, A. O. *A retórica da intransigência*. Perversidade, futilidade, ameaça. S. Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³⁸ ... Idem, *ibidem*. P. 15/6.

³⁹ ... Vejamos, por exemplo, idéia de democracia como *valor universal*, como concebida por Carlos Nelson Coutinho - *A democracia como valor universal*. São Paulo: L.E.C.H. 1980 -: “As objetivações da democracia (...) tornam-se valor na medida em que contribuíram, e continuam a contribuir, para explicitar as componentes essenciais contidas no ser genérico do homem social. (...)” P. 24.

⁴⁰ ... Linz, J. *Op. cit.* P. 319.

sociedade brasileira, vista como uma sociedade profundamente original e distanciada de suas congêneres européias ou americanas. Constatada a inadequação das instituições liberais, inclusive a democracia, caberia assim aos nossos intelectuais: a) compreender o que seria o Brasil e, b) constituir novas instituições adequadas a ele. Essa visão se traduzia na busca do país “real” em contraposição ao país “legal”, ou o Brasil do “litoral” e o Brasil do “interior”, já que a visão liberal apenas conhecia o Brasil superficial, aquele dos grandes centros urbanos, e desconhecia o resto.

Mesmo na Europa, os regimes liberais-democráticos eram vistos como estando em crise terminal, a democracia parecia ser produto do capitalismo liberal do século XIX, afinal, o mundo do início do século XX era um mundo cada vez mais antiliberal, seja ele na versão fascista ou na comunista. A crise de 1929, a Revolução Russa a ascensão do fascismo na Itália e Alemanha, são freqüentemente citados como sintomas da incapacidade dos regimes liberais democráticos em responder à crise econômica do capitalismo e a ascensão das massas no cenário político.

Portanto, os autores brasileiros colocaram para si a tarefa de responder à uma dupla crise: a do regime republicano no Brasil e a do regime liberal democrático no mundo. Sendo que a crise brasileira seria produto de características próprias, como o sistema oligárquico, a descentralização federativa, a predominância do mundo rural, mas também, reflexo dos problemas mundiais. Nem sempre os autores estão conscientes dessa dupla influência, mas para podermos compreender seu pensamento temos que levá-las em conta.

Os estudos, citados anteriormente, sobre o pensamento político da década de 20/30 tiveram como objetivo principal destacar as características comuns desse pensamento, ou seja, buscar os elementos que pudessem caracterizar uma homogeneidade (unidade) de idéias, classificadas genericamente de autoritárias. Meu objetivo caminha em sentido contrário, ou seja, a partir da classificação de Guerreiro Ramos, acadêmico-normativa, produto da visão conservadora da burguesia decaída; indutiva, produto da visão revolucionária da classe média; e a pragmática, ou seja a visão dos integralistas e comunistas. Proponho compreender o pensamento do pós 30 a partir de quatro matrizes principais: a) os conservadores, que se caracterizariam pela crítica ao pensamento revolucionário, pela defesa do regime decaído. Vendo a elite como o único agente positivo da história. Pela busca da reconstrução da ordem e da autoridade, vista como a origem da crise e a principal tarefa a ser perseguida naquele momento; b) os progressistas, adeptos da ação revolucionária. Observam a mudança como positiva. Vendo no

passado as origens do problema nacional, buscam um regime político capaz de incorporar as massas nacionais, e por consequência, os setores populares. Passam a ver estes como os agentes primordiais do jogo político.

Sendo assim, cabe compreendermos o pensamento político dos anos 30, não apenas como o período da hegemonia das idéias autoritárias, mas compreendê-lo como um rico período de busca da compreensão do que é o Brasil, e das soluções para a constituição de um país desenvolvido, mas também mais justo. Afinal quais eram suas visões sobre o Brasil? O que produziu a revolução de 30? O que foi ela? Qual o melhor regime para o Brasil?

CAPÍTULO 03:

O PENSAMENTO CONSERVADOR.

Nem o pensamento dos anos 30 pode ser considerado conservador *tout court*, nem os integralistas detêm o monopólio deste pensamento. Na realidade vemos várias matizes do pensamento conservador se manifestarem no período. Assim, tanto o catolicismo como o liberalismo, manifestavam sua face reacionária e conservadora, cruzando-se muitas vezes com influências monarquistas e/ou fascistas. Autores como Octávio de Faria, Afonso Arinos de Mello Franco ou Alceu Amoroso Lima, se têm semelhanças inegáveis entre si, como o autoritarismo e o conservadorismo, possuem também diferenças notáveis, muitas vezes subestimadas pelos seus críticos.

Para Amoroso Lima⁴¹ a crise que se instaurou no Brasil dos anos 30 é essencialmente uma crise de autoridade, com raiz profunda na própria evolução da sociedade ocidental, nos movimentos que há séculos vêm abalando a visão espiritualista transmitida pela Igreja Católica, substituindo-a pelo materialismo individualista do iluminismo e da sociedade liberal, e posteriormente, pelo comunismo ateu. Esse materialismo incorpora-se ao nosso país com o surgimento da República. Nela as idéias positivistas e liberais, passam a dominar nossa sociedade, e combatê-las torna-se a função primordial do pensamento católico de então.

A constituição de 1891, seria a origem dos nossos desvios, a crise de autoridade refletiu a instabilidade do poder laico, da autoridade despida do manto da origem divina, do presidencialismo laico substituindo a monarquia representante da vontade divina na Terra, da ausência de espiritualidade, reflexo da separação da Igreja e do Estado. Esse presidencialismo sem espírito seria uma das origens da crise de autoridade por que passaríamos, como também a política oligárquica, produto da mesma concepção liberal que norteou a constituição da República. Essa oligarquia e sua sede pela aquisição econômica, separou o governo do povo, promovendo toda sorte de desmandos em benefício próprio. Formando duas classes de maneira artificial, promoveram a irreparável divisão que cinde a sociedade em duas: os mandantes e os mandados.

⁴¹ ... Amoroso Lima, A. *Indicações Políticas*. Da revolução à constituição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

Amoroso Lima, viu o sentimento materialista manifestar-se principalmente no surgimento do espírito revolucionário, certamente originário do descontentamento do povo com os governos, mas tendo origens mais profundas. O sentimento revolucionário teria origem nas lutas republicanas do século passado, na luta da liberdade contra a autoridade, dos republicanos contra a monarquia. As revoluções são filhas do iluminismo, heranças do espírito anti-cristão, mal julgando a autoridade e a liberdade. O iluminismo tem como supremo bem a liberdade, e como inimigo máximo a autoridade. Com as revoluções o homem brincaria de Deus, criando e recriando a sociedade a sua semelhança. A autoridade, por outro lado é a essência da doutrina católica, porque herdada diretamente de Deus e só a ele devedora. Assim seria o espírito revolucionário, com seus apelos à liberdade, a verdadeira origem da descrença na autoridade, mais do que os maus governos, foi ele que separou o povo do governo.

Sendo um severo crítico das revoluções (nesse aspecto, típico representante do pensamento reacionário/conservador), negou a sua capacidade transformadora. Exemplificando a *tese da ameaça*, de Hirschman, o autor afirmou que foram as revoluções a causa da crise. Ao buscar uma romântica liberdade, o que os revolucionários fizeram foi destruir os alicerces da autoridade, levando o país ao caos presente. No limite levando à desagregação da nossa nacionalidade. Pois, o espírito regionalista da revolução seria o cerne da possível desagregação nacional, já que a centralização do poder, como reforço da autoridade central, devia-se sobrepôr sobre os interesses regionais. Não se deve menosprezar um sentimento nacionalista na obra de Amoroso Lima. Este destacou que a unidade nacional seria o caráter que diferencia o Brasil das outras repúblicas latino-americanas. A oposição dos dois grandes estados (Minas Gerais e Rio Grande do Sul) foi um fator essencial no desencadeamento da revolução de 30.

O objetivo da revolução de 30 foi, assim, a destruição, a ruína do poder central, foi a busca da legitimação da violência. Seria a *construção de um novo Estado*, desconhecendo nossas tradições, seccionando a continuidade de nossas estruturas políticas.

Foi, portanto, uma revolução política, que nada construiria. Seu futuro pareceria sombrio: a volta dos antigos políticos oligarcas, ou a entrega aos governos militares. Em ambos os casos, o caos e o banho de sangue parecem inevitáveis. Foi, talvez, a maior crise da nossa história, disse Amoroso Lima.

A solução seria, em primeiro lugar, compreender a existência de um real espírito de revolta no povo, e sua negação aos desmandos e corrupção do antigo regime. O autor reconheceu

A solução seria, em primeiro lugar, compreender a existência de um real espírito de revolta no povo, e sua negação aos desmandos e corrupção do antigo regime. O autor reconheceu que o movimento de outubro foi um acontecimento fundante, dele emerge um povo com uma nova consciência, por outro lado, nasceu de uma sociedade desligada das estruturas tradicionais.

A revolução dita “liberal” não poderia ser o remédio para a política oligárquica, pois essa foi justamente produto do mesmo liberalismo. As mudanças desejadas pelo povo teriam que ser originadas de uma reforma social, que se caracterizaria pela forma pacífica e lenta, de sua ação, que respeite às tradições. Uma “revolução”, essencialmente espiritual, mais também social. A palavra de ordem poderia ser, recristianizar a constituição, eliminar da política e da sociedade brasileira o materialismo positivista, republicano e liberal.

O caminho já se avizinha, pois, lentamente a partir da Revolução de 30, foram se formando duas correntes políticas entre os vitoriosos de outubro: uma, a revolucionária, dos tenentes e dos seus aliados civis, portadora da desordem, da indisciplina e chegaria necessariamente ao materialismo comunista; a outra, é a nacional, tradicional, cristã, que era crítica ao regime passado, pois esse era originário das oligarquias políticas, do engodo democrático, do materialismo econômico. Esta corrente renovadora assenta suas bases nas populações mineiras e nordestinas, esteio do cristianismo conseqüente e portador da regeneração política nacional. A ação desta corrente junto a ação dos católicos foi fundamental para evitar que, na constituinte de 34, os ideais da corrente revolucionária transformasse a revolução política em revolução social.

Os escritos de Amoroso Lima, que cobrem o período de 1930 a 1935, concluíram-se com um brado de alerta e chamada à luta, pois, para ele, os acontecimentos de outubro aceleraram nossa história política (50 anos em 5), pois as forças políticas que mal se diferenciavam, inorgânicas que eram, agora estão consciente de seus interesses, muito mais fortes e prontas para a luta. O jogo revolucionário está maduro, os exércitos estão formados. Amoroso Lima conclama os seus para assumirem os seus postos.

Os liberais encontraram-se dos dois lados da Revolução de 30. Havia os liberais progressistas, afinal a revolução foi feita em nome dos ideais liberais, e os liberais conservadores, contra a democracia liberal e a constituição republicana de 1891.

Afonso Arinos de Mello Franco se encontra no campo dos que estão ao lado da ordem derrocada e da autoridade decaída. O regime de força que se instaura através de uma revolução

tem sua decidida oposição. Seus escritos⁴² questionam a validade da Revolução de 30, pois segundo ele, as contradições que assolavam a sociedade brasileira poderiam ser resolvidos dentro dos quadros do regime deposto, o Brasil seria assim apenas um país desordenado e não desorganizado, pois ser desorganizado significaria a necessidade de buscar novas estruturas políticas e sociais capazes de responder aos impasses em questão. A revolução foi então supérflua.

Para Franco, a questão brasileira teria sido mal colocada, as questões colocadas pela nova civilização industrial, particularmente, a ascensão das massas populares e os conflitos de classe. Estas questões não eram a origem dos nossos problemas, pois simplesmente o país ainda não conhecia a fase da industrialização acelerada, nosso industrialismo era incipiente, e as nossas classes eram pouco representativas e pouco conscientes dos seus interesses reais. Ao contrário de muitos autores contemporâneos que viam a crise brasileira como um aspecto da crise da civilização ocidental (liberal e industrial), o autor reivindica a busca da origem das nossas contradições não em fatores de origem externa ou em fatores materiais, e sim, em fatores espirituais. A nossa “desordem” vinda do campo das idéias, do campo ideológico, enfim uma desordem de valores.

Os valores sociais fundamentais são o sentimento de liberdade e o sentimento de hierarquia. Estes valores se perderam com a derrocada do regime imperial, com eles se perdeu o sentido de ordem das nossas forças nacionais, instaurou-se a anarquia da nossa organização social. O espírito revolucionário que desencadeou a República, foi a tônica desse regime. Foi aguçado com as revoltas militares dos anos 20 que solaparam esses valores fundamentais, substituindo-os pelo culto à violência, pelo espírito da revolta, pelo desejo de mudança.

O autor destacou a precária consciência política de nossas massas. Um povo inculto, atrasado, despreocupado com a realidade, sem livre arbítrio, seria facilmente mobilizado por aqueles que detém a força espiritual, a força das idéias. Sem o “senso grave de ordem”, esta massa seria facilmente convencida a se voltar contra os governos constituídos, contra a ordem. A democracia liberal, portanto, ao invés de favorecer a liberdade, prostituiu-a.

Esta é, em linhas gerais, a interpretação conservadora: a questão da ordem, da hierarquia, esta em cheque. 1930 foi a crise final, ou a crise inicial da falência da ordem. Seria um erro

⁴² ... Franco, A. A. de M. *Introdução à Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt Ed/ Civilização Brasileira, 1933.

atribuir a Franco a idéia de que a derrocada da ordem foi um produto da agitação das massas, pois na visão conservadora do autor, o povo é uma massa disforme, incapaz de produzir mudanças por si mesmo, sua ação é desconexa e destrutiva, só adquirindo sentido positivo quando liderado por uma elite consciente.

No Império a mesma existia, cuja ação positiva, preservando ao mesmo tempo a liberdade e a ordem gerou a duradoura estabilidade política e social do período. Com a desagregação desse regime, o espírito de revolta, a descrença na ordem, o desrespeito à hierarquia e a sobrevalorização da liberdade, atingiram a própria elite, que se desagregava em conflitos regionais. O povo, sensibilizado pelo desejo de mudança, é massa de manobra do conflito entre as elites, a anarquia é o resultado da profusão das ideologias, dos choques de interesses, das visões de mundo contrastantes que se seguiram à Revolução de 30.

A baixa capacidade de comando de nossas elites, também pode ser explicada pela progressiva marginalidade a que se submeteram os intelectuais na República. A modernização administrativa produziu o resultado funesto da substituição destes por uma burocracia de técnicos sem a capacidade de liderança política daqueles. Afinal um Estado de traços racionais-legais não devia ser a visão ideal de Franco, menos preocupado com a racionalidade do que com a manutenção da hierarquia social.

Resumindo, poderíamos dizer que a análise de Franco coloca a origem das crises do período, e em particular da crise de 1930, como uma crise de poder, a perda de controle da elite sobre as massas, a instauração da desarmonia no campo das classes dominantes, a hegemonia do espírito revolucionário, a quebra da ordem e da hierarquia, o uso da violência e dos ataques à liberdade, o apelo às massas. O discurso de Franco está claramente direcionado para as elites, para a recomposição do seu domínio. O surgimento de grupos dispostos ao cortejo das massas, para ele é claramente a imagem do caos.

Como vimos, Franco compreendeu a revolução de 30 como desnecessária, contudo, isto estava longe de considerá-la irrelevante, em sua origem havia traços legítimos de descontentamentos político e econômico. Carregava também um caráter ideológico definido, ou seja, era liberal-democrática. Em relação aos seus resultados, não foi inócua, pois, efetuou mudanças administrativas importantes, mas, se revelou ineficaz ao buscar a reforma política. Não só não melhorou nosso estado de desordem, como, ao contrário, agravou-o, ao incluir novas

tendências ideológicas, anteriormente, inativas ou inexistentes. Suas idéias, como vimos, são típicas representantes da tese da *perversidade* de Hirschman.

Conclamou os intelectuais a assumirem suas responsabilidades como elite política. Estes para terem sucesso nessa tarefa devem abandonar definitivamente seus sonhos revolucionários, suas utopias livrescas, voltar-se para conhecer a realidade brasileira, abandonar suas limitações regionalistas, serem nacionalistas sem deixarem de ter espírito universal.

A proposta platônica de Franco é afinal o governo dos intelectuais, o domínio da razão sobre a emoção, da reforma sobre a revolução, ou seja, das elites sobre a massa:

“Uma vez estabelecida a influência preponderante dos intelectuais no poder, reinará a ordem intelectual; a política será doutrinária; a imprensa, refletindo essa política, será também de doutrina; e as massas, orientadas por essa imprensa saberão distinguir as diferenças entre as idéias e entre os homens que representam essas idéias. Sim, o poder dos intelectuais, o governo dos doutores, porque assim é que foram governados na antigüidade e que são governados, modernamente, os países bem governados”⁴³.

O horror que os conservadores manifestaram em relação à Revolução de 30 não foi produto da compreensão de que as antigas estruturas haviam ruído, mas sim, pelo fato dos revolucionários não demonstrarem capacidade para construir uma nova estrutura de poder. O sentimento de insegurança, a ameaça à propriedade privada, aos valores tradicionais, à conservação do *status quo* das classes dominantes, era produto da constatação de que as massas estavam despertando de seu longo sono, que estavam sem controle, já que foram rompidas as amarras que as subordinavam ao controle das elites e, o que é pior, sendo seduzidas perigosamente pelos apelos revolucionários, não excluindo inclusive o apelo comunista⁴⁴.

Octávio de Faria, assim como seus jovens colegas direitistas da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (A. Lacombe, H. Vianna, Santiago Dantas), ao realizarem uma enquete para

⁴³ ... Idem, *ibidem*. P. 50.

⁴⁴ ... “Voltamos àquele momento de sombria disponibilidade, dilacerados entre o otimismo dos vitoriosos, a volatilização dos vencidos, o descontentamento das massas proletárias e a organização secreta ou patente, mas inflexível dos manejadores da violência sistemática. A burguesia materialista, que fez da terra e da vida dos sentidos, do poder ou da cultura, o último fim da existência, começa a sentir apavorada a tempestade dos ventos que semeou.” Faria, O. de. *Esperado ou desesperado?*, O Jornal, 22/2/1931. In: Sadek, M. T. A. *Maquiavel, maquiavéis: a tragédia octaviana*. São Paulo: Símbolo, 1978.

compreender o estágio da sociologia brasileira, chegaram à seguinte conclusão sobre o significado da Revolução de 30:

“A revolução realizada por correntes heterogêneas e até mesmo antagônicas, sem uma forte ideologia, que lhe norteara a atividade, sem amparo outro que a força, sempre precário e passageiro, via-se frente a frente com uma realidade bem diversa da que se esperava, bem mais complexa e mais séria do que supunham os ingênuos pregadores liberais (...). Mas a Revolução se debate em vão, em face aos seus próprios problemas. Seja pela ausência de fundamento ideológico forte, seja pela derrocada do princípio de autoridade (...)(destaque meu, mvp). Felizmente já se esboça um movimento de reação, caracterizado pelas afirmações nacionalistas, pelo combate ao mimetismo pernicioso que já tanto tem desgraçado este pobre país, pelo desenvolvimento dos estudos brasileiros, por toda uma mentalidade nova, cheia de fé e entusiasmo (...)⁴⁵.”

A luta pela reconstrução da autoridade, a busca de uma definição ideológica, e a afirmação de uma visão nacionalista, seriam os ingredientes básicos da afirmação política de uma geração de pensadores conservadores que iria desembocar na criação do movimento integralista. Contudo, ao contrário de seus colegas, integralistas de primeira hora, este jovem pensador vai construir uma bem recebida carreira intelectual buscando um caminho alternativo para nosso fascismo caboclo. Na realidade, a sua luta seria a busca de uma terceira via, ou melhor, de um caminho que unisse as principais tendências conservadoras dos anos 30, o integralismo e o catolicismo.

O pensamento de Octávio de Faria foi uma tentativa de conciliar, de unir a perspectiva fascista da criação de um novo Estado, de uma nova política, com a luta católica pela reforma moral da sociedade brasileira.

A primeira vista, a opção de Faria pela obra de Maquiavel⁴⁶, consagraria a primeira opção, afinal o pensador florentino é um teórico da política, ou mais particularmente, um teórico do Estado. Contudo, Faria faz uma leitura particular da obra de Maquiavel, buscando nesse autor não

⁴⁵ ... Inquérito de sociologia brasileira, *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*, 1931. In: Sadek, M. T. A. *Op.cit.*

⁴⁶ ... Faria, O. de. *Maquiavel e o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

uma teoria da política, ou do Estado, mas sim a teoria do indivíduo, uma teoria moral, ou seja uma tentativa de aproximar as teorias desse autor com as visões da Igreja Católica.

Na realidade, a preocupação de Farias busca a subordinação do elemento político – o Estado – ao elemento moral. Identificando, as problemas que afligem o Brasil como problemas de ordem “espiritual”, ou seja, na origem da nossa desordem estaria a constituinte republicana de 1891, pois essa teria se baseado numa visão idílica do homem. Crendo, como Rousseau, que o homem é bom por natureza, foi incapaz de compreender o homem concreto, o homem submetido as forças materialistas do capitalismo, nem compreender a forma específica com que se formou o homem brasileiro. Afinal, o Maquiavel de Faria é aquele que soube fazer uma leitura “psicológica” do homem moderno⁴⁷, uma leitura “realista” – do indivíduo egoísta, de suas características imutáveis, que permitem ao autor compreender que o Maquiavel, preocupado em construir uma estabilidade para uma Itália dilacerada pelos conflitos internos, pode oferecer os remédios para o Brasil dilacerado pelos seus regionalismos.

É assim que a visão espiritualista da Igreja, sua crítica ao materialismo republicano, a aproxima do Maquiavel octaviano, a tal ponto que a visão “estatista” do autor sofre uma releitura “neotomista”. Faria usou a separação entre indivíduo e pessoa, encontrada nessa visão, para legitimar sua concepção da necessidade de controlar o indivíduo para salvar a pessoa. Ou seja, para que a pessoa (moral, espiritual) possa ser salva, o indivíduo (material, político) precisa ser controlado, ou seja, o indivíduo do liberalismo deve ser eliminado para que a pessoa do catolicismo floresça. Para Faria o elogio do liberalismo seria para o indivíduo comum e sua sociedade seria a dos homens comuns. No entanto, para o autor esse homem fruto da sociedade de massas nada constrói, apenas os indivíduos excepcionais representam o avanço, seria com eles que a política deve ser feita. O paradigma é Mussolini, um homem de exceção. Seria com ele que se construiria uma nação e não com as multidões. Estas, por definição são politicamente incapazes.

Essa distinção neotomista, Faria veria se reproduzir em Maquiavel, criando a possibilidade de compreender como o mundo da política é indispensável para garantir a ordem

⁴⁷ ... Segundo Faria, “o doutrinário que passou à história como um grande político, talvez seja muito mais, no fundo um grande psicólogo. Psicólogo porque realiza uma análise profunda do homem. (...)” (Idem, *ibidem*. P. 57. In: Sadek, M. T. A. *Op. cit.* P. 118)

social, mas, deve ser empregado apenas quando a consciência moral do indivíduo fraqueja⁴⁸. É um Maquiavel moralista que nos apresenta Octávio Faria.

Reconciliando o pensador florentino com a Igreja Católica, e também a política com a moral, Faria, num segundo momento, vai também tentar conciliar o catolicismo tradicionalista com a revolução modernizante fascista. Sua tarefa de acomodação teórica buscou tornar palatável aos olhos da igreja (na sua visão, por definição reacionária) uma forma de revolução anti-revolucionária, que pouco altera da ordem vigente. Talvez seguindo a fórmula de Lampedusa: “tudo mudar, para nada mudar”.

A Revolução de Faria, seria pacífica, pois não carrega consigo a mensagem da violência, seria elitista, pois seria feita através das classes dominantes, e por fim, é moral, pois teria como fim devolver o caráter moral às massas. Seu objetivo final, portanto, seria retirar as massas da influência do materialismo, principalmente do materialismo comunista.

Buscando o exemplo na marcha sobre Roma, dos fascistas italianos, Faria concebeu uma revolução “moderada” - inclusive em alguns momentos utiliza a palavra “reedificação” ao invés de revolução – que, ao contrário da revolução comunista, não tem por objetivo levar o povo ao poder, mas ao contrário, reconduzir a elite a ele. Uma revolução, não para derrubar a ordem vigente, mas para reconstruí-la.

Colocando o problema da ascensão das massas como o problema fundamental da modernidade, Faria veria a solução numa combinação entre o poder moral (espiritual) da Igreja com a revolução fascista, ou seja, com a constituição de um novo Estado. Tanto o socialismo como o liberalismo colocam o povo como agente supremo da nação, e na visão de Faria, a experiência democrática mostrou que o povo no poder gera o caos e o desequilíbrio social. Controlar o povo, para o bem do próprio povo, “demofilia” e não “democracia”, deve ser a palavra de ordem. Criar um regime que equilibre a burguesia e o proletariado.

No entanto, apenas o Estado forte e centralizador propugnado pelos fascistas não é o suficiente pra realizar essa tarefa, sua fraqueza, aponta o autor, está no seu aspecto mobilizador, insuflando perigosamente as massas, e por outro lado o corporativismo, cedendo perigosamente uma parcela de poder às mesmas. Por outro lado, a reforma moral católica por si, por mais que seja o caminho natural de controle sobre as massas, necessita de um forte anteparo nos períodos

⁴⁸ ... A discussão sobre essa interpretação “neotomista” de Maquiavel, está em Sadek, M. T. A. Ibidem. P. 117 e segs.

de crise social. A conclusão de Faria seria na busca de uma terceira via. Um *tertium* que agregue o melhor das duas posições, a esta proposta o autor chamou de nacionalismo. Nacionalizar o fascismo, buscar uma moral adequada ao homem brasileiro⁴⁹.

Em, *Destino do socialismo*⁵⁰, de 1933, Octávio de Faria se define como anti-socialista e anti-capitalista, definindo o nacionalismo como uma terceira via, capaz ao mesmo tempo de evitar a desagregação nacional, combater o regionalismo e ainda reconstruir a ordem. Esta seria garantida por um regime que combinasse a desigualdade natural, a hierarquia social e a autoridade. Este seria o “sentido do século”, seguindo esse caminho, estaria o Brasil, finalmente, em compasso como ritmo do desenvolvimento mundial.

Decadência moral e desordem política foi a leitura de Farias sobre o Brasil que a Revolução de 30 vem encontrar. O autor não tem ilusões sobre o nosso passado, ao contrário dos nossos autores ufanistas ele não buscou no passado as tradições “gloriosas” do nosso país, como paradigma para nosso futuro. Ao contrário, sua posição “realista” nos apresenta um país sem passado, sem tradições ou instituições a serem preservadas ou reconstruídas. O esforço de um movimento nacionalista deveria que ser imenso, pois teria como missão construir um país, mais do que reformá-lo.

Apesar de reconhecer que o período imperial representou a tentativa mais séria de nos constituir como nação, Faria não economiza nas críticas, compreendendo nossa história como uma sucessão de improvisos, de tentativas de copiar, ora as civilizações européias, ora a sociedade americana. Assim, o Brasil chega à República, e ao século XX, em plena desordem. 40 anos deste regime passaram como se nada houvesse acontecido. Ao contrário, era intenso o processo de desunião social, os processos inibidores da nossa constituição enquanto uma nação estariam acelerados. Nunca o Brasil esteve tão próximo da desagregação como nos anos republicanos. Se Faria reconhecia na Itália renascentista o Brasil dos anos 30, ainda mais consistente era a comparação com a Itália pré-fascista de Mussolini.

Não seria muito claro as origens da Revolução de 30 para Faria, a falência moral, como vimos seria o meio de onde se originaram outros fatores, certamente nada original em relação aos autores conservadores vistos anteriormente: o conflito regionalista, a crise econômica, o espírito

⁴⁹ .. É importante destacar que, interpretando o pensamento de Octávio de Faria dessa forma me afasto da interpretação de Sadek, que alegava uma inconstância do pensamento do autor, sua incapacidade em definir-se entre a moral e a política, a construção da terceira via me parece o projeto que dá consistência, coerência e lógica a todo o seu pensamento.

revolucionário, a insatisfação popular, a decadência das elites, e por fim a fraqueza das instituições republicanas.

Faria define a revolução como eminentemente política, que não teve caráter social, nem base ideológica definida. Foi, em realidade, uma junção de interesses opostos, de tendências políticas díspares, com origens de classe diferenciadas. A ordem, a segurança pública, o respeito à propriedade, tudo isso era representado pela ordem antiga que ruiu.

Seu resultado político foi um só: a destruição da ordem. Junto a ela, ruíram a própria segurança pública, o respeito à propriedade e a hierarquia. A incapacidade do novo regime em reconstruir essa ordem só nos garantia uma certeza, a de que o passado estaria definitivamente destruído, enquanto o presente se mantém incógnito e o futuro se apresenta ameaçador. O que não significa que a única “qualidade” da revolução tenha sido enterrar o passado, o autor considera esta o fenômeno marcante de sua geração. Comungando com as idéias de Amaro Lima, a revolução serviu para dissipar os véus que encobriam as forças políticas em ação, agora estas agem em campo limpo, desfraldando suas bandeiras, organizando seus militantes. Um mês de processo revolucionário fez evoluir nosso conflito político em dez anos, nos fez compreender o poder inquietante das massas, o que significou também, aproximou-nos na mesma velocidade do comunismo.

Colocando-se também equidistante do fascismo, considerou, com ironia, que “um dos erros mais sérios (...) da Revolução de outubro de 1930, foi o de ter chamado a atenção do “grande número”, da nossa massa, para os problemas políticos e sociais”. Com efeito, “de repente (...) o Brasil acordou moderno. Todo o mundo quis ser a mesma coisa todos quiseram ser extremados. ‘Salvar o Brasil’ fosse como fosse, com a foice ou com o óleo de rícino”. A consequência foi a “desmoralização incessante da idéia de nacionalismo”, no sentido europeu⁵¹.

As soluções que Farias apontou para reconstruir a ordem passarim necessariamente por “revoltar a burguesia contra ela mesma”, ou seja, despertá-la, equipá-la do conhecimento científico e da bagagem cultural para enfrentar os novos tempos. A importância da educação, especialmente a educação das elites, é novamente ressaltada, sendo a constituição de universidades uma proposta consensual dos conservadores.

⁵⁰ ... Faria, O. *Destino do socialismo*. Rio de Janeiro: Ed. Ariel, 1933.

⁵¹ ... Faria, O. de. “O nacionalismo do Brasil”, Política, 1932. In: Trindade, H. *Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL; Porto Alegre: UFRGS, 1974. P. 111.

Se a reforma moral da elite viria pela educação, o mesmo já não se aplica ao povo, já que Faria propõe uma revolução social, um governo forte para controlar o povo, o que incluiria reformas sociais, para o seu bem estar, mas não reformas que dessem a este a capacidade de controlar o governo. Como vimos, nem democracia, nem educação, pois, para Faria, o simples fato de alfabetizar o povo, ou de autorizar a imprensa livre, ou o livre funcionamento dos partidos políticos, daria as massas um poder que voltar-se-ia, certamente, contra elas próprias. Proteger a sociedade do poder destruidor das massas, este deve ser o papel do Estado octaviano.

Outubro de 1930 despertou a besta, é contra ela que o jovem estudante de direito apontou sua lança:

*E mais negro que todo o resto, não me saem agora da retina aquelas visões lastimáveis de 24 de outubro: ainda vejo, nítidos e apavoradores, aqueles caminhões atulhados de homens esfarrapados, desarmonia do preto da maioria (constante) com o vermelho (variável do momento), todos berrando pela vitória de uma revolução que cada um concebia de seu modo (...)*⁵².

Os autores que escrevem durante os anos 30 têm consciência de estar no meio de um profundo processo de transformação. Com os olhos atentos para as experiências que se produzem na Europa, atentos a crise mundial provocada pelas contradições do capitalismo liberal, estes autores se voltam para a situação brasileira procurando compreender o impacto da situação mundial sobre esta. Partia-se da compreensão que o Brasil, aparentemente vivendo quase isolado da situação mundial, a partir daqueles anos entrava em compasso com a situação, com a crise mundial. A sociedade brasileira que vinha se desenvolvendo historicamente com um sentido próprio foi colhida pelo turbilhão mundial, transformando nossas estruturas e exigindo respostas adequadas. Falência do liberalismo econômico, falência da democracia, ascensão das massas, luta de classes, individualismo, materialismo, espiritualismo, fascismo, comunismo, foram produtos da crise mundial, a resposta passaria inevitavelmente pela reestruturação do Estado. Pois este sendo um produto da constituição de 1891, foi o resultado de um mundo em franca decomposição sendo, portanto, incapaz de resolver os problemas da modernidade.

⁵² ... Idem. *Maquiavel e o Brasil*. P. 178.

Os textos de Azevedo Amaral⁵³ procurariam se situar dentro dessa compreensão. Para ele o Brasil, que já perdera o sentido de sua história desde o final do período colonial, encaminhava-se para entrar no compasso da história mundial e como consequência novamente em compasso com sua própria história. Assim, o Brasil estava saindo de uma sociedade individualista para uma sociedade coletivista. Por outro lado, os acontecimentos de 1930 colocaram a possibilidade da hegemonia política das forças econômicas nativas, única possibilidade, segundo o autor, para reconduzir o país ao caminho do progresso, da modernidade, e do seu destino histórico, caminho esse que teria sido interrompido com a constituição de um “Estado político”, de um Estado parasitário no início do século XIX.

Azevedo Amaral concebeu a existência de três tipos de Estado, ao longo da história: o primeiro tipo seria o Estado político, nesse tipo as elites dominantes têm como única preocupação seu domínio sobre as outras classes, sua atuação política visaria construir instituições que garantissem o *status quo*, e portanto, impedissem a mudança social. Seria portanto um regime conservador, voltando-se em realidade para deter o avanço do progresso social. A este tipo de Estado, Azevedo Amaral oporia o segundo tipo, o Estado econômico, caracterizado por ele como um espaço de defesa da liberdade e do livre desenvolvimento das forças econômicas, promotor do desenvolvimento e do progresso social. E, por fim, o autor nos lembra da existência de um terceiro tipo, o Estado militar que, como o próprio nome diz, refere-se aos períodos de domínio das castas militares ou da guerra.

Trazendo esta interpretação para a história brasileira, Azevedo Amaral afirmou que no período de descoberta do Brasil, Portugal vivia no período do mercantilismo e o seu Estado correspondia a esta forma econômica. Esta forma de Estado, portanto, é que foi transplantada para a civilização brasileira, nos anos iniciais da colonização. Voltado exclusivamente para as funções econômicas, o Estado constituído em terras brasileiras desempenharia funções meramente administrativas, sem desenvolver uma atividade de dominação política relevante. Assim era que, a sociedade brasileira se constituía exclusivamente sobre suas forças econômicas, apoiada em suas elites produtivas. Sendo esta a causa do rápido progresso da colônia. Seria este o sentido original de nossa história.

⁵³ ... Azevedo Amaral, A. J. de. *Ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1934. (Bibl. Pedag. Brasileira – Brasileira, vol. 31) *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livr. J. Olympio ed., 1935. (Col. Problemas Políticos Contemporâneos, n.º 10) *Renovação nacional*. Rio de Janeiro: s/e, 1936.

O século XVIII foi o período do auge do nosso desenvolvimento econômico, mas também seria o período do início de sua derrocada. Para o autor, o Brasil se preparava para ser os Estados Unidos da América do Sul, trajetória esta que foi interrompida no início do século XIX, quando o Estado brasileiro sofreu um brusca mudança. De Estado econômico transformou-se em um Estado político e daí por diante passou a viver como parasita do corpo econômico do país.

A estrutura da nossa história, a partir desse momento, pode ser caracterizada pelo conflito entre as forças econômicas nacionais e a existência de um Estado nacional parasitário. A origem desta transformação política se situou com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, e com um segundo transplante do Estado português em nosso país. Contudo, desta vez Portugal já se situava na contramão do desenvolvimento histórico europeu. O Estado português já tinha se transformado em um Estado político, e foi este tipo que foi reimplantado em solo nacional. Com a constituição deste Estado e sua respectiva burocracia (portuguesa, no primeiro momento), as forças produtivas da nação perdiam sua proeminência anterior. O Estado passa a exercer funções de domínio político cada vez mais opressivas, agindo essencialmente de forma parasitária, exaurindo de maneira sempre crescente as forças econômicas nacionais.

A mudança de função do Estado vai corresponder à ascensão de uma nova burocracia. De início, como vimos, sua origem era portuguesa, desembarcando no Brasil juntamente com a família real. Posteriormente, infiltra-se nessa burocracia, através de seus cargos mais baixos uma pequena burguesia urbana nacional que vai ser a essência que caracterizaria a burocracia do Estado político nacional. Essa pequena burocracia urbana crescia nas fimbrias da sociedade urbana, totalmente desvinculada da produção econômica da época. Azevedo Amaral traça um perfil profundamente negativo desse grupo social, são parasitas do Estado, sem possibilidade de sobreviver fora dele, não tem uma ética do trabalho, usam o Estado como sua única forma de ascensão social. Posteriormente, com sua ascensão dentro da burocracia estatal, o Estado lhes serve para construção de seu domínio político sobre a nação⁵⁴.

⁵⁴ ... É importante não esquecer da visão racista que permeia os textos de Azevedo Amaral, onde esta pequena burguesia, não só é objeto de uma visão sociológica que justifica sua definição negativa, como o autor carrega contra ela argumentos do tipo: “produto da mestiçagem”, “raça inferior”, para justificar seu caráter parasitário, mesmo considerando a existência de qualidades intelectuais inegáveis em muitos membros dessa camada social. A crítica negativa que o autor lhes reserva, passa por uma visão mais ampla do fenômeno da mestiçagem, e a visão dele da inviabilidade de uma raça mestiça. No final de seu livro, *O Brasil na crise atual*, ele coloca suas dúvidas na forma de uma pergunta: “Seremos uma raça mestiça mas com psiquismo branco em essência?”. Talvez, menos do que defender o “embranquecimento” da raça, como seus colegas racistas, mas ao compreender a inevitabilidade do fato de sermos um “país mestiço”, pergunta-se sobre a possibilidade da preponderância dos valores da raça branca - vistos como os únicos capazes de conduzir o país à modernidade - sobre todas as outras raças. Obviamente os valores

Azevedo Amaral construiu uma análise de classes raramente vista entre seus pares. Sua análise sobre a estrutura social do período se apercebe inclusive da incorporação da camada militar portuguesa que seria a origem de um elemento político (o exército), já naquele período, um dos grandes responsáveis pela agitação política nacional. Visto como um indesejável fermento das crises políticas, extremamente suscetíveis às campanhas demagógicas e oportunistas.

O autor propõe, por outro lado uma originalíssima interpretação sobre o nosso passado, contrariando a tese amplamente aceita da hegemonia agrária, defendendo a idéia de que a classe que caracterizaria o nosso passado colonial seria a classe produtiva mineradora, classe urbana portanto. Seria esta classe, ponta de lança do nosso desenvolvimento econômico colonial, que exercia o controle da produção nacional, e foi apenas no momento em que o Estado passou a hegemonizar nossa vida política que a predominância das forças produtivas coloniais foram colocadas em segundo plano. A dominação do Estado político parasitário colocou o domínio político nas mãos de duas classes: a primeira classe, sairia da ascensão da pequena burguesia burocrática, que formaria a base do Partido Liberal. Esta classe, como já vimos, desenvolveu-se à margem do sistema produtivo, sem vinculação com a realidade nacional, portanto, não era de se estranhar que, com olhos voltados para realidades estranhas à nossa buscassem, através de “modelos exóticos”, equiparar nossa nação aos patamares da civilização desenvolvida. A segunda classe, era a dos senhores agrários, que viriam a constituir as base do partido Conservador. Esta classe, embora inserida no sistema produtivo, a ele se ligava de maneira secundária à corrente central, portanto, tinha uma visão limitada da realidade produtiva nacional. Em resumo, olhava a sociedade sob a ótica de uma sociedade agrícola. Como ambas as classes eram filhas do Estado político que aqui se formou, foram incapazes de compreender o papel fundamental do deste na coordenação das forças produtivas, ou seja seu papel econômico

da raça branca são os valores de nossa elite. Sem negar a existência desses fatores, e compreender a sua carga negativa para o trabalho de Azevedo Amaral, sua importância na obra do autor é secundária, excetuando-se o seu ponto de partida: o Brasil como país de características peculiares em relação à civilização européia, por ser um país mestiço. Seus argumentos independem de sua visão racista, seu trabalho pode ser analisado sem levar em conta essas características, que parecessem surgir no texto mais como uma afirmação de princípios do que como parte da argumentação. Mais importante, sem dúvida, é o caráter elitista de sua obra. Sem descaracterizar a importância das massas na sociedade moderna, compreendidas de maneira positiva como fator fundamental das democracias modernas, menos como ator político autônomo, é verdade, e mais como a “opinião pública”, Azevedo Amaral vê as massas agindo de maneira positiva na história brasileira contemporânea, contudo, é importante não perder de vista que em sua concepção as massas não tem comportamento independente, só deixam o estado de passividade quando estimulados pela elite, e são como objeto de disputa política entre as elites que as massas desempenham seu papel histórico.

interventor.. Para Azevedo do Amaral, portanto, apenas as classes que exerciam o controle da produção teriam a capacidade para compreender o real papel econômico do Estado e portanto, serem aptas para a “direção da nacionalidade”.

É assim que, todos os momentos progressistas da história brasileira foram produto de causas econômicas, a Independência, a Abolição, e a República. A luta de vida e morte entre o Estado político e as forças econômicas começa a pender decisivamente para estas, a partir da Abolição e da República, onde o espírito econômico começava a predominar. Para o autor, a República representou a ascensão ao poder das classes produtivas, contudo, o poder político continuou nas mãos dos setores agrários, e é nesta contradição que estaria na origem da revolução de 1930.

A ascensão das forças econômicas industriais selaram o destino do Estado político parasitário, sua continuidade era um anacronismo. Chegava ao fim a longa batalha das forças econômicas visando estabelecer o seu predomínio, ou seja, a constituição do Estado econômico. O sentido particularíssimo de nossa formação (país mestiço racialmente, apesar de contar com uma elite branca) impediu que adotássemos de forma eficaz as fórmulas políticas estrangeiras, e por outro lado, o nosso destino como nação, do primado das forças econômicas industriais, só poderiam estar harmonizados quando da constituição de um novo Estado, em que as forças dominantes do campo econômico, e os representantes do trabalho criativo (patrões e empregados?) estejam à frente da nação. Portanto, se a adoção das “formulas exóticas” junto com a constituição do Estado político parasitário tiraram o país de sua rota natural. A revolução de 1930 viria para criar as condições necessárias para a correção desse desvio.

Para Azevedo Amaral, o Brasil vivia nos anos 20 uma situação paradoxal, pois existia um descompasso entre o avanço das forças econômicas, com a ascensão paulista, inclusive com avanços técnicos e científicos e o clima vertiginoso de insatisfação política. Para todos que viviam no período era claro a necessidade de reformas políticas e morais, produto da incapacidade do Estado em acompanhar a evolução política e econômica da modernidade. Assim se, por um lado, o autor pode classificar a revolução de 1930 de “benéfica, necessária e inevitável”, por outro, defini-la como precipitada, pois, a própria evolução econômica do país estava gerando a solução para os problemas nacionais. Os anos anteriores estavam assistindo a uma lenta gestação de novas formas ideológicas e políticas autenticamente nacionais, as próprias massas agitavam-se, caminhando no sentido de se constituir uma autêntica opinião pública, fator

esse essencial para a constituição de uma ampla reforma nacional. Portanto, se naquele momento, a revolução era necessária, talvez futuramente ela não fosse.

É importante compreender o papel da atuação das massas populares, para Azevedo Amaral, pois ao afirmar que as mesmas só agiam se dirigidas por uma elite, e também ao dizer que as revoluções são produto de uma minoria, fica claro que sua análise é “elitista”. Paradoxalmente, isso não significa que o autor despreze a ação das massas, em relação aos acontecimentos de 1930 é exatamente o contrário o cenário que ele nos mostra. Em primeiro lugar, é importante compreender que, se Azevedo Amaral reserva o governo para as minorias esclarecidas, por outro lado, compreende as sociedades modernas como assentadas na opinião pública. Opinião essa caracterizada essencialmente como formada pelas camadas médias e populares de uma sociedade. A distorção fundamental havida durante a República Velha, era a exclusão de uma opinião pública, que, como vimos, seria o fator fundamental de desenvolvimento político nas sociedades modernas. O movimento que leva a 1930, portanto, caminhava para ser um autêntico movimento de renovação nacional, uma revolução no sentido correto da palavra. Portanto, não nos deve causar surpresa, quando Azevedo Amaral classifica 1930 como a primeira insurreição nacional com caráter genuinamente popular. Se é verdade que para ele revoluções são em essência produto das elites, no entanto, reserva para a massa popular um papel de destaque naqueles acontecimentos:

“Em outubro de 1930 o povo, se não tomou parte da insurreição, saiu cedo de casa com indumentária simbólica para acompanhar a procissão militar. Fez mais. Colaborou com os revolucionários autênticos no incêndio dos jornais governistas e depois de estar tudo acabado foi vaiar o sr. Washington Luís a caminho do Forte de Copacabana. Nenhum observador do nosso meio social poderia exigir maior contribuição das massas populares, como expressão da sua solidariedade cívica com a revolução triunfante⁵⁵.”

Contudo, o governo revolucionário cortou o ímpeto das massas, impedindo que a revolução atingisse seus verdadeiros objetivos. Para o autor uma revolução autêntica se caracteriza pela mudança das estruturas e da evolução econômica de uma nação. A ação limitada dos revolucionários, incapazes de construir uma autêntica ideologia revolucionária, revelou-se na

⁵⁵ ... Idem, *ibidem*. P. 166.

sua busca que se limitou a uma mudança de homens e não na mudança de estruturas. Porém, se essa é a verdade comprovada nos seus discursos e nos seus atos, também é verdade que sua ação desencadeou de maneira inconsciente, uma mudança real nas estruturas produtivas, pois, ao enterrar definitivamente o Estado político republicano, permitiu a ascensão das reais forças econômicas, fazendo assim com que o Brasil pudesse trilhar novamente seu caminho histórico, como vimos, desenhado já no período colonial. Enfim o Brasil poderia encontrar seu destino, seu destino como Estado econômico.

Também é verdade que, sendo a revolução precipitada, pelas razões acima expostas, esta foi capaz apenas de destruir o regime político anterior, sem ter, contudo, a capacidade de construir novas instituições. É assim que, as forças vivas da nação, que lutavam por mudanças radicais, dado as circunstâncias desfavoráveis do momento, tiveram que se contentar com reformas muito mais superficiais do que almejavam no início do processo.

Até 1934, quando escreveu *O Brasil na crise atual*, ano da assembléia constituinte na república nova, Azevedo do Amaral, via a revolução de 1930 de maneira dúbia, sendo ao mesmo tempo inevitável e necessária como, por outro lado, precipitada; também a vê como incapaz de gerar o novo Estado econômico, que nos levaria devolta ao nosso destino nacional, mas vê seu caráter positivo na destruição do Estado político, sem o qual esse caminho jamais poderia ser trilhado. Já em 1936, com seu livro *Renovação nacional*, o autor, apesar de manter-se no argumento da inoportunidade da revolução, e na sua avaliação da necessidade de uma ideologia que sedimentasse as mudanças, já avalia os resultados da revolução como indubitavelmente progressista, caminhando “decididamente” no sentido histórico do desenvolvimento nacional. Revolução progressista mas ao mesmo tempo conservadora, pois nada mais fez do que nos devolver aos “traços essenciais de nossa personalidade coletiva”. A crise revolucionária ainda não foi resolvida, mas caminha-se rapidamente para a sua conclusão, repercutindo fortemente na estrutura da sociedade nacional.

O apelo de Azevedo Amaral em prol da constituição de uma opinião pública, já pode ser compreendido como resolvido, pois o autor vê a criação de uma consciência nacional nova, pois, não apenas os setores populares passaram a influenciar e colaborar com os poderes públicos, mas esses inclusive mudaram sua atitude, sendo agora conscientes da função política das massas. Esse Estado, que se ainda não é o Estado econômico tão almejado pelo autor já mostra de maneira

inicial o espírito intervencionista que o deve caracterizar, construindo um dirigismo econômico ainda embrionário, empírico e fragmentário.

Poderíamos concluir caracterizando a interpretação de Azevedo Amaral sobre os acontecimento de 1930 como a compreensão de uma crise profunda nas estruturas da sociedade brasileira, em particular de uma crise no seu aparelho estatal. A crise é ao mesmo tempo uma crise de legitimidade e uma crise de função desse Estado. O Estado brasileiro se tornou incapaz de exercer as funções que uma sociedade moderna como estava se transformando a sociedade brasileira porque capitaneado por forças políticas desvinculadas do mundo econômico, anacrônicas porque representariam a sobrevivência, em nosso solo do Estado feudal português (Estado da contra-reforma), Estado liberal em sua forma, mas opressor das liberdades e do progresso em sua essência. O caminho como vimos é a instauração do Estado econômico, intervencionista em sua forma, mas defensor da liberdade e do progresso em sua essência; Estado esse que deveria ser apropriado por suas elites representantes das forças produtivas (burguesia), desbancando uma burocracia patrimonialista em descompasso com as exigências da modernidade. É a necessidade do Brasil acompanhar a avalanche da modernidade que faz Azevedo Amaral compreender a necessidade desse Estado obter uma nova fonte de legitimidade, a única, segundo ele, compatível com os tempos modernos, a legitimidade das massas, ou como ele mesmo diz a legitimidade da opinião pública.

É possível que a referência à opinião pública tenha como base a compreensão do autor da inserção brasileira na sociedade de massas – da cultura de massas – sendo, dessa forma, um dos precursores da compreensão da existência desse tipo de sociedade, sendo possível entender sua adesão ao futuro Estado Novo, como o reconhecimento da necessidade de um Estado de novo tipo capaz de fazer frente a essa nova sociedade.

A leitura feita pelos conservadores já analisados não deve obscurecer a existência de outras leituras possíveis, entre elas as mais importantes são as leituras que têm como objetivo negar a importância da revolução de 30, seja por que não houve nenhuma mudança real, seja porque não haveria necessidade de mudanças. Essas posições, em geral se produzem a partir daqueles que se colocavam na defesa do governo deposto.

É assim, que os defensores da causa paulista tornam-se os defensores da República Velha, por compreender este regime como obra da elite paulista, e exatamente por esse motivo teria sido

derrubado. Renato Jardim⁵⁶, atribui a oposição ao regime republicano a uma orquestração de estados oportunistas, insuflando o descontentamento de uma população ingênua, habituada a esperar tudo dos governos, a culpar os governos, de maneira injusta, por todo o mal que assola a terra. Destaca também, o conluio dos interesses dos industriais, inconformados pela política do governo federal de negar apoio (proteção) ao desenvolvimento de indústrias de caráter puramente *artificiais*.

Ingenuidade popular e oportunismo das elites oposicionistas forjaram uma imagem profundamente deturpada do governo federal, criou-se a versão de governos corruptos e eleições fraudadas. Nada mais longe da verdade, segundo o autor, o presidente deposto era o “mais honesto e mais republicano de quantos temos tido”, assim como o pleito eleitoral, por ele patrocinado, teve como vencedor o candidato paulista “em pleito tão livre e tão verdadeiro quanto possível na muita inculta terra brasileira”. Assim, produziu-se uma farsa que foi acrescida, a auto-justificação dos revolucionários, de nobres objetivos sociais que procuravam, em verdade, apenas camuflar a sórdida busca pelo poder.

Mesmo em críticos da política da República Velha, podemos observar essa postura, nada incomum entre muitos analistas do período. Assim, para Gilberto Amado⁵⁷, a revolução de 30 “não mudou nem podia mudar o estado de espírito, a mentalidade da nação”, afinal, não pode-se esperar mudanças quando os homens que estão à frente do governo revolucionário têm a mesma mentalidade dos antigos dirigentes.

Alcindo Sodré⁵⁸ vai mais longe, para ele a elite que governou o Império continua a governar a República. Julga incorreta a recorrente crítica à incapacidade teórica de nossas elites, e a sua tendência a importar modelos políticos inadequados à nossa realidade, coloca sobre o povo, sobre a precária educação política desse, o peso da desordem nacional, a fonte inesgotável das crises nacionais, incluindo a crise revolucionária de 1930. A elite, ao contrário, sempre mostrou alto estágio de desenvolvimento político, buscando construir a estabilidade de nossas instituições a partir de um constante ajustamento das leis nacionais, adaptando as leis básicas da sociedade moderna à realidade nacional.

Sodré, engrossa o coro daqueles que não viam motivo para a revolução, afinal não havia no Brasil daqueles anos questões sociais a resolver. Não haveria porque realizar transformações

⁵⁶ ... Jardim, R. *A aventura de outubro e a invasão de São Paulo*.

⁵⁷ ... Amado, G. *Eleição e representação*. 1931.

⁵⁸ ... Sodré, A. *A gênese da desordem*.

econômicas relevantes, afinal, o latifúndio é benéfico, perfeitamente adequado as necessidades do país e de seu povo. A questão social propriamente dita, é uma importação inadequada de conflitos que não aportaram à nossas terras, aqui não existe miséria, não existe sentido para a luta de classes no Brasil, portanto, não cabe, em nosso país a pregação do sindicalismo. A regra mundial é ocupação do poder pelos mais capazes, portanto é irrelevante dar ensino ao povo, também, nesse sentido, são inconseqüentes em nosso país a representação política de classes e o regime parlamentar.

Mais original é a posição de Vivaldo Coaraci⁵⁹, promovendo uma espécie de “darwinismo regional” para o autor, não apenas os homens são desiguais, ou as nações são desiguais, para ele os diversos estados e regiões brasileiras estariam em estágios diferentes de desenvolvimento, existiriam diferenças entre os estados do norte e dos sul, mas também diferenças dentro das várias regiões e estados. Assim, gera-se uma hierarquia “natural” entre as regiões, e por ser o estado que atingiu o maior grau de civilização, São Paulo tem direito legítimo à hegemonia política, principalmente em benefício da nação, pois deve ajudar os estados pobres a “evoluir” para a civilização. A “política dos governadores”, é assim justificada por ser um fator expontâneo, uma forma natural de “selecionar aptidões”. Essa justificativa “imperialista” para São Paulo transfere-se para as suas elites. Sem existir uma “consciência nacional”, exatamente pela disparidade regional, caberia às elites, substituindo a “vontade nacional” dar as diretrizes ao país. Aqui não cabe nenhuma alusão à democracia, sequer em sua versão “schumpeteriana”, as elites se destacam e se impõem pelo seu valor. Obviamente nenhum papel cabe ao povo, e nenhuma justificativa teria uma revolução que derruba-se a “lógica natural” da estrutura política brasileira.

Como vimos, uma postura conservadora não é uma variável que determine de antemão a avaliação do autor sobre o significado da revolução de 30. Esta parece muito mais relacionada com a postura do autor em relação a sua avaliação do regime republicano, em geral aqueles que vêem a Republica Velha como um regime inadequado às necessidades nacionais, tendem a ver a revolução como um fato inevitável, ou necessário, o que não significa que considere o resultado da revolução – lembremos que os autores escrevem nos primeiros anos da década de 30 - positivo. Na realidade, aqueles que vêem a revolução como um produto das contradições do regime anterior tem uma surpreendente unanimidade; a de que o passado foi definitivamente

⁵⁹ ... Coaraci, V. *Problemas nacionais*. SP: Soc. Impr. Paulista. 1930. *O caso de São Paulo*. SP: Ferraz, 1931.

destruído, os revolucionários agiram como coveiros do velho regime, sem no entanto agirem como arquitetos da nova sociedade. O presente é visto com a imagem do caos, as instituições de poder do Estado e da sociedade civil não foram reconstruídas; o futuro é visto como totalmente aberto, e mais do que isso ameaçador. Em resumo, 1930, definitivamente sepultou o passado, mas não carrega o futuro.

A ameaça é sentida pelos conservadores como tendo fontes internas e externas. Externamente, a visão do mundo liberal – seja pela crise econômica, seja pela crise política – em frangalhos, do crescimento do comunismo e da ascensão das massas. Internamente a crise das instituições republicanas, a crise de nossas elites, enfim a crise do poder e da autoridade demonstram que o Brasil não está imune à crise mundial.

A conclusão é que, olhando para fora ou voltando-se para dentro de nosso país, agindo preventivamente, ou aceitando uma realidade já presente, os conservadores reconheceram seu inimigo, a ameaça a ser controlada, a ser neutralizada: o povo. Ameaça potencial, ou real, é certo que a ela é atribuída a destruição do velho regime, a ela é direcionada os temores do presente e do futuro, reconduzi-la ao seu leito natural é o objetivo da ação conservadora. A volta ao velho regime é ao mesmo tempo impossível e indesejável, já que esse se mostrou incapaz de incorporar as massas, o novo regime que se deve construir tem essa sua tarefa, primordial, já que outro inimigo bate às suas portas, o comunismo.

Não passaria da mente de nossos conservadores a idéia de incluir a massa popular como ator político do futuro regime, negar sua sindicalização, negar sua representatividade, negar sua educação formal, essas seriam políticas adequadas com vistas a barrar a crise da civilização ocidental, só assim nossos valores e instituições estariam preservadas.

É assim compreensível, que o surgimento do movimento integralista, tenha despertado tanto admiração como receito. O conservadorismo brasileiro, como vimos, tradicionalmente, desde Alberto Torres ou Oliveira Vianna, era elitista e não popular, imobilista e não mobilizador. É possível compreender o integralismo, não apenas como mais uma imitação de nossa elite conservadora buscando a última moda política européia, mas a tentativa de dar uma resposta alternativa a um problema real e não apenas potencial, a ascensão das massas, sua importância crescente como ator político no Brasil.

A existência de um conservadorismo imobilista e outro mobilizador, já tem história na ciência política brasileira, como nos lembra Lamounier⁶⁰, o que nos autoriza a partir dessa constatação para tratá-los como dois movimentos distintos, mas como veremos, não estas são suas únicas diferenças.

Sugestivas são as análises de Miguel Reale⁶¹, sobre o caráter do movimento integralista. Procurando reconstruir uma interpretação do movimento integralista cerca de 50 anos depois, reclama o tratamento preconceituoso que o movimento integralista estaria sofrendo pelos analistas da história política brasileira. Reale fala da criação de uma “vulgata integralista” semelhante àquela que se construiu sobre o comunismo brasileiro. Ou seja que ambos os movimentos seriam mera reprodução mecânica de seus originais europeus. Reivindicando uma origem primordialmente nacional, que, segundo, ele derivaria, no campo intelectual, das análises de Alberto Torres, Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, e no campo histórico, da busca de uma via alternativa aos caminhos da Aliança Liberal.

O autor constrói sua interpretação do surgimento do integralismo como sendo ele o produto mais coerente e abrangente do pensamento autoritário, daqueles anos. Autoritário porém não reacionário, já que o integralismo não busca, como os autores anteriores, restabelecer o domínio das oligarquias decaídas. Resultado do impacto do aparecimento das massas populares como atores políticos de suprema importância, buscavam os integralistas romper o vínculo que ainda existia entre essas massas e seus chefes tradicionais. O movimento buscava um caminho modernizante, incorporando as massas sob um Estado forte, resolvendo o problema da quebra de autoridade com a construção de um novo Estado. A busca de uma terceira via, estava claramente identificada com a tentativa de impedir o caminho dessas massas com o outro adversário surgido no campo popular: os comunistas.

Para Reale, o integralismo como movimento político genuinamente nacional tinha origem na constatação da falência da vida político-partidária nacional, do liberalismo republicano, a própria Aliança liberal tentou combater a degeneração republicana com os instrumentos do liberalismo, ou seja, instaurando uma democracia “real” baseada no voto secreto, sem no entanto voltar-se para a questão social, estando por isso condenada ao fracasso. Os integralistas propõe o realismo político, e nisso não fogem do clima da época, a busca do país real, de instituições

⁶⁰ ... Lamounier, B. Apresentação. In: Sadek, M.T.A. *Op. cit.*

⁶¹ ... Reale, M. Introdução do autor à edição de 1983. *Obras Escolhidas (1.ª fase 1931/1937)*. Tomo 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

criadas para resolver os nossos problemas, contra o idealismo político de instituições importadas, etc. etc. Aparece aqui uma forte carga nacionalista, com críticas aos partidos regionalizados, às tentativas de separatismo, principalmente a paulista. Colocar a Nação acima dos nacionalismos e também dos indivíduos esse é o princípio básico. A proposta de mudança, então, combina o antiliberalismo com a reforma social, cria um novo estado, autoritário sem ser totalitário ou liberal, constrói um regime corporativista sob bases democráticas, incorpora as massas de maneira permanente e geral, promove o desenvolvimentismo econômico e combate o capitalismo e o imperialismo, e por fim consagra o espiritualismo contra o materialismo liberal o comunista.

É possível então compreender o integralismo como a convergência do pensamento autoritário brasileiro, que deu ao movimento a sua visão sobre a realidade nacional e sua inspiração nacionalista, com o fascismo europeu, que forneceu o modelo de estado e regime a ser implantado.

Por outro lado, o autor afirma que o movimento integralista deve ser visto, não como um movimento monolítico, mas sim, sendo constituído por pelo menos três correntes distintas, de acordo com os valores considerados essenciais ao movimento. Assim, a primeira corrente concebia o integralismo como um movimento voltado para a resolução dos problemas jurídico-políticos da organização da sociedade e do Estado (em que Reale, se incluía). O segundo grupo (liderado por Plínio Salgado), valorizava os aspectos espiritualistas e nacionalistas, sofrendo profunda influência da Igreja católica; e por fim, um terceiro grupo, liderado por Gustavo Barroso, pensava o movimento mais pelos seus aspectos formais, como uma milícia, uma tropa de assalto, colocando os aspectos ideológicos em segundo plano. Ou seja, um grupo com interesses voltados para a reforma das instituições políticas, particularmente do Estado, possivelmente uma tendência modernizante preocupada em criar as condições materiais para o desenvolvimento; outro grupo mais preocupado com a reforma do homem brasileiro e dos valores nacionais, identificando nossos problemas a partir de uma crise moral e ética, com certeza parte da crise espiritual do mundo ocidental; e por fim o terceiro grupo mais preocupado com as questões mais propriamente militares do que políticas sem propiciar uma versão diferenciada das duas anteriores.

Assim, compreendendo o integralismo brasileiro como um autoritarismo com raízes nacionais, sem negar a influência do fascismo europeu sobre o movimento, podemos compreender o seu impacto positivo na sociedade dos anos 30, e inclusive compreender seu

pensamento como um avanço em relação ao pensamento conservador daqueles anos. Pois, ao colocar as massas como ator primordial do sistema, e não as elites, ao saudar o fim do antigo regime, e não lamentá-lo, ao invocar a revolução como instrumento essencial de mudança, o integralismo se apresentava, junto com o comunismo, àqueles que ansiavam por mudanças, como um movimento portador do futuro⁶².

Partindo, da concepção de Oliveira Vianna, Plínio Salgado, tratava como paradigma da sociedade brasileira a organização social e política dos senhores do sertão brasileiro, a nossa já conhecida dicotomia entre sertão e litoral volta para reafirmar o verdadeiro Brasil contra o Brasil artificial. O tema aparece em Salgado para ao mesmo tempo criticar a democracia liberal da República, não só por ser artificial, o que naquele contexto significava, como vimos, a importação das idéias estrangeiras, mas porque, esqueceu a existência de uma experiência de democracia, igualdade e liberdade acontecendo em nossas próprias terras. A importação dos ideais da Revolução Francesa ou da Revolução Americana fez com que se encobrisse o exemplo do nosso vasto sertão, visto sob a ótica de Salgado, como um paradigma de sociedade democrática, onde não havia castas, ou classe sociais, onde a igualdade entre populações superiores e inferiores era real. Para o autor, mesmo as relações entre senhor e escravo se pautavam pela harmonia, nada semelhante a uma relação de exploração e opressão e sim uma relação semelhante àquela que se dá entre pais e filhos. A importação dos ideais franceses contaminaram nossas elites letradas, nossas revoluções liberais foram em realidade reações – reacionarismo – contra a liberdade selvagem do sertanejo, do caudilho, do patriarca. A construção do Brasil urbano floresceu lado a lado com as vitórias da “idéia revolucionária”, desde já em oposição ao Brasil das populações interiores, esse produto de uma revolução de fato, do “fato revolucionário” que dominou o Brasil desde o século XVI.

Não é difícil compreender que o propósito de Salgado, assim como de toda geração de 30 é descobrir esse Brasil “verdadeiro” e romper com o domínio do Brasil “formal”,

⁶² ... Em uma entrevista, no início dos anos 90, Goffredo Telles Júnior afirma, inclusive, a existência de um integralismo “antifascista”. Classificando o integralismo como um movimento composto de várias tendências, inclusive de uma ala minoritária fascista, no entanto era composto majoritariamente de operários e estudantes, tendo como inimigo principal a burguesia. A existência de uma ala “esquerdista” dentro do fascismo não deveria ser uma surpresa, afinal, na própria Itália, socialistas e anarquistas, descontentes ao mesmo tempo com os rumos da esquerda e da burguesia foram uma base significativa do nascente movimento fascista. O que críticos “uspianos” não compreenderam, ao relacionarem o namoro com o integralismo de alguns expoentes do ISEB, como Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, entre outros, como prova de seu reacionarismo. O que ligou esses homens de esquerda ao integralismo foi sua crítica ao liberalismo da República velha, sua visão revolucionária, aliada a seu anti-capitalismo. (Goffredo Telles Jr. *Revista Teoria & Debate*. SP: n.º 12, Out./Nov./Dez. 1990)

constitucionalista, liberal e democrático. O Brasil das massa proletárias e sertanejas do sertão deve-se sobrepor ao país dos juristas, dos burgueses e dos políticos demagogos. Esse Brasil é fetichista, aventureiros e individualista, mas em harmonia com seus senhores caudilhos ou patriarcas.

As revoluções liberais, por outro lado, carregam com sigo a tendência separatista, da Confederação do Equador, da Constituição republicana de 1891, da política dos governadores, da Revolução constitucionalista de 1932. A revolução de 1930 é outro capítulo dessa revolução liberal, revolução do litoral, oprimindo a real revolução dos sertões. Revolução desagregadora, movida por interesses particularistas. Fica claro qual é a revolução de Salgado, é a revolução de “fato” da harmonia de classes, da agregação nacional.

A partir daí, já podemos compreender a visão de Salgado sobre a revolução de 1930. A primeira vista as críticas de Salgado nada acrescentam à visão conservadora padrão, assim, 1930 é considerada apenas uma “mazorca”, uma quartelada sem objetivos claros, sem “ideologia” definida, além disso, não houve participação popular, nesse critério Salgado é muito duro pois para ele, a massa nunca reagiu, a revolução foi obra de três governadores. Contudo, essa constatação deve ser relativizada, pois nem Salgado, e os outros integralistas como Miguel Reale, Olbiano de Mello ou Severino Sombra, compreendem a revolução de 30 como um fato se consequências, nem interpretam a participação popular como inexpressiva.

O pensamento de Plínio Salgado aceita as revoluções com fenômenos fundamentais dos processos de mudança social, nesse sentido se afasta do pensamento reacionário tradicional, é bem verdade que sua concepção de revolução e mudança social não é similar ao pensamento marxista, sua concepção histórica não é materialista e sim idealista, para o autor as revoluções não são produtos de contradições materiais, e sim produto de mudanças no campo das idéias, as mudanças de concepção de mundo produzem e se sobrepõem às mudanças no campo material. As revoluções produzem o progresso do “espírito humano”, são necessárias, portanto nem boas nem más, quase um fenômeno natural. São fenômenos que rompem o fluxo da história, impedindo a volta ao passado, destroem as velhas estruturas impossibilitando a volta ao passado. São fruto de um desequilíbrio social, incapaz de ser resolvido dentro da estrutura mental vigente.

No seu texto, *Psicologia da Revolução*, de 1933⁶³, ele traça uma tipologia das revoluções, que seriam classificadas em três grupos: o primeiro grupo seriam as das revoluções *subjetivas*, - revoluções no campo das idéias, do pensamento, das crenças -, no segundo grupo se classificariam as revoluções ditas *objetivas* – destituídas de sentido ideológico, são apenas golpes de força, produtos de desequilíbrios sociais gerados pela ação incontrolada das massas e/ou a exacerbação de algum elemento da estrutura social, não tendo por objetivo nenhuma mudança social real -, e o terceiro tipo seriam as revoluções *subjetivas-objetivas* - que uniriam o elemento força com as mudanças de concepção de mundo (ideologia), a revolução fascista na Itália, e a revolução bolchevique na Rússia seriam os grandes exemplos contemporâneos.

A revolução de 1930 se enquadraria no caso das revoluções objetivas, portanto, a crítica essencial dos integralistas é exatamente a incapacidade dos revolucionários de gerarem uma ideologia portadora de mudanças, sem a existência dessa os acontecimentos de 30 não deteriam a capacidade de reformas profundas na estrutura nacional. A destruição do regime oligárquico tradicional e o desnudamento dos problemas sociais seriam as grandes contribuições do movimento sem no entanto gerar uma nova estrutura política adequada as novas condições sociais. Que condições são essas? Basicamente as causas da revolução foram a hipertrofia oligárquica mais o deslocamento das massas, portanto resolver esses problemas deveria ser o objetivo da revolução. Ao defender a velha democracia liberal, os revolucionários estimulariam o regime em que essas oligarquias são favorecidas, é portanto uma revolução anacrônica, uma revolução que busca a volta ao passado. Qual a solução? A construção de uma ideologia (idéia-força) que promovesse a recomposição do equilíbrio social, reduzindo o espaço para a ação das oligarquias e ao mesmo tempo propiciando a incorporação das massas populares como atores legítimos desse sistema.

O objetivo fundamental da revolução deveria ter sido modificar o Estado – sem transformar o Estado não há revolução -, pois, a Revolução, para Salgado, tem dois momentos: o primeiro, é o destrutivo a função da sociedade, do povo, das classes sociais, é eliminar o passado, contudo, a sociedade não tem a capacidade de criar, nesse segundo momento é necessário um novo Estado, só ele detém a capacidade de construir. Sem o momento da construção, da reconstrução – o momento do 18 Brumário, segundo Salgado – a sociedade se

⁶³ ... Salgado, P. *Psicologia da Revolução* (Maio de 1933), VOL. 7. In: *Obras Completas*. São Paulo: Ed. Das Américas. 1955 .

esvai no caos, na anarquia. Para Salgado, assim como para os outros integralistas, a revolução não construiu um novo Estado, não produziu seu 18 Brumário, à necessária derrocada do “Ancien Régime”, não se seguiu a construção da nova ordem, nem seria possível, pois no campo dos revolucionários degladiavam-se concepções políticas das mais díspares, a agitação popular se alastrava sem controle. É assim que se tornaria urgente a constituição de uma ideologia que propusesse: disciplinar os movimentos nacionais, libertar as forças tradicionais do cosmopolitismo, colocar os interesses da nação acima de tudo – indivíduos ou estados –, organizar as classes, e constituir governos fortes.

As idéias do movimento integralista são uma resposta ao surgimento do povo como ator político, nesse sentido, apresenta uma resposta diferenciada ao conservadorismo daqueles anos, pois não reage com horror a esse evento, e sim procura compreendê-lo como uma característica dos novos tempos, pois o que caracteriza a época moderna, desde a Revolução Francesa, segundo Salgado, é a força da massa popular. Ao contrário, os integralistas compreendem a chegada do povo como a prova da derrocada da velha sociedade e da necessidade de um novo Estado, de novas instituições de uma nova ideologia. Ao contrário dos conservadores que procuram ocultar a existência do problema social no Brasil, os integralistas compreendem que os novos tempos chegaram e que os mesmos acontecimentos que tumultuam a Europa e que assinalam a derrota da democracia liberal estavam acontecendo em nosso país. Greves, organizações sindicais, movimento comunista, tudo isso são indícios reais do conflito de classe e da consolidação das classes demonstram a necessidade de uma nova política. Daí derivam as propostas integralistas de um governo forte mas ancorado no apoio popular.

A visão da importância fundamental da massa popular nos acontecimentos que levaram ao desfecho de 1930, não impede Salgado, de ao mesmo tempo que compreende a profunda ruptura do passado que esse fato proporciona com a constatação de que a massa apesar da força irresistível ainda revela-se como um povo sem consciência política ou sentimento de nacionalidade chama-os de “povo-criança”, que por um lado justifica sua idéia de “governo popular” como um governo de forte controle sobre esse mesmo povo, por outro lado justifica sua idéia da necessidade de uma nova revolução, da revolução integralista como uma revolução moral, ou como diria também Olbiano de Mello, uma revolução social diferente da revolução política de 30, pois a verdadeira revolução se processa conscientemente no espírito, gerando um

“novo equilíbrio”, quando “de suas entranhas surja um novo espírito nacional, rompido com o passado, integralmente impregnado de todas as peças que constituírem o novo Estado”⁶⁴.

Mais radical é a visão de Miguel Reale, que coloca o povo – consciente - como verdadeiro agente revolucionário, sobrepujando a hesitação e o conservadorismo dos “pseudo” revolucionários, sem ser propriamente uma revolução, visão comum de todos os integralistas, produto do anseio das massas ela desencadeou inconscientemente a instabilidade social e a necessidade de uma verdadeira revolução. Assim :

“Apesar de ser uma mazorca, visando apenas mudar os homens do poder, dos senões o drama de 30 tem uma importância fundamental na história do Brasil. Foi o primeiro ato de consciência político de nossa gente. (...)

Divididos os revolucionários, isolados os chefes e chefetes, o povo começou a aparecer como verdadeiro personagem do drama. As diferentes classes sociais haviam tomado parte na arrancada outubrista levadas por um sentimento profundo de desgosto “por tudo aquilo que existia”.

E agindo influenciando direta ou indiretamente, fazendo chegar ao alto os seus anseios e as suas esperanças, as suas dívidas e as suas certezas, o povo desviou o rumo da Revolução, ou, por melhor dizer, exigiu que se lhe apontasse um rumo.

A Revolução de 30 não foi propriamente uma revolução. Com o passar dos anos, se verá que ela foi apenas a preparação de uma revolução. Ela revelou o personagem principal que estava na platéia, certo de ser espectador. Ela arrastou o povo para o palco da política brasileira. Ela abriu as portas do estado para as massas. Ela desencadeou a revolução social. Ela permitiu que no Brasil houvesse o clima para o Comunismo e para o Integralismo. Ela iniciou o movimento sindicalista. Fez tudo a sua maneira, inconscientemente. (...)

Nenhuma revolução, como essa de 30, deixou no povo tão forte consciência de ser necessária uma outra⁶⁵.”

⁶⁴ ... Trindade, H. Op. cit. P. 118.

⁶⁵ ... Reale, M. Op. cit. P. 76/7.

Para os integralistas a Revolução de 30 é sua própria auto-justificativa, é porque existiu 30 que haveria a necessidade do integralismo e da revolução integralista. Mostrando a necessidade de evitar fórmulas fáceis do tipo que vêm o integralismo como simples “reflexo” nacional do fascismo europeu, ou daqueles que consideram o integralismo nada mais do que a face mais “exótica” do conservadorismo brasileiro, pois, como vimos, o integralismo nunca pretendeu a volta ao passado da República Velha, também reconhecia o avanço do poder popular. Por outro lado, não se deve esquecer a face conservadora do integralismo, a questão da prevalência da ordem, da reconstrução da estabilidade, a visão idílica da realidade nacional, a constituição do Estado forte para o controle do “povo-criança” – imagem de quem ainda não atingiu a maturidade e precisa ser tutelado – além da conservação do capitalismo como modo de produção, nos permite colocá-los no campo conservador, sem, no entanto, deixar de reconhecer seu avanço em relação ao conservadorismo oligárquico. Mesmo na visão mais conservadora de Plínio Salgado um governo legítimo só poderia surgir dos anseios populares, não é atoa que os integralistas tenham se aproximado de Vargas, pois esse também compartilhava de uma semelhante visão “autoritária-popular” de governo.

Por outro lado, a sua constatação da necessidade de uma ideologia que sustentasse um verdadeiro projeto revolucionário nacional aproxima os integralistas dos ideólogos do ISEB, o que nos leva à hipótese de que esse projeto integralista, com sinais trocados, sobreviveu à destruição do movimento, e pelas mãos de Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira entre outros, serviu de base ao nacionalismo socialista dos isebianos. Por fim, é importante ressaltar, que os integralistas também tratavam a Revolução de 30 como uma ruptura decisiva, apesar de questionarem a intenção consciente de mudança do movimento, viram nele uma resposta aos anseios populares, não seria demasiado considerar que para os integralistas a revolução que começou conservadora e liberal tenha terminado radical e popular, a entrada do povo no embate mudou radicalmente seu conteúdo. O caminho do futuro estava livre, e quem soubesse responder aos anseios do povo – sejam os integralistas ou os comunistas – venceria o jogo político.

CAPÍTULO 04:

O PENSAMENTO PROGRESSISTA.

Assim como o pensamento conservador não é monolítico, também o pensamento progressista apresenta várias matizes que vão desde os liberais democratas, sociais-democratas, e até socialistas revolucionários. Excluindo-se apenas, nesse primeiro momento, o pensamento comunista do P.C.B. e sua dissidência trotskista que serão analisados em separado⁶⁶.

4.1. O PENSAMENTO LIBERAL-DEMOCRATA.

A defesa do velho regime não caracterizou os defensores do liberalismo e/ou da democracia como um todo. Afinal, a revolução de 30 foi feita sob estas bandeiras. A oposição liberal-democrata, em geral ligada ao Partido Democrático ou à dissidência dos vários partidos republicanos regionais, foi revolucionária de primeira hora, embora rapidamente desfizesse suas ilusões com o regime e fosse, à via das armas para combatê-lo, sempre em nome da liberdade e da democracia. Foi assim que tivemos liberais e democratas tanto do lado conservador como do lado progressista. O que os distinguiu foram, essencialmente, a visão positiva da ascensão popular e a reconstrução da ordem, não como a volta do passado ou a recondução das elites ao poder, mas sim como fruto de uma legítima vontade popular. Sua diferença em relação à esquerda foi o limite das reformas, nem sociais, nem econômicas, mas na essência, apenas reformas democráticas.

Paulo Nogueira Filho, em suas memórias, atentou para o fato de que o Partido Democrático era um exemplo vivo da divisão dos setores liberais. Poucos, segundo ele, eram capazes de compreender a nova realidade que se firmava e ter a capacidade de reconhecer e irmanar-se com o poder popular em ascensão. Comparemos a sua reação, à manifestação popular de apoio a Getúlio em São Paulo, com aquela de Octávio de Faria, citada anteriormente:

“Assim que, por volta das 20 hs, despontou o cortejo na Várzea do Carmo tive um arrepio. Não era possível o que via! Caminhava não um cortejo, mas imensa multidão.

Que sucederia quando aquela gente toda se encontrasse com a que estava em cima da ladeira.

Santo deus! Não sei como passei os minutos que mediaram o instante em que divisei a coluna popular em marcha e o do seu encontro com o público da cidade.

Hoje, posso dizer com toda a segurança que nenhum dos cidadãos que assistiram àquele espetáculo poderá tê-lo esquecido. No amplexo daquelas multidões em meio de frenesi coletivo, alguém bradou: “Nós que-re-mos Ge-tú-lio!” A multidão, como nunca São Paulo vira igual, repetia: “Nós queremos, nós queremos Getúlio!”⁶⁷

Para o autor o processo de 30 foi a conjunção de dois fatores, o primeiro, já assinalado, a erupção do poder popular, o segundo, o surgimento de setores da elite sensíveis ao anseio das massas. Essa conjugação quebrou o tradicional jogo entre as elites, onde o máximo de reforma que seria possível passaria pelo surgimento de uma elite mais patriótica e progressista. O jogo oligárquico da República Velha não admitia a presença dos interesses populares.

A Aliança Liberal ao tratar a questão social e trabalhista como nunca outro candidato a tratara, soube incorporar os anseios não apenas dos trabalhadores, mas inclusive agradar a burguesia mais progressista. Para o autor a questão social estava bem posta segundo os ideais liberais. Uma nova era estava surgindo no Brasil.

Carregando em seu seio o proletariado paulista e os setores da pequena-burguesia, a campanha liberal começava a realizar uma revolução política sem precedentes: o velho Estado oligárquico passaria a ser substituído por um novo, fruto do amálgama dessas classes. Estabelecia-se uma nova relação entre patrões e empregados, a busca pela harmonia social substituída o conflito entre classes.

Para aqueles que constituíram o núcleo da Aliança Liberal, o centro da luta não estava no caráter liberal ou democrático da República Velha, mas sim na deturpação do mesmo. O lema era “regenerar a República”, para isso, bastando entregar ao povo o direito elementar de “constituir o próprio governo”. Para os liberais da aliança não bastava mudar o governo, ou mesmo transformar o Estado. A revolução deveria ser mais profunda.

⁶⁶ ... Em nossa proposta inicial não trabalharei com fontes originárias de jornais de partidos socialistas do período, por fugir do tema proposto, mas sim com obras de análise política. Também, pela incapacidade de dar conta de tão grande e disperso material, isso também é válido para o pensamento anarquista.

Oswaldo Aranha falou de uma crise de opinião, de uma reação nacional⁶⁸. Para esse autor, o movimento de 1930 foi de tal monta, que superou a Proclamação da República, a Abolição da Escravidão, ou a Independência. Opinião semelhante à de Virgílio de Mello Franco, para quem o Brasil sofreu uma das maiores transformações de sua história política.

Mas afinal que mudança tão radical foi essa, o que elevou a Revolução de 30 ao *status* de nosso maior movimento político? A resposta não estaria, com certeza, em alguma mudança radical na estrutura política ou econômica nacional, que a revolução proporcionaria mas sim, na própria revolução. Esta foi um movimento político, que pela primeira vez em nossa história, envolveu todas as camadas da população de maneira profunda, do proletário ao burguês, do cidadão das pequenas cidades ao cidadão das grandes metrópoles, que revelou um profundo desejo de mudanças, um desejo cívico, nacionalista, que, como diria Aranha, revelou o Brasil nas suas verdadeiras proporções, que estava escondido sob a capa dos governos retrógrados de então.

A idéia de que a revolução colocou a vontade popular, e portanto o verdadeiro Brasil, das populações do campo e das cidades, no poder, foi a base de todo o argumento desses autores. Um governo legítimo agora poderia surgir, nada mais se poderia querer do que uma revolução verdadeiramente democrática e liberal. Não é o presente, nem o passado que legitimam a euforia e sim o futuro. Nas palavras de Virgílio de Mello Franco: “Nós marchamos para o futuro (...). Haverá concepção mais visionária do que seja uma revolução?”⁶⁹. O Brasil assim, reencontrava-se com o seu povo e com o seu destino cívico.

Agamenon Magalhães⁷⁰ reconheceu que a época era de transformações e reformas, de ajustamentos às exigências de uma nova ordem social. Não haveria mais espaço para governos ditatoriais, divorciados da opinião pública. Os tempos eram outros, as revoluções de 1922 e 1924 o provavam. Novos fatores entravam em jogo, as mudanças econômicas promoviam novos atores à cena política. Desde o Império a sociedade ansiava pela democracia, agora ela já estava madura, não mais a democracia censitária dos senhores agrários, mas sim a revolução democrática, portanto, esta era uma necessidade dos tempos. A democracia deveria ser a base do

⁶⁷ ... Nogueira Filho, P. *Ideais e lutas de um burguês progressista*. O Partido Democrático e a Revolução de 1930. Vol. II. S. Paulo: Ed. Anhambi, 1958. P. 405.

⁶⁸ ... Aranha, O. *À guisa de prefácio*. In: Virgílio A. de Melo Franco. *Outubro, 1930*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (1931)

⁶⁹ ... Idem, *ibidem*. P. 265.

⁷⁰ ... Magalhães, A. *O Estado e a Realidade Contemporânea*. Recife: Oficinas Gráficas do Diário da Manhã. 1933.

novo governo, mas o liberalismo individualista deu seu grito de morte no velho mundo, anunciando-se seu substituto. Esta resposta o autor prefere adiar para o futuro.

Pra os liberais vitoriosos em 1930 a revolução foi sinônimo de democracia, mesmo o individualismo liberal podia ser imolado aos deuses da modernidade. O espírito da época foi sem dúvida autoritário e anti-liberal. Podemos classificar esses autores como progressistas, pois sacrificavam seu liberalismo em nome da democracia, não uma democracia dos senhores, mas sim uma com base na vontade popular, ao contrário de seus colegas conservadores, que sacrificavam a democracia em nome do liberalismo.

4.2. O PENSAMENTO SOCIAL-DEMOCRATA.

O pensamento progressista também teve sua ala esquerda, resultado das mudanças ocorridas no Brasil entre as décadas de 20 e 30, da crise mundial do sistema liberal-democrático e das esperanças socialistas ocasionadas pela Revolução de 1917, que não estavam resumidas no Partido Comunista do Brasil, no movimento trotskista e nos anarquistas. A leitura do material dos anos 30 mostrou uma crescente influência das idéias socialistas ou mesmo sociais-democratas entre os autores do período. Sem uma base teórica muito sólida, revelaram pouca afinidade com a literatura ou a experiência internacional, uma mescla de sentimentos antiliberais, antidemocráticos, corporativos, intervencionistas, nacionalistas, e principalmente sociais. Apelaram para a revolução popular ou simplesmente para a criação de um Estado intervencionista com matriz social, ou reivindicaram menos a luta de classes do que uma conciliação patrocinada por um Estado técnico, acima das classes. O que os uniu foi uma forte defesa da mobilização popular, junto com a crença na necessidade do aprofundamento das reformas iniciadas em 30 num sentido profundamente social.

A existência de um pensamento que poderia ser genericamente classificado como social-democrata (Estado intervencionista, negação do conflito de classes e construção de direitos sociais com redistribuição de renda) apareceu nitidamente, em pelo menos dois autores: José Maria Belo e Virgílio Santa Rosa.

José Maria Belo⁷¹, como muitos autores de sua geração, compreendeu a crise brasileira como uma conjunção entre os fatores externos e internos, como a existência de uma encruzilhada histórica mundial, com um momento de profunda inflexão na sociedade brasileira.

Para o autor a crise mundial não foi apenas a crise do liberalismo, mas sim uma crise da forma específica com que se desenvolvia o capitalismo naqueles anos: o capitalismo individualista. Mas se essa foi a causa real, não poderia ser apontada como o fator mais importante, já que os fatores nacionais seriam preponderantes. Seriam as suas causas imediatas, a incapacidade das elites dirigentes e a agitação das massas populares, como vimos, fatores facilmente reconhecidos pelos autores do período. Por outro lado, estas causas refletem, para o autor, um fenômeno social mais amplo, a passagem da civilização rural para a civilização urbana.

A civilização brasileira, no período Imperial, tinha como fator aglutinante o sistema patriarcal, que compensava a força centrípeta causada pela dispersão das forças sociais, produto do individualismo do mundo rural. Usando um vocabulário que lembra as idéias do sociólogo francês Émile Durkheim, o autor falou da existência de uma solidariedade social que a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República começaram a desagregar. O crescimento da urbanização e da industrialização aceleraram esse processo. O resultado foi que as crises nacionais, outrora se caracterizando apenas como questões políticas (Abolição e República), passaram a se aprofundar, revelando inéditos aspectos sociais e econômicos. Esse movimento do político, para o social e o econômico, refletiu também uma tendência mundial. A consequência mais marcante da desagregação da velha ordem foi o surgimento de novas classes: o proletariado e a burguesia industrial.

Ao analisar as classes do período, Belo demonstrou uma leitura mais fina do que a maioria dos seus contemporâneos. Colocou o surgimento da classe operária como uma nova força a desestabilizar a estrutura de classes vigente. Viu, no entanto, limites sérios à ascensão política dessa classe: em primeiro lugar, o surgimento de uma “aristocracia operária”, que abandonou os ideais de sua classe para identificar-se com os ideais da pequena-burguesia; em segundo, esta classe ainda em sua infância, não revelando uma nítida consciência de seus interesses. Sendo o proletariado a base potencial dos movimentos revolucionários, estaria entre a classe média dos pequenos funcionários públicos a base de movimentos reacionários como o movimento integralista. Isso se explicaria pelo crescente temor da desclassificação social dessa camada.

⁷¹ ... Belo, J.M. *Panorama do Brasil*. RJ: J. Olympio Ed., 1935. (Problemas Políticos Contemporâneos, n.º 14)

Assim ela elegeria o Estado como seu verdadeiro inimigo. A instabilidade social, como vimos, afetou a constituição e a ação das classes. Contudo, o que ainda manteve a sociedade capitalista nacional foi a falta de uma consciência das classes populares. Segundo o autor, a única classe consciente era a alta burguesia, que, com a sua força (e a incapacidade das outras classes) impedia mudanças sociais radicais.

Nesse contexto, a Revolução de 30 pode ser lida sob dois aspectos: vista de maneira superficial, não passou de uma aventura, não produziu nenhuma renovação, foi apenas uma troca de homens. Neste sentido, seguiu o padrão das revoluções políticas da América Latina. Por outro lado, a Revolução de 1930, segundo o autor, foi o “divisor de águas” da história brasileiro, pois esse movimento inseriu-se na cadeia revolucionária iniciada com a Revolução Russa de 1917.

Para José Maria Belo, 1930 foi o produto da decadência do capitalismo individualista, que se tornou cada vez mais inviável na sociedade brasileira (como na sociedade mundial). Foi o momento crucial da transição da velha sociedade individualista dos latifundiários patriarcais para a nova sociedade urbana. O Brasil viveu esse momento de transição, de mudança acelerada, o que permitiu uma oportunidade real para a passagem política da “democracia individual”, característica do regime em decadência, para uma “democracia social”, o que na visão do autor caracterizaria uma mudança social e política radical, a constituição de um Estado “social-democrata”. Este Estado seria identificado com as novas forças sociais em ascensão. Essa democracia social não seria inimiga do capitalismo, ao contrário, seria capaz de conter o alto grau de conflito da sociedade individualista, incorporando em seu seio tanto proletários, como burgueses e intelectuais.

A interpretação social-democrata da Revolução de 30 assumiu, explicitamente, seu caráter pequeno-burguês com a interpretação de Virgínio Santa Rosa⁷². Em seus textos apresentou a visão da classe sobre a revolta, sua exposição de motivos, sua visão de mundo e seu projeto nacional. Nem proletária, nem oligárquica ou burguesa, nessa interpretação a pequena-burguesia, não foi apenas a ponta de lança da revolução mas ela foi a própria, sua origem e o seu fim, não agindo em benefício último, seja do proletariado ou da burguesia industrial, mas em benefício de si própria. Seu objetivo foi a criação de um novo Estado, não mais oligárquico ou burguês, mas sim carregando os valores pequeno-burgueses. Um Estado social-democrata, nem liberal, fascista

⁷²... Santa Rosa, V. *O Sentido do Tenentismo*, SP, Alfa-Ômega, 1976 (1933). *A desordem*. Ensaio de interpretação do momento. 1932. (Col. Azul)

ou comunista. Uma nova sociedade, um novo capitalismo, mais moderado, abandonando o liberalismo e a democracia para ser interventor e social.

A interpretação de Santa Rosa partiu da constatação da falência do liberalismo e da democracia, concluindo daí a necessidade de se abandonar o individualismo em favor de uma representação de interesses através de sua classe, de associações ou de seu sindicato. Uma democracia que tivesse como alvo a eliminação da exploração e do conflito de classes. Uma nova democracia, que não temêssemos de chamar de “corporativa”, pois seria baseada em técnicos e na colaboração de classes. Para o autor, o Estado deixaria de ser um órgão da esfera política e se inseriria, decididamente, na esfera econômica e social. Para isso haveria a necessidade de um Estado forte, para intervir na economia, racionalizar a produção e organizar a opinião pública. O desembarque do conflito social em nossas terras seria o fator mais importante da época, levando Santa Rosa a buscar uma terceira via, que seria equidistante dos dois pólos, portanto, nem fascista, nem comunista. Só a construção de uma alternativa social-democrata faria o Brasil desviar-se desse dilema.

Santa Rosa, explicaria que o Brasil não seria feudal ou semi-feudal, sendo já capitalista desde, pelo menos, o período da abolição da escravidão. Esse capitalismo que surgiu nos grandes centros urbanos, desenvolvendo-se com grande rapidez. Já no final do século passado, beneficiou-se da ruína dos grandes latifundiários, pela perda de seus escravos, para invadir estas terras e levar as relações capitalistas ao campo. Portanto, não havia necessidade de uma revolução burguesa no Brasil. Para o autor, não houve revolução, e sim, evolução da sociedade brasileira no sentido capitalista. Assim a burguesia industrial, sendo filha da burguesia agrária, não apresentaria com esta qualquer forma de oposição. São classes pouco diferenciadas, seja em padrão de vida, seja em visão de mundo, podendo ser vistas como uma elite dominante razoavelmente coesa. Portanto, não residiria aí o conflito principal da sociedade brasileira.

A explicação também estaria no fato de ser o capitalismo brasileiro, ainda “acanhado”, pouco desenvolvido, ainda vivendo na sua infância. Em realidade, somos uma sociedade dominada pela imensidão dos sertões, no sentido euclidiano. Nessa sociedade as diferenças sociais são pouco pronunciadas, a burguesia é pequena, nada aparentando o gigantismo de suas congêneres do hemisfério norte, portanto, tanto no sentido da visão de mundo, como mesmo no estilo de vida, as classes ainda estão próximas, não desenvolvendo o sentido de forte oposição como nos países mais desenvolvidos.

Portanto, Santa Rosa não veria sentido diferenciação entre os setores de classe média e os setores proletários ou camponeses. Ao utilizar parâmetros de consumo como forma de medida, o autor, comprovaria sua tese, pois veria um campo homogêneo, unido os setores populares, tanto os do campo, como os da cidade. Aquilo que Santa Rosa chamava de "pequena-burguesia" é, em realidade, uma massa indistinta, tendo, interesse e visão de mundo compartilhada com as outras classes populares. Aqui não transpareceria qualquer forma de contraposição, de conflito, entre os integrantes desse grande bloco popular. Ao falar de uma política pequeno-burguesa ele, em realidade, estaria se referindo a uma política de massa, em contraposição a uma política de elite.

Assim, esta "pequena-burguesia" apresentaria características de um grupo amorfo, inconstante, oscilando de posição em várias conjunturas. Demonstrando incapacidade organizativa devido a sua dependência, política e econômica, da burguesia agrária e do Estado burguês.

Foi apenas com o surgimento das revoltas militares, na década de 20, que esta pequena-burguesia despertou. Estas insurreições foram as sementes de onde brotaram a consciência desse grupo social, sua compreensão da diferença entre seus interesses e os da elite dominante, a consciência da necessidade da mudança social, da luta pelo poder e da reforma social. Foi só neste momento que a pequena-burguesia compreendeu que os interesses latifundiários iriam contra os seus interesses de reformas sociais e políticas e da sua necessidade de modernização, para alcançar o patamar da civilização moderna.

Agora, já não adiantaria mais, como fez o governo Artur Bernardes, acolher às reivindicações da classe operária, com o objetivo de impedir a revolução social. O tenentismo proporcionaria à classe média, a organização, a consciência de classe, a ideologia social-democrata e o desnudamento das relações sociais burguesas de exploração e de dominação. É verdade que esse movimento ainda era pouco desenvolvido ideologicamente, ainda ligado aos ideais democráticos. Também foi verdade, para o autor, que os tenentes nada mais eram do que reflexos de "leis inexoráveis", ou seja, um produto do crescimento das cidades e das indústrias, este sim o verdadeiro fator que propiciava o diferenciamento social e a separação de interesses entre a pequena-burguesia e as elites burguesas.

A crise que levaria à Revolução de 30 foi política, e não econômica, produto da decrepitude de uma organização política, de um Estado liberal incapaz de se abrir à participação de novos grupos, de poder representar, no âmbito político, a diferenciação que já se tornaria

nítida, socialmente. 1930 só ocorreu porque, também dentro da elite burguesa surgiram diferenciações. A aliança entre a pequena-burguesia e a dissidência oligárquica uniu temporariamente dois grupos sociais com interesses opostos. Enquanto a elite dissidente queria apenas mudanças dentro da mesma ordem social, a pequena-burguesia queria a renovação nacional. Esta, agora, lutaria pelo poder contra a burguesia (agrária e industrial) para impor sua visão sobre como organizar esse Estado. Proporia um Estado intervencionista, protetor, democrático, e tendo o individualismo como base.⁷³ Afinal, sendo uma social-democracia seu objetivo não era romper com as amarras que seguravam o regime capitalista. Agregava-se ao individualismo liberal, o corporativismo social (um projeto social-democracia corporativista).

O refluxo tenentista, após a revolta constitucionalista de 32, imporia a Santa Rosa uma reflexão sobre as condições da implantação desse projeto social democrata. Avaliando o conflito entre a cidade, portadora da ideologia pequeno-burguesa, e o campo, residência das ideologias agrárias, destacaria o imobilismo do campo, sua capacidade de barrar reformas mais profundas. Reconheceria a sedução da propaganda da dissidência oligárquica sobre a classe média, iludida com palavras de democracia e liberdade. Portanto, a solução para o tenentismo só poderia ser uma, a radicalização da revolução, destruindo as bases do poder oligárquico, decretando a reforma agrária e conjugando-a com uma ampla reforma urbana. Sem isso a revolução social-democrata estaria condenada.

Algumas observações devem ser feitas: o nacionalismo e portanto o imperialismo, não teve um papel especial no trabalho de Santa Rosa, a não ser pela defesa da nacionalização das minas. A idéia de Estado interventor e protetor apareceu com destaque. O projeto desenvolvimentista esboçou-se aqui.

O pensamento de esquerda pode ser encontrado em alguns pensadores e figuras políticas de importância no período, sem que no entanto, estes estivessem filiados a alguma organização ou corrente política mais claramente identificável. Poderíamos classificar o pensamento de um Maurício de Lacerda, de um Barbosa Lima Sobrinho ou de um Martins de Almeida como de esquerda, ou influenciado pelas idéias da esquerda, seja pela sua trajetória política identificada

⁷³ ... "E nesse sentido, adotava uma orientação de cunho social-democrata. programa de classe média, igualmente longe dos extremos burgueses e proletários. Um capitalismo moderado, pequeno-burguês - o individualismo democrático recheado com organizações sindicais, cooperativas de produção e consumo, leis de salário mínimo, legislação sobre o n° de hs. de trabalho, regularização do trabalho de mulheres e menores etc. E, ainda mais, como tendências pronunciadas, o combate do latifúndio, a nacionalização das minas quedas d'água e do comércio a varejo." (Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*. P. 82)

com as forças de esquerda (como é o caso de Lacerda e Lima Sobrinho), seja na sua auto-identificação socialista (como Lacerda e Martins de Almeida), mas essencialmente por fazerem uma leitura dos acontecimentos de 1930 a partir da ótica dos “de baixo” (ou “de baixo para cima”). Compreendendo 1930 como uma revolução popular, como uma luta da massa contra as elites, ou como o fato de que ela representava o momento da ascensão ao poder do povo, ainda que isso não tenha acontecido, o projeto político para a esquerda seria criar as condições que limpassem o caminho das massas populares rumo ao poder.

Maurício de Lacerda construiu sua carreira como político identificado com as forças de esquerda, contudo, sem estar ligado, de maneira permanente, a nenhum partido de esquerda. Participou de muitas revoltas que tiveram caráter popular ou radical, ao longo da primeira metade do século passado. Sempre combatido pela esquerda tradicional, mas também sempre junto a ela nos momentos mais críticos da nossa história, Lacerda também foi de difícil classificação entre as várias matizes do pensamento esquerdista, misturando valores socialistas, cristãos e humanistas. Sua interpretação sobre a Revolução de 1930 revelou a visão de um político mais preocupado com questões práticas do que com questões teóricas. Suas análises⁷⁴ se voltaram para a possibilidade de transformar a revolução política numa autêntica revolução social, a partir da constituição de uma grande frente de esquerda que incluísse desde os tenentes até os comunistas.

Como outros autores aqui vistos, Lacerda compreendeu a Revolução de 1930 como precipitada, como um movimento que se adiantou a uma evolução histórica por que passava o Brasil. Para ele, a revolução “queimou etapas”. Foi o produto de um “determinismo histórico”, de “grandes forças sociológicas, econômicas e históricas”, segundo uma linguagem materialista e evolucionista, muito em voga na época. A ação dos revolucionários buscava a formação de um Brasil política e socialmente mais adiantado, mas, ansiosos pela mudança, aceitaram alianças com setores das oligarquias rurais que se revelariam como sendo os maiores empecilhos a uma mudança radical. Lacerda viu na queda da oligarquia rural a grande contribuição da revolução de outubro, considerando que, se antes de outubro estávamos no prólogo de uma revolução social, agora, após outubro, estaríamos dando apenas o primeiro passo em seu caminho.

Para Lacerda, 1930 só existiu a partir do levante popular contra o governo. Apenas a radicalidade das massas pôs fim à vacilação dos revolucionários, sendo a deposição do presidente Washington Luís um grande exemplo dessa luta. As agitações no pós 30 refletiram a tentativa da

⁷⁴ ... Lacerda, M. de. *Segunda República*. Rio: Freitas Bastos Ed. 1931.

dissidência oligárquica, no poder, de conter o ímpeto popular pelas mudanças sociais. Sua política combinou concessões trabalhistas com repressão policial. A segunda etapa da revolução, portanto, iniciou-se com a derrubada dessa oligarquia encastelada no poder. O “determinismo histórico” caminhou silenciosamente no sentido da revolução social, que no Brasil, segundo o autor, significaria a negação de um direito que daria “a terra como um privilégio e considerando o trabalho como uma corvéia dos homens”. Nessa segunda etapa, a revolução social seria a ação das esquerdas contra os reacionários, ou seja, uma aliança da pequena-burguesia com o proletariado e os intelectuais. Esta sim, a revolução contemporânea, que foi atropelada pelos acontecimentos de 1930.

Revolução das elites ou revolução do povo? Assim colocava Martins de Almeida⁷⁵ o grande impasse dos anos 30. Para ele, a construção do Estado nacional, a partir da Independência, se deu com os interesses da classe rural. O Estado que assim se formou, portanto, nada mais foi do que a “expressão política da dominação” desses setores. A consequência imediata foi a repressão sobre as outras forças políticas da sociedade, que, a partir daí, tornaram-se incapazes de se expressarem politicamente. A evolução econômica brasileira, apontou a possibilidade da emergência da burguesia industrial como classe dominante, contudo, esta tendo se revelado subserviente aos interesses oligarcas.

Desenhou-se assim, o quadro social às vésperas de 1930: a aristocracia rural usando o Estado em seu benefício e, por outro lado, impedindo o acesso dos outros grupos sociais ao poder. Esses grupos, por sua vez, eram muito fracos para questionarem esse domínio. Às crises políticas que agitaram os anos 20, veio se somar a crise do café em 1929, produzindo as agitações que levaram à Revolução de 1930. Para Martins de Almeida, 1930, se, por um lado revelaria a insatisfação dos grupos excluídos do poder, por outro, mostraria a luta contra a centralização do poder. Na realidade, pouco passou de uma mudança de homens, ou parafraseando Antônio Carlos, a minoria detentora do poder sentiu a necessidade de realizar “uma revolução fictícia para impedir que a imensa maioria da massa popular fizesse uma revolução verdadeira”. A Revolução era anacrônica, já que levantava as bandeiras da democracia e do liberalismo, bandeiras essas que eram produto da época da hegemonia dos Estados liberais e parlamentares. Na época contemporânea deixaram de ser funcionais, substituídas pela “ditadura técnica das corporações profissionais”.

⁷⁵ ... Martins de Almeida. *Brasil errado*. Ensaio político sobre os erros do Brasil como país. 1932.

Até 1930, apenas a pequena burguesia do Distrito Federal conseguia se manifestar politicamente, contudo, o autor salientava que a grande massa popular (pequena burguesia, classes médias rurais e as camadas inferiores da sociedade), já desde as campanhas de Rui Barbosa começavam a manifestar sua consciência. O povo se tornou um ator político, reconhecido pelas elites, desde essa época. Não se poderia legitimar os governos oligarcas sem o consentimento popular. A agitação das massas provou que o Brasil estaria maduro para profundas reformas, que nesse tempos só poderiam ser realizadas pelas massas populares. O tempo das elites já se foi, agora entramos no tempo das massas populares. Os problemas que as sociedades modernas enfrentariam colocam as revoluções populares na ordem do dia. Não se esperava mais a solução vinda das elites. A qualquer momento, as massas buscariam a resolução dos seus problemas com suas próprias mãos.

Também o Brasil, como outros autores já salientaram, entrava no ritmo da modernidade. As elites se mostraram ineptas para resolverem as grandes questões do seu tempo. As reformas só viriam da consciência popular. As soluções elitistas, *a lá* Alberto Torres ou Azevedo Amaral não são mais possíveis. As reformas só poderiam vir dos “de baixo”. Para Martins de Almeida a derrocada das elites só poderia acontecer com o apoio decidido das massas, essas buscariam soluções radicais, nada de reformas superficiais. Os revolucionários tenentistas só chegariam ao seu intento de eliminar as oligarquias, se acompanhassem o extremismo das massas, e esse só levaria a um caminho: o comunismo. Dessa revolução nada mais se esperaria, outras estariam no horizonte.

Para Barbosa Lima Sobrinho⁷⁶ seus contemporâneos pouco compreenderam o significado real da Revolução de 30, pois foram incapazes de se desvencilhar de suas paixões, para fornecerem uma interpretação minimamente neutra sobre aqueles acontecimentos. As análises virtualmente encerravam-se como um libelo ou uma apologia dos resultados da revolução. Em verdade, a conclusão tendeu a ser pessimista, destacando-se a expressão puramente regionalista da revolução. Assim, o autor, colocou para si dois objetivos: o primeiro, de produzir uma análise “neutra” da revolução, o segundo, de compreender o porquê da distância entre o desejo de mudança aparecido em seu discurso propagandístico e seus insatisfatórios resultados obtidos.

Para Barbosa Lima Sobrinho, o que explicou essa aparente contradição, foi ser a Revolução de 30, um fato que teve origem no encontro de dois movimentos, nem sempre

⁷⁶ ... Barbosa Lima Sobrinho. *A verdade sobre a Revolução de Outubro*. São Paulo: Ed. Unitas. 1933.

convergentes: o primeiro, produto da crescente insatisfação popular com os desmandos dos governos e o segundo, produto dos conflitos regionais, originários de um federalismo que dividia os Estados nacionais em duas classes muito distintas.

Assim, procurava compreender a revolução, segundo os motivos que a causaram. Segundo ele, haveriam dois motivos, um aparente e um real: o primeiro, o que levou a população a aderir à revolta, promovendo as palavras de ordem que arrastaram as massas contra o governo. Foi um discurso ao mesmo tempo liberal, revolucionário e democrático. Por segundo, o motivo real partiu dos interesses das forças tradicionais, as elites se moveram a partir de questões regionais, ou seja, a luta contra a centralização, dos pequenos e/ou marginalizados contra o poderio, cada vez mais sufocante de São Paulo e Minas Gerais. Para Barbosa Lima Sobrinho, a história republicana brasileira, teria sido a formação de estratos hierárquicos de Estados, ou seja, Estados de primeira, de segunda e de terceira categoria, segundo sua capacidade de hegemonizar o governo central. Os grandes dominavam e os pequenos lutavam contra a sua hegemonia. A Revolução de 30 pode, então, ser vista como mais um momento de luta regional pelo poder, de revolta dos Estados de segunda categoria contra os de primeira.

Contudo, quem resumisse o conflito de 1930 à questão regional, não teria toda a verdade nas mãos, sem compreender que o leito onde se tornou possível a revolta, foi a manifestação da massa popular.

Disposto a captar o “espírito da época”, compreendendo o papel essencial de uma “opinião pública” no desenvolvimento dos acontecimentos, tão importante para o desenrolar final dos fatos, como o foi o movimento das massas, como força opositora ao governo central, sua visão se centraria de maneira decisiva, no acompanhamento dos setores populares, que aderiram à revolta. Para o autor, o espírito popular era um espírito de revolta, havia uma guerra não declarada entre o governo e as massas, desde os anos 20. A Aliança Liberal só poderia ser vitoriosa porque soube captar de maneira correta o espírito de revolta popular e irmanar-se com ele. A dissidência oligárquica, que gerou Getúlio Vargas, foi uma parcela das elites que soube romper com a visão policialesca dos setores tradicionais, que buscou um novo perfil de relação com a massa.

Para Barbosa Lima Sobrinho, só os contemporâneos poderiam ver os imponderáveis dos sucessos políticos, o reflexo sobre a opinião pública, a impressão viva das personalidades, as nuances e as flutuações dos acontecimentos. Se não fizeram a história definitiva, reuniram os

elementos indispensáveis para a interpretação completa dos fatos. Assim, não é de surpreender que essa nova elite incorporasse os anseios do povo, que buscassem suas bandeiras no campo popular, coisa impensável para as elites tradicionais da República Velha. Souberam incorporar o estado de ânimo da população, já trabalhada pelos valores da revolução desde a década de 20, principalmente pela ação da Coluna Prestes. Assim pode a Aliança Liberal, que era essencialmente formada pelos reacionários de ontem, fazer uma revolução.

Vargas queria a revolução mas relutou até o último momento. Em realidade, viu-se obrigado a aceitá-la, foi o espírito popular, magistralmente compreendido pela Aliança Liberal, que produziu a revolução. Assim não foi a Aliança Liberal que levou o povo à revolução e sim o contrário⁷⁷. Barbosa Lima Sobrinho buscou comprovar seu argumento mostrando a ação popular durante a Revolução de 30. O engajamento popular foi o fator decisivo, por exemplo, quando diz que: “Os raciocínios das campanhas políticas tem o seu valor eficácia indicados pela receptividade popular, pelos pendores da opinião”.

Acompanhando passo a passo a ação popular naqueles dias, Barbosa Lima Sobrinho não nos deixou dúvidas de quem foi o ator principal da revolução: o povo. Sua ação foi decisiva, com maior ou menor engajamento na revolução. Seu apoio foi o fator decisivo que fez pender a vitória para os liberais. Podemos inclusive, segundo o autor, observar a conduta popular sob um padrão comum: tomavam conta das ruas, organizavam depredações, invadiam delegacias soltando os presos políticos, confraternizavam com os militares revoltosos, queimavam jornais governistas e, em alguns casos, tentavam invadir os palácios dos governos estaduais ou municipais, ou pegavam em armas com os militares.

Assim se produziu um movimento irresistível, que ao mesmo tempo, moveu a massa e as elites conjuntamente, os interesses populares e os regionais. Para o autor, compreender a Revolução de 30 como uma insurreição popular⁷⁸, não foi contraditório com a compreensão de

⁷⁷ ... Argumento que condiz com as suas memórias: “Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranqüilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem?” Getúlio Vargas: *Diário*. Vol. 1 (1930-1936) SP: Siciliano; RJ: FGV, 1995. P.04.

⁷⁸ ...Para Barbosa Lima Sobrinho, no seu Prefácio à *Elite intelectual e debate político nos anos 30*, a Revolução de 30 foi a única, ou uma das únicas que podem reivindicar o caráter de movimento popular na história. Apesar disso não foi uma revolução e sim uma insurreição popular. O que aconteceu em Pernambuco, quando o próprio povo tomou para si a tarefa da revolução, poderia ter acontecido no Brasil todo, se ao povo fosse dado armas. Lúcia Lippi Oliveira (Coord.) *Elite Intelectual e debate político nos anos 30*. RJ: Fund. G. Vargas/ Brasília: INL, 1980).

que as elites entraram na revolução buscando seus interesses de grupo e que no final de contas, essa foi uma luta motivada por interesses regionais. Uma luta intra-elites, pois afinal, a incorporação das massas na revolta, fez com que elites mais afinadas com os anseios populares tomassem o lugar das elites reacionárias e que dali por diante o jogo político não pudesse ser desenvolvido sem que os interesses populares não tivessem que ser levados em conta.

Para o autor, no momento anterior e durante a revolta, prevaleceu o motivo aparente. Foi o momento das massas, dos revolucionários autênticos, contudo, passado o momento inicial, lentamente os fatores profundos passaram a ser hegemônicos, procurando, as elites vencedoras, alijar do poder as forças radicais. Foi assim que, após a vitória, o esforço das oligarquias vitoriosas voltaram-se ao mesmo tempo, para atender as reivindicações básicas das massas, por um lado e por outro, afastar o povo e seus aliados, para que, enfim, seus objetivos regionais, pudessem ser vitoriosos.

CAPÍTULO 05:

O PENSAMENTO COMUNISTA.

5.1. O PENSAMENTO PECEBISTA.

O jovem Partido Comunista do Brasil nasceu no ano de 1922, ano importante para a história política da República, pois também foi o ano da primeira insurreição tenentista, a dos “18 de Forte de Copacabana”. Os comunistas não ficaram alheios a esse fato, como comprovam os relatos da época, tanto assim que os dirigentes do jovem P.C.B. mantiveram, já desde 1923, contatos freqüentes com os revoltosos militares, buscando apoiar o movimento de revolta contra o governo constituído. Contatos foram mantidos, principalmente entre o secretário geral do partido, Astrojildo Pereira e o chefe dos militares revoltosos, General Isidoro Dias⁷⁹. Dentro do partido se avolumava a tendência de se agregar à revolta em curso. Entre os maiores entusiastas dessa idéia, estava Octávio Brandão, que impactado pelo movimento desencadeado em 1924 em São Paulo, desenvolveu idéias que pudessem dar sustento à futura ação do partido. Esses seus textos serviriam de base para o segundo congresso do partido, em 1925, e inspirariam as teses afinal elaboradas por Astrojildo Pereira.

Foi assim que a primeira e paradigmática interpretação sobre a Revolução de 30, paradoxalmente, nasceu 6 anos antes da própria revolução ter início. Prevista já em 1924 pelo dirigente comunista Octávio Brandão⁸⁰, que escreveria um ensaio, baseado em seus escritos de 1924, originados, como vimos, nem tanto para dar uma interpretação da história brasileira, mas principalmente, para analisar a conjuntura da época, com objetivo de organizar a ação do partido para a terceira revolta tenentista, que Brandão julgava inevitável. Preocupado em arrolar as tarefas a serem desempenhadas por seus militantes na futura revolta, ele construiu para isso um pano de fundo sobre a sociedade brasileira, que perduraria como a base de interpretação hegemônica na esquerda brasileira até o início dos anos sessenta.

O Brasil, na visão de Brandão, foi um país agrário, feudal, construído em cima da servidão dos campos e sertões, com franjas industriais concentradas nos grandes centros urbanos. Curvado ante a imensidão de seu território, bloqueado pela barbárie das matas incultas, o Brasil

⁷⁹ ... O relato desses contados encontra-se, principalmente, em Everardo Dias. *História das Lutas Sociais no Brasil*.

⁸⁰ ... Concluído sua parte principal em 1924 e publicado em 1926, com o nome fictício de Fritz Mayer e indicando falsamente sua impressão em Buenos Aires, tudo isso para despistar a polícia, como sempre nos calcanhares de Brandão. Mayer, F. (Octávio Brandão) *Agrarismo e Industrialismo*. Buenos Aires (?), (S.E.) 1926.

foi visto como um país em formação, instável, vivendo no caos primitivo. Reflexo disso foi o seu povo, sem identidade formada, uma mistura de "raças e sub-raças", um tipo indefinido. Politicamente, a consequência natural seria um Estado agrário, reacionário, dominado pelas elites do café.

Brandão não viu o Brasil como estando na Idade Média. Sua referência histórica se situou no 1848 europeu. Por isso mesmo, a dificuldade recorreu em todo o texto, em definir as classes em conflito e a estrutura sócio-econômica do país. Assim a imprecisão dos conceitos seria recorrente: o Brasil foi , ora feudal, ora semi-feudal e semi-industrial, ou também semi-colonial. As oligarquias agrárias ora foram compostas de senhores feudais, ora de burguesias agrárias. Os trabalhadores do campo foram proletários rurais ou servos. Um país onde a economia agrária estava em desagregação e onde uma economia industrial avançava em seu lugar. Um país em descompasso histórico, que misturava o novo com o velho. O país do "estapafúrdio, do absurdo, do confusionismo", onde nosso cérebro se desorientava, nossos conceitos e ideologias se embaralhavam.

Esse pano de fundo foi o estado de desagregação econômica, política e social em curso no Brasil, fruto primariamente da crise capitalista mundial que se refletia internamente no debacle da economia cafeeira, na sua incapacidade de sustentar os lucros obtidos no comércio mundial e externamente, pelo acirramento da competição inter-imperialista pelo mercado nacional. Essa crise enfraqueceu politicamente o Estado brasileiro, quebrando a unidade política que o sustentava, o bloco feudal-burguês. A crise se manifestou no acirramento das contradições entre a burguesia industrial, a comercial, os grandes usineiros, as classes dominantes agrárias (com sua aliada, a burguesia financeira), e pelo afastamento da pequena-burguesia, como classe urbana de apoio. Este quadro seria agravado pela crescente insatisfação do proletariado, gerando greves e um clima geral de insurreição. Essa fragilização política do Estado, rompendo com a estabilidade do consórcio dominante, se agravaria pelo enfraquecimento de sua capacidade repressiva, ao juntar-se à revolta setores das forças de repressão: o Exército e as forças estaduais.

A pequena-burguesia, levada pela sua crescente miséria, pela sua acelerada proletarização e pela incapacidade de conseguir melhoras através dos canais democráticos, tornou-se a ponta de lança da revolta. Esta classe (ou subclasse) que era o esteio da reação nas décadas anteriores (vide seu apoio à repressão das revoltas operárias entre 1917-19), passou claudicantemente, mas

aceleradamente, a se aproximar das posições esquerdistas, passando rapidamente do reformismo para a revolução.

As revoltas da pequena-burguesia anunciavam a mudança. O momento final do domínio agrário e sua resistência desesperada, o avanço irresistível do mundo industrial.

O período em que Brandão escreveu, no desenrolar na segunda revolta tenentista (a Coluna Prestes) seria, portanto, a ruptura entre estes dois mundos (o agrário e o industrial). Momento este de confusões ideológicas, de indefinições políticas, de desagregação social. Socialmente estávamos vivendo ainda num pequeno mundo urbano, com uma volumosa classe intermediária, a pequena-burguesia, uma pequena classe operária e uma diminuta classe industrial. Dominados ainda pelo imenso mundo rural, composto por uma enorme massa camponesa e pelas oligarquias agrárias.

A destruição deste mundo seria feita pela ação primordial da pequena-burguesia, já que, segundo Brandão, a burguesia industrial se mostraria muito fraca econômica e politicamente, ainda muito dependente do apoio do Estado agrário. Nosso parque industrial era composto de muitas pequenas fábricas e com laços ainda muito fortes com o mundo agrário (de onde provinham a maioria de seus expoentes). Isso explicaria a sua inconsciência, a sua dificuldade de se desligar do consórcio com os oligarcas agrários. Foram as revoltas militares que propiciaram seus primeiros lampejos de independência.

De outro lado, o proletariado apenas agora (1925) começaria a se recuperar de suas derrotas em 1917/19. Começaria a se organizar, adquirir sua consciência, descartando-se de suas antigas lideranças confusionistas e pequeno-burguesas (anarquistas). Para Brandão, a burguesia estaria sendo empurrada para assumir seu papel dominante, mesmo sem ter consciência dele. A pequena-burguesia teria consciência da necessidade da destruição do domínio agrário, contudo, não saberia o que colocar em seu lugar. Caberia ao proletariado, mais propriamente à sua vanguarda, ser a consciência dessa revolução burguesa.

Não está claro como seria essa revolução burguesa, se a terceira revolta, de que tanto falou, ou se, a partir dela que esta se realizaria. Brandão falou que estaria se travando apenas a primeira etapa da luta entre agrários e industriais, dando a entender que esse caminho comportaria ainda muitas outras etapas. Em outro momento, grifou a expressão "processo" dando a entender a idéia de revolução burguesa, como não se extinguindo na próxima revolta tenentista. Esta teria, como função básica, destruir os resquícios feudais.

Não se deve esconder o papel desempenhado pela luta imperialista entre Grã-Bretanha e Estados Unidos pelos mercados mundiais, sendo o Brasil um capítulo desta luta e parte do domínio econômico britânico. Seria lógico inferir que não haveria interesse na mudança dos seus intermediários nacionais. Assim como seria do interesse norte-americano, que um novo grupo mais afinado a ele, assumisse o controle do Estado. Apesar do maniqueísmo de dividir as forças em conflito entre representantes dos interesses americanos (os industriais, Carlos de Campos, Epiácio Pessoa, Wenceslau Brás, Borges de Medeiros, o partido socialista...) e dos britânicos (os agrários, Bernardes, Rui Barbosa, Nilo Peçanha, Washington Luís, o PRP), não se encontrou nesse texto a concepção simplista de que as revoltas tenentistas seriam o produto puro e simples da luta entre os dois imperialismos. As causas imediatas foram a crise econômica mundial, que gerou a crise do café, que inviabilizou a continuação do bloco dominante segundo os moldes vigentes. Dito de outro modo, as oligarquias não conseguiram manter o bloco dominante coeso. Não mantiveram a sua dominação. As rivalidades se agudizaram, os interesses se chocaram e o Estado se fragilizou.

A luta entre o agrarismo e o industrialismo. Esse foi o centro do jogo.

Brandão não tinha dúvida em escolher o lado certo: o industrialismo representaria o domínio da burguesia industrial e do capitalismo norte-americano, segundo ele, mais progressistas que o campo contrário. Proporia a luta do proletariado pelo industrialismo, a luta pela revolução. Não pela revolução burguesa, mas pela "revolução permanente" aos moldes de Lênin: uma revolução que, no mesmo movimento, derrubasse o feudalismo, construísse o industrialismo, derrubasse o industrialismo, construísse o comunismo. Fazer no Brasil a Rússia de 1917, repetiu Brandão.

O tenentismo, para Brandão, foi um movimento pequeno-burguês progressista, que visava destruir o agrarismo (necessariamente não significaria construir o industrialismo). Deveria ser empurrado cada vez mais para a esquerda pelo proletariado, e por fim, deveria ser superado por este. Analisando as duas revoltas (1922 e 1924), Brandão concluiu que as duas derrotas tinham o mesmo motivo: a incapacidade dos militares em fazer política, sua incapacidade em ampliar sua base aliada. A simpatia geral do povo não foi aproveitada para ser transformada em adesão efetiva. Foram incapazes de incorporar, tanto o proletariado, como a grande burguesia, que depois de inicialmente contra o movimento, aos poucos enxergaria as vantagens de sua

participação ao lado dos revoltosos. Sua formação militar não os habilitou, ao contrário, impediu-os de enxergar mais ao longe.

As forças de esquerda também contribuíram para a derrota. Assim, o Partido Comunista em S. Paulo, fraco e insensível, não se mexeu e quando quis fazer algo já era tarde; os anarquistas prontamente aplaudiram a revolução, mas estavam despreparados para ela, os sindicatos estavam enfraquecidos⁸¹.

A proposta de Brandão, então, se tornaria clara. Para que a revolução caminhasse num sentido progressista, haveria a necessidade dos comunistas apoiarem a revolução pequeno-burguesa, a vitória do industrialismo. Assim estaríamos produzindo um movimento progressista que deslocaria a oligarquia agrária do poder, colocando em seu lugar os industriais, através da pequena-burguesia. Seria uma revolução democrático-burguesa, como na terminologia usada na época, uma revolução democrática e modernizante, portanto progressista. As políticas posteriores do P.C.B., ao criar o B.O.C. (Bloco Operário e Camponês), visavam exatamente concretizar essa política, unir o proletariado à revolução pequeno-burguesa em curso.

Essa proposta se manteve dominante no partido até a véspera da revolução, quando uma virada esquerdista do partido, patrocinada de cima, pelo Secretariado Sul-americano da Internacional Comunista (SSA-IC), numa reunião realizada em Buenos Aires, em maio de 1930, pôs essa estratégia no ostracismo. Foi o momento da ascensão do obreirismo, do social-fascismo, da política da classe contra classe. Influenciadas pelo desastre do caso chinês, da aliança entre o Partido Comunista Chinês e o partido nacionalista chinês, o Kuomintang, sem esquecer a importância do exemplo da Revolução Mexicana, as novas diretrizes do Comintern rechaçavam qualquer aliança de classe que subordinasse o proletariado e seu partido a qualquer outra classe, fosse ela a pequena-burguesia, uma burguesia industrial nacionalista ou qualquer outra. Estas eram vistas como inevitavelmente reacionárias, colocando os partidos socialistas ou social-democratas como aliados dos fascistas. Essa política, como sabemos, facilitou a ascensão do nazismo na Alemanha, dividindo as forças de esquerda, e nos países do terceiro mundo, particularmente na América Latina, impediu a colaboração do proletariado, ligado aos partidos

⁸¹ ... Podemos dizer, portanto que um projeto desenvolvimentista sob bases nacionais tinha mais a tinta de Santa Rosa do que de Brandão, mais da pequena-burguesia do que do proletariado, mais do tenentismo do que dos comunistas. Enquanto que esses, contribuiriam, de mais efetivo foi a sua alusão ao Imperialismo, que relido posteriormente ganharia fortes tons nacionalistas. Também a concepção de uma possível aliança entre setores populares e burguesia nacional apareceu em Brandão e não em Santa Rosa. Poderíamos, assim buscar as origens intelectuais da ideologia

comunistas, com os partidos ou movimentos democráticos da burguesia ou da pequena-burguesia em prol de uma política democrática e progressista, que buscasse alijar do poder as forças conservadoras desses países.

Em Buenos Aires, Brandão e Astrojildo foram impiedosamente atacados, acusados de desvios direitistas pequeno-burgueses, sem dúvida fruto do seu passado anarquista e sua origem de classe. Enquanto isso, no Brasil, o jornal do P.C.B., *A Classe Operária* de 17 de abril de 1930 publicou a “Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira”. Nesse texto as idéias de Brandão, chamadas de “teoria da revolução democrática pequeno-burguesa”, eram atacadas por serem “oportunistas” e “seguidistas”, pois atrelavam o proletariado e o P.C.B., a reboque da burguesia. Sendo assim se propunha, ao contrário, uma revolução puramente comunista e proletária, com a constituição de conselhos e da ditadura do proletariado⁸². Essa nova postura geraria a partir daí o afastamento do P.C.B. de qualquer participação oficial nos eventos em 1930 e, em consequência, geriam uma nova interpretação sobre o caráter da revolução de 1930. Portanto, as novas interpretações do P.C.B. sobre a revolução, não foram produto de uma análise crítica dos acontecimentos do período, ou uma revisão da nossa história e sim, uma interpretação construída à posteriori, que serviria para legitimar a nova postura do partido e enquadrá-lo às novas diretrizes “esquerdistas” da Internacional Comunista.

É neste contexto que deveríamos compreender o surgimento, em 1934, do livro de Leôncio Basbaum (sob o pseudônimo de Augusto Machado), importante membro do partido, que se destacou em combater a influência de Prestes junto aos comunistas⁸³. O texto de Basbaum se iniciou sem se diferenciar da análise de Brandão sobre o Brasil, que a revolução de 30 viria a encontrar. Assim a estrutura sócio-econômica do Brasil era vista como baseada no latifúndio caracterizado imprecisamente (como em Brandão) como semi-feudal e semi-escravagista. No sul avançavam as formas capitalistas de produção nas fazendas de café. Nossa estrutura política era compreendida como dominada por um poderoso bloco político formado pela associação entre a burguesia agrária e os senhores feudais. A burguesia industrial participava desse consórcio como classe dependente e minoritária.

desenvolvimentista do ISEB, tanto nos escritos de Santa Rosa, como caminho pequeno-burguês ao desenvolvimento, como na visão de Brandão.

⁸² ... Dulles, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 341.

⁸³ ... Machado, A. (L. Basbaum) *A caminho da Revolução operária e camponesa*. Rio de Janeiro: Ed. Calvino, 1934.

Por outro lado, em Basbaum, assim como em Brandão, nossa crise interna deveria ser compreendida dentro do contexto internacional da disputa entre o capitalismo inglês e o norte-americano. Mas ao contrário deste, aquele não viu nenhuma diferença entre os dois imperialismos. O suposto caráter progressista do imperialismo americano não existiu no texto de Basbaum. O Brasil foi visto como um país semi-colonial, disputado avidamente pelos dois imperialismos. Ao contrário de Brandão, que colocava a questão nacional, a luta entre agrários e industriais, como a causa decisiva dos acontecimentos que levariam à Revolução de 1930, Basbaum colocava a influência imperialista no centro dos acontecimentos. A crise desses anos não foi mais vista como uma luta entre as forças defensoras do agrarismo e as do industrialismo, mas sim a luta entre o avanço das formas capitalistas contra o poder feudal (ou semi-feudal) existente. Contudo, o avanço do capitalismo estava impedido por dois principais fatores: o primeiro, a dependência financeira do capitalismo, e portanto das classes burguesas nacionais com o Imperialismo, fosse ele o inglês ou o americano, gerando como consequência direta uma maior exploração das massas, impedindo que essa burguesia rompesse os seus laços históricos com as oligarquias feudais e se aliasse ao proletariado visando à constituição de uma sociedade liberal-democrática. O segundo fator, referia-se à própria ação das massas proletárias, que estando num crescente processo de radicalização política ameaçavam o bloco dominante com a possível realização de sua própria revolução. Assim, a burguesia, que pela lógica de seus interesses de classe deveria estar inclinada a lutar contra o Imperialismo e a favor do desenvolvimento nacional, escolheu se aliar as forças reacionárias, ao feudalismo, reconhecendo esse caminho como o mal menor.

Não fica muito claro o que seria efetivamente a Revolução de 1930. Basbaum negou tanto a interpretação da imprensa burguesa de uma revolução popular, como a interpretação trotskista de uma revolução democrático burguesa⁸⁴. Ele nos disse que foi apenas um golpe militar, uma luta entre dois grupos dentro da mesma classe, sem especificar que grupos eram esses ou as causas que levaram esses grupos ao confronto. Saberíamos apenas, que ao contrário de Brandão, o conflito em 1930 não levou nenhuma força progressista ao poder, ao contrário, para Basbaum, este se definiu pela negativa: não houve luta de classes, nem mudança de classe no poder, ou transformação das relações de produção. A conclusão final, seria a de que 1930

⁸⁴ ... Como veremos, os trotskistas não viram 1930 como uma revolução democrático burguesa. Pareceu que aqui o ataque de Basbaum se endereçou em realidade a Brandão. Este sim poderia ser mais justamente "acusado" de compreender 1930 como uma possível revolução democrático-burguesa.

promoveu apenas um rearranjo dentro do bloco feudal-burguês, e de que a crise ficaria enfim resolvida com uma nova estrutura política, que resultaria numa maior e mais complexa exploração das massas populares. O exemplo dado foi a Legislação trabalhista, que ao invés de proteger o trabalhador, seria uma nova forma, mais refinada e intensiva, de subjugação da classe operária aos interesses dominantes.

Assim, fiel à interpretação “esquerdista” do estalinismo, a revolução democrático-burguesa proposta por Brandão, foi impossível na época do Imperialismo e nos países semi-coloniais. Sendo os possíveis aliados do proletariado, a burguesia industrial e a pequena-burguesia urbana, inevitavelmente perdidos para as forças reacionárias do latifúndio (versão colonial do fascismo) e do Imperialismo, nada mais restava ao proletariado do que se aliar com os camponeses e construir a sua própria revolução: a revolução comunista dos soviets.

Para Basbaum, não houve uma participação popular efetiva nos acontecimentos de 1930, apenas alguns grupos de operários e camponeses lutaram em alguns lugares por reivindicações particularistas. Por outro lado, a Aliança Liberal, não voltou seu discurso para as massas, foi simples demagogia, pois em realidade estas foram usadas como instrumento para resolver a disputa dentro do bloco dominante.

É interessante observar que, muito tempo depois desses escritos, em suas memórias⁸⁵, Basbaum reviu parcialmente sua posição. Ao relatar as reuniões do Comitê Central do P.C.B (fevereiro e março de 1931) que tiveram por objetivo avaliar a Revolução de 1930, ele nos disse que a avaliação dos membros do C.C. foi de que o movimento era apenas mais uma *quartelada*. No máximo um movimento da pequena burguesia e que sua avaliação inicial era também essa. Contudo, após presenciar *in loco* os acontecimentos, teria mudado de opinião. Compreendeu que, em realidade, a seqüência dos acontecimentos transformou o golpe militar em uma verdadeira *revolução popular* (palavras de Basbaum), pela intensa participação das massas no movimento. Porém, pela inércia dos comunistas e de seus simpatizantes, essa revolução perdeu sua força e enfim, acabou sendo controlada pelos burgueses, impedindo a consecução de reais reformas no sistema dominante.

Astrojildo Pereira, que em 1925 tinha defendido as teses de Brandão e posteriormente se tornado um dos seus principais defensores, a partir do encontro em Buenos Aires, fez sucessivas autocríticas (das muitas que posteriormente seria obrigado a fazer) e passou a ser um paladino das

⁸⁵ ... Basbaum, L. *Uma Vida em Seis Tempos (Memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. P. 96/7.

teses da Internacional Comunista. Aquele autor partiu das concepções de Brandão sobre a estrutura econômica e política do período pré-30, ou seja, uma sociedade semi-feudal, com um bloco dominante feudal-burguês. Mais do que isso, Astrojildo aceitou ainda as teses de Brandão, que estaria em rumo a constituição de uma revolução democrático-burguesa (revoltas tenentistas de 1922 e 1924), ou seja, antiagrária e antiimperialista. Porém, a partir desse ponto, suas interpretações concluiriam para um caminho oposto. Assim Astrojildo tornaria explícita as idéias implícitas no texto de Basbaum. Para o autor a Revolução de 1930, não foi apenas um golpe militar, mas sim uma verdadeira “contra-revolução preventiva”⁸⁶. Para a nova interpretação “esquerdista” do P.C.B. não apenas a revolução democrática-burguesa estava em curso mas essa desembocaria necessariamente na revolução proletária e camponesa. Prevendo isso a burguesia adiantou-se e tomou a frente do movimento, renegando seus antigos aliados e se reencontrando com os oligarcas feudais. A consequência foi um golpe com características fascistas, em que a violência e a demagogia foram empregadas contra a organização das massas. A prova do estado revolucionário do proletariado estaria, segundo Astrojildo, na grande quantidade de greves, algumas de grande expressão, que estouraram no imediato pós-30. A conclusão final, é a de que nada enfim mudou. O “velho regime feudal-burguês” foi substituído pelo “novo regime feudal-burguês”.

A intervenção “por cima” da Internacional Comunista não só fez com que os comunistas se isolassem do movimento oposicionista como um todo, e da esquerda em particular, como interrompeu o possível desenvolvimento da formulação de uma interpretação original sobre a situação brasileira. As tentativas de Brandão de conhecer as especificidades de nossa sociedade foram substituídas por uma interpretação que colocava o Brasil na mesma “categoria” de outros países do terceiro mundo, todos colocados sob a classificação de países agrários e coloniais, submetidos à mesma interpretação e estratégia política geral. Os problemas do Brasil foram, em essência, problemas mundiais. A questão imperialista foi a questão principal, ficando relegadas as especificidades nacionais a um fator como outro qualquer, secundário portanto⁸⁷.

5.2. O PENSAMENTO TROTSKISTA.

⁸⁶ ... Pereira, A. Campo de Batalha (Nov.1933 – Mai. 1934). *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

⁸⁷ ... Idem, ibidem. O manifesto da contra-revolução.

As origens da visão dos trotskistas⁸⁸ sobre a Revolução de 30 poderiam ser encontradas nos acontecimentos que, em 1928, levaram um grupo de militantes a promover uma cisão dentro das fileiras pecebistas. A crise interna do P.C.B. teve origem em um conflito sobre a política sindical do partido e se ampliou com a crítica de alguns militantes à política de alianças do partido. Dentre esses militantes, estavam alguns que futuramente fundariam o movimento trotskista no Brasil, como Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho e Aristides Lobo. Suas críticas à direção do partido já demonstravam um ponto de vista teórico diferenciado, pois, ao condenar os esforços do partido a se aliar às forças pequeno-burguesas rebeldes da Coluna Prestes, condenavam também, o que consideravam um desvio nacionalista intolerável, as teorias de Brandão. Postulavam, portanto, uma visão mais internacionalista, sendo o caso brasileiro parte da estratégia da revolução mundial. Possivelmente, foram influenciados pelas idéias de Trotsky contra as concepções stalinistas da “revolução em um só país”, embora este tenha condenado essa conversão esquerdista como uma tática suicida.

Foi surpreendente como no Brasil a interpretação stalinista imposta pela Internacional Comunista e representada pelas teses de Basbaum e Astrojildo iriam convergir com as teses produzidas pela dissidência trotskista. No essencial as duas formulações representavam uma guinada à esquerda da visão de Brandão. Assim, as visões trotskistas negavam o caráter progressista, ou a concepção de uma revolução democrático-burguesa para os acontecimentos em 1930. Também, demonstravam o caráter negativo da ação do Imperialismo, empurrando a burguesia para posições fascistas e reacionárias. Concluíram com a afirmação de que o resultado final do conflito foi a construção de um novo acordo entre as frações da classe dominante, garantidos sobre uma maior opressão da classe proletária. Como na interpretação pecebista, a burguesia apenas conseguiu seu acordo sob o fantasma da revolução social. Ou seja, em essência, as interpretações de Basbaum e Astrojildo e a dos trotskistas foram convergentes, pois para ambos a Revolução de 1930 foi um rearranjo dentro do bloco de dominação, tendo como resultado uma maior opressão para as massas proletárias, sendo os setores populares apenas massa de manobra das elites em sua luta pelo poder.

Contudo, em realidade se na essência as duas interpretações convergiram no seu “esquerdismo”, a visão trotskista foi além, ao postular para o conflito de 1930 um forte caráter

⁸⁸ ... Os textos trotskistas sobre a Revolução de 1930 podem ser encontrados em: Abramo, F; Karepovs, D. (orgs.) *Na contracorrente da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Entre os textos destaca-se o de Mário Pedrosa e Lívio Xavier (Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil).

regional. Para essa corrente a constituição econômico-social da sociedade brasileira se deu a partir do transplante do capitalismo da metrópole, das relações capitalistas de produção que ao desembarcarem em nossas terras, devido a forma particular de nossa colonização, se serviram de formas feudais de organização. Esse feudalismo que, ao mesmo tempo foi funcional ao desenvolvimento do capitalismo, também seria futuramente uma barreira ao seu desenvolvimento.

Utilizando-se das concepções de Trotsky, sobre o desenvolvimento do capitalismo em áreas periféricas, nossos autores compreenderiam que a convivência destas duas formas produtivas produziu um crescimento desigual das diversas regiões do país, sendo que algumas avançaram em seu caráter capitalista, enquanto outras, se mantiveram atreladas às formas feudais de produção. Enquanto no Nordeste se desenvolvia a economia feudalista colonial, uma economia pré-capitalista dos coronéis, no sul, nas economias cafeeiras, o capitalismo desenvolvia-se rapidamente. Junto a este avanço capitalista crescia a influência do Imperialismo. Todo o período do Segundo Reinado se caracterizou pela tentativa dos senhores feudais de se adaptarem à economia capitalista. A Proclamação da República foi, enfim, a vitória da burguesia rural sobre os senhores feudais

Este desenvolvimento desigual produziu formas instáveis de dominação política, ocasionados pela influência crescente e reacionária do Imperialismo, pela luta dos estados menores por seu espaço nas esferas estatais, e pela incapacidade de São Paulo de conduzir a centralização política sob a sua hegemonia. O desenvolvimento capitalista gerou a forma federalista de organização do Estado brasileiro, contudo, esse mesmo desenvolvimento capitalista, que contraditoriamente não foi acompanhado pelo fortalecimento correspondente da burguesia, pedia a necessidade do fortalecimento do Estado, da centralização política.

O modelo político que garantiu o bloco dominante se esgotou devido às tensões internas insuportáveis e à ação do Imperialismo. Teve que manter o federalismo, para garantir a estabilidade política e a centralização para possibilitar o crescimento industrial. A centralização política inevitável e necessária foi um projeto assumido pela Aliança Liberal, mas que, já vinha sendo desenvolvido durante o governo Washington Luís. Durante este governo se acentuou a hipertrofia do Estado. Este se descolou de sua classe. Assim, um Estado de classe se tornou um Estado acima das classes, um Estado burguês moderno, portanto.

A derrota de São Paulo foi o desfecho que resolveria essa contradição, pois cedendo o seu poder político para conservar seu poder econômico, este aceitou o desfecho “bonapartista” que foi a Revolução de 1930. Substitui-se assim, uma elite burguesa exportadora, por uma elite burguesa voltada para o mercado interno (a gaúcha). Este nacionalismo econômico foi um fator que aproximou os interesses desta fração burguesa dos interesses do povo.

Nesta interpretação não aparece a idéia de uma “contra-revolução preventiva”, como em Basbaum, para os trotskistas, foi apenas com as conseqüências da Revolução de 1930 se que propiciou uma diferenciação política entre as classes. Marcou-se a diferenciação entre elas, e portanto, permitiu que enfim que o proletariado começasse a tomar consciência de seus interesses particulares, opostos tanto aos interesses da burguesia como da pequena-burguesia. Por outro lado, como em Basbaum, a burguesia também toma consciência de seus interesses, o que propiciou a construção de sua unidade a partir do medo de uma revolução social. É assim que, a luta de classes implícita no pré-30, foi o produto mais visível da Revolução de 30, observação que como vimos é freqüente, mesmo nos autores conservadores vistos anteriormente.

Contudo, para o pensamento trotskista, não apenas 1930 propiciou que as classes tomassem consciência de seus interesses específicos e antagônicos mas também o novo pacto entre as elites propiciou que se criasse uma centralização política, um novo Estado, produto do compromisso entre as burguesias do sul e do norte, que pudesse capitanear o desenvolvimento industrial. A indústria efetivamente nasceu ligada à capacidade intervencionista do novo Estado. Já que a burguesia foi incapaz de conseguir este intento por seus próprios meios, pois pressionada pelo Imperialismo só lhe restou este caminho.

A criação do Estado centralizado propiciou a modernização econômica do Brasil, contudo, as formas reacionárias e fascistóides deste impeliu as forças progressistas a buscar uma modernização das formas políticas da nossa sociedade. Os trotskistas estavam conscientes do caráter reacionário da burguesia, da força do Imperialismo (seja ele inglês ou americano), da dependência política e econômica dos setores pequeno-burgueses e da incipiente força das massas populares. Portanto, ao contrário da visão “otimista” de Basbaum e Astrojildo, os trotskistas compreendem a necessidade de uma etapa intermediária, antes da construção de uma revolução nacional “bolchevique”. A velha proposta de Brandão de uma aliança classista, progressista e democrática volta à tona, assim ressurgiria a idéia de uma necessária etapa democrático-burguesa, inclusive a proposta de uma nova constituição foi abraçada pelos trotskistas.

CONCLUSÃO (1.^a Parte)

“Costuma-se dizer que a história deve ser escrita pela posteridade, uma vez que os contemporâneos não saberiam fugir a prevenções e interesses pessoais. Entretanto, precisamos não esquecer que, freqüentemente, a posteridade acomoda a narrativa de sucessos passados, aos sentimentos, ou paixões, das épocas em que se acham situados os historiadores. Não é raro encontrar exemplos de reconstituição de fatos remotos, dentro de critérios de exagerado partidarismo. Consideramos, também, que só os contemporâneos podem ver o que chamariamos os imponderáveis dos sucessos políticos, o reflexo sobre a opinião pública, a impressão viva das personalidades, as muanças e flutuações dos acontecimentos. Si não fazem a história definitiva, reúnem os elementos indispensáveis para a interpretação completa dos fatos”. (Barbosa Lima Sobrinho. Prefácio. *A verdade sobre a revolução de outubro*. P. 02)

Nesta conclusão, a nossa atenção se volta para os projetos políticos propostos pelas correntes políticas vistas acima. Que Estado e que sociedade emergiriam com a Revolução de 30? Para fazer esta análise vamos operar com dois parâmetros básicos: o primeiro, refere-se à

incorporação/exclusão da massa popular, o segundo trabalharia com a dialética mudança/conservação.

Numa primeira solução, a interpretação conservadora, o objetivo seria o retorno à velha situação, reciclando-se as elites dominantes e o Estado, de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira e mundial. Este novo regime teria como base a exclusão da massa popular do jogo político. O retorno das elites não levaria à reinstalação da velha sociedade na totalidade, visto que, esta se inviabilizou pela Revolução de 30. Mas sim ela voltaria expurgada de seu caráter liberal e democrático.

A segunda solução seria a fascista, que se diferenciaria da anterior por não querer uma volta da situação anterior, apesar de também optar por um regime de força (um Estado acima das classes). Mas este seria baseado no amplo apoio popular.

A terceira solução seria a liberal, que pressupunha uma reforma no regime deposto, expurgando seu caráter patológico (como o médico que extirpa a doença para fazer ressurgir o corpo são) para encaminhá-lo ao seu sentido original, liberal e democrático. Nesta visão, a incorporação da massa era um *part pris* para a constituição do regime.

A quarta solução, seria a visão social-democrata. Aqui o Estado seria radicalmente modificado para incorporar os setores populares, dando-lhe um sentido social, apaziguador dos conflitos sociais. Este não estaria acima das classes, é um Estado de classe, essencialmente pequeno-burguês.

Por fim, a quinta solução, na visão comunista, a revolução ou apareceria como restaurando a ordem anterior (Basbaum, Astrojildo), ou construindo as bases para a futura hegemonia industrial. Sobre a participação popular, os trotskistas antecipariam a interpretação bonapartista em voga nos anos 70. Considerando a participação popular como estimulada pelas elites em sua luta pelo poder. Por outro lado, a visão pecebista tendeu a colocar a participação popular como fundamental, seja por produzir a reação reacionária contra ela, como em Astrojildo, seja compreendendo que as massas estavam realmente em ebulição, e que seguiam caminhos próprios, o que forçou os setores da classe dominante a alterar sua rota previamente estipulada.⁸⁹

⁸⁹ ... Não só as memórias de Basbaum confirmam essa avaliação, mas essa visão é hegemônica nos vários relatos dos comunistas que presenciaram os movimentos. Veja-se, por exemplo as memórias de Brandão (*Combates e Batalhas [Memórias]*. SP, Alfa-Ômega, 1978); de Everardo Dias (*História das Lutas Sociais no Brasil*. SP, Alfa-Ômega, 1977) e de Heitor Ferreira Lima (*Caminhos Percorridos*. SP, Brasiliense, 1982).

É importante destacar que, independente de posição política assumida, a visão hegemônica foi considerar a Revolução de 1930 como um acontecimento marcante, como um divisor de águas, visto essencialmente como o momento que pôs fim a uma época, como o momento em que o Brasil entrou em compasso com o ritmo mundial. Como um momento inaugural de algo que poderia ser chamado genericamente e imprecisamente de “modernidade”.

Os autores vistos mostrariam consciência de que estavam vivendo a morte inexorável de um velho mundo e o surgimento de um novo. Existia a consciência do fim de uma era, sem que, contudo, os autores cheguem a um acordo sobre o que se estava construindo. Avaliavam que a Aliança Liberal quebrou a velha estrutura política, que esta era anacrônica e pertencia definitivamente ao passado. Discordavam entre si, ao tentar compreender as mudanças em curso, reconheciam, no entanto, que os revolucionários pouco tinham consciência do que estavam fazendo, ou mesmo se buscavam uma mudança real. A Aliança Liberal foi vista como um agente involuntário, ou muitas vezes, como produto de forças que ela desencadeou, mas não soube controlar.

A Revolução foi vista como necessária, inevitável e portanto irresistível. Um produto de uma lenta, mas inexorável mudança estrutural. Se os elementos da Aliança Liberal não tiveram consciência, ou não buscavam a mudança, isto não alterou a visão de nossos analistas sobre 1930 ser uma verdadeira ruptura. Seria muito estranho ao pensamento esses analistas a idéia que a revolução nada mudou e nada significou.

Por fim, algo que marcou essa geração, e que aparece como uma forte característica para aqueles que viveram os acontecimentos foi a irrupção da massa popular como agente político. O aparecimento do povo, numa política tradicionalmente caracterizada pelo jogo entre elites foi a marca registrada do período. A compreensão de que as velhas estruturas políticas eram anacrônicas e que haveria necessidade inadiável de se construir novas estruturas, deve-se essencialmente ao fato de que o povo agora se tornou o principal agente político e não mais poderia ser ignorado.

Seria possível analisar as várias matizes políticas, pela forma com que pretenderam inserir o povo no jogo político. Vistos com horror, como na visão conservadora, ou vistos com admiração, como na visão progressista, o povo passou a ser, a partir daquele momento o verdadeiro divisor de águas com quem teriam que se entender aqueles que se aventurassem na arena política. Também aqui, nada mais estranho a estes autores do que a visão de que a entrada

do povo na política seria uma manobra “maquiavélica”, usada por uma fração das elites para vencer a luta pelo poder, ou, o que é a mesma coisa, de que a massa seria apenas “bucha-de-canhão” do conflito entre as elites.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 6:

O MODELO DA REVOLUÇÃO NACIONAL

A construção de um projeto de desenvolvimento nacional, chamado de nacional-desenvolvimentismo apenas tornar-se-ia visível, a partir da redemocratização do país no final da década de 40, e também com a inserção legal do PCB no jogo político nacional. O autor que seria visto como o mais fiel interprete das posições pecebistas foi Nelson Werneck Sodré, não coincidentemente, ao mesmo tempo comunista e militar.

Sodré podia ser visto como a corporificação da união entre a ala radicalizada do tenentismo e o PCB; união essa que se consolidou na formação da ANL no final dos anos 30. Neste autor, as concepções pequeno-burguesas radicalizadas (tenentistas) foram incorporadas ao projeto comunista no pós 45. Também poderíamos ver o projeto de Brandão, a revolução socialista, produto de uma revolução burguesa anterior, ser associada à reforma do Estado liberal oligárquico, agora transformado em um Estado desenvolvimentista, democrático e protetor.

A obra de Sodré teve dois momentos distintos, tendo o primeiro iniciado com o livro *Formação da Sociedade Brasileira, de 1944*⁹⁰, e o segundo, com o livro *Formação Histórica do Brasil*, de 1962⁹¹.

Naquele texto, de 1944, Sodré nos apresentou as motivações que direcionaram seus escritos dali por diante, partindo do princípio de que nos anos 30 o Brasil assistiu à abertura de um novo caminho, de um novo tempo, que anunciava transformações radicais que estavam por vir. Assim, o papel do historiador neste momento de mudanças seria o de buscar, no passado, lições que nos ajudassem a entender o presente e orientassem as nossas ações para as transformações futuras. Para o autor, no passado, residem tanto os fatores de nossa mudança,

⁹⁰ ... Nelson Werneck Sodré. *Formação da Sociedade Brasileira*, 1944.

⁹¹ Idem. *Formação Histórica do Brasil*, 1976. (1962)

como os entraves a esta. Orientar as mudanças futuras, buscar as origens de nosso atraso foi o objetivo das suas obras.

Com este alvo em mente, Sodré mergulhou em nosso passado colonial para constatar que este se encontrava ainda vivo e se constituía no principal entrave ao nosso processo de modernização. Ao procurar reconstituir nosso passado, Sodré se deparou com a empresa colonizadora portuguesa e com a contradição aparente desta ser uma obra intrinsecamente capitalista, produto do desenvolvimento da burguesia mercantil portuguesa, mas ao mesmo tempo de reproduzir em nossas terras relações sociais e políticas de um passado português em acelerado estado de decomposição. Relações feudais, de dependência e servidão, se constituiriam em nossas terras. Relações retrógradas mas que, nas condições especiais da colonização das novas terras, se tornaram funcionais à busca de lucro dos capitalistas lusitanos. A colônia portuguesa de além-mar não veria nascer as relações assalariadas. Leis de circunstância, sem dúvida, constituíram entidades formalmente feudais, num empreendimento capitalista. Sodré, nem por isso, compreenderia no surgimento da colônia portuguesa a constituição de uma sociedade feudal nos trópicos. A colônia foi produto do capitalismo, portanto, essencialmente capitalista, mas constituída sob relações de dependência inspiradas no passado feudal português.

O trabalho carregava no Brasil a carga do obscurantismo, a herança retrógrada deste relegava os trabalhadores à exclusão da vida nacional. Economicamente insignificantes, socialmente excluídos e politicamente dependentes, nestes trabalhadores estavam refletidas as marcas de uma sociedade retrógrada.

A exclusão política, social e econômica, da grande maioria da população brasileira colocaria em xeque as transformações que viriam no futuro (nacional-desenvolvimentismo). A solução estaria, portanto, na inclusão daquela maioria na vida política brasileira.

O momento da Independência, assim como o da República, não alteraram este quadro. A constituição de uma monarquia nacional, em substituição ao Estado colonial português, correspondia aos interesses da burguesia rural que, passando a ser aliada direta do imperialismo inglês, necessitava transferir o ônus desta relação para as outras camadas da sociedade brasileira que não faziam parte do consórcio exportador. Assim, interessada em manter o domínio sobre as inquietas camadas populares e sobre as outras frações burguesas, particularmente a comercial, aquela burguesia construiu uma solução conciliatória. A constituição dessa parceria com o Imperialismo separaria irremediavelmente, a burguesia agrária de alianças definitivas com as

outras camadas sociais nacionais, além de subordinar os interesses econômicos internos às lógicas de acumulação que tinham como base o mercado externo.

O novo apareceu com o surgimento da classe média, que, a partir dali, teria uma importância crescente na história brasileira. Assim, a constituição da República foi vista como um momento que espelharia a ascensão política desta classe e sua aliança com a burguesia agrária teve por objetivo descartar o (já tornado incômodo) Estado imperial. Aquela classe apareceu na história brasileira como símbolo do inconformismo dos setores populares, portadora do novo e agente de renovação. Sendo vista, em vários momentos, em choque com a burguesia agrária. O descompasso entre estes dois grupos teve origem nos seus interesses opostos, nos campos político e econômico. Ou seja, as classes médias defendendo a ampliação das funções do Estado e a priorização do campo econômico para o mercado interno, a burguesia agrária, muitas vezes, defendendo exatamente o oposto.

Para Sodré, a constituição de uma camada média, anterior ao próprio surgimento do proletariado e da burguesia industrial, foi uma característica da nossa formação social, que se somou ao caráter plástico das nossas classes, produto de uma organização social imatura, de um país ainda em constituição. É nesse contexto, que poderíamos compreender o caráter do Exército: numa sociedade fechada, vedada à ascensão social, este (e a Igreja) seria uma das poucas instituições onde os setores populares encontrariam guarita. Incrustado num Estado oligárquico, o Exército foi um corpo estranho. Apesar de ser uma instituição fundamental para garantir o domínio burguês, no entanto, o Exército seria fonte de permanente inquietação. A tentativa da burguesia de tornar o Exército um organismo confiável foi um fato recorrente ao longo da história do Brasil e um eixo importante para a compreensão de nossa história.

Nessa tentativa embrionária de conhecer a realidade nacional, Sodré traz a tona quatro temas que seriam objetivo de aprofundamento e constituiriam o núcleo do seu pensamento por mais de cinco décadas. O primeiro deles, foi a visão de uma sociedade com características derivadas de estruturas de sócio-econômicas aparentemente incompatíveis, portanto, da sobrevivência em nosso país de estruturas arcaicas e retrógradas, ao lado do mais moderno capitalismo. Em segundo lugar, da existência de uma estrutura de classes flexível e instável, onde os setores médios teriam uma importância inaudita e, como consequência, o Exército exerceria um papel singular como força de mudança. Em terceiro lugar, a existência de uma economia, em que as estratégias básicas foram definidas segundo os interesses externos. O que se

refletiu em uma estrutura política na qual a questão nacional se tornou o tema central. E por fim, a quarta e mais importante característica, a exclusão da esmagadora maioria da população da vida nacional, sendo sua incorporação a principal tarefa da democracia brasileira.

Estes temas teriam aprofundamento no livro *Introdução à Revolução Brasileira*⁹², saído em 1958, onde, o autor, incorporaria a este quadro analítico o conceito de *Revolução Brasileira*. Ou seja, a concepção de que o fulcro de nosso atraso estaria na não realização da “revolução burguesa” em nosso país. Sendo esta concebida como o momento crucial a partir do qual as forças capitalistas (burguesas) ascenderiam ao poder, moldando a sociedade conforme seus interesses (Estado de direito e leis de mercado) e consequentemente, as forças e estruturas pré-capitalistas deixam de existir.

A Revolução de 1930 se incorporou à análise de Sodré como o momento em que as contradições que vinham se acumulando na estrutura da velha sociedade colonial tiveram um momento de mudança qualitativa. 1930 não é a nossa revolução burguesa, porém, foi o momento em que aquela sólida estrutura, ainda colonial, se abriu aos influxos das novas estruturas em formação na sociedade brasileira. Em particular, uma nova estrutura de classes que já começou a se solidificar, com a presença cada vez mais significativa da classe operária, das classes médias e da burguesia industrial.

A Revolução de 1930 abriu as portas para a construção da “Revolução Brasileira”, ou seja, a revolução burguesa na época do Imperialismo e nas condições de um país do terceiro mundo. Foi uma revolução essencialmente política, ao nível do Estado portanto, mas que pouco alterou as relações econômicas e sociais dominantes. A Revolução Brasileira foi este processo de mudanças que culminaria com a conclusão da revolução burguesa, no caso nacional ela seria essencialmente democrática e nacionalista.

Neste processo de mudança caberia reconhecer quais foram as forças interessadas no desenvolvimento nacional. Sodré reforçou sua hipótese da constituição de dois campos antagônicos na formação social brasileira, aqueles vinculados aos interesses do mercado interno (burguesia industrial, proletariado, classes médias em geral, setores da burguesia agrária ligadas ao mercado interno e a burguesia comercial) e aqueles ligados ao mercado externo (imperialistas, burguesia agrária exportadora, comércio exportador, burguesia financeira e setores da pequena burguesia ligados a esses setores). Não houve, em sua visão, a tradicional oposição entre o moderno e o arcaico ou entre uma

⁹² ... Idem. *Introdução à Revolução Brasileira*, 1958

sociedade agrária e uma urbana. O projeto de Sodré, nesse texto, foi apresentar um roteiro de pesquisa a ser seguido, tratou suas conclusões como hipóteses a serem confirmadas.

Sodré tomaria para si a tarefa de seguir o caminho iniciado pelos tenentes. Estes, em sua visão, foram derrotados pela incapacidade de ampliar sua ação para além da sua classe e, principalmente, pela incapacidade teórica de conhecer a sociedade brasileira. O combate de Sodré teve, no campo teórico, como adversários os sociólogos e a sociologia (vista por ele como uma ciência burguesa) que, a partir da década de 30, difundiram as teorias autoritárias e elitistas sobre a sociedade brasileira, classificadas por ele como apologéticas e racistas. Estes sociólogos teriam como objetivo convencer nosso povo da sua incapacidade para conviver numa sociedade industrial e democrática. Foi assim que, estes autores tinham como ideal uma sociedade politicamente autoritária, socialmente elitista, e economicamente agrária.

A base teórica destes trabalhos iniciais de Sodré encontram-se na obra de Caio Prado Jr. Assim como esse autor, Sodré admitia a existência de um capitalismo colonial e que a existência de traços formais escravistas e feudais se inseria na própria lógica de acumulação do capitalismo mercantil, portanto, do processo conhecido como "acumulação primitiva". Contudo, a partir de seu livro *Formação Histórica do Brasil*⁹³, Sodré rompeu com essa concepção e passa a compreender a estrutura sócio-econômica brasileira a partir da idéia da coexistência de diferentes modos de produção. A existência e coexistência num processo sucessivo do escravismo, do feudalismo e capitalismo se tornou a chave que desvendou a particularidade de nossa formação social, como também do nosso atraso econômico, cultural e social. Erroneamente essa interpretação passou à história como sendo a visão da "seqüência, inexorável, do feudalismo para o capitalismo e deste para o socialismo"⁹⁴. Entretanto, na leitura de sua obra, não se verificou a afirmação da necessária seqüência inexorável. Da compreensão da reprodução dos padrões europeus, ou da existência de um padrão de "evolução histórica universal", ao contrário, o que caracterizaria o Brasil não é a sucessão dos modos de produção e sim sua coexistência e contemporaneidade.

Senão vejamos:

⁹³ ... Idem. *Formação Histórica do Brasil*, 1976. (1962)

⁹⁴ ... Assim é a interpretação, só para citar um texto recente, de Marcos Cezar de Freitas (*Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*, 1998; p. 218/9) incorporando os argumentos de Guido Mantega (*A economia política brasileira*).

*“O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto deste livro, mostra não só a vigência aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada uma daquelas formas, de cada um daqueles regimes de produção, salvo o último, sucessivamente, como a sua coexistência ao longo do tempo e ainda hoje, - é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos casos específicos do caso brasileiro, mas não privativo deste caso. Coexistem no Brasil, regimes de produção diferentes, de tal sorte que geram antagonismos por vezes profundos entre regiões do país.”*⁹⁵

Seria importante lembrar que Sodré compartilhou com a preocupação de Caio Prado Jr., ou seja, a recriação, nas colônias, de relações sociais anacrônicas, retrógradas, mas que, por isso mesmo, eram extremamente funcionais para a acumulação do capital, que a burguesia mercantil estava promovendo. Na realidade, a linha de continuidade da obra de Prado Jr. para a de Sodré não seria irrelevante como se poderia constatar. Este autor partiria da constatação que os países ibéricos, no século XVI, eram países essencialmente feudais e permaneceriam assim por muitos anos ainda, e que a existência de uma classe de burgueses comerciantes não alteraria a essência desse quadro. Na Europa estava existindo um processo de acumulação de capitais, que para que fosse maximizado se utilizava de formas pré-capitalistas nas colônias.

Para Sodré, um modo de produção seria essencialmente uma relação social. Assim, não poderia existir o capitalismo sem relações sociais capitalistas, ou sem que as relações sociais de produção capitalistas se tornassem dominantes. Como compreender essa sociedade em que convivem características de vários modos de produção, que se afastaria do modelo clássico pensado pelos marxistas? Sodré optou por caminhar em terreno seguro, ou seja, utilizou-se dos conceitos clássicos, procurando fazer as correções necessárias, a partir da diferença de tempo e lugar para com as experiências clássicas. Assim, deveria-se trabalhar com a perspectiva de que a definição conceitual do modo de produção nunca se reproduziria nas situações históricas reais. O conceito de modo de produção seria uma abstração de características que nunca estiveram reunidas num caso histórico particular.

Por outro lado, a convivência de modos de produção diferentes num mesmo espaço geográfico e num mesmo período, e por outro lado, os entraves ao desenvolvimento industrial que essa convivência propiciou, pode ser apreendido como tendo origem na "lei do

⁹⁵ Sodré, Nelson Werneck. *Formação...*, p. 60.

desenvolvimento desigual", conceito desenvolvido por Trotsky⁹⁶, que procurava compreender o subdesenvolvimento, sob o capitalismo, a partir da existência de setores "modernos" e "atrasados", dentro de um mesmo país.⁹⁷

Efetivamente, a partir desse conceito, Sodré foi buscar as raízes da construção do nosso capitalismo no passado pré-capitalista da colônia⁹⁸. Esta nasceu a partir da constituição de um modo de produção escravista, que foi moderno apenas no sentido de que foi produto do capitalismo mercantil, sua contrapartida interna foi a característica monopolista da produção.

O escravismo se manteria como o modo de produção absoluto em nosso país até meados do século XVII quando a decadência da economia açucareira e da economia mineira abririam espaço para o surgimento de um novo modo de produção, o feudalismo. Surgido com a instalação do pastoreio no nordeste e no sul e com a coleta amazônica, o feudalismo foi se espalhando na imensidão árida e pouco ocupada do Brasil.

Se a decadência do açúcar e do ouro desarticularam o escravismo no interior, foi a ascensão do café, que o desagregou no litoral. Porém, por volta do século XIX, o surgimento de relações capitalistas no campo paulista deu início a um longo processo em que se geraram formações mistas, com características capitalistas, mas mantendo resquícios feudais. Assim, o proprietário seria, ao mesmo tempo, senhor e capitalista. Por seu turno, o trabalhador seria servo e assalariado. A própria formação do proletariado levou décadas, sendo que o escravo não passou diretamente do escravismo para o salariato, mantendo-se ainda gerações entre formas feudais de trabalho. O proletariado, assim, teria sua primeira geração originária diretamente dos imigrantes e não dos escravos.

A renda gerada pelo latifúndio exportador faria surgir nossas primeiras indústrias. Estas, geradas no ventre agrário, durante muito tempo manteriam relações simbióticas com aquele.

⁹⁶ ... Trotsky, L. *A história da Revolução Russa*. Capítulo 1.

⁹⁷ ... "Há, no caso dois aspectos a considerar: o primeiro diz respeito à lei de desenvolvimento desigual (certas áreas sob um MP, enquanto outras estão já em outro); o segundo diz respeito à própria conceituação de MP, sua caracterização. Deixemos de lado aquele, lembrando apenas que a acumulação do capital se vale, inclusive, das formas pré-capitalistas periféricas e está até interessado em mantê-las. Tratamos da Segunda. O engano comum dos principiantes (e por isso se torna indispensável, para quem quer conhecer a história, conhecer lógica dialética) consiste em pretender encontrar nos casos particulares concretos aqueles traços que surgiram da linguagem conceitual, isto é das abstrações científicas. (...) Mas há um modo de produção feudal, resultante da abstração científica, da generalização de algumas características tomadas dos casos particulares. Nenhum dos casos particulares reproduz o modelo abstrato e conceitual, entretanto. Se você se der ao trabalho de comparar o escravismo brasileiro da área açucareira do século XVII com o escravismo minerador brasileiro do século XVIII, há de encontrar enormes diferenças. Mas ambos são escravismo." (Nelson Werneck Sodré. *História e Materialismo Histórico no Brasil*, p. 117)

Nascida no momento em que era máxima a expansão do feudalismo em nosso país, a industrialização se nutria dos lucros do comércio exportador para se desenvolver. Também aqui o escravismo e o feudalismo seriam funcionais para a acumulação de capitais e para o desenvolvimento industrial. Não é atoa que a ação da burguesia seria marcada pela dubiedade, ao mesmo tempo que queria reformas, temia romper definitivamente com o passado.

A República surgiu da necessidade da classe agrária em se desvencilhar do pesado Estado imperial. Para isto ocorreu um fracionamento desta classe, assumindo o grupo mais progressista (agrários paulistas) uma aliança com a pequena burguesia e com a burguesia industrial. O regime que se formou foi denominado, por Sodré, como um "regime embrionário burguês", pois foi o momento da ascensão da burguesia, do desenvolvimento das relações capitalistas e de um acelerado processo de industrialização. Sendo contraditoriamente essa Primeira República, com seu processo de descentralização política, o ápice do regime feudal.

A convivência do regime feudal com a industrialização, que até aquele momento, como vimos, foi fundamental para o desenvolvimento capitalista, tornou-se agora seu principal entrave. Pois com as sucessivas crises de superprodução, o Estado, agora dominado, sem intermediários, pelos senhores agrários, tratou de repassar todos os prejuízos, advindos da proteção ao café, para as outras classes que compunham a sociedade. Incluindo aí seus antigos aliados, a pequena burguesia, as classes agrárias periféricas e a burguesia industrial. Esta proteção ao café aprofundou a dependência do país ao Imperialismo, o que agravou a conta a ser paga internamente.

A Revolução de 1930 foi o momento em que estas contradições se acumularam (entre as classes dominantes e entre estas e as classes populares). A burguesia se moveu claudicantemente para fora da influência agrária. Assim como os setores agrários voltados para o mercado interno, a pequena burguesia se radicalizou, sendo esta a vanguarda do movimento. Contudo, esse movimento, foi incapaz de ampliar sua base para as camadas mais baixas da população (proletariado e campesinato). Não foi além das reformas políticas, destruindo as bases do Estado feudal sem, no entanto, alterar suas bases econômicas.

Qual é o Estado que emerge da Revolução de 30? Sodré nos daria poucas referências, nos diria que 1930 é o momento da classe média. Sabemos, por outro lado, que a classe média (via tenentismo) agiria como a vanguarda da burguesia, contudo, 1930 não é a revolução burguesa,

⁹⁸ ...Particularmente em: *História da Burguesia Brasileira*, de 1964.

portanto, o Estado que surgiria não seria burguês, mas também não seria mais feudal. Neste momento Sodré se calaria. O silêncio pareceria revelar uma sociedade, e um Estado, que deixariam de ser feudais, mas que ainda não se tornaram burgueses. Esta seria a etapa do início da Revolução Brasileira, que como vimos seria o período que se abre em 1930 e que assinalaria o momento de consolidação do poder burguês. Uma revolução burguesa que não reproduziria o padrão clássico, como o da França, mas que correspondia a um novo período do capitalismo, isto é, sua fase imperialista. Nesta fase a associação das classes agrárias internas com o Imperialismo externo bloqueariam o processo de desenvolvimento, canalizariam todo nosso esforço desenvolvimentista para objetivos exógenos. A luta, então, entre os setores que teriam como interesse o mercado interno, o desenvolvimento endógeno, e os setores ligados ao Imperialismo, daria à revolução brasileira seu caráter nacionalista e democrático. A aliança entre burguesia industrial, burguesia periféricas ligadas ao mercado interno, camadas médias e setores populares, portanto, só poderia se dar sob o regime democrático.

Para Sodré, assim como para Brandão, o contexto brasileiro só pode ser compreendido em sua correta dimensão se este fosse compreendido a partir do pano de fundo internacional da guerra imperialista. Esta se internalizava em cada país do Terceiro Mundo cobrindo com um véu a luta de classes no seu interior e alterando seu sentido.

A interpretação de Sodré sobre a sociedade brasileira bem como sua compreensão sobre a revolução brasileira deveria ser compreendida a partir da junção de três elementos: a interpretação clássica de Brandão, que forneceria a Sodré a estrutura básica de sua interpretação (basicamente, sobre o papel do feudalismo, do Imperialismo e da pequena-burguesia); a concepção tenentista, que incorporaria valores nacionalistas e liberais (a democracia) e principalmente a valorização do Exército como fator de progresso e representante máximo dos interesses do povo brasileiro; e finalmente o papel, pouco estudado em sua obra, das concepções a cerca do "desenvolvimento desigual e combinado", que possibilitariam a Sodré reconhecer o papel das classes sociais, e os entraves ao processo de desenvolvimento nacional e dariam ensejo e justificativa à revolução brasileira.

CAPÍTULO 07:

A INTERPRETAÇÃO DO ISEB.

7.1. O ISEB NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.

O ISEB foi uma instituição criada pelo governo brasileiro, em 1955, sob a gestão de Café Filho, que tinha como objetivo assessorar o governo na construção do seu projeto desenvolvimentista, tido, naquele momento, como a principal tarefa do Estado moderno. Sua atuação, cheia de sobressaltos e de mudanças de rota, se extinguiu em 1964, fruto da suspeita do governo militar de suas possíveis atividades subversivas.

O ISEB reuniu em suas hostes, intelectuais de várias matizes políticas e ideológicas, desde liberais como Roberto Campos até comunistas como Nelson Werneck Sodré. Sendo, no entanto, uma instituição que a historiografia tendeu a considerar como um núcleo razoavelmente homogêneo, ao ponto de se falar de um “pensamento isebiano”. As idéias do ISEB foram vistas, não apenas como marcadas indissoluvelmente pelo desenvolvimentismo do período, mas, principalmente, como a justificação teórica do nacional-desenvolvimentismo, que caracterizou o período entre o final do Estado Novo e o golpe militar de 1964. Por outro lado, não existiu uma unanimidade sobre o papel histórico desempenhado pela instituição naquele período.

Maria Sílvia de Carvalho Franco⁹⁹, definiu que o objetivo comum dos intelectuais daquela instituição foi criar uma “ideologia do desenvolvimento”, que carregou consigo, uma postura política conservadora e autoritária. O desenvolvimentismo cumpriu uma tarefa ideológica, ou seja, a de esconder as contradições de classe existentes na sociedade brasileira, encobrindo-as sob o manto da luta entre as forças nacionais contra as forças “anti-nacionais”. Assim, como toda “boa” ideologia, aquela produzida pelo ISEB foi uma ideologia de classe, ou seja, serviu aos interesses das classes dominantes.

Seguindo essa linha, mas com uma argumentação menos enfática, Caio Navarro de Toledo¹⁰⁰ salientaria que o pensamento do ISEB não poderia ser compreendido como um pensamento único. Assim, se por um lado, o ISEB deveria ser compreendido como caracterizado por duas fases: a primeira, que ele chamaria de moderada, se caracterizaria pela aderência aos projetos nacionalistas de desenvolvimento; e uma segunda fase, mais radical, onde o desenvolvimentismo foi suplantado pelos projetos políticos da esquerda. Por outro lado, Toledo destaca que, se foi a produção de uma ideologia do desenvolvimento nacional que caracterizou o

⁹⁹ ... Carvalho Franco, M. S. O tempo das ilusões. In; Chauí, M.; Carvalho Franco, M. S. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz & terra, 1978.

¹⁰⁰ ... Toledo, C. N. de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.

ISEB, contudo, foi correto compreender que não se produziu apenas uma ideologia, e sim, várias ideologias nacional-desenvolvimentistas. Assim, o autor compreendeu que:

“Ao contrário do que se costuma pensar, o ISEB – embora criado para tal – não se constituiu em simples porta-voz das ideologias desenvolvimentistas governamentais. Igualmente não se pode concluir que a Instituição se prestou conscientemente a forjar e difundir ideologias das (e para as) classes dominantes.

Se uma relativa autonomização da produção isebiana face ao Estado e às camadas dominantes pode ser admitida, não se deve, contudo, deixar de assinalar que a Instituição – coincidindo com aquilo que era substancial nas ideologias oficiais e dominantes – nunca deixou de postular o desenvolvimento econômico brasileiro sob moldes estritamente capitalistas. E em certos autores o chamado capitalismo nacional era intransigentemente desenvolvido, advogando-se também a adoção de formas nitidamente autoritários para a sua realização. Nesse sentido, não se podia escamotear o estreito vínculo de classes de tais modelos.

(...) não conseguiram superar os limites da consciência de frações das camadas dominantes.”¹⁰¹

Exatamente oposta foi a visão de Bolívar Lamounier¹⁰², que escreveu um artigo para se contrapor às visões de Toledo e de Carvalho Franco, pois advogou que, ao fazerem uma leitura limitada aos textos isebianos, os autores, acima citados, foram incapazes de compreender toda a realidade do Instituto. Sem a devida contextualização com o momento político e intelectual, do período, o ISEB não se revelou por completo. Concluir que o ISEB teve a função de construir uma “mistificação ideológica” por colocar a questão nacional acima do conflito de classes, pode não ser uma verdade tão simples, se observarmos a realidade vivida naqueles anos. Assim:

“Quem quer que se lembre dos anos 50 há de saber que, para muitos, o jargão nacionalista significava justamente o oposto da alegada mistificação. Significava crítica ao status quo; significava tomada de consciência de inúmeros problemas, entre os quais o da desigualdade, quer ou não percebida em termos de estruturas de classes; e, sobretudo, significava abertura política, abertura de um espaço maior para a participação.”¹⁰³

¹⁰¹ ... Idem, *ibidem*. P. 181.

¹⁰² ... Lamounier, B. O ISEB: notas à margem de um debate. In: *Discursos 9*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979.

¹⁰³ ... Idem, *ibidem*. P. 156.

Lamounier também contesta a tese segundo a qual o ISEB foi responsável por um “obscurecimento ideológico” que impediu a organização autônoma da classe operária. Para ele a tese devia ser invertida, assim, em realidade, ao procurar construir um terreno de aliança política, seu objetivo foi fortalecer a posição das massas populares contra os setores conservadores da sociedade.

Na mesma linha de raciocínio, estava o trabalho de Guita G. Debert¹⁰⁴. Pois, ao comparar o pensamento do ISEB e da ESG (Escola Superior de Guerra), apontou para a distância entre o projeto desta, de características intrinsecamente autoritárias, e o daquele, marcado pela defesa dos valores democráticos. Afirmou que a concepção democrática do ISEB tinha como fim a incorporação do povo nas decisões políticas fundamentais do país, tratava-se de aumentar e não restringir a participação popular. A incorporação foi vista, essencialmente, como dada através da participação plebiscitária.

As diferentes interpretações sobre a função política do ISEB, no período, podiam ser entendidas a partir de dois ângulos: no primeiro, deviam ser creditadas à própria mudança de linha política do Instituto, a partir do início dos anos 60. O que nos possibilitaria pensar que a interpretação de Carvalho Franco e de Toledo, ao se limitarem a estudar o período inicial do Instituto, tiveram sua interpretação moldada pelo período mais “moderado” ou “direitista” do ISEB. Sendo que o trabalho de Debert, por outro lado, ao focalizar o último período do Instituto, refletiu a visão da sua fase mais “radical” ou esquerdista. Isto nos levaria à segunda observação, o projeto nacional-desenvolvimentista proposto pelo Instituto teria que ser analisado segundo as suas várias versões. O que se resumia na questão de saber qual classe capitanearia o processo, ou seja, qual classe lideraria o bloco nacionalista.

Segundo a versão de Hélio Jaguaribe e Antônio Guerreiro Ramos, foi a burguesia nacional que estaria encarregada de realizar esse projeto (com menor ou maior participação popular). Para Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, seriam os setores populares a base do nacional-desenvolvimentismo. O Instituto, fundado por inspiração de Hélio Jaguaribe, que seria o principal mentor intelectual do período, teve suas principais diretrizes coloridas por uma visão sintonizada com os interesses burgueses do desenvolvimento nacional. O segundo momento, caracterizado pela polêmica gerada pela exclusão de Jaguaribe dos quadros da instituição, demonstraria uma mudança de rumo da instituição. Que se caracterizaria, dali por diante, pela influência dos quadros mais à esquerda do instituto, como Sodré, Vieira Pinto e Guerreiro Ramos.

¹⁰⁴ ... Debert, G. G. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

Sem negar as bases comuns do pensamento “idebiano”, seria melhor compreender, como Toledo, da existência não de um, mas sim de vários projetos de desenvolvimento nacional. Poderia-se discutir a viabilidade da cooperação de classes no interior do projeto nacional-desenvolvimentista, mas esta aliança, dentro dos muros da instituição, parecia ser possível.

Seria possível, assim, compreender que a busca por uma terceira via, a defesa de valores nacionalistas, aliada a uma postura antiliberal, poderia explicar a adesão juvenil de alguns expoentes do ISEB (Vieira Pinto, Guerreiro Ramos e Corbisier) ao integralismo. Suas preocupações nos anos 30 reapareceriam nos anos 50, mas agora tingidas com tons “esquerdistas”, exemplificadas pela ligação de alguns de seus intelectuais com o partido comunista (Corbisier, Sodré, etc.).

7.2. O PENSAMENTO ISEBIANO E A REVOLUÇÃO DE 1930.

As interpretações sobre a Revolução de 1930, ao definirem os grupos desencadeadores desse processo e os seus reflexos sobre a estrutura de classes e as funções do Estado, formariam a base para sustentação teórica dos diferentes projetos desenvolvimentistas gestados no ISEB.

Para Hélio Jaguaribe¹⁰⁵, a periodização da história do Brasil deveria ser feita a partir de dois critérios, intimamente ligados entre si: o primeiro, contemplaria a capacidade de nosso país de dirigir seu próprio processo político e econômico de maneira independente de influências externas (autonomia/heteronomia). O segundo, nos remeteria à direção do nosso desenvolvimento econômico, se voltado para o mercado interno ou para o mercado externo (endogenia/exogenia).

Assim, o Brasil seria visto como uma economia essencialmente colonial até 1850 (heterônima/exógena), semi-colonial de 1850 até 1930 (heterônima/endógena), e de transição de 1930 até os dias atuais. Ou seja, a abrangência da economia semi-colonial, demonstraria que a Independência não resultaria numa real autonomia nacional. Progressivamente nossa economia iria desenvolvendo, paralelamente à economia exportadora, uma estrutura econômica e social voltada para os interesses internos, com tendência a manter e ampliar a capacidade de crescimento auto-induzido.

Por outro lado, se desenvolviam camadas sociais agregadas ao interesse nacional, seja a burguesia nacional, seja a classe média ligada ao desenvolvimento da área pública, seja ainda

... Jaguaribe, H. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1972 (1962).

aquelas voltadas para as atividades técnicas ligadas ao mercado. Se na etapa semi-colonial a economia brasileira se caracterizaria pela dualidade entre um sistema dinâmico de exportação e um estático de subsistência, na etapa de transição essa dualidade se daria entre o, agora arcaico setor rural agrícola, e um setor moderno urbano-industrial.

O crescimento das novas classes médias não teria correspondência com a ampliação, por meio de políticas do Estado imperial, das condições de sua subsistência. Apenas através do Exército estas classes encontrariam as vias de acesso ao Estado. Por isto mesmo aquele se constituiria em um corpo estranho, num Império dominado tradicionalmente pelos setores oligárquicos. Este Exército, pressionado pela falta de oportunidades, radicalizado pela ideologia positivista, derrubaria o Estado oligárquico e instauraria a República.

O florianismo foi o período áureo dessa “revolução pequeno-burguesa” e a instauração no poder da elite civil, com Prudente de Moraes, significou o seu declínio e a conseqüente volta ao poder da burguesia agrária. Para Jaguaribe, a incapacidade da classe média de se manter no poder se explicava pela sua incapacidade em romper a fonte de poder das classes conservadoras, ou seja o latifúndio. Sua única possibilidade seria a de produzir uma radical modificação da estrutura econômica-social do país. O ou seja, realizar a reforma agrária, seja porque tiraria os colonos da zona de influência dos “coronéis”, seja porque produziria uma consistente classe média rural. A estrutura agrária proposta pelo autor se comporia , portanto, com pequenas e médias propriedades rurais, somadas com a possibilidade de fazendas coletivas administradas pelo próprio Estado, como os “solvcoses” soviéticos.

Contudo, a pequena-burguesia jacobina-florianista estaria longe desta visão “radical”, para ela o máximo de radicalismo político consistia em instaurar a República e o federalismo. Pois em sua ingenuidade acreditava poder se manter no poder apenas com modificações na estrutura política do país. Sua falta de autonomia ideológica e econômica, em relação a burguesia agrária, a fez refém de uma visão conservadora e liberal ,que se manifestava na defesa intransigente da propriedade privada e das formas liberais da economia. Assim, a constituição do federalismo, que visava conter o ímpeto regionalista e também buscava o aumento do emprego público para a classe média, teve o efeito político colateral de concentrar e reforçar o poder da burguesia rural.

A Revolução de 1930 reproduziria, na essência, o mesmo padrão de intervenção política das classes médias que foi observado em 1889. Ou seja, também dessa feita a pequena-burguesia ascenderia ao poder sem demonstrar a capacidade de realizar profundas transformações nas estruturas econômico-sociais do país, sem realizar a reforma agrária, mantendo o predomínio conservador do “patriciado rural”. Por outro lado, continuaria incapaz de realizar reformas que superassem o nível político, jurídico ou administrativo. Mesmo seu avanço nas leis trabalhistas e

nas políticas nacionalistas se inseria dentro de linhas essencialmente liberais. O que agravaria ainda mais este quadro seria sua falta de consistência ideológica, já que nenhuma ideologia consistente substituiria o positivismo, que foi característico do primeiro período revolucionário.

Por outro lado, o que muda é que esta classe compreendia, a partir de sua primeira experiência no poder, a necessidade de usar a máquina do Estado para se manter no poder. Também compreendeu que, para favorecer os interesses de sua classe, o governo deveu ampliar extraordinariamente o contingente do funcionalismo federal. Apesar de inserido num processo de modernização administrativa do Estado, esta hipertrofia da máquina estatal gerou efetivamente uma distorção, chamada por Jaguaribe de “Estado cartorial”, que consistiu num Estado voltado para consagrar seus próprios interesses. Sem projeto consistente para a sociedade como um todo, o Estado que surge em 1930 foi caracterizado pela inércia, apesar deste período ser caracterizado pelo primeiro grande esforço de industrialização de nosso país, isso não se deveu a uma política patrocinada pelo Estado revolucionário, ao contrário, coube ao empresariado nacional, agora uma classe consistente economicamente, enfrentar a crise. Com um mercado interno amplo, auxiliado pela impossibilidade de importar bens e com condições desestimulantes ao comércio exportador, essa indústria prosperou através de uma política espontânea de substituição dos bens importados.

A interpretação de Jaguaribe sobre a Revolução de 30 consistiu na sua inserção no longo processo de passagem de um modo de desenvolvimento econômico semi-colonial para um modo que poderíamos chamar de nacional. O autor compreendeu 1930 como a primeira crise que gerou um período de transição que se estendeu até os dias atuais (em que foi escrito o livro). A possibilidade de produzir para o mercado interno foi uma consequência do desmantelamento, tanto externo com interno, do sistema (semi) colonial.

Como vimos, para o autor, 1930 foi uma revolução da classe média que manteve esta dentro do patamar político, jurídico e administrativo. Que não mudou a estrutura econômica-social do país, que manteve o predomínio dos setores conservadores, que destruiu, é verdade, o Estado oligárquico, mas criou um Estado incapaz de agir economicamente, o “Estado cartorial”. Enfim, que apenas serviu para hipertrofiar a máquina burocrática, beneficiando apenas a si mesmo.

Para Jaguaribe, 1930 foi um momento de inflexão da estrutura econômico-social brasileira, menos pela revolução em si, e mais pelo esgotamento do modelo anterior (semi-colonial). Foram os fatores externos (compressão do mercado consumidor estrangeiro), somados com os fatores internos (desenvolvimento do mercado nacional) que inviabilizaram o modelo. Que permitiram que a burguesia nacional assumisse um projeto substitutivo de importações, ou seja, de industrialização do país. E nada disso foi produto da revolução ou do Estado que se formou naquele momento. A pequena-burguesia no poder falhou em construir um projeto alternativo

àquele das classes conservadoras. Como causa desta incapacidade, além dos fatores já expostos, deveu-se incluir a incapacidade de construir um apoio social ao seu governo (dos camponeses ou da burguesia nacional), o que a fez falhar no seu objetivo de se opor com sucesso aos poderosos interesses conservadores.

Jaguaribe construiu uma tipologia de modelos desenvolvimentistas apontando três caminhos possíveis para o desenvolvimento:

“I – o nacional-capitalismo – para os casos de predominância da burguesia empresarial – apoiado num “partido do desenvolvimento” que, sob liderança neo-bismarckiana, se torna o partido majoritário e nessa qualidade exerce o poder com o apoio das massas, em oposição às forças reacionárias e às radical-revolucionárias, e orienta a comunidade para o desenvolvimento nacional, (...) assegurando ao empresariado a direção do empreendimento;

II – o capitalismo de Estado – para os casos da predominância da classe média tecnocrática – que assume o poder devido a um golpe de Estado, constitui o “partido revolucionário” para através dele, se aliar as massas rurais e proletárias e, com o apoio dessas, promover o desenvolvimento nacional, assegurando à burocracia tecnocrática a direção dos empreendimentos;

*III – o socialismo desenvolvimentista – assegurando à burocracia revolucionária (contra-elite) a direção dos empreendimentos”.*¹⁰⁶

Cada um desses modelos foi igualmente eficiente e cada país adotaria o modelo que mais se coadunava com as suas características socio-econômicas. Para que um destes caminhos se efetivasse haveria a necessidade que se atendesse dois princípios: o primeiro, dizia que este processo seria o verdadeiro representante de toda comunidade. O segundo, alertaria para o fato de que o modelo adotado deveu levar em conta as forças relativas dos estratos sociais, ou seja, a liderança deste “bloco do desenvolvimento” deveria ficar a cargo da classe mais apta.

Assim, em 1930, a pequena burguesia não conseguiu implantar o modelo do *capitalismo de Estado* pelas razões acima expostas, estava, portanto aberta, segundo Jaguaribe, a partir de 1930 e particularmente a partir do Estado-Novo, a possibilidade da implantação do *nacional-capitalismo*, ou seja, um projeto de desenvolvimento nacional capitaneado pela burguesia nacional com o “apoio” das massas, e dirigido sob uma liderança *neo-bismarckiana*, que teve como paradigma o segundo governo Getúlio Vargas.

¹⁰⁶ ... Idem, *ibidem*. Ps. 86/7.

Portanto, para o autor 1930 pouco representou de efetivo, toda a mudança essencial foi produzido pela burguesia industrial, mesmo contra a indiferença do Estado. A leitura de Jaguaribe é elitista, mais propriamente “maquiavélica”. Em qualquer dos modelos apresentados, o povo só apareceu como classe de apoio, não se estranha, portanto, que ele sequer apareceu, para Jaguaribe, nos acontecimentos de 1930. O momento final de nosso arranque modernizador se deu quando esta burguesia usou o poder do Estado para que a nação, enfim, desse seu salto para o desenvolvimento autônomo e endógeno.

As análises de Antônio Guerreiro Ramos¹⁰⁷ partiam da constatação, assim como Jaguaribe, da existência de uma economia tensionada entre dois estatutos de produção, ou seja, de uma economia voltada para o mercado interno e outra, para o externo (colonial ou semi-colonial). Por outro lado, ele constatou a existência de regiões em diferentes estágios evolutivos no mesmo período histórico (economias arcaicas e modernas¹⁰⁸).

Até 1930 tivemos o domínio absoluto da política de clientela, das elites rurais. Sendo que as classes urbanas não se caracterizaram por altos graus de diferenciação social, pois nem a burguesia nacional, nem o proletariado urbano tinham consciência de seus interesses. Por outro lado, a classe média representava uma força isolada contra o domínio das classes conservadoras rurais. O autor caracterizava todos os momentos de crise política, ou de contestação da ordem da República Velha, como produto da luta das classes médias contra os setores conservadores. Assim, a classe média aparecia instaurando a República, nas críticas de Sílvio Romero, na campanha Civilista de Rui Barbosa, nas revoltas tenentistas de 1922 e 1924 e finalmente, na Revolução de 1930.

Esta, portanto, podia ser vista como uma revolução das classes médias contra o domínio das oligarquias rurais, promovendo as seguintes mudanças, em relação ao período anterior:

“A Revolução de 1930, promoveu entretanto, mudanças de sinal positivo na vida político-partidária do país, pelo menos em decorrência dos seguintes fatos: a) abriu lugar nos quadros dirigentes para consideráveis contingentes de classe média; b) iniciou a institucionalização das forças econômicas, através da sindicalização; c) iniciou o processo de liquidação, no Governo Federal, da hegemonia de poucos estados em

¹⁰⁷ ... Guerreiro Ramos, A. Introdução crítica à sociologia brasileira. RJ: Ed. Andes, 1957. E também, A crise de poder no Brasil. RJ: Zahar ed., 1961.

...Combatendo as análises do pensamento conservador dos anos 30, particularmente, Afonso Arinos de Mello Franco, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, Guerreiro Ramos advogou uma política revolucionária, uma ruptura radical com nosso passado, o combate ao reformismo conservador. Para ele

detrimento dos restantes; d) firmou o princípio da intervenção do estado na economia, embora sob a forma de um “dirigismo” desconexo e às vezes caótico¹⁰⁹.”

Estas mudanças no campo social e político geraram as duas consequências mais importantes da revolução. Em primeiro lugar, se constituiu, progressivamente, uma economia voltada para o mercado interno e; em segundo lugar, cresceu a diferenciação de classes, fazendo com que o proletariado e a burguesia industrial, timidamente, começassem a reivindicar seu espaço político. Com as mudanças profundas acontecidas neste período a questão da reorganização política passou a estar no centro das preocupações nacionais.

Seria importante compreender que Guerreiro Ramos não compactuou com a visão de Jaguaribe que, como vimos, creditava todas as modificações à ação espontânea da burguesia industrial, desvinculada de qualquer ação do novo Estado surgido da Revolução de 1930. A modificação das funções deste, na visão do autor, representou um fator importante para os novos rumos do país, foi o início do Estado “interventor”, o momento da institucionalização das forças econômicas, o que direcionou, de forma mais efetiva, os esforços para industrialização do país. A Revolução de 1930 foi o momento em que se encerrou o ciclo de constitucionalização do Estado. Tornando-o apto para intervir, no campo econômico ou no campo social. Por outro lado, iniciou-se um novo ciclo, o das lutas políticas pela estruturação ideológica dos interesses das classes sociais no Brasil. Passávamos das lutas entre as elites conservadoras regionais para o embate entre classes ideologicamente diferenciadas.

Contudo, este processo de modernização, que, sem dúvida, foi visto de maneira positiva, para Guerreiro Ramos. Carregou consigo contradições que foram produto da própria incapacidade das classes médias em radicalizar um projeto revolucionário. Assim, o autor acompanhou Jaguaribe, ao considerar a incapacidade da pequena-burguesia em promover reformas que não passassem de mudanças tópicas em nossas instituições econômicas ou sociais. Seu objetivo foi apenas buscar vantagens para sua classe, sem se preocupar em disputar posições de poder. Assim, se as classes médias não conseguiram tomar o poder, tampouco as classes conservadoras se mantiveram no poder, da maneira exclusivista como estavam habituadas. Na concepção do autor, o que se formou então foi uma forma de compromisso entre as antigas classes dirigentes. Entre os

comparativamente, somos, uma espécie de sociedade em branco, em matéria de tradições e costumes. Caminhamos descontínuamente, o normal aqui teria sido as rupturas e não as continuidades.

¹⁰⁹ ... Idem. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. P. 68.

novos setores industriais (demostrando sua crescente força econômica) e os setores mais qualificados (técnicos) da classe média.

Então, podia-se compreender como 1930 produziu uma mudança real em nossas estruturas políticas, econômicas e sociais, mas, ao mesmo tempo demonstrou seus limites. Estes foram caracterizados pela incapacidade de ação das classes médias, pelo, ainda, insuficiente desenvolvimento da burguesia industrial e do proletariado urbano, e pela força residual das classes rurais. Foi apenas no desenrolar dos anos 30 que esta situação começou a se modificar e se conclui com a consecução do Estado Novo.. Guerreiro Ramos apontou 1937 como a conseqüência e ao mesmo tempo a realização das tendências inconclusas da Revolução de 1930. Neste momento se consolidou a decadência das classes médias e o poder da burguesia industrial. Foi esta, segundo o autor, a classe que ascende ao poder. O “Estado Novo foi a ditadura da burguesia nacional”¹¹⁰.

Esta foi, portanto, o momento em que a velha economia colonial, ou semi-colonial, voltada para o mercado externo foi substituída por uma economia voltada para dentro, o que, em conseqüência, representou a decadência das oligarquias agrárias, em detrimento das classes relacionadas com a economia endógena.

Por outro lado, neste período se desenvolveu, com todas as suas conseqüências, a política populista. Originária já do período final da República Velha, ela foi vista por Guerreiro Ramos como o produto de uma insuficiente diferenciação entre as classes sociais. Esta política refletiu um insuficiente desenvolvimento das forças produtivas modernas, um amálgama de grupos sem programas próprios, ou seja, de um povo em estado embrionário. O populismo foi ainda um resquício dos ideais pequeno-burgueses que amalgamaram as classes populares no início do processo de desenvolvimento econômico e social. A superação da política populista, no entanto, seria o *part pris* do processo de desenvolvimento nacional, a diferenciação das classes, a constituição de classes com consciência e interesses próprios, em resumo, a instauração da política “ideológica”¹¹¹.

A reconstrução do bloco de poder que se formou com a Revolução de 30, mas construído a partir da liderança burguesa e da ação consciente dos grupos sociais populares, pressuporia, ao mesmo tempo, a democracia política, com seus partidos e eleições, e o desenvolvimento econômico voltado para os interesse nacionais.

¹¹⁰ ... Nesse sentido, apesar de carregada de empirismo e sem uma “política ideológica” que o sustentasse, o período Vargas é considerado profundamente progressista, visto como o embrião do nacionalismo desenvolvimentista.

¹¹¹ ... É importante destacar como a Revolução de 30, e a compreensão da sua insuficiente capacidade para dar um sentido desenvolvimentista à economia nacional (falta-lhe uma ideologia coerente), influenciou o pensamento de Guerreiro Ramos, ao ponto deste pensar a necessidade da criação de uma ideologia que estruturasse os interesses das classes.

Guerreiro Ramos concebia o Brasil maduro para a superação da política populista e o sintoma se revela no aparecimento do povo como real e fundamental ator político. Ator sem participação política efetiva nos acontecimentos de 1930, mas que paulatinamente foi adquirindo consistência, lutando por sua identidade política e desafiando as classe conservadoras. Guerreiro Ramos considerava que se sobreporia o surgimento da sociedade democrática em 1945 com a aparição do povo como ator político. Seu aparecimento como personagem concreto e não apenas como um ator idealizado, significaria uma reviravolta na nossa história. Transformando nossa sociedade, que até aquele momento vivia sua pré-história. Todas as instituições, todas as verdades, toda a compreensão sobre nossa evolução nacional caíram por terra, pois, partiam do princípio da não existência de povo, da existência apenas do tradicional jogo entre as velhas elites regionais. Por esse mesmo motivo as nossas instituições econômicas e políticas se tornam decrépitas.

Para o autor, a reorganização de nossa sociedade se tornou inevitável devido à radical mudança das estruturas sociais e econômicas. A nova sociedade e o novo Estado que devem surgir, buscariam se legitimar nas camadas sociais que constituiriam a nossa nação, logicamente na proporção que contribuiriam para o enriquecimento da nação. O que significaria, para Guerreiro Ramos, a construção de um bloco desenvolvimentista com as classe produtivas sob a liderança da burguesia industrial.

CAPÍTULO 08:

A CONSTRUÇÃO DO MODELO HEGEMÔNICO – A VISÃO “USPIANA” DA REVOLUÇÃO DE 30.

8.1. AS PRIMEIRAS CRÍTICAS:

Werneck Sodré foi o interprete de sua época¹¹². Assim seria compreensível que sobre ele recaíssem as principais críticas quando a maré da história mudasse. Estas viriam do acerto de contas da esquerda com seus erros, que possibilitaram o golpe de 1964. Como veremos, é da USP o centro, acadêmico, dos ataques mais ferrenhos às interpretações desenvolvimentistas¹¹³. Buscaria-se rever as interpretações sobre a sociedade brasileira que culminariam na política "conciliatória e reformista" patrocinada pelo PCB, ou seja, a idéia do nacional-desenvolvimentismo, da revolução democrático-burguesa, ou ainda, da revolução brasileira.

Como se sabe, a crítica ao conceito de “Revolução brasileira”, como também da concepção da existência do feudalismo brasileiro, teve como obra chave o livro *A revolução brasileira*, de 1966, onde Caio Prado Jr. retomou a idéia do "capitalismo colonial", que foi desenvolvida em obras anteriores¹¹⁴. Negou, nestes textos, a existência de qualquer modo de produção diferente do capitalismo em nossas terras. Não houve feudalismo, nem escravidismo, apenas formas particulares do desenvolvimento da exploração capitalista em nosso país. As críticas de Caio Prado Jr. não se dirigiam especificamente à Sodré, e sim as interpretações do PCB, que eram analisadas tendo como fontes básicas os documentos oficiais do partido.

Caberia a Paula Beiguelman a primeira tentativa de analisar a obra de Sodré. Para essa autora, Sodré, reproduziu acriticamente a seqüência dos modos de produção, como no modelo europeu. Ou seja, trabalhou com o binômio economia e política, a partir da seqüência "escravidão-monarquia; latifúndio-república (descentralizada); sistema implantado com a

¹¹² ... Assim é que Osny Duarte Pereira (companheiro de Sodré no ISEB) escreve no início da "orelha" do livro *História da Burguesia Brasileira*, "Nelson Werneck Sodré é hoje talvez o maior historiador vivo deste país."

¹¹³ ... Seria interessante notar que a USP foi uma instituição criada a partir da derrota das elites paulistas na chamada Revolução Constitucionalista de 1932, sendo parte de um projeto de recondução dessa elite (ou de frações dessa elite) ao poder federal. Assim sendo, desde o início a USP representou um foco de resistência e de crítica à política populista de Vargas (o próprio Caio Prado Jr., apesar de não ser dos quadros da USP, foi um descendente direto da elite paulista).

¹¹⁴ ... Particularmente, Prado Jr, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942.

Revolução de 30", construída a partir de uma transposição puramente analógica (metafórica, mesmo) do esquema clássico "escravidão-feudalismo-capitalismo"¹¹⁵.

Somou-se a esse pecado original, a concepção da existência de um conflito entre setor agrário e setor urbano, conflito este que, em realidade, não passaria de rugas superficiais, já que o setor urbano foi apenas um apêndice da produção rural e portanto, dependente deste. Por outro lado, a idéia da imposição de um modelo político originário do setor rural sobre os demais não se sustentava, já que não haveria alternativa possível ao predomínio da economia cafeeira de exportação. Não havia competidores à sua supremacia. Por fim, a autora negou o caráter classista do tenentismo, este só poderia ser visto a partir de sua determinação *institucional*, ou seja, foi como o agente que teria como função manter a ordem social, de preservar ou reconstruir esta, que devíamos elucidar a lógica de suas ações.

Para Beiguelman, 1930 nada mais foi do que uma *crise institucional*, derivada da crise do sistema federativo, pois, este sistema foi incapaz de resolver os problemas advindos da crise da economia cafeeira e da ascensão de um núcleo no setor interno (classe social) passível de se tornar um componente dinâmico ao sistema. Ou seja, uma crise que foi produto do crescimento e da complexização de nossa estrutura econômica. Exigindo para sua solução uma adequação das instituições políticas nacionais. Em conclusão, a Revolução de 1930 não teve nenhum significado central, não exprimiu nenhum conflito *essencial* da sociedade brasileira. A interpretação do episódio revolucionário perdeu seu sentido político (ganhou um sentido *institucional*), não se falou em *revolução*, mas em *adaptação*.

Em textos publicados a partir de 1963¹¹⁶, Francisco Weffort, produziria importantes estudos que visariam conhecer o fenômeno do populismo. Fenômeno este que teria sua certidão de nascimento com a Revolução de 30. Em Weffort, alguns temas clássicos de Sodré seriam tratados apenas *en passant*. Não houve uma discussão efetiva sobre os tipos de modo de produção existentes no Brasil, ou da possível contradição entre interesses voltados para o mercado interno e o externo. Weffort incorporou, sem grandes considerações, as críticas de Prado Jr. sobre o caráter capitalista da sociedade brasileira, reconhecendo, no entanto, a existência de "traços feudais" no capitalismo brasileiro, características estas sobreviventes da antiga "sociedade tradicional". Reconhecia, ao contrário de Beiguelman, a existência de

¹¹⁵ ... Beiguelman, P. "A propósito de uma interpretação da História da República", in: *Revista da Civilização Brasileira*, 1966

¹¹⁶ ... Reunidos sob a forma de livro, em F. Weffort. *O populismo na política brasileira*, de 1978.

contradições entre os setores urbanos e os setores agrários, incorporou desta autora a idéia da diferença de ritmos entre o desenvolvimento e complexização dos aparatos econômico e político, e também, da dependência econômica dos setores urbanos em relação aos agrários.

De Sodré, Weffort incorporou a importância da participação das classes médias urbanas no processo que desembocou em 1930. Essa compreensão, ao mesmo tempo que o fez ampliar a importância política da classe média durante os anos da República Velha, o fez diminuir sua importância nos acontecimentos de 1930.

Incorporando as análises de sociólogos latino-americanos, em particular do argentino Gino Germani, que procurou formular uma tipologia da incorporação das massas populares nos países da América Latina, Weffort viu 1930 sob a ótica do avanço da democracia, da construção da autonomia do Estado e da legitimidade do poder. Portanto, se em Sodré a centralidade do processo histórico estava nas chamadas estruturas econômicas, em Weffort as questões básicas estavam fixadas nas superestruturas políticas.

Weffort, apoiado nas teses de Germani, defendeu a hipótese que as classes médias urbanas eram o verdadeiro fator de legitimidade do poder oligárquico durante os anos da República Velha. Sendo a década de 20 o momento em que, progressivamente, o Estado oligárquico vai sendo questionado em sua legitimidade. O crescimento das cidades, e com elas o crescimento dos grupos sociais urbanos, não correspondeu a uma ampliação e abertura do Estado a estes grupos, que progressivamente foram se concientizando do seu caráter excludente e anti-republicano. 1930 seria o momento em que se radicalizavam as lutas urbanas, e que as palavras de ordem por justiça e representação adquiriram um caráter revolucionário.

Weffort relativizou os argumentos sobre a ausência popular na Revolução de 1930, pois, para ele as classes populares estavam presentes, seja pelas suas agitações durante a década de 20, seja pela sua simpatia e franco apoio ao movimento revolucionário, seja ainda pelo fato de que os vários grupos em luta desde os anos 20 levavam esses setores em real consideração, quando da construção de suas ações e planos políticos.

Ao contrário de Sodré, a preocupação de Weffort foi com a construção e ampliação de uma sociedade democrática e não com as condições para a implantação de uma sociedade socialista. Assim, não é atoa que a preocupação com a legitimidade do poder, a ampliação dos direitos políticos e sociais, a constituição de um Estado de direito foram o centro de suas preocupações. O acento teórico, que, como vimos, em Sodré estava colocado nas estruturas

econômicas, a partir de Weffort (e de Beiguelman) se transfere para a área política. As preocupações de Weffort estavam mais próximas à questão liberal da constituição de um Estado democrático de direito, questão esta tornada urgente na luta oposicionista contra a ditadura militar. Sua leitura incorporou a preocupação marxista da construção da identidade das classes sociais, com as weberianas da constituição de um poder legítimo.

1930 não foi um marco do início a revolução brasileira e sim, na visão do autor, iniciou a construção da democracia de massas e do Estado desenvolvimentista no Brasil.

A liquidação do Estado oligárquico não significou a destruição das relações de propriedade e poder tradicionais e sim da sua redimensionalização. A preocupação central de Weffort foi demonstrar como a passagem de uma democracia restrita para uma democracia ampliada criou, ao mesmo tempo, as condições para construção de um novo Estado, autônomo e independente dos grupos oligárquicos, e de, paradoxalmente, manutenção das velhas relações de poder. Ou seja, surgiu a sociedade democrática moderna sem que se destruísse a sociedade tradicional.

Esse processo de coabitação só foi possível como consequência de dois fatores: da dependência política e econômica dos setores urbanos em relação aos interesses agrários, e da capacidade destes setores em se antecipar àqueles e definirem os limites da ação destes. Foi uma revolução operada de "cima", buscando se antecipar aos movimentos populares. O objetivo dos setores dominantes não buscava mais do que atender minimamente as aspirações populares. Assim, 1930 foi ao mesmo tempo e contraditoriamente, o fim do poder oligárquico exclusivo e o momento da estabilização, fortalecimento e ampliação de seu poder, mas agora sob novas bases.

A dependência das estruturas agrárias, a dificuldade em gerar uma nova legitimidade política, a erupção das massas populares, tudo isto produziu um novo Estado. Um Estado de massas, construído sob a legitimidade popular, onde todos os grupos sociais agora teriam a sua parcela do poder, e no entanto, ninguém teria a capacidade de desenvolver uma política de interesse exclusivo de sua classe.

Assim, o Estado se autonomizaria, poderia enfim, desenvolver uma política própria, podendo agradar ou desagradar a todos, mas, ao mesmo tempo sem ser o comitê executivo de nenhuma classe social¹¹⁷. Weffort se referiu a este fenômeno como o de uma *aliança* entre quase todas as classes (incluindo as classes médias e os trabalhadores urbanos, mas excluindo os

¹¹⁷ ... Na linguagem gramsciana, seria a passagem de um Estado dominante para um Estado hegemônico.

trabalhadores rurais), um acordo tácito em que, contudo, a hegemonia ainda se manteve com as classes dominantes.

Esse “Estado de compromisso” (como o conceitua Weffort) só poderia ser entendido a partir da dialética conservação-mudança, onde o primeiro termo nos revelaria a permanência das velhas estruturas de poder e da hegemonia das classes dominantes (ampliadas) inseridas agora numa sociedade democrática e num Estado de Direito. Seria a construção do poder de Estado como instituição, da democracia de massas e da emergência política das classes.

Weffort resumiu o movimento de 1930 como uma crise de hegemonia, o que nos levaria a constatar o uso das categorias gramscianas, apesar deste autor nunca ser citado. Seria importante, também, atentar para a influência de Weber, que como Gramsci desenvolveu categorias importantes para analisar o fenômeno político. O uso dos dois autores se originaria na preocupação de Weffort de se voltar para o estudo das superestruturas políticas, já que se partia da concepção de que Marx concentrou suas análises nas estruturas sócio-econômicas, havendo portanto a necessidade de se complementar sua análise com autores posteriores que centrassem suas análises nas estruturas políticas do capitalismo.

Contudo, usar Weber como complemento de Marx, assim como de Gramsci, encerraria problemas metodológicos, assim como ideológicos (como concepção de mundo). Pois este autor, ao contrário de Gramsci, que se preocupava com a capacidade dos “de baixo” em construir sua alternativa política (hegemonia), concentrou suas observações nas ações das classes dominantes, e nas suas estratégias para se manter no poder (legitimação)¹¹⁸. Assim, não seria estranho que, ao deslocar o foco de sua análise, as classes populares, de atores centrais do jogo político (como visto por Sodré) se transformariam em simples objeto de manipulação política, ou, nessa visão mais matizada de Weffort, como “parceiros-fantasmas” do jogo político.

¹¹⁸ ... “O célebre *slogan* de Antônio Carlos em 1930 - ‘façamos a revolução antes que o povo a faça’ - constitui a divisa de todo o período histórico que se abre com aquele movimento e se encerra com o golpe de Estado de 1964. Por força da clássica antecipação das ‘elites’, as massas populares permaneceram nesse período (e permanecem ainda nos dias atuais) o parceiro-fantasma no jogo político. Foram a grande força que nunca chegou a participar diretamente dos grandes embates, sempre dissolvidos entre os quadros políticos dos grupos dominantes, alguns dois quais reivindicando para si a interpretação legítima dos interesses populares. Em todas as crises, desde 1945, a intervenção do povo apareceu como possibilidade, mas o jogo dos parceiros reais consistiu em avaliar, tacitamente, a importância desta intervenção e em blefar sobre esse cálculo”. (p. 15)

8.2. O NOVO MODELO HEGEMÔNICO.

Na realidade, os textos de Weffort e Beiguelman se tornariam a base de onde partiria a tentativa mais audaciosa de crítica à interpretação de Nelson Werneck Sodré, que se tornaria o mais novo paradigma de interpretação da Revolução de 1930, e por consequência da história brasileira.

Já em 1968, Fausto promoveria um esboço de suas teses sobre a Revolução de 1930¹¹⁹. Ainda muito devedor das teses de Weffort, já se notaria, contudo, neste texto, uma apreciável redução do papel das classes médias e populares no episódio de 1930. Por outro lado, já havia aqui uma visão clara do papel da Revolução de 30 e mesmo uma interpretação das longas linhas que definem a história do nosso país. Em resumo: "(...) o movimento de 30 pode ser visto como mais um episódio de acomodação na história brasileira, tal acomodação não se concretiza por uma retomada do passado."

O livro de Boris Fausto, *A revolução de 1930: historiografia e história*, teve como objeto explícito fazer uma crítica definitiva do modelo de interpretação da história republicana por ele chamado de "dualista". Assim definido porque teve como essência a concepção da existência de dois setores antagônicos na economia brasileira, um setor moderno ligado à economia urbano-industrial, e outro setor arcaico ligado ao latifúndio. Esta constatação se baseou nas críticas pretéritas sobre o a teoria do dualismo das sociedades americanas feitas, principalmente, por A. Gunder Frank e Rodolfo Stavenhagen.

Na introdução a este seu trabalho, Fausto revelaria a face política de seu estudo. Lembrando que as concepções historiográficas, o objeto da crítica de seu trabalho, foram as origem das opções políticas da esquerda, e que, portanto, seu trabalho teve uma motivação clara, o acerto de contas com a esquerda do pré-64. Assim, "Como as duras lições da história rompem mais lentamente do que se imagina uma carapaça ideológica formada ao longo do tempo, talvez este trabalho possa contribuir, indiretamente, para o processo de ruptura."¹²⁰

Para Fausto, conceber a sociedade como dividida em um polo arcaico e outro progressista, como fizeram os teóricos "dualistas", levou estes autores a reconhecer uma incompatibilidade absoluta e a necessidade de um confronto decisivo entre estes dois campos, onde apenas com a

¹¹⁹ ... Boris Fausto. A Revolução de 30. In: Carlos G. Mota (org.) *Brasil em Perspectiva*, 1984. (texto original de 1968)

¹²⁰ ... *Op.cit.* P.11.

vitória do polo industrial poderíamos caminhar no sentido de uma sociedade moderna. Concebida esta como tendo por base a democracia, o Estado liberal de direito e o capitalismo industrial, sendo a Revolução de 1930 o marco histórico deste confronto e o passo inicial de nossa modernização.

Fica claro que a visão alternativa que Fausto nos apresenta seria a da não existência de contradições profundas entre os grupos agrários e os urbanos, ao contrário, há uma interdependência e interpenetração dos dois grupos. Sendo assim irreal a idéia de que os acontecimentos de 1930 tiveram como essência um confronto final entre industriais e agrários, ou que tivesse sido necessário este confronto para que ocorresse a modernização do país.

Como visto acima, 1930 seria então, apenas mais um momento de acomodação, ou seja, não houve uma revolução mas apenas um rearranjo de elites, momento esse recorrente em nossa história política onde as mudanças, os avanços se dão, não por rupturas com o passado, mas sim com um amálgama entre o novo e o velho, novas elites são incorporadas sem que as velhas sejam desalojadas do poder.

Compreender o significado da Revolução de 30, para Fausto significaria "considerar que as suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política."¹²¹ (86)

Fausto alegou buscar menos a construção de uma nova interpretação histórica do que a construção de argumentos que comprovassem a inexatidão do velho modelo. Para isso, procurou atacar as duas vertentes desta historiografia: uma define 1930 como o momento do ascenso ao poder da burguesia industrial; a outra, define-o como a revolução das classes médias¹²².

Para Fausto, foi com Nelson Werneck Sodré que a vertente dualista ganharia força no fim da década de 1950, a partir do encontro do nacionalismo com a esquerda. Este autor teria, com

¹²¹ ... B. Fausto. *A Revolução de 30: História e Historiografia*; p. 86.

¹²² ... Fausto não se referiu a Octávio Brandão, na realidade recuperou a origem das formulações dualistas a partir das interpretações da Internacional Comunista sobre as áreas coloniais ou semi-coloniais. Procurando mostrar a inadequação dessas formulações, produzidas originalmente para interpretar o processo revolucionário chinês (1925 - 1927), Fausto mostrou como as interpretações do PCB flutuavam conforme as mudanças de direção da Internacional. No entanto, Octávio Brandão escreveu seu texto ainda em 1924. Tendo como obra de cabeceira "O Imperialismo face superior do capitalismo", de Lênin, publicado em 1917. E foi esta sua obra que iria orientar a formulação do Segundo Congresso do PCB, de 1925, e não uma possível orientação vinda "de cima", importada acriticamente como alegou Fausto.

seu conteúdo "paradialético", definido 1930 como o "golpe da burguesia", e seria o exemplo mais claro da teoria da ascensão da burguesia nacional ao poder¹²³.

Fausto partiu da constatação da total dependência dos setores urbanos à economia agrária, da sua incapacidade econômica, política e ideológica de se colocarem como alternativas reais ao predomínio da burguesia agrária (hipótese essa já levantada por Beiguelman e por Weffort). A burguesia além de ser dependente da acumulação proveniente do setor agrário exportador, representava um setor pouco desenvolvido e com pequena capacidade produtiva.

Do outro lado, a classe média urbana, não se constituiu historicamente em nosso país a partir da pequena propriedade, ou a partir de atividades que a dotassem de independência econômica em relação ao núcleo dominante¹²⁴. Sendo estruturalmente dependentes do sistema agro-exportador, seria inviável se pensar em atitudes de rebeldia desses setores, que não fossem além da mera reivindicação de igualdade política, sem atingir o âmago das relações produtivas.

Fausto buscou comprovar sua hipótese através da análise do discurso e da ação dos setores da burguesia industrial e das classes médias. Segundo ele, análises abstratas e formais sobre o universo ideológico das classes média e burguesa, que não levaram em conta o pensamento e os interesses reais dessas classes, naquele momento específico da história brasileira, levou a esquerda nacional a formulações equivocadas sobre o posicionamento desses setores.

A absolutização do discurso momentâneo das classes, sem se preocupar com as determinações estruturais deste discurso nos levaria a observar a influência da sociologia compreensiva de Weber e a sua busca do *sentido* da ação do sujeito social.

Analizando o discurso da burguesia industrial naquele momento, Fausto observou a inexistência de qualquer programa industrialista. Limitando-se a defender interesses específicos e a exercer pressão sobre os centros de decisão, a burguesia demonstraria, além de sua incapacidade, nenhum interesse em disputar a hegemonia política com os setores agrários. Ao contrário, durante os meses tumultuados da campanha presidencial de 1930, a burguesia industrial nunca vacilou em apoiar o governo e cerrar fileiras com a candidatura Júlio Prestes.

¹²³ ... Apesar de que, como vimos, em nenhum momento Sodré definiu 1930, como "golpe da burguesia" ou como uma Revolução Burguesa.

¹²⁴ ... Novamente, é importante lembrar que Sodré sempre destacou o caráter dependente das camadas urbanas, seja a classe média ou a burguesia industrial, em relação as classes dominantes rurais, fator fundamental para a manutenção da estabilidade da República Velha. Também destacou que não é sem grandes claudicações que a

Mesmo posteriormente, com a vitória da Aliança Liberal, o ramo paulista da burguesia, não temeu em apoiar decididamente a Frente Única Paulista durante a Revolução Constitucionalista de 1932.

É importante destacar que Fausto reconheceu a existência de conflitos entre industriais e agrários, contudo, estes conflitos nunca atingiram o fundamental: a estrutura econômica agrarista ou o sistema de dominação/exclusão das classes populares. Assim, a burguesia industrial além de não promover a Revolução de 1930, sequer a apoiou.

Em relação às classes médias, Fausto reiterou sua dependência ideológica ao núcleo agrário, afirmando serem estas classes portadoras da mesma visão agrarista do núcleo dominante, não havendo diferença substancial entre seus ideais políticos e os da dissidência agrária que patrocinaria a Revolução de 1930. Um exemplo dessa visão foram as idéias desenvolvidas pelo Partido Democrático, agremiação que representava a aliança entre os setores médios e a dissidência agrária. O P.D., portanto, ilustrava claramente uma proposta reformista que era, não apenas agrarista, sendo na verdade claramente antiindustrialista.

Para Fausto, sobraria uma última hipótese possível, já que nem a burguesia nem as classes médias promoveriam um programa industrialista, haveria a possibilidade de que o novo Estado surgido da revolução promovesse esse projeto, mesmo em detrimento dos setores dominantes. Contudo, ao analisar o projeto da Aliança Liberal e mesmo as políticas implementadas por esta nos primeiros anos da década de 30, não se encontraria qualquer programa desenvolvimentista. Sendo a política do Estado uma tentativa de atender todas frações que partilhavam desse Estado, inclusive a agrária, sem nenhuma atenção especial por qualquer delas. Parecendo antecipar as críticas futuras de partidários de Gramsci, Fausto concluiu pela não existência de uma "revolução pelo alto"¹²⁵.

Quanto a questão de 1930 ser uma revolução das classes médias, teríamos um problema adicional, que consiste na identificação da ação destas classes através de um setor do exército, particularmente oficiais de baixa patente, conhecidos como "tenentes". O que colocaria a necessidade de se discutir a relação entre tenentismo e classe média, ou seja até que ponto aqueles representam estes.

Fausto caracterizou o tenentismo como um movimento difuso, militar e reformista autoritário, caracterizando-se pela falta de coerência ideológica e por uma ideologia difusa. Seu

burguesia industrial inicia um tímido movimento de oposição a partir do final da década de 20, e apenas depois de se consolidar o regime revolucionário no final da década de 30 que a adesão da burguesia se tornou mais clara e aberta.

¹²⁵ ... *Op. Cit.* P. 50.

ideal não se diferenciou essencialmente daquele promovido pelas dissidências oligárquicas. Dois conceitos sintetizariam os seus ideais: centralização e elitismo. Não se propuseram a organizar o povo, mas a substituí-lo. Queriam restringir o voto popular, eram vagamente nacionalistas. Sua crítica se inseriu no pensamento antiliberal da época, que teve como expoentes Oliveira Vianna e A. Torres. Seu reformismo foi autoritário, pois se inseriu na linha geral do pensamento das classes dominantes da época, ou seja, resolver a contradição entre os princípios da democracia burguesa e a prática republicana restringindo a intervenção popular na escolha democrática.

Assim, nem o tenentismo, nem as classes médias romperam com o universo ideológico da dissidência agrária. Por outro lado, as classes médias se distanciaram do tenentismo pois opuseram ao desejo centralizador destes, ideais regionalistas e de autonomia estatal. Posição esta confirmada no já citado episódio da Revolução Constitucionalista de 1932 onde setores majoritários destas classes se colocaram contra os tenentes, demonstrando, por outro lado, que estes sequer poderiam ser compreendidos como os representantes das classes médias no poder. Assim, parece óbvio que o tenentismo não poderia trazer nada de novo que não se inserisse no padrão autoritário do reformismo elitista das dissidências oligárquicas, sua relação com as classes médias urbanas era assim superficial.

Para Fausto, a contrapartida do desinteresse do tenentismo em organizar o povo e de divulgar os objetivos da sua revolução, estava na simpatia difusa da população urbana, que nunca se traduzirá em adesão efetiva. Para Fausto, não apenas o tenentismo, programaticamente e ideologicamente, foi o similar militar das dissidências agrárias, como assim eram vistos pelos olhos do povo, seriam o braço armado destas.

Contudo, neste momento caberia perguntar se Fausto concebe 1930 como um momento marcado apenas pela continuidade das relações anteriores. A resposta nos levou à leitura deste sobre o conceito de Estado de compromisso de Weffort, pois nosso autor incorpora esse conceito para compreender o Estado que emerge com a vitória da Aliança Liberal. Se em Weffort, o surgimento do Estado de compromisso se deu pela perda de representividade do Estado frente aos setores populares (ou setores médios urbanos), para Fausto, este Estado surge da perda de representividade do governo frente às classe dominantes.

Fausto viu os acontecimentos de 1930 a partir de uma leitura particular do fenômeno do bonapartismo. A incorporação dos setores médios ao Estado de compromisso, não se fez a partir de uma aliança tática entre setores dominantes e setores populares, e sim que os grupos que

sobem ao poder em nome do povo, fizeram uma representação que, em realidade, se fez no interesse dos próprios setores dominantes. Explica-se, portanto, o novo tipo de Estado devido aos "efeitos pertinentes" sobre este promovido pelas classes médias, que só podiam ser compreendidas como fazendo parte do novo bloco do poder como classe de apoio, ou seja, não foi ela que fez a revolução, nem a que recebeu seus principais benefícios, mas sim foi base da legitimidade do Estado.

Por outro lado, foi verdade que o programa desenvolvido no congresso tenentista, em 1932, apresentou um programa pequeno-burguês ou nacional-burguês onde o desenvolvimentismo que aí foi claramente apresentado, representou uma antecipação da ação dos grupos técnicos de classe média dos anos 50, esta seria a maior contribuição do tenentismo ao populismo que futuramente viria a se instaurar. No entanto, adverte Fausto, por não corresponder ao ideário, seja da pequena-burguesia, ou da burguesia industrial da época, não é produto da identidade do tenentismo com essas classes sociais. As ações do tenentismo foram vistas como sendo determinadas essencialmente pela sua situação profissional e apenas secundariamente por sua inserção de classe. Sua característica de grupo de vanguarda se explicaria por serem eles quadros técnicos do Estado.

Fausto reduziu o papel dos setores populares a "base de massa" do jogo entre as elites dominantes. A Revolução de 1930, em resumo, foi feita pela classe dominante contra a classe dominante em benefício da classe dominante.

No entanto, seria possível pensar a existência de setores minoritários das classes médias, efetivamente receptores das idéias salvacionistas dos tenentes. Estes setores, classificados como pertencentes à pequena-burguesia, apareceriam no texto para explicar a futura radicalização dos tenentes, com o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Entretanto, representam a minoria da classe média, porque para Fausto o grosso dos setores médios pertencem à classe média tradicional, que como vimos, era incontestemente defensora dos interesses agrários.

Esta compreensão, apenas esboçada nesse trabalho, seria melhor desenvolvida em um ensaio posterior, onde Fausto vai refinar sua análise das relações entre tenentismo e classes médias.¹²⁶ Nesse trabalho, Fausto, apoiando-se no trabalho de Décio Saes [*O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República Brasileira (1889-1930)*, de 1971] viria desagregar a classe média em um setor "tradicional", representado pelos estratos superiores da

¹²⁶ ... Boris Fausto. *Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945*, 1972 (Cadernos CEBRAP, n.º 10).

classe, e de setores "novos", representados pelos estratos mais marginalizados e empobrecidos, ligados ao pequeno comércio ou produção, e funcionários públicos de baixo escalão.

Assim, seriam os estratos superiores da classe média, os setores "tradicionais", que seriam representados e apoiariam a pregação tenentista por reformas liberais e que os setores mais populares, entre eles o proletariado, não se sentiriam representados por esse movimento. Assim, 1930 seria uma aliança entre a geração mais nova das oligarquias (que se sensibilizaram com a pregação revolucionária dos tenentes) com setores da alta classe média, daí o caráter elitista e limitado de suas reformas (liberais). Os setores mais populares, por outro lado, ficariam à margem do processo. O desenrolar do processo, com os tenentes no poder, se caracterizaria pelo refluxo do apoio da classe média aos tenentes, sendo a Revolução de 32 o momento em que, tanto setores populares como setores da alta classe média (descontentes com a mobilização proletária dos tenentes paulistas) apoiariam a bandeira da redemocratização e regionalismo contra as idéias autoritárias e centralizadoras dos tenentes.

Numa nova leitura, Fausto sustentou ser a oposição entre burguesias regionais o conflito mais importante dos anos finais da República Velha. Sendo, portanto, mais importante as divisões geográficas do que as divisões setoriais das classes burguesas, para entender o processo de crise do final dos anos vinte. Esta crise foi vista como a culminação de um longo processo de acúmulo de contradições, combinando o agravamento de problemas internos, com o advento dos efeitos causados pela depressão mundial de 1929. Foi apenas nos choques finais que o conflito classe-representação política assumiu o papel central da trama.

Já vimos anteriormente como Fausto se esforçou por reduzir a importância do 1930, seja como processo revolucionário de ruptura do passado, seja como produtor do novo. Ao contrário, sua busca foi pela continuidade, das instituições, das classes dominantes, e da relação entre estas e as classes populares¹²⁷.

Assim é que, em outro texto posterior, escrito em 1977¹²⁸, ele se colocou como fazendo parte de uma corrente renovadora da historiografia brasileira, ou seja, aquela que busca essencialmente as regularidades, tendo como objetivo a busca das raízes do padrão autoritário de

¹²⁷ ... É verdade que, sobre os episódios de 1930, Fausto compreendeu ter havido um processo de ruptura, mas esta se deu apenas dentro do jogo político das elites. O que se rompeu foi um tipo de arranjo político intra-elites, uma forma particular de articulação política.

¹²⁸ ... Boris Fausto. *Expansão do café e política cafeeira. História Geral da Civilização Brasileira*; Tomo III: O Brasil Republicano; Vol. I: Estrutura de poder e economia (1889-1930), 1977.

nossa história política, detectável em todos os espectros políticos (tanto à esquerda quanto à direita).¹²⁹

Como vimos, a historiografia criticada por Fausto (nem sempre marxista) buscava afirmar o caráter renovador e decisivo das intervenções populares, o caráter progressista da classe média, sua aliança antiga com as classes populares urbanas. Por seu turno, Fausto buscava demonstrar o caráter elitista do nosso processo histórico, o caráter autoritário da construção de nosso Estado e da nossa democracia.

O caráter autoritário das intervenções militares se refletiam na constituição do populismo, que para Fausto, como vimos, nada mais foi do que uma nova fase do rearranjo entre as elites, incorporando os setores populares urbanos ao jogo institucional do Estado apenas como massa de manobra. O grande inimigo não era mais o capital multinacional ou as elites agrárias, e sim o populismo (secundariamente o sindicalismo oficial, o Partido Comunista e o ISEB). Fausto encontrou as raízes do pensamento e da prática das esquerdas, que levaram ao final trágico da república populista, na política de conciliação de classes. Esta postura legitimou o Estado de compromisso, que nada mais seria do que uma aliança conservadora (Elites burguesas, exército, setores de esquerda e sindicalistas), que a custo de pequenas concessões trabalhistas e políticas, impediu a entrada real dos setores populares na política.

Enquanto a esquerda apostava em uma anacrônica revolução burguesa, conduzida por uma burguesia nacionalista e progressista em aliança com os setores combativos das classes populares, o processo real se materializava em outra aliança: a do Estado com setores modernizantes das classes dominantes (incluindo, de maneira subordinada os setores burgueses e excluindo os setores populares)¹³⁰.

Nestes artigos, posteriores ao lançamento de seu texto original, Fausto enfrentou a necessidade de confrontar sua teoria com os novos textos que abordavam aspectos específicos relacionados com a Revolução de 1930, assim como os seus desdobramentos posteriores. Foi assim que Fausto reviu a questão do Estado oligárquico do pré 1930, debatendo com estudos que questionavam de maneira mais ou menos intensa a vinculação de classe desse Estado¹³¹. Assim, para Fausto a República Velha não pode ser vista como um período homogêneo, sendo que o

¹²⁹ Ao contrário da historiografia anterior, marcada pelo forte viés marxista, preocupada em salientar os momentos de ruptura e mudanças, estruturada em uma visão evolucionista, que daria a base pseudo-científica para as concepções da revolução burguesa brasileira

¹³⁰ ... Fausto aborda esse tema no artigo: Estado, trabalhadores e burguesia. *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 20, mar./1988. Onde levanta uma bibliografia sobre a modernização em países do capitalismo tardio, em especial os trabalhos de Barrington Moore Jr, procurando apoio para sua tese da não existência de uma revolução burguesa como fator necessário para o desencadeamento de processos modernizantes em países daquele tipo.

¹³¹ ... Boris Fausto. *Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República*. Novos Estudos CEBRAP, n.º 27, jul.1990. Prefácio à edição de 1997. *A Revolução de 30*. Historiografia e história. S. Paulo, Companhia das Letras, 1997.

domínio irrestrito da oligarquia agrária agroexportadora seria válida apenas para os primeiros anos desse período. Já os anos finais se caracterizariam pelo aumento do conflito e dos interesses representados por esse Estado, refletindo a autonomia cada vez mais pronunciada do mesmo antes do ano de 1930.

Através dos estudos de Pedro Cézar Dutra Fonseca, sobre Vargas, Fausto mostrou que o caráter intervencionista, a vocação para o mercado interno, o discreto nacionalismo e centralismo eram características da nova elite (chamada de geração de 1907), que ascenderia com aquele.

E por fim, mostrou que o desenvolvimento industrial foi muito mais devido a incapacidade de importar, que devido a uma possível vocação industrialista do novo Estado. Ou seja, a tese que o Estado após 1930 representaria o novo pela sua autonomia em relação às classes dominantes não se sustentaria, assim como a idéia que a ascensão de novas classes ao poder de Estado (classes médias ou burguesia industrial) que deslocaria o eixo de atuação do Estado para uma política intervencionista também não representaria a realidade¹³².

Nestes estudos Fausto se defrontou com o surgimento de novas abordagens sobre a Revolução de 1930, particularmente aquelas derivadas da concepção weberiana, como o trabalho de Raimundo Faoro, que adquire notoriedade apenas em sua segunda edição de 1975, o que mostraria os novos ventos soprados em nossa historiografia. Por exemplo, na versão institucionalista de viés americano, desenvolvida por José Murilo de Carvalho¹³³. Fausto procurou se diferenciar, seja das interpretações weberianas, seja das interpretações institucionalistas, que para ele são posições que defenderiam a autonomia absoluta do Estado ou

¹³² ... É interessante observar, que Fausto utilizou o livro de Hobsbawm - *Ecos da Marselhesa* - como apoio ao seu revisionismo, já que para ele este livro era um ataque aos esquemas reducionistas-classistas de um marxismo arcaico e ortodoxo. Contudo, o texto de Hobsbawm é um ataque ao revisionismo, uma defesa da teoria marxista da história, portanto, uma crítica ao tipo de interpretação defendida por Fausto. Hobsbawm, fazendo um estudo das teorias sobre a revolução francesa, particularmente das teorias revisionistas que negam o caráter revolucionário-classista daquele evento, que procuraram demonstrar que não havia distinção e antagonismo entre nobres e burgueses, utilizando seus escritos para mostrar a interdependência entre as duas classes. Os argumentos deste são esclarecedores, a questão da existência da revolução burguesa não se extingue pelo fato da constatação da não existência desse antagonismo, o problema é explicar como a revolução aconteceu mesmo sem a consciência dos atores sobre o processo: "Quando o povo interveio, em julho e agosto de 1789, transformou o conflito entre elites em algo muito diferente, quando menos por terem trazido, em questão de semanas, o colapso do poder e da administração do Estado e do poder da classe dominante rural no campo." (p.126)

Hobsbawm compreende o fenômeno do revisionismo como produto do recuo da esquerda marxista, da dúvida sobre o que realmente constituía essa revolução, de um acerto de contas com a velha esquerda comunista, e "last but not the least", do estímulo acadêmico para se produzir revisões: essas sempre são mais premiadas do que a ortodoxia.

¹³³ ... R. Faoro. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo. 1975. 2 vols. S. Schwartzmann. *As bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campos, 1982. J. Murilo de Carvalho. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*, in: *Hist. Geral da Civ. Brasileira, T. III, O Brasil Republicano, 2. v., Sociedade e Instituições (1889-1930)*, 1977.

das burocracias estatais. Sendo assim, pecariam pelo excesso, pela incapacidade de compreender o papel das classes sociais, da sociedade civil, para além de interesses reais que essas instituições possuam. No entanto, Fausto, ao destacar a importância primeira da análise das forças sociais não renega a importância de se caracterizar a existência de interesses próprios às instituições, não redutíveis aos interesses das lutas de classe.

Contudo, seria errado valorizar por demasiado as diferenças entre Fausto e estes autores. Pois, como vimos, Fausto se incluía nesta corrente historiográfica revisionista em que a busca pelas regularidades e pelas origens do autoritarismo brasileiro eram as principais marcas. Na realidade, com Fausto se abre o caminho para a construção de um novo paradigma para a historiografia nacional.

Se, por um lado, foi possível compreender a existência de uma leitura “uspiana” sobre a Revolução de 30, por outro lado, não se excluía a possibilidade de “variações interpretativas” sobre esta interpretação básica. A leitura de Florestan Fernandes foi assim, ao mesmo tempo original, e ao mesmo tempo comum às outras leituras “uspianas”. Comum, pelo lado metodológico, na busca de um marxismo não mecanicista e economicista, da agregação a este de conceitos weberianos. Comum também na interpretação da realidade brasileira, centrando sua análise no papel das elites, concebendo o capitalismo como entranhado desde nossas origens, negando a relevância da Revolução de 30, e concebendo nossa história como caracterizada pela continuidade (e não pelas rupturas) dos padrões autoritários, enfim uma modernização-restauração do atraso nacional. A originalidade das teses de Florestan estaria na importância que adquiria o fenómeno da “Revolução Burguesa” para compreender nossa evolução histórica, e a inclusão do conceito de “capitalismo dependente” como termo chave para se interpretar o tipo específico de capitalismo que se desenvolveu na periferia do capitalismo.

Florestan criticou as leituras originárias, quer de um radicalismo burguês, quer de um socialismo reformista ou mesmo um socialismo revolucionário mecanicista, que procurariam explicar a Revolução Burguesa nos países da periferia, pelo passado, particularmente pela vitória sobre uma aristocracia rural decadente ou revolucionária.

Partindo da leitura de Caio Prado Jr., Florestan¹³⁴ compreendia o período colonial como sendo essencialmente capitalista, tendo seu sistema produtivo (a grande lavoura) desde as origens voltado para o lucro. Contudo, a definição do modo produtivo da colônia como capitalista não pressupunha a idéia de um sistema completo e acabado, ao contrário, o capitalismo na colônia se estruturaria em formas sociais e políticas não burguesas, ou seja, seria um sistema capitalista (economicamente definido) mas não burguês.

¹³⁴ ... Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. RJ: Zahar Ed., 1976.

origens voltado para o lucro. Contudo, a definição do modo produtivo da colônia como capitalista não pressuporia a idéia de um sistema completo e acabado, ao contrário, o capitalismo na colônia se estruturaria em formas sociais e políticas não burguesas, ou seja, seria um sistema capitalista (economicamente definido) mas não burguês.

Junto a este capitalismo conviveriam modos de produção pré ou sub capitalistas¹³⁵. Assim, não se poderia falar em classe sociais pois, Florestan alerta para o fato de que os senhores de engenho não eram burgueses, apesar de produzirem visando o lucro. Também ficou claro que as relações de produção eram escravistas (muitas vezes servis) e não assalariadas. Que não existiam classes, mas sim um regime estamental ou de castas, importado de Portugal, e por fim, que as formas de classificação social eram reguladas (além do estamento) por formas patrimonialistas.

Assim, o capitalismo que foi introduzido em nossas terras não veio acompanhado, daquilo que Florestan definiu como a *ordem social competitiva*¹³⁶, ou seja, a estrutura social adaptada para conviver com as relações econômicas do capitalismo. Esta ausência foi característica típica das sociedades nacionais dependentes de origem colonial. Assim, as estruturas sociais, políticas e mesmo econômicas do regime colonial eram apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica. Esta ordem, chamada de “tradicional”, tornava-se um obstáculo ao caráter inerentemente modernizante do capitalismo mercantil. A ação do mercado, por sua vez, favorecia a manutenção dos elementos arcaicos do sistema. A possibilidade da tomada de uma consciência burguesa pelos agentes econômicos se mantinha bloqueada pelo controle externo do processo econômico.

Para Florestan, este sistema não teria condição de se auto-revolucionar, as mudanças que possibilitariam a evolução do capitalismo colonial estariam ligadas a um processo externo, a crise política do antigo sistema colonial. Este ao entrar em crise decretou a obsolescência do regime escravista e senhorial. O papel das elites então já estaria dado: *forçadas* a acompanhar o ritmo da mudança histórica, incapazes de parar a história, foram condenadas à modernidade. Nesse ponto, a argumentação de Florestan permitiria duas leituras: uma diria que a elite rural *optou* pela

¹³⁵ ... Idem. *Mudanças Sociais no Brasil*. SP/RJ: DIFEL, 1979. P. 29/30. É importante lembrar esta idéia da “contemporaneidade do não coetâneo” encontra-se originalmente em Nelson Werneck Sodré.

¹³⁶ ... A definição de ordem social competitiva tem origens na sociologia funcionalista. Assim, esta ordem é que “organiza institucionalmente o padrão de equilíbrio dinâmico, inerente à integração, funcionamento e diferenciação daquele sistema, e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes”. (Idem. *A Revolução Burguesa...*, p. 149.)

ruptura com a metrópole portuguesa, e em sequência *optou* pelo regime capitalista. Numa outra leitura possível, o regime capitalista foi imposto pela própria mudança das relações econômicas com o centro.

Ao contrário de autores que vêem a Independência como um fator irrelevante em nossa história, pois afinal manteve-se a mesma estrutura produtiva da grande lavoura na base econômica e também a mesma classe social dominante (a aristocracia agrária) na estrutura social e política, nosso autor compreende a Independência como uma verdadeira *revolução social*, pois decretou o fim da sociedade colonial, possibilitando o surgimento de uma sociedade nacional, a construção de um Estado nacional. Por outro lado, o poder foi entregue às elites nativas e pode ser exercido de dentro para fora e não de fora para dentro.

Se a Independência pode ser vista como uma verdadeira revolução, apesar de restrita ao campo político. O avanço neste campo, no entanto, carregou consigo a conservação social. Pois as estruturas da sociedade colonial (tradicionalista) se mantiveram praticamente inalteradas, especialmente as bases do poder oligárquico, dos privilegiados. Assim a exclusão dos pobres se manteve.

Sem ser uma revolução econômica e social, as estruturas escravistas, estamentais e patrimoniais se mantiveram ativas impedindo que a ordem social competitiva alavancasse o desenvolvimento econômico. Estas sobrevivências poderiam ser compreendidas à luz da questão central que se impunha naquele momento, ou seja, a de como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originária, herdadas da colônia e do período neocolonial, e como engendrar, ao lado delas, as condições modernas de acumulação de capital. É assim que a oligarquia se manteve no poder, afinal só ela poderia ser o intermediário da transição do mundo colonial para o capitalista, pois dispunha do poder em amplitude nacional e conhecia os verdadeiros focos de desagregação social e política. O que significava conter o potencial destruidor do escravo, e depois do assalariado, pois esta era a condição básica para garantir a acumulação e o desenvolvimento capitalistas.

Assim, modernizar era preciso, porém, com muita cautela, pois não havia o interesse de se contrapor à dominação externa e, internamente, criava-se o risco de despertar um nacionalismo popular e mesmo a idéia da revolução nacional.

A partir daí, Florestan periodizou a história do Brasil em três etapas: a) o período colonial (até 1808); b) o período de transição neo colonial e; c) o período do capitalismo dependente.

Dentro das estruturas capitalistas teríamos ainda uma outra subdivisão: a) eclosão do mercado capitalista moderno ou de transição neocolonial (de 1808 até 1860/75, período de crise do regime escravista); b) formação e expansão do capitalismo competitivo (até final dos anos 50/64); c) erupção do capitalismo monopolista.

Sem compreendermos a forma particular com que se desenvolveu o capitalismo nacional, ou seja nossa agregação à civilização ocidental através do “status” de colônia, pouco entenderemos sobre a constituição da sociedade brasileira, o fato de termos nascidos na periferia do sistema capitalismo fez com que aqui este se instalasse “incompleto”. Um estranho capitalismo onde os interesses mercantis que o definiam eram produto do interesse externo ao próprio produtor direto. Um capitalismo sem relações sociais de produção assalariadas, sem estruturas político-jurídicas burguesas, e por fim, um capitalismo sem classes sociais, sem burguesia ou proletariado.

A concepção marxista tradicional, via o surgimento da sociedade capitalista como produto de uma revolução burguesa que teria como função essencial destruir as instituições do velho regime e propiciar o surgimento das novas estruturas burguesas¹³⁷. Florestan, porém, nega a possibilidade de uma interpretação universal do conceito de “Revolução Burguesa”. Aqui entraria a importância da idéia de um capitalismo dependente, este exatamente por ser determinado pelos interesses da metrópole desenvolveu estruturas adequadas para a otimização da acumulação *para* a metrópole, e não como ocorreu nos países do centro, instituições adequadas para a sua acumulação interna. Foi assim que o capitalismo periférico só pode realizar a transição, de colônia do sistema capitalista para a de uma economia nacional dependente, por intermédio de uma revolução burguesa, que na periferia capitalista teria uma função diferenciada daquela produzida no centro do capitalismo. Esta função seria essencialmente política, ou seja, a de criar estruturas de poder submetidas direta ou indiretamente ao controle de uma elite burguesa autóctone (Estado nacional burguês), ligada a esta função estaria a necessidade de levar o desenvolvimento capitalismo ao seu ápice, ou seja, caracterizado essencialmente por uma estrutura urbano-industrial. Para o autor, a Revolução Burguesa não poderia ser vista como um episódio histórico, conjuntural, e sim como uma mudança estrutural. Assim, a Revolução Burguesa na periferia não caracterizaria a passagem feudalismo-capitalismo mas sim, a passagem da sociedade tradicional para a moderna.

¹³⁷ ... Veja-se o capítulo 1: O problema da Revolução Burguesa.

Nas próprias palavras do autor:

*“Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa”.*¹³⁸

Por outro lado, sem a Revolução Burguesa seria impossível pensar a existência da sociedades de classes e com ela a universalização do trabalho assalariado e da ordem social competitiva.

A Revolução Burguesa, então, poderia ser compreendida como a própria história do surgimento, crescimento consolidação da burguesia. A construção de sua consciência social, do espírito burguês revolucionário, sem os quais seria impossível se pensar uma ação conjunta, de classe. Compreender esta Revolução significa, portanto, buscar os agentes humanos destas grandes transformações do regime escravocrata. Acompanhemos a evolução deste processo: em primeiro lugar, a ruptura da homogeneidade da sociedade agrária, com o surgimento de uma nova fração da elite agrária, parcialmente desvinculada do estilo de vida “tradicional”, nos fazendeiros do café preponderava sua condição burguesa sobre a senhorial; por outro lado, a vinda do imigrante faz parte deste mesmo processo, assim como o surgimento de uma burguesia no setor de serviços (banqueiros, negociantes, artesãos, funcionários públicos, profissionais liberais). Num segundo momento, aconteceria o próprio aburguesamento dos senhores rurais como um produto dos fenômenos sociais que acompanhariam o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil, da urbanização, da centralização política, da secularização das idéias, da incorporação do estilo de vida burguês. Passado o período da transição colonial, as oligarquias agrárias ou agrário-comerciais se converteram, talvez, no ramo mais poderoso dessas burguesias.

Seria claro, então, que este processo de diferenciação social, assim como o da construção da identidade burguesa não significaria uma oposição real entre aristocracias ou oligarquias

¹³⁸ ... Idem, *ibidem*. P. 203.

agrárias e burguesia, já que esta não manifestaria um projeto próprio, em realidade identificava-se com a ordem tradicional. A sua revolução modernizante não pretendia destruir aquela ordem mas apenas reforma-la segundo seus interesses. Esta revolução objetivaria a sua integração com a aristocracia agrária e não sua superação (foi só nos momentos finais desse processo que a burguesia buscou radicalizar suas posições)¹³⁹.

Em realidade, foi a aristocracia agrária que liderou as outras frações das elites rumo à Revolução Burguesa, foi ela que determinou como esta deveria ser. A revolução burguesa nacional, assim posta, significaria, pelo lado das relações intra-elites, a integração horizontal de todas suas frações, e pelo lado das suas relações com o restante da sociedade, a imposição dos seus interesses de modo coercitivo e legítimo. Garantir sua dominação de classe, portanto, através de uma “revolução dentro da ordem” seria o limite da ação nacionalista possível sob o capitalismo dependente.

Como foi dito mais acima, a Revolução Burguesa foi um fenômeno estrutural e não um episódio conjuntural fixado num determinado período de tempo. Este processo que, como vimos, se inicia por volta do último quartel do século XIX e avançaria até pelo menos o final dos anos 50, contempla uma longa transição onde as oligarquias, sejam as tradicionais, sejam as “modernas oligarquias” (dos altos negócios, comerciais financeiros mas também industriais) que são produto do avanço do capitalismo, procurariam recompor o seu poder abalado com a crise do escravismo. A chamada “crise do poder oligárquico” nada mais é do que uma recomposição das estruturas do poder. Onde o poder burguês não substituiria o oligárquico, mas se comporia com ele, como um momento inicial de sua luta pela hegemonia. Seria o início da modernidade no Brasil, da passagem da era “senhorial” (ou o *antigo regime*) da “era burguesa” (ou a *sociedade de classes*).

Para Florestan, a modernidade de uma sociedade de capitalismo dependente não exclui a continuidade das formas sociais arcaicas. Esta continuidade não só foi desejável pelas elites, mas historicamente necessária para sustentar a transformação capitalista, pois esta se deu em situação extremamente desfavorável, considerando nossa situação de dependência. Assim, o

¹³⁹ ... A própria idéia de uma burguesia autoconsciente lutando pela construção de uma nova sociedade não parece condizer com as idéias de Florestan que aposta muito mais em fatores mecânicos ou estruturais do que de uma ação coletiva de classe, “como pura decorrência das incompatibilidades existentes entre trabalho escravo e trabalho livre, mercado colonial e mercado capitalista, produção colonial e produção capitalista” (Idem, *ibidem*. P.193).

subdesenvolvimento, segundo Florestan, e mesmo a dependência foram estratégias visando o desenvolvimento capitalista pretendido pelas oligarquias.

No centro das estratégias das oligarquias “arcaicas” e “modernas” se encontraria a necessidade imperiosa de submeter as classes operárias ao nascente poder burguês. A Revolução Burguesa, para Florestan, poderia ser resumida por esse confronto histórico, pela luta pelo controle do Estado e pela definição dos fins da mudança social. Foi assim que a luta de classes se inseriu na obra do autor, implícita, nas fimbrias da ação das elites. A continuidade e não a ruptura, do domínio, primeiro senhorial e depois oligárquico, bloqueou a formação das classes, garantindo o poder como o fio condutor da história nacional.

Ao mesmo tempo, produto das necessidades históricas de um capitalismo “heterônimo”, mas também autor decisivo, senão exclusivo da história brasileira, as elites (em suas formas senhoriais, oligarcas ou burguesas) não tiveram rivais pelo seu domínio. Ao restante das classes (populares) restava o papel de “massa de manobra”, produto da sua incapacidade de construir uma identidade própria, que as autonomizassem dos valores e interesses dominantes. Não é de se estranhar que os acontecimentos políticos mais importantes do período fossem obra destas elites, como a destruição da ordem senhorial e escravista, ou mais especificamente, a aniquilação da escravidão, produto do interesse das oligarquias em remover os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo¹⁴⁰.

Os setores populares apareceram de maneira positiva, nas interpretações de Florestan, a partir dos processos estruturais da universalização do trabalho livre e de sua consequência mais imediata, o aparecimento do proletariado urbano-industrial, sintoma mais agudo do surgimento da luta de classes. Isto significou duas coisas: primeiramente, o aparecimento da luta de classes, como dado estrutural e não produto das próprias lutas operárias e, por último, com este aparecimento, o povo se tornando ator da nossa história. Esta constatação levou o autor a interpretar as pressões reformistas das classes médias, de conteúdo democrático-nacionalistas, como um produto desse aparecimento do conflito social, nas primeiras décadas do período republicano.

É desta forma que a Revolução de 30 entrou no quadro interpretativo de Florestan, como um produto das agitações populares dos anos 20. Contudo, esta intervenção estaria longe de

¹⁴⁰... Para Florestan, tanto os setores populares (como os escravos, os libertos, os homens livres independentes), como os estamentos intermediários (como o pequeno e o baixo comércio), não tiveram qualquer importância histórica.

significar o povo no poder, ou a quebra do poder oligárquico e muito menos a constituição de uma nova sociedade. A conclusão do nosso autor reafirmaria o centro das interpretações “uspianas”, ou seja, as pressões populares não gerariam uma mudança estrutural, mas apenas mais uma “crise conjuntural”. Esta crise se refletiria na constituição de um novo rearranjo das estruturas do poder das elites, para reafirmar seu mando sobre os excluídos e não um possível deslocamento das bases do poder burguês (e dentro deste, da influência da “oligarquia”). Foi verdade que, em 30 assistimos à crise final do Antigo Regime. Contudo isto não significou o fim do poder oligárquico e sim uma rearticulação comandada por elementos, que divergiam do estancamento histórico, promovido pelas forças do antigo regime.

Em realidade, o que estava em jogo era menos a *natureza* das transformações políticas almejadas, mas o *estilo* destas, um estilo autocrático ou uma linha mais democrático e nacionalista. Assim, em 1930, tanto a “velha” como a “nova” oligarquia se articularam com a nascente burguesia industrial e também com as classe médias urbanas, contendo os antagonismos entre as frações desta oligarquia e, ao mesmo tempo, reafirmando a exclusão dos setores populares, agora sob novas bases. Tornando assim os interesses especificamente oligárquicos menos visíveis e mais flexíveis¹⁴¹.

Desta forma, transformaram o Estado, numa verdadeira *arena de conciliação* dos interesses convergentes ou divergentes das elites possuidoras e “dirigentes”, ou seja, usaram os termos propostos por Weffort, criando o *Estado de compromisso*. Ao contrário de suas congêneres européias, no Brasil, as elites primeiro fizeram sua integração ocupando a esfera estatal, para depois disso, construírem seu poder propriamente social e econômico.

Conclui-se que 1930 foi uma Revolução elitista, apesar da ressonância popular e seu produto direto, o populismo. Também foi nada mais do que uma manipulação demagógica, apesar de modernizante e não uma abertura para as pressões populares. No fundo, a crise dos anos 20/30 foi produto da necessidade histórico-social de adaptação da burguesia a uma era de industrialismo intensivo. Uma crise de crescimento e superada esta, a burguesia estava apta a completar o ciclo da Revolução Burguesa, como a classe dominante de um capitalismo moderno e industrial, porém dependente.

¹⁴¹ ... Apesar de Florestan não ter em Gramsci uma referência teórica, não seria um abuso pensar nessa frase como um exemplo da interpretação referente à passagem do Estado dominante para o Estado hegemônico.

como caso de polícia). Assim, o principal resultado da Revolução de 30 foi a reestruturação do Estado, tanto nas suas estruturas, como em suas funções, pois este deveria tanto exprimir as novas configurações das relações de poder, como as necessidades de um novo período do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de classes. Não mais um Estado liberal mas um Estado intervencionista, não mais um Estado de classe (oligárquico), mas agora um Estado aberto às novas classes sociais, ainda que essencialmente burguês.

Para Ianni, os anos que se seguiram à Revolução de 30, foram anos de um capitalismo e de suas classes ainda em formação, o que explicaria a constituição da “democracia burguesa” no período populista, pois esta se caracterizaria, pelo lado do proletariado, como um estratégia de acordos contínuos com a burguesia industrial (agora identificada como o mercado nacional) e pelo lado desta, pela busca de ligações com os vários grupos de esquerda, inclusive o PCB, na busca da “paz social” e da construção de um Welfare State nacional, demonstrando a convergência de valores e interesses entre ambos.

Este cenário de “harmonia social”, é verdade, não escondeu a luta de classes, pois, segundo Ianni, a contradição entre burguesia e proletariado foi dominante neste sistema. O que aconteceu foi que estes conflitos se encontraram disfarçados, sob as disputas entre as facções burguesas em luta, o que impedia a deflagração de tal conflito em profundidade. A permanente atividade da classe operária fez com que a burguesia buscasse sempre, antecipar-se aos atos daquela.

O texto acima, publicado em 1965, ainda não refletiu o impacto produzido pelo golpe de 1964. Já a partir dos anos 70¹⁴⁵, Ianni, apesar de ainda sustentar a idéia básica de que a Revolução de 30 propiciou a constituição do Estado burguês e portanto, da derrota do Estado oligárquico, já compreendeu que a derrota oligárquica não significou sua destruição, incorporando a visão de que o Estado oligárquico já era um Estado burguês.

A evolução do pensamento do autor sobre o tema da Revolução Burguesa¹⁴⁶ caminhou, nos anos 80, no sentido de incorporar as principais questões que caracterizam a interpretação “uspiana”, como vimos, por exemplo, em Fausto. A Revolução Burguesa deixou de ser vista como uma ruptura com um passado arcaico e passou a ser vista como “uma espécie de contra-revolução burguesa permanente”. Ao analisar as várias formas de Estado, desde a Independência

¹⁴⁵ ... Ianni, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 6ª. ed. RJ: Civilização Brasileira. 1996 (1971)

¹⁴⁶ ... Ianni, O. *O Ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópoles: Vozes, 1984.

Para o papel histórico dos setores populares, a conclusão de Florestan foi clara, “como a *classe dos outros* (proletariado, massas trabalhadoras e destituídas) não era fonte real de estado de pânico, ela funcionou apenas como ‘bode expiatório’ e como foco de referência para a atualização de processos elementares de solidariedade de classe”¹⁴².

Nos trabalhos de Octávio Ianni não houve nem um estudo específico, nem uma interpretação original, seja da Revolução de 1930, seja da Revolução Burguesa no Brasil, o que não significa que sua obra seja destituída de interesse para nossos fins, pois nela os setores populares ocuparam um papel singular. Em seus primeiros estudos sobre desenvolvimento econômico no Brasil, no início dos anos 60¹⁴³, Ianni interpretou os fatos relacionados com a revolução burguesa nacional a partir de uma leitura, que na essência, pouco se diferenciava das interpretações clássicas da Revolução de 30, como uma revolução burguesa¹⁴⁴.

Assim, nestes textos, 1930 foi um claro produto da luta de classes, da luta entre uma oligarquia agrária retrógrada, representante máxima de uma economia voltada para os interesses externos e uma burguesia progressista, que em seu processo de ascensão ao poder, foi capaz de transformar o proletariado e as classes médias em seus aliados. 1930 foi uma revolução burguesa porque naquele momento, a burguesia industrial tornou-se classe dominante. Contudo, não foi esta classe a principal responsável pela ruptura com as estruturas oligárquicas, já que a própria burguesia industrial tinha vinculações muito estreitas com o Imperialismo. Um movimento que tivesse em seu bojo características nacionalistas e que propusesse uma economia voltada para a construção de um mercado interno, estaria cortando sua própria carne. Assim, os movimentos revolucionários que, nos anos 20, propiciaram o rompimento com o velho regime, só poderiam ser constituídos por setores interessados no desenvolvimento do mercado interno, sendo as classes médias urbanas e o nascente proletariado industrial, as classe sociais que efetivamente fizeram a revolução.

As classes médias e proletárias se aliaram à burguesia industrial erguendo bandeiras pela democratização das instituições políticas e pela melhora material das condições de vida, medidas estas impossíveis de serem resolvidas sob a estrutura do antigo regime, pois este era alicerçado sob idéias liberais (negação da intervenção estatal na economia) e conservadoras (questão social

¹⁴² ... Idem, *ibidem*. P.266.

¹⁴³ ... Entre outros, veja-se seu artigo intitulado “Processo político e desenvolvimento econômico”, incluído na coletânea: Ianni, O.; Cohn, G.; Weffort, F. *Política e Revolução Social no Brasil*. RJ: Civ. Brasileira, 1965.

¹⁴⁴ ... Inclusive a tradicional disputa entre os imperialismo inglês e norte-americano aparece em seu texto.

até os dias atuais, verificou-se que reproduziam e reforçavam permanentemente, soluções autoritárias, organizando o Estado segundo os interesses dos setores dominantes (oligárquicos, burgueses, imperialistas). Sendo assim, a Revolução de 1930 nada mais foi do que uma das manifestações desse processo contra-revolucionário, tendo a função histórica de bloquear o ascenso político das camadas populares. Para o autor, a Revolução Burguesa foi um processo que se iniciou em 1888/9 e se conclui com o golpe militar de 1964.

Durante todo este intervalo, as oligarquias agrárias dominaram, isoladas ou associadas, com outras classe sociais e apenas após 1964, pode-se dizer com exatidão que a burguesia industrial tornara-se hegemônica em relação as outras classes sociais¹⁴⁷. A conclusão final concebeu o processo de 1930, como uma crise de hegemonia. Esta se caracterizou pela incapacidade de qualquer setor das classes sociais de hegemonizar o poder. Assim este passou a ser exercido por um consórcio de vários grupos ou classes sociais, sendo o populismo a resposta a esta crise.

O que diferenciou e tornou original a interpretação de Ianni sobre a revolução burguesa brasileira, foi o papel que os setores populares tiveram em sua obra. Ao contrário das leituras de Florestan e Fausto, por exemplo, Ianni colocou os setores populares como autores legítimos do nosso processo social, colocando em relevo a cada momento histórico, a intervenção popular. Para Ianni, o povo foi o principal ator de nossa história. As lutas sociais, desde o Império, têm moldado o caráter da sociedade brasileira. Para fazer frente a estas ações, as elites dominantes foram obrigadas a reunir consideráveis aparatos de repressão e controle. Se o povo nada representou em nossa história, pergunta o autor, porque tanto esforço repressivo?¹⁴⁸

As interpretações tradicionais que colocaram o Estado e as elites como as únicas forças organizadas do país, segundo Ianni, permearam um largo espectro do pensamento político

¹⁴⁷ ... “No Estado monárquico (...) predominam os interesses do bloco agrário vinculado principalmente à cana e ao café. No Estado oligárquico (...) predominam os interesses do bloco agrário apoiado principalmente na cafeicultura. Depois, sob o estado populista, predominavam os interesses do bloco industrial-agrário, vinculado principalmente ao café e à indústria de bens de consumo duráveis. A partir de 1964, apoiado em um poderoso bloco industrial, ou melhor, financeiro e monopolista, predominam os interesses da grande burguesia financeira e monopolista estrangeira. em todas as épocas os imperialismos inglês, alemão, norte-americano e outros estão presentes e são decisivos.” (Ianni, *O. Op. Cit.* P. 21)

¹⁴⁸ ... Assim, vejamos, por exemplo, a exposição de Ianni para as lutas populares durante a monarquia:

“Nessa época (1822/9) ocorreram alguns fatos notáveis, relativos a problemas tais como os seguintes: lutas da independência, revoltas e guerras populares, lutas separatistas, fugas e revoltas de escravos, primórdios da sociedade civil, cidadania, vida partidária, opinião pública e outros aspectos do processo histórico da formação do Estado nacional. (...) vários acontecimentos da época permitem colocar os anos da monarquia como o tempo das

nacional, desde os conservadores, fascistas, liberais, social-democratas, até os marxistas, passando por autores com visões opostas como Florestan Fernandes, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Werneck Vianna, etc. Que os conservadores e liberais interpretassem desta forma se entende, o que surpreende é que autores de esquerda escreviam, talvez sem consciência deste fato, a crônica dos vencedores. Ianni criticou particularmente, as interpretações que associavam a revolução burguesa brasileira a uma forma de “revolução passiva” ou “prussiana”. Se estes autores estavam corretos, ao reafirmarem as conotações autoritárias do Estado brasileiro, falharam ao relevarem os conflitos de classe envolvidos em cada situação, o que se refletiu na escassa, ou nenhuma referência às classes ou movimentos populares.

A pertinente crítica de Ianni sobre a ausência popular na análise historiográfica brasileira não o levou, contudo, a questionar a base das interpretações em que, afinal, ele mesmo se situou.¹⁴⁹

manifestações primordiais da revolução burguesa que se desenrolará desde 1888/9 em diante.” (Ianni, O. *O ciclo...*, p. 14)

¹⁴⁹ ... Na obra de Fernando Henrique Cardoso não existiu nenhum escrito que abordasse especificamente, a Revolução de 30 ou a Revolução Burguesa no Brasil. O que se pode concluir que, diferente de seu mestre Florestan Fernandes, Fernando Henrique não tinha neste conceito a base teórica de seus escritos, muito mais preocupado como conceito de “capitalismo dependente”. Portanto, o pouco que existiu nada mais foi do que, essencialmente, a reprodução das idéias de Florestan sobre aqueles temas. Assim, para Fernando Henrique Cardoso, a crise oligárquica dos anos 20 nada mais foi do que um rearranjo *político* visando a recomposição do “bloco dominante” devido a entrada de novos atores na cena política (classes médias e populares). 1930 foi apenas uma crise dentro da aliança dominante, não foi uma revolução burguesa nem popular. A própria idéia de Revolução Burguesa se transformou nos países de capitalismo dependente, pois a função original, a de fazer a passagem da sociedade feudal-tradicional para a sociedade capitalista-moderna, perdeu a razão de ser na periferia. Assim, Cardoso define a Revolução Burguesa nos países dependentes como: “deslocamento no bloco de poder dos interesses dos antigos grupos nacionais-burgueses-populistas, que foram substituídos pela *burguesia-internacionalizada* e pelo *tecnocratismo civil-militar*, que eu designo como a “*revolução burguesa dos países dependentes*”. A outra, a Revolução Burguesa, democrático-liberal, que além de incidir sobre a ordem social postulava uma transformação no regime político criando a democracia liberal, pertence não ao *passado*, mas à *história* de formações sociais que não se constituíam de forma análoga nos países de economia dependente. A expectativa de que a industrialização e a urbanização abririam passo à etapa democrático-burguesa está baseada numa analogia anacrônica e indevida. A ‘revolução’ que as burguesias associadas podem propiciar nas condições particulares das sociedades dependentes é esta que está em curso no México ou no Brasil.” (Fernando H. Cardoso. *Autoritarismo e democratização*. RJ: Paz & Terra, 1975. P. 130/1).

CAPÍTULO 09:

PATRIMONIALISMO E NEO-PATRIMONIALISMO: CONSTRUINDO UMA INTERPRETAÇÃO WEBERIANA PARA A REVOLUÇÃO DE 30.

Se é verdade que a releitura da nossa historiografia republicana floresceu com a derrocada do populismo após o golpe militar de 1964, não é menos verdade que uma interpretação alternativa já tinha nascido anteriormente, ainda no período áureo do populismo. A incapacidade dos setores liberais em produzir uma adequada interpretação da história republicana, pode ser debitada à impotência ideológica desses setores frente a ampla coalizão nacional-populista que garantiu a relativa estabilidade do sistema democrático do pós-guerra. Contudo, se é verdade que o apogeu do período populista se daria com o governo Kubitschek também seu ocaso se prenunciaria a partir dali.

A obra de Raymundo Faoro, *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*, teve sua primeira edição publicada no ano de 1958, recebendo, logo no ano seguinte, o Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras. Portanto, esteve longe de ser um livro ignorado em sua época; por outro lado, teve sua segunda edição lançada a público apenas em 1975, onde só então consolidou-se como um clássico contemporâneo de nossa historiografia.

Ignorado pelo movimento de renovação da historiografia brasileira que se seguiu ao golpe de 1964, a redescoberta de Faoro na década de 70, não foi ao acaso, e sim se deveu às novas preocupações desenvolvidas pelos nossos intelectuais, durante o período de derrocada da ditadura militar. A mudança do eixo de atenção de nossa *intelligentzia* para as questões relativas à democracia, ao Estado de direito, e não mais às questões relativas à Revolução burguesa ou à Revolução socialista, deram o caráter de modernidade ao texto de Faoro, aproximando as preocupações dos setores liberais com os setores da "nova" esquerda.

É espantoso ver como o texto de Faoro não foi mencionado pelos renovadores "uspianos", apesar de guardar forte identidade com esses, seja metodologicamente, seja tematicamente. Ao colocar-se a questão do autoritarismo brasileiro, seja sua origem ou permanência, Fausto e seus companheiros retomavam a preocupação original de Faoro. Além do mais, a importância da incorporação dos conceitos de Max Weber para interpretar o Brasil, que foi mais explícito em Faoro, do que nos "uspianos", traria uma verdadeira novidade metodológica a esse período.

Assim, encontramos no âmago do trabalho de Faoro, a busca pelas razões que explicassem a incapacidade do liberalismo e, particularmente, das instituições liberais em se materializar em nossas terras. Importado pela elite agrária, que o instrumentalizou como forma de legitimar um discurso de autonomia em relação ao controle central e como barreira à soberania popular, e por fim, justificando uma democracia restrita aos proprietários agrícolas. A implantação da República foi o momento da materialização dessa ideologia, que sob o regime federalista e a política dos governadores, transformou o Estado em usufruto das elites agrárias, fossem elas os produtores, os financiadores ou os exportadores.

Os anos vinte vieram abalar as estruturas "liberais" da república federalista. O crescimento dos grupos urbanos, seja a classe média, a burguesia industrial, ou a classe operária, promoveu um grande abalo político. A dominação coronelística, baseada no controle do eleitor rural, perdeu peso político, enquanto os setores urbanos começaram a demonstrar descontentamento para com um Estado, que era liberal em sua forma, mas elitista em seu conteúdo, onde os únicos interesses relevantes eram aqueles ligados ao café. Ao agravamento da situação econômica, o crescimento do surto inflacionário e o conseqüente decréscimo da capacidade de consumo das classes médias, motivadas pelo encolhimento da produção manufatureira, somou-se a necessidade de um mercado interno e de uma maior homogeneidade nacional, para além das diferenças regionais. O descontentamento pediu uma nova forma de Estado, interventor e protecionista.

A ascensão dos grupos urbanos, contudo, não ratificava as teses, seja a de Sodré, seja a de Weffort, do papel decisivo do elemento popular nos episódios de 30. Não pressupôs a tese das classes urbanas, seja a burguesia industrial sejam as classes médias, como o principal elemento de direção do movimento "revolucionário". O real descontentamento desses setores não significava a sua busca pelo predomínio político. Na realidade, tanto a classe média, como a burguesia industrial se desenvolveram às expensas do Estado e à sombra do comércio importador-exportador, aquelas não tinham condições objetivas para reivindicar o domínio, antes buscavam um Estado que lhes desse proteção e amparo. A dependência aqui também se relacionou com as classes agrárias, já que, para Faoro, mesmo estas dependiam, como nos episódios da proteção do café, cada vez mais, a medida que avançava a crise econômica na

década de 20, da proteção do Estado.¹⁵⁰ Como Fauro, Faoro não viu caráter progressista na intervenção das camadas urbanas, aludindo até mesmo que estas, depois de libertas da sedução liberal, seriam a base do movimento integralista, buscando realizar o desejo de reproduzir a República Velha, sem regionalismos ou oligarquias, ou seja, buscando um governo forte e contralizado.

Assim a tese da inexistência de antagonismos profundos entre os setores urbanos e setores agrários ganhou uma outra versão.

O que, ambas, tanto a classe média como a burguesia industrial, ansiavam era o protecionismo à indústria que, a partir da derrocada da ordem liberal, impulsionada mais pelas contradições conjunturais, do que pela ação do governo, tinha as suas amarras desatadas. Assim, o desenvolvimento industrial estava mais ligado às origens, do que aos resultados do movimento de 1930.

Não pararam aí as semelhanças entre as teses de Faoro e as de Fausto. A negação da concepção do 1930, como uma revolução capitaneada pela classe média tinha, como versão principal, o papel desempenhado pelas forças armadas como representantes dessa classe. Faoro inauguraria a tese do exército compreendido como uma instituição singular, pois este não agia segundo alguma pretensa motivação classista e sim, como grupo responsável pelo estabelecimento da ordem, da unidade e da homogeneidade nacional. Não buscava aliança ou simpatia com a classe média, até mesmo por que esta classe seduzida pelo liberalismo não se dispunha a apoiar o movimento militar. As Forças Armadas se opuseram às oligarquias, lutaram contra o federalismo, fator, para elas, de desagregação nacional. Por isso buscaram a centralização política, imaginando para si o papel de tutor do jogo político. Sua ação foi portanto, essencialmente conservadora, indo contra os movimentos que se traduziam em mudança social, se esses se mostrassem contrários aos seus princípios. Prova disso, segundo Faoro foi a sua oposição à campanha de Rui Barbosa em 1909/10. Por outro lado, Faoro reconheceu o caráter popular da intervenção das Forças Armadas, como também sua crença "ingênua" na sabedoria popular, sua exaltação do caráter popular, "capaz de criar a nação, se jugulados seus opressores."¹⁵¹

¹⁵⁰ ... Faoro chega mesmo a levantar uma polêmica tese de que as elites agrárias não estavam do lado dos "nacionalistas da ordem" em 1930, ou seja, dos defensores do da ordem oligárquica federalista, que estes estariam estabelecendo uma coalizão anti-agrária no final do período. (op. cit. p. 676)

¹⁵¹ ... Idem, ibidem. P. 677.

As Forças Armadas, para Faoro, não foram uma classe, ou representantes de uma classe, também não seriam uma camada social, nem tão pouco uma elite política, ou mesmo parte da burocracia estatal, foram sim parte do "estamento condutor", ou seja, do grupo dirigente do país. E como grupo dirigente, as Forças Armadas tinham uma ação própria, agindo de maneira ostensiva nos momentos de crise política, de divisão do grupo dirigente, preenchendo o espaço deixado vago pelas elites dirigentes e por fim, direcionando sua ação para a aceleração do desenvolvimento.

Num interessante paralelo com a obra de Werneck Sodré, a interpretação de Faoro partiu do princípio da sobrevivência de estruturas político-sociais anacrônicas ao capitalismo moderno, como esse se desenvolveu no Brasil. Utilizando-se como referencial a tipologia weberiana da sucessão das formas de dominação, Faoro releu o surgimento do capitalismo no Brasil, como estando presente desde a empreitada colonial, destacando, contudo o caráter político desta. O capitalismo político, ou seja, orientado politicamente, aportou em nossas terras com as naus portuguesas, e carregava consigo a estrutura patrimonialista e tradicionalista do Estado português, que era baseado ainda numa estrutura administrativa estamental e aristocrática.

Ao contrário das interpretações de Weber, e aqui constituiria a "ruptura epistemológica" de Faoro (segundo ele mesmo), que considerava o patrimonialismo uma característica do pré-capitalismo, e assim condenado à morte com a progressiva racionalização e legalização (traduzida no predomínio das regras impessoais, ou no sistema jurídico), aliás em consonância com as idéias de Marx ou de Adam Smith. Faoro buscou compreender como este sistema se amoldou à chegada do capitalismo industrial (por definição, racional e liberal) sem ser substituído, ao contrário, absorvendo, envolvendo e dominando este sistema.

O estamento aristocrático do Império foi substituído pelo estamento burocrático da República¹⁵², sua ascensão representou um intervalo no centralismo patrimonial. O estamento, esclareceu Faoro, não era uma elite ou classe política, já que não tinha poder próprio, seu poder era o poder do Estado. Para Faoro, o Estado das elites ou classes dominantes, seria "natural", enquanto o Estado estamental seria patológico.¹⁵³

¹⁵² ... A república dos governadores representou o federalismo, a regionalização do poder, um intervalo na longa história da nossa centralização do poder.

¹⁵³ ... Idem, *ibidem*. p. 740

O poder das classes ligadas ao café entraria em declínio nos anos 20 com a crise econômica e com a ascensão de novos grupos sociais urbanos reivindicando espaço, proteção e amparo. Os interesses entrariam em conflito, o poder se enfraqueceria, o caos e a anarquia pareceriam reinar. O aparelho governamental perdeu a confiança da sociedade, urgiria um novo ordenamento estatal. A incorporação de novas classes se daria sob a égide do retorno da ordem estamental, travestida agora de um "bonapartismo institucional". Da liderança carismática enquadrada estamentalmente tinha origem o populismo: governo paternalista, com uma burocracia sem imposições de classe, acima dos conflitos, origem de uma futura tecnocracia estatal.

Assim, disse Faoro, o movimento de 30, não foi um movimento de classes urbanas desejando o poder, mas também, um movimento sem ideologia, que representava apenas questões pessoais, ou ainda, produto das intrigas movidas pelo desagravo militar ante a ofensa presidencial. O movimento podia não ter programa definido, mas tinha ideologia e essa era a luta pela reorganização do Estado em bases mais sólidas, a mudança de seu caráter não-intervencionista. Aqui Faoro se distanciou claramente de Fausto e de outros autores posteriores, que trataram a oposição de setores da Forças Armadas, como mera intriga pessoal contra o presidente da República.

Mas apesar de reconhecer o Estado de inquietação das camadas médias urbanas, Faoro elegeu, como os verdadeiros responsáveis pela quebra do sistema vigente na República Velha, as dissidências oligárquicas, pois segundo ele: "A crise não surgiria se situada apenas na faixa inferior da sociedade, ela vem do desajustamento das faixas mais altas, com setores em busca de integração política, do industrial e do financiador de safras e exportações."¹⁵⁴

A luta dos grupos marginalizados pela integração ao sistema desembocaria num processo de alargamento da base governista, o que não pressupôs, como pensaria Weffort, a repartição do poder entre todas as classes revolucionárias. Os fatos ocorridos em 1930 foram menos um salto para o futuro como teorizou Sodré (o desenvolvimento econômico-industrial). Como o visto, foram mais, devido a processos conjunturais e menos, ao produto da vontade política (e mais uma retomada ao passado). Faoro já alertava que o processo de centralização patrimonialista retomava seu caminho, desde o governo de Afonso Pena, tomando ímpeto mesmo antes de 1930, com o governo de Artur Bernardes.

¹⁵⁴ ... Idem, *ibidem*. p. 677

Na realidade, o governo e o Estado que surgiu em 1930, teve menos o objetivo de atender aos reclamos das classes médias ou dos setores rebeldes das Forças Armadas e mais, o de recriar as bases da dominação, sob nova forma. A tese do golpe bonapartista de Fausto (ou seja, um golpe em nome das classes médias, mas visando o interesse final das classes dominantes) apareceu em outra versão no trabalho de Faoro, pois o golpe não foi dado em benefício de nenhuma classe e sim, em benefício do próprio Estado e, por consequência, para seu estamento dirigente. Este Estado agiu como parasita das classes sociais, fez um movimento pendular, procurando assegurar o seu domínio, buscando recursos financeiros à sua expansão. Assim preferiu mais as classes especuladoras que as produtivas, o desenvolvimento que buscava não era o da nação e sim de si próprio.

A Revolução de 1930, para o autor, foi um golpe "maquiavélico" dos grupos dominantes no sentido de endurecer a dominação sobre os grupos populares urbanos. A incorporação de novas classes, ou ideologias, só adquiriu sentido pela sua função de legitimar a dominação e não a de democratizar a sociedade ou o Estado. Não se caminhava para uma democracia de massas, como queria Weffort, e sim para uma "autocracia com técnicas democráticas".

Por outro lado, o endurecimento do Estado não pressupôs o imobilismo, mas sim um movimento controlado "pelos de cima", não o domínio de uma classe, de uma elite ou do povo, e sim ao contrário, o domínio desse pelo Estado, pelo "estamento patrimonialista". O Estado não se tornaria sensível aos anseios das classes e sim as manipularia, retiraria a sua capacidade crítica, seu ímpeto de revolta. Se a República oligárquica descartou-se do povo, a República populista o domesticou.¹⁵⁵

Se o objetivo final dos trabalhos de Fausto estaria na denúncia de uma sociedade caracterizada pelo eterno conluio das elites, pelo perene autoritarismo (incluindo sindicatos e partidos de esquerda), pelo usufruto particularista do Estado e a manipulação das massas, eternas "massas de manobra" daquele conluio; em Faoro, por outro lado, apareceram de maneira explícita, os destinatários finais daquelas críticas, para além das elites, ou das esquerdas, o verdadeiro alvo sendo o Estado e o povo.

¹⁵⁵ ... "Ao receber o impacto de novas forças sociais, a categoria estamental as amacia, domestica, embotando-lhe a agressividade transformadora, para incorporá-las a valores próprios, muitas vezes mediante a adoção de uma ideologia diversa, se compatível com o esquema de domínio. As respostas às exigências assumem caráter transacional, de compromisso, até que o eventual antagonismo dilua, perdendo a cor própria e viva, numa mistura de tintas que apaga os tons ardentes. As classes servem ao padrão de domínio, sem que orientem a mudança, refreadas

As elites eram fracas e submissas, dependentes do Estado, não buscavam o seu domínio, ao contrário, por ele eram dominadas. Contentavam-se em serem parceiros menores da expansão estatal, seu liberalismo servia apenas como instrumento de barganha na luta pelo espaço sob o guarda chuva estatal. O discurso liberal, por seu lado, garantia a marginalização popular, a democracia tutelada e o predomínio dos mais fortes.

Do outro lado, o povo, abstratamente o "senhor da soberania", aquele em que recairiam, em última instância, as responsabilidades dos destinos da nação, demonstrava atroz incapacidade ou desinteresse em assumir o seu papel. A descrição do comportamento do povo brasileiro, em Faoro, não dava margem a dúvidas: era uma massa inerte e apagada, incapaz de levar a diante os anseios dos reformadores, dos revolucionários, ou demagogos. Incapaz de ser a corrente de transmissão de um liberalismo democrático ou de um socialismo revolucionário. Desenvolveu, ao contrário, a função de "muralha" a essas pretensões, a tudo amorteceu e paralisou.¹⁵⁶

Ao se negar a assumir o principal papel de ator de nossa história, o povo se conformaria em suplicar pelos favores do Estado todo-poderoso, ao qual veneraria com ardor religioso.¹⁵⁷ Faoro sentenciou, de maneira crua: "O povo é um parasita do Estado".¹⁵⁸

Assim o povo, de principal agente de modernização e democratização da sociedade brasileira, segundo Sodré, passaria a ser o grande vilão, o verdadeiro avalizado do autoritarismo brasileiro, o verdadeiro culpado de nossas mazelas políticas e sociais. O povo, enfim, seria o culpado pela incapacidade das instituições liberais de se estruturarem em nosso país.

A indignação "udenista" com a incapacidade do povo de compreender os valores liberais apareceu com toda clareza em Faoro, para ele o povo era o culpado:

"E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, que quer ele? Este oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política e a nacionalização do

ou combatidas, quando o ameaçam, estimuladas, se favorecidas. O sistema compatibiliza-se, ao imobilizar as classes, os partidos e as elites, aos grupos de pressão, com tendência a oficializá-los." Idem, ibidem. p. 745.

¹⁵⁶ ... Idem, ibidem. P. 620.

¹⁵⁷ ... "Na base da pirâmide, no outro extremo dos manipuladores olímpicos do poder, o povo espera, pede e venera, formulando a sua política, expressão primária de anseios e clamores, a política da salvação. Confundindo as súplicas religiosas com as políticas, o desvalido, o negativamente privilegiado, identificado ao providencialismo do aparelhamento estatal, com o entusiasmo orgiástico dos supersticiosos, confunde o político com o taumaturgo, que transforme pedras em pães, o pobre no rico. (...). Enquanto o estamento burocrático desenvolve a sua política, superior e autônoma, remediando as crises com as revoluções bonapartistas, de cima para baixo, desenvolve-se a mística da revolução salvadora, esta oficial como as outras, repita-se Joaquim Nabuco." (Idem, ibidem. P.740)

¹⁵⁸ ... Idem, ibidem. p. 744.

poder, mais preocupados com os novos senhores, filhos do dinheiro e da subversão, do que com os comandantes do alto, paternais e, como o bom príncipe, dispensários de justiça e proteção. A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou."¹⁵⁹

Culpado, pois não lutava pela sua independência do Estado, para se tornar um indivíduo, muito menos um cidadão. Não participava da política, não valorizava a democracia, as instituições liberais do Estado de direito, não lhe despertando a menor atenção. Demonstrava um nacionalismo religioso, por outro lado, rugia contra os ricos mas não contra o príncipe, este sim seu verdadeiro inimigo.

A versão weberiana de Faoro foi atualizada e relida com os ares dos novos tempos a partir de Simon Schwartzman.¹⁶⁰ A questão da democracia se somaria com o problema desenvolvimento, pois na década de 80 a questão democrática parecia estar caminhando a passos firmes para sua consolidação. Preocupado, tanto com os aspectos políticos da redemocratização, como com seus aspectos econômicos, Schwartzman colocou a questão de como fazer a passagem de uma estrutura obsoleta, carregada de uma ideologia ultrapassada, para um sistema moderno que combinasse desenvolvimento e justiça¹⁶¹. O autor falou dos descaminhos das ideologias pregressas. Se o liberalismo nasceu dos grupos dominantes, apresentando, por isso mesmo, apenas a sua face autoritária, do outro lado, o reformismo social, devido ao seu caráter centralizante, se inviabilizou pelo seu autoritarismo. Não parece exagero afirmar que Schwartzman apostava numa solução conciliatória, que unisse o caráter democrático do liberalismo ao social do reformismo, o que hoje se chama da terceira via!

A interpretação da sociedade brasileira sob a ótica weberiana, se por um lado, apresentava a continuação das idéias de Faoro, por outro, mostrava uma novidade historiográfica, a negação das interpretações, que, como vimos, uniram desde Sodré até Faoro, centrada na idéia da sobrevivência de estruturas socio-econômicas pré-capitalistas. Schwartzman releu as tipologias weberianas sobre as formas legítimas de dominação, desenvolvendo a tese de que o patrimonialismo não seria uma sobrevivência patológica (como fez crer Faoro) encrustada no capitalismo moderno e sim uma forma particular com que esse sistema se desenvolveria,

¹⁵⁹ ... Idem, *ibidem*. P. 748.

¹⁶⁰ ... Simon Schwartzman. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 1982.

¹⁶¹ ... Idem, *ibidem*. P. 10.

característica daqueles países que não conheceram a revolução burguesa, durante seu processo de modernização, gerando sociedades ora subdesenvolvidas ora socialistas ou mesmo aquelas que, em determinado momento, passaram por regimes autoritários/fascistas. O padrão europeu/americano seria, então, apenas uma outra forma de desenvolvimento das sociedades modernas ou traduzindo em termos weberianos, modos contemporâneos de expressão da dominação política. Schwartzman chamaria esse patrimonialismo moderno de "neopatrimonialismo", referindo-se à sua realização sobre as base do capitalismo moderno e dominado por "um estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio", ou seja pela burocracia e a chamada "classe política."¹⁶²

Essa visão menos "naturalista" do liberalismo e portanto, mais crítica, não libertou Schwartzman da visão maniqueísta das críticas liberais anteriores, já que o papel do Estado e do povo não eram revistos. O autor inclusive, propôs conceituar esse neopatrimonialismo de "patrimonialismo político", tal a importância que deu às relações de manipulação do Estado para com as massas populares. Relações essas que não foram produto do atraso brasileiro e sim produto das formas particulares de modernização que nosso país percorreu. A cooptação política foi produto da grandes zonas urbanas, e não dos sertões atrasados.

As massas passivas, destituídas e mobilizáveis, com reduzida capacidade de articulação e representação, produziram um Estado "excessivamente centralizado", gerando instabilidade econômica e autoritarismo político, em síntese, *regimes patrimoniais burocráticos modernos*.

Nesse trabalho, contudo, aparece uma novidade teórica que Fausto já se referia nos seus mais recentes escritos, apesar de não se aprofundar nessa análise. Refiro-me à questão das diferenças regionais para se explicar a Revolução de 1930 e as características que, a partir dali, o Estado tomaria. Schwartzman dedicaria grande parte de seu trabalho, às diferenças entre os três estados centrais nesse processo: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Para o autor, o núcleo de onde se desenvolvia, naqueles dias, um "projeto" modernizante nos moldes burgueses, baseado na representação de interesses, era, não coincidentemente, o centro dinâmico da economia industrial do país, ou seja São Paulo. Se este projeto fosse vitorioso possivelmente teríamos assistido à modernização mais próxima daquela dos países desenvolvidos, ou seja, uma

¹⁶²... Idem, ibidem. p 46. Numa nota nessa mesma página, Schwartzman questionou a existência do "estamento burocrático", teorizado por Faoro, pois, segundo ele, a ausência de "honra social por mérito próprio" tornaria inadequada essa conceituação, quebrando assim a visão "naturalista" (eu diria idílica) de Faoro em relação à democracia liberal, já que a burocracia não seria o grupo "necessariamente neutro" como pensava esse autor.

autêntica revolução burguesa, que seria baseada no livre mercado e no Estado de Direito. Contudo, a vitória de uma coalizão formada pelo Rio Grande do Sul, com suas características militaristas, caudilhistas e oligárquicas, e pelo Rio de Janeiro, com sua velha tradição "populista", acrescida com o apoio dos interesses estrangeiros, produziu o patrimonialismo político, que imperaria dali por diante.

Assim, se conclui que a Revolução de 1930 não foi um produto da ação, seja da burguesia industrial, seja das classes médias, mas sim o produto de uma nova geração de líderes políticos respondendo às demandas urbanas por bem estar e intervencionismo estatal, identificados com a tradição gaúcha de revolução e autoritarismo.

Schwartzman lembrou que, já no período final do Império, a província de São Paulo defendia uma forte posição de autonomia política e econômica para si, sendo a idéia de federalismo a base de seu republicanismo. Quando, da crise política final do Império, os jornais paulistas combatiam firmemente a solução do golpe militar, preferindo a resolução política para tal crise, ao contrário, na província do Rio de Janeiro, seus jornais vinculavam a defesa da intervenção militar. Por outro lado, enquanto, em São Paulo, o tema da escravidão era totalmente secundário, no Rio de Janeiro a questão era essencial. Esse último exemplo de Schwartzman, nos faz pensar se realmente o desenvolvimento da política paulista levaria ao caminho da sociedade democrática, do Estado de Direito.¹⁶³

Para concluir, quero destacar duas observações de Schwartzman, que me parecem importantes na argumentação do autor. A primeira, quando ele esclareceu que o trabalho não tinha nenhum dado ou informação nova, e sim apenas organizava as informações já existentes sob uma ótica nova. Não era a luz de novas descobertas que se buscava interpretar de maneira original a nossa história, o que confirma minhas observações. Em segundo lugar, no único argumento, realmente relevante, contra as teses que compreenderam 1930, como um momento de ruptura essencial no processo de revolução burguesa no Brasil, se afirmou que São Paulo, que hipoteticamente teria sido o Estado mais beneficiado com a Revolução, foi, em realidade, o seu maior opositor. Argumento este já levantado por Fausto, desconsiderando que o componente burguês da Revolução de 30 se manifestava num primeiro momento contra os interesses imediatos da burguesia, ou seja, o poder oligárquico ligado ao café, com o qual a burguesia

¹⁶³ ... Só como lembrança, não devemos nos esquecer que, quando puderam por em prática sua política, os paulistas, durante a "Revolução de 1932", reprimiram duramente as manifestações operárias e populares.

industrial se desenvolvia num caráter simbiótico. É essa relação, que explica o fato aparentemente paradoxal que a Revolução burguesa tenha sido feita contra a vontade da burguesia (interesses imediatos x interesses a longo prazo).

CAPÍTULO 10:**CONTRA O INSTRUMENTALISMO: O EXÉRCITO E AS TEORIAS ORGANIZACIONAIS**

A importância do exército, via tenentismo, como elemento chave para se compreender o significado da revolução de 1930, já estava presente no trabalho de Fausto, que detectava ser esse o centro da polêmica. Afinal, a discussão sobre o caráter de classe da revolução de 1930, ou seja, sobre o conteúdo desta, como revolução (ou etapa de uma revolução), seja burguesa ou de classe média, ou como atualização autoritária.

A renovação da nossa historiografia sobre o período republicano, como já vimos, foi motivada historicamente pela ruptura institucional causada pelo golpe de 1964. A ascensão dos militares ao poder, não só demonstrou a fragilidade das nossas relações democráticas e das supostas alianças nacionalistas que sustentariam o regime, como também colocou em xeque o papel dos militares na cena política brasileira.

As interpretações classistas viram de maneira positiva a intervenção militar ao longo da história brasileira (possivelmente influenciados pela atuação tenentista). Os militares foram interpretados como representantes dos anseios democráticos, progressistas e nacionalistas das classes populares e em oposição aos interesses retrógrados e autoritários das oligarquias dominantes. Por seu turno, a historiografia reformista, desde Faoro até Fausto, interpretaria os militares a partir das luzes de 1964. Nessa leitura seria como se toda a história das intervenções militares, ao longo de nossa história, preparasse (e fosse mesmo o prólogo) a ditadura militar de 64. Incorporando o discurso dos militares golpistas de que "1964 teria sido a conclusão lógica dos movimentos da década de 20", a historiografia reformista, ansiosa por detectar as raízes de nosso autoritarismo, deslocaria o centro do conservadorismo, das oligarquias agrárias, para o Estado patriarcal (ou para seu estamento burocrático, como queria Fausto), e dele para os militares. De conteúdo basicamente liberal, a ação dos reformistas retiraria o problema do âmbito da sociedade civil e a inseria na órbita da sociedade política. O Estado, como se constituiu em nosso país, seria o grande entrave à nossa passagem para uma sociedade moderna (definida através do binômio democracia-mercado). Materializado em suas estruturas burocráticas, seja no estamento

burocrático de Faoro, seja na burocracia estatal de Schwartzman, ou nos militares, esse Estado seria, ao mesmo tempo, produto e produtor da sociedade em que vivíamos.

De instrumento da vontade popular as Forças Armadas passaram a ser vistas como atores centrais do drama republicano. O movimento reformista da história republicana, que, como vimos, teve em Weber um dos pólos mais dinâmicos, bebeu também de outras fontes. Sendo assim, é importante que se faça um parêntese para lembrarmos a contribuição de autores americanos, os *brazilianists*, para esta releitura do papel das Forças Armadas.

Os trabalhos de John D. Wirth, Peter Flynn, Robert Alexander, Michael L. Conniff e Neil Macauley se voltaram para a compreensão dos diversos aspectos do fenômeno do tenentismo¹⁶⁴. Esses textos são produto do esforço americano em compreender os rumos dos países da América Latina nos conturbados anos sessenta. Centrando sua análise na atuação dos militares, esses trabalhos foram uma outra fonte do reformismo em nossa historiografia. Buscando descobrir as origens do nosso autoritarismo e do populismo, esses autores se antecipam às análises de Fausto sobre a relação íntima entre autoritarismo e populismo, identificando na ação dos tenentes o germe do regime que se implantaria em 1937.

Esses autores preocuparam-se em mostrar as filiações da ideologia dos tenentes com o pensamento conservador brasileiro daqueles dias. Oliveira Vianna e Alberto Torres seriam seus inspiradores; sua ideologia apesar de confusa e contraditória, oscilando entre um moderado socialismo e tendências neo-fascistas, já trazia as raízes do nacionalismo, do corporativismo, do estatismo e do intervencionismo. Em geral, os autores concordavam com uma genérica filiação com ideais de classe média e da proposta tenentista de um capitalismo regulado segundo ideais pequeno-burgueses. Por outro lado, destacavam que sua atuação era fundamental para a incorporação das classes populares no projeto político varguista. Em especial os trabalhos de Conniff¹⁶⁵, que destacava o tenentismo como precursor do populismo e da sua realização autoritária. A análise deste autor foi rica porque demonstrou que o populismo teria se originado das tradições políticas urbanas do Rio de Janeiro, tendo desenvolvido um caminho autônomo e se fortalecido com as políticas tenentistas da década de 20/30. Sua derrota política propiciou a Vargas que incorporasse este projeto ao seu. Fundiu o projeto autoritário do Estado Novo, com o

¹⁶⁴ ... Textos desses autores podem ser encontrados na coletânea organizada por Eurico de Lima Figueiredo, *Os Militares e a Revolução de 30*, RJ, Paz & Terra, 1979. O texto de Neil Macaulay é *A Coluna Prestes*. RJ, Difel, 1977.

de incorporação popular do tenentismo/populismo. É importante salientar que para Conniff o populismo só poderia ser implementado com sucesso através do autoritarismo, assim como o autoritarismo só teve sucesso a partir de sua simbiose com o populismo.

A influência norte-americana não se resumiu à atuação dos brasilianistas da década de sessenta. Essa chegaria, também, via incorporação das teorias organizacionais da matriz funcionalista através de autores como Edmundo Campos Coelho e José Murilo de Carvalho¹⁶⁶, ambos com doutorado em prestigiosas universidades americanas, de onde saíram seus principais trabalhos sobre o tema¹⁶⁷.

Aqui, o principal adversário teórico foi a teoria marxista, ou as baseadas no interesse de classe. Para esses autores o grande pecado destas teorias foi a incapacidade de compreender a autonomia das instituições sociais, reduzidas a determinações de classe. Para as teorias do interesse de classe a ação das instituições sociais, seja o Estado, a burocracia, o Exército, a Igreja, etc., só poderiam ser compreendidas se reduzidas ao interesse da classe que os governava.

Assim, os autores propuseram uma nova abordagem que pudesse captar as especificidades das instituições, que compreendessem essas instituições como agentes com interesses e objetivos próprios, não redutíveis aos interesses das classes em conflito. Assim, a concepção instrumentalista (classista):

“(...) supõe um elevado grau de “abertura” do Exército aos influxos da sociedade civil. A observação óbvia e trivial de que as F. A. “não existem num vazio social” ou de que “não agem monoliticamente” - o que, de resto, se aplica a qualquer outra instituição ou organização real - transforma-se na afirmação de que o Exército é pouco menos que um fac-símile fardado da sociedade paisana, de sua estrutura de classes e interesses correspondentes. Levada a extremos, tal postura nega a especificidade militar da

¹⁶⁵ ... Além da coletânea já citada é fundamental o seu livro *Urban Politics in Brazil: The rise of populism : 1925-1945*, Pittsburgh, Univ. of Pittsburgh Press, 1981.

¹⁶⁶ ... Coelho, E.C. *Em busca da identidade. O exército e a política na sociedade brasileira*. RJ, Forense-Universitária, 1976. Carvalho, J.M. de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*, in: *Hist. Geral da Civ. Brasileira*, T. III, O Brasil Republicano, 2. v., Sociedade e Instituições (1889-1930)1977.

¹⁶⁷ ... Carvalho, J.M. de. *Organizational Roles, Belief System and Military Politics in Brazil*, mimeo, Depto. de C. Política da UFMG, 1970; Coelho, E.C. *Em busca de Identidade: Relações Cívico-Militares no Brasil*, mimeo, IUPERJ, 1971.

organização e conduz à identificação, par a par, de estratos militares com as classes sociais.”¹⁶⁸

Para Coelho, a identificação do exército com setores das classes médias revelava a incapacidade dos teóricos marxistas, como Sodré, em alinhar o comportamento das Forças Armadas seja com a burguesia ou o proletariado. Assim se explicaria o porque do sucesso da identificação daquelas com os setores médios, já que, concordando com as observações de Schwartzman, esses setores eram "residuais". A eles se atribuiria todo comportamento que não fosse passível de redução à burguesia ou ao proletariado. Para esse autor, no contexto brasileiro, os paradigmas da política de classes se defrontaram com a ausência de relações bem definidas entre o Estado (e por correspondência suas instituições) e os interesses classistas. Assim, para Coelho as classes, no Brasil, foram fluídas e com conteúdo muito plástico, nunca tiveram as características bem definidas como suas congêneres européias. Carvalho, por outro lado, explicaria essa inadequação do paradigma classista às "ambigüidades do desenvolvimento de uma sociedade de mercado no Brasil"¹⁶⁹.

Por outro lado, "em sociedades estruturalmente mais complexas e funcionalmente mais diferenciadas as organizações têm se tornado as unidades básicas do sistema de estratificação."¹⁷⁰ O que sugeriu a existência de uma teoria da modernização, de uma análise que trabalhava com a distinção arcaico-moderno, onde a passagem do Brasil para uma sociedade moderna sepultou de vez a possibilidade da solidificação de uma estrutura de classes nacional. Essa interpretação ajuda-nos a entender o papel das Forças Armadas nesse processo, pois a evolução (modernização) dessa instituição pressupôs o seu amadurecimento, o aumento de sua complexidade e peso social. O que equívale a dizer que o Exército, como instituição em relação ao meio exterior, passaria da escala da "abertura" para "autonomia". Seria a "abertura" para os influxos da sociedade vista como pertencente a uma fase pouco amadurecida da instituição, que deveria se caracterizar pela sua "autonomia" em relação à sociedade (fase madura). A instituição militar se diferenciava de tal forma, em cada um dos casos, que Coelho definia-as como organizações virtualmente distintas. É assim, que as interpretações instrumentalistas descreveriam, com alguma correção, a primeira fase, que se caracterizaria pela falta de

¹⁶⁸ ... Coelho, E. *Op.cit.* P. 25.

¹⁶⁹ ... Carvalho, J.M. *Op. cit.* P. 234.

¹⁷⁰ ... Coelho, E.C. *Ibidem.* P. 28

autonomia, baixa complexidade e peso social. Contudo, progressivamente, a partir da década de 20, as Forças Armadas se instrumentalizariam e iriam adquirir, paulatinamente, sua autonomia até imporem seu projeto vitorioso em 1964.

Coelho nos apresentou as características centrais dessa nova interpretação das Forças Armadas (e por que não dizer, da própria sociedade brasileira): a) uso de uma perspectiva histórica, as categorias e conceitos teriam validade limitada ao período estudado e não ao todo; b) os fatos seriam agora observados a partir da ótica dos atores, ou seja da liderança militar, e por conseqüente da organização militar. A organização, foi assim a unidade de análise, buscando a relação dessa com o meio externo, com o todo. Buscaram-se as influências mútuas e não apenas o reflexo da ação do todo sobre as partes. A análise da organização deveria ser endereçada para a compreensão da capacidade desta em realizar os objetivos a que se propôs, e não o oposto, os objetivos da sociedade em relação a ela.

A unidade de análise aqui não foi o indivíduo, como das concepções humanistas ou liberais, ou a classe das interpretações marxistas, e sim as organizações, vistas como capazes de otimizar o comportamento egoísta dos indivíduos. Por essa concepção a política se resumiria à luta dessas organizações pelo controle da alocação dos recursos escassos existentes na sociedade, quanto maior fosse esse controle maior seria o poder político de sua liderança nessa sociedade.¹⁷¹

A analogia foi óbvia com o comportamento de mercado, as organizações agiram como empresas, suas lideranças como empresariais, o campo político se assemelhou ao mercado. A própria relação público-privado se perdeu, a política foi indistinta da economia, mercado e sociedade também, suas fronteiras se esvaeceram. A teoria organizacional, importada nos anos setenta, claramente procurou dar conta da compreensão na sociedade norte-americana, calcada nas mega-corporações industrial-financeiras, mas até que ponto esse cenário pode ser assimilado à sociedade brasileira, mesmo no limiar do século XXI?

Assim, o Exército, ou as Forças Armadas, foram compreendidos a partir dessa interpretação como uma organização que ao longo de sua história dirigiu todos seus esforços no sentido de fortalecer sua organização interna, com isso garantindo sua autonomia em relação à sociedade como um todo, buscando impor seu projeto a essa mesma sociedade.

A partir dessa perspectiva, Carvalho construiu a imagem de um Exército Imperial nascido como reflexo da sociedade oligárquica inexoravelmente dividido entre oficiais vindos da nobreza e

¹⁷¹ ... Idem, *ibidem*. P. 29.

praças surgidos das classes baixas. Identificou-se assim, a oficialidade com os grupos dominantes, o isolamento dos oficiais em relação aos praças, reduzindo o poder político da organização. Com a posterior democratização do Exército e a possibilidade da ascensão de filhos das classes médias e populares ao oficialato esse quadro começou a mudar. O segundo momento chave do processo de autonomia do Exército foi a vinda da Missão francesa, pois esta foi a responsável pela formulação, junto ao Estado-maior do Exército, de uma política de defesa nacional, movimento decisivo para a centralização e coesão da organização militar. Proporcionando, assim, uma progressiva ação conservadora, devido ao maior controle hierárquico sobre a sociedade

Os primeiros anos da República, contudo, foram caracterizados ainda pela baixa capacidade de coesão e centralização, com um Exército em conflito com as elites, que carregaram uma permanente desconfiança do elemento militar. Assim, as intervenções reformistas dos tenentes puderam ser interpretadas como fruto dessa baixa coesão e centralização. Essas intervenções, ainda segundo Carvalho, seriam reformistas porque conduzidas por esses oficiais de baixa patente. Teriam também, por outro lado, um caráter contrário à instituição, pois reduziria sua eficácia enquanto instituição, ao quebrar sua coesão e centralização. Contudo, quando o Exército aumentou o seu caráter centralizador através do controle de suas dissidências, com mais coesão, as intervenções se processaram a partir da cúpula, adquirindo uma forma nitidamente conservadora. O caráter do Exército foi, em essência, a defesa da ordem instituída, sendo, portanto oposto às idéias de revolta social. O mesmo foi inevitável para a constituição de um exército moderno.

Mesmo reconhecendo o caráter antiinstitucional da intervenção tenentista, Coelho inseriu esta ação dentro da lógica institucional. Esta ação tenentista, segundo o autor, desencadeou-se pela crítica à ação do governo e do regime *em relação ao Exército*. A ação dos governantes era vista como *disfuncional* em relação à organização militar, nenhuma motivação externa ou política moveu os tenentes. As revoltas tenentistas tiveram como origem a hostilidade civil contra o Exército. Assim aquelas revoltas tinham como objetivo destruir os focos de hostilidade contra a organização, aqueles que impediam a ampliação do poder social das mesmas.

Coelho e Carvalho concordaram nos pontos básicos que explicariam a razão da revolta tenentista, ou seja, o isolamento dos quadros superiores militares, interessando-se mais nos cargos burocráticos do Estado do que nos da instituição militar. A diferença de formação entre os

oficiais mais jovens (científicos) e os velhos militares tarimbeiros, em por fim a existência de um funil para a passagem aos quadros superiores, existindo uma quantidade desproporcional de tenentes insatisfeitos com a demora de sua ascensão. Apenas Carvalho ainda sustentou que as origens sociais de classe média do tenentismo seriam um componente externo explicativo¹⁷². Contudo, não seria difícil replicar que, para a visão institucional, esse fator externo seria irrelevante. Posição esta, também defendida por Drummond, que atribuiu a forma e o conteúdo da ação dos tenentes puramente a fatores internos à organização, ou seja, "que o conteúdo atribuído pelos tenentes à sua ação de rebeldia tinha um elemento fundamental no que concebiam como papel político do Exército: arbitragem da política civil."¹⁷³

Foi assim, a interpretação de Carvalho para as futuras alianças entre militares e industriais nas *Ligas* a partir do final dos anos dez, como também da defesa por parte dos militares de uma política intervencionista e industrial, ambas as ações foram o produto da necessidade, por parte dos militares, de implantar uma política de defesa nacional, verdadeiro projeto político de sua dominação.¹⁷⁴

Para os intitucionalistas, como vimos, os fatores externos se tornaram irrelevantes para compreender o comportamento militar. As Forças Armadas agiram apenas visando interesses particulares, descartando-se qualquer possibilidade de que essas atuassem num sentido público. A necessidade de mostrar o particularismo das ações da organização militar levou os autores a inverter todos os sinais, transformando os fatos mais significativos da primeira metade da nossa história republicana, na história da busca da afirmação do poder militar sobre o civil. Assim, fatos chave da nossa história foram reduzidos a intrigas entre civis e militares: a proclamação da República se resumiria na necessidade, segundo palavras do próprio Deodoro, em "vingar as afrontas por ele (Exército) recebidas pelo governo".¹⁷⁵ Assim, também os movimentos tenentistas da década de vinte seriam produtos de motivações secundárias. Feridos em seus brios, pela famosas cartas falsas de Bernardes contra o Marechal Hermes, a corporação se revoltaria, num movimento que desembocaria na Revolução de 30.

¹⁷² ...Carvalho, J.M. *Op. cit.* P. 208.

¹⁷³ ... José Augusto Drummond - *O movimento tenentista: Intervenção Militar e Conflito Hierárquico (1922-1935)*, RJ, Graal, 1986. P. 24.

¹⁷⁴ ... Não seria difícil inferir a partir dessas observação que o projeto vitorioso em 1964 tinha suas raízes nos acontecimentos aqui mencionados. Ou que toda política desenvolvida pelas Forças Armadas se conclui logicamente em 1964.

¹⁷⁵ ... Carvalho, J.M. *Op. cit.* P. 216.

Como, na feliz introdução de Wanderley Guilherme dos Santos ao trabalho de Coelho, seria como se pudéssemos explicar a história política do país sob o ângulo da evolução da organização militar.¹⁷⁶ Procurando evitar que a história da organização militar fosse compreendida como reflexo das estruturas políticas ou sociais, os institucionalistas parecessem cometer mal maior ao inverter os sinais do pecado.

Os institucionalistas se esforçaram por demonstrar não apenas que os influxos da sociedade civil não determinavam o comportamento da organização, como também que a atuação, quer da organização, quer de partes desta, como o tenentismo, não visavam quaisquer objetivos para além do seu interesse privado. Assim, foi que Drummond esforçou-se para negar qualquer vínculo entre tenentismo e grupos civis na década de vinte e por consequência com projetos políticos não-militares. Quando isso se tornou impossível, a partir dos acontecimentos de 1930, este autor optou pela saída mais fácil, ou seja, afirmando que após 1927 os tenentes perderam a sua identidade militar, agindo como grupo político. Também Coelho, associou a participação militar neste período como uma conjugação entre o *oportunismo* dos tenentes, com a manipulação destes pelos políticos civis. A ação política dos militares quando invadiu o campo político, não motivada por interesses corporativos, foi desqualificada como oportunista.

Questões de classe e questões institucionais deveriam ser somadas para compreender, de maneira crítica e não monocausal, como se deu o comportamento do Exército em cada época e em cada questão. Deveria-se observar o papel de cada condicionante na ação militar e não cometer o erro de substituir uma interpretação mecanicista (classe) por outra (instituição).

A teoria organizacionista nos ajudou a compreender aspectos do *embate interno* do tenentismo e sua relação com os oficiais superiores. A medida que o tenentismo avançou em seu aprofundamento social e ideológico, as dissidências aumentaram, muitos, provavelmente, só se interessando pelas questões corporativas, e outros não aderindo ao movimento exatamente por causa delas. Assim, a ambigüidade tenentista, seu reformismo claudicante (sempre com um olho em seus colegas e na instituição) só se rompeu com o surgimento da ANL, quando enfim, parte minoritária dos tenentes conclui sua radicalização político-ideológica e se descolou de suas ligações corporativas (mas não totalmente como sabemos). Seu limite enquanto movimento político (seu ápice e sua desagregação) se deu na ANL. A impossibilidade de encaminhar uma política de massa e ao mesmo tempo unir o Exército, poderia explicar o fracasso dos seus

¹⁷⁶ ... Coelho, E.C. *Op.cit.* P. 10.

objetivos de reformar o Exército e também, de reformar a sociedade. Só poderia atingir o primeiro objetivo se abandonasse a política, só atingiria o segundo se abandonasse o Exército. Esta incapacidade foi que, afinal de contas, dividiu o tenentismo e provocou a sua morte.

CAPÍTULO 11:

CRISE DE HEGEMONIA E REVOLUÇÃO PASSIVA: A LEITURA GRAMSCIANA SOBRE A REVOLUÇÃO DE 1930.

Boris Fausto, como vimos, reviu a história republicana a partir de um novo arsenal teórico em que conviveram o Marx do *18 Brumário de Luis Bonaparte* com a sociologia compreensiva de Weber, que juntamente com as concepções de Gramsci, formaram o tripé teórico de sua obra.

Em sua obra, a Revolução de 1930 foi definida como sendo uma "crise de hegemonia", conceito este que, em Gramsci, também foi chamado de "crise orgânica" ou ainda "crise de Estado" ou, na expressão utilizada pelo próprio Fausto, "crise de autoridade". Este conceito foi definido como o momento em que os grupos sociais se afastaram de seus partidos ou de seus representantes. A ruptura ocorreu por terem estes partidos solicitado o apoio da sociedade para um grande projeto, que acabou em fracasso, ou quando as imensas massas populares passaram de um estado de passividade para um estado de convulsão política, apresentando reivindicações, que mesmo não sendo sistemáticas, criaram um estado revolucionário. A solução poderia vir pela aglutinação de todas as forças sob uma única bandeira, que poderia ser o fascismo, os governos reformistas, ou ainda um líder carismático. Assim, quando a resposta se daria através desta via, estávamos frente a um equilíbrio catastrófico: nenhuma das forças teria condição de vencer e também o grupo conservador necessitaria de um chefe.

Gramsci avançou na compreensão dos resultados da crise de hegemonia, chamando a solução carismática de *cesarismo*. Na solução daquela, não houve a restauração do passado, a construção política que daí surgiu, poderia ser compreendida como uma forma dialética do tipo "restauração-revolução". Isto significa dizer que houve um avanço político em relação ao rearranjo anterior, apontando para uma modernização da sociedade, mas também que esse se deu com a conservação da essência das relações anteriores. Contudo, o *cesarismo* pode ter um sentido progressista ou conservador, dependendo de que no novo regime, triunfassem as forças progressivas ou, ao contrário, as forças conservadoras. Esse cesarismo progressista produziria uma sociedade qualitativamente diferente da antiga. Gramsci falava de mudanças qualitativas e não apenas quantitativas. Seu resultado mais visível foi a passagem de *um tipo de Estado para outro*.¹⁷⁷

¹⁷⁷ ... Gramsci, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Ps. 63 a 67.

Assim, com esse referencial, podemos perceber que para Fausto a Revolução de 1930 foi claramente um processo de "restauração", ou seja, um cesarismo conservador, porque fez triunfar as forças conservadoras (as elites oligárquicas), porque não portou nenhuma mudança essencial, ou seja, na alternância de classes no poder, no tipo de Estado ou nas relações de produção. Houve, enfim, (Fausto e Gramsci utilizam o mesmo exemplo de cesarismo conservador, o *18 Brumário de Luís Napoleão*) apenas evolução, segundo uma linha ininterrupta. Assim, a conclusão da crise proporcionou ao Estado ampliar e sofisticar a sua função básica: a de controlar os movimentos populares, ou mais especificamente, o movimento operário.

As interpretações de Gramsci sobre os processos de mudança social, a passagem de uma sociedade tradicional para o capitalismo e as semelhanças do caso italiano (o *Risorgimento*) com o brasileiro, eram muito férteis para serem desprezadas, não demorando muito para que uma leitura mais centrada nos apontamentos gramscianos aparecesse.

Em 1974, apareceu um pequeno trabalho na revista francesa *Critiques de l'Économie Politique*, tendo por autor José Meireles (pseudônimo de José Carlos Brum Torres)¹⁷⁸, que utilizou o conceito de "revolução passiva", que seria o conceito central de onde partiriam os gramscianos para compreender a história do Brasil e, particularmente, a Revolução de 1930.

Meireles incorporou as críticas revisionistas de Boris Fausto, onde sua análise partiu do princípio de que o Brasil não estava submetido a um modo de produção feudal, mas sim era uma economia agro-exportadora já capitalista, sendo portanto, o conceito de "revolução burguesa" inadequado para pensar a história nacional. Esse acordo quanto aos princípios, contudo, não levou Meireles a concordar com Fausto sobre o caráter da Revolução de 1930.

Meireles acompanhou Fausto ao constatar que o episódio de 1930 não levou a ascensão da burguesia industrial ao poder, que a coalizão vitoriosa era uma composição heterogênea de setores médios urbanos com oligarquias marginais e que, por fim, não havia coerência ideológica no grupo, muito menos acerca de um possível projeto de industrialização.

Contudo, isso não levou Meireles a chegar às mesmas conclusões de Fausto, pois esse teve como grande erro deslocar a questão do seu ponto central, ou seja, voltar as análises para o problema das condições políticas concretas da passagem da economia capitalista de exportação para um capitalismo industrial, centrado no seu mercado interno. Enfim, verificar se a ação do

¹⁷⁸ ... Meireles, J. Notes sur le rôle de l'Etat dans le développement du capitalisme industriel au Brésil. *Critiques de l'Économie Politique*. N.º 16-17, avril-septembre 1974.

Estado, a partir de 1930, foi objetivamente essencial para a afirmação do capitalismo industrial no Brasil.

Apoiando-se nas considerações de Ianni (*Estado e Capitalismo no Brasil*), e de F. de Oliveira (*A economia brasileira: crítica a razão dualista*), Meireles, no entanto, salientou que se a *forma* do Estado não muda, continua um Estado burguês. Sua *função* se altera, radicalmente, passando de um Estado liberal, para um Estado interventor, ou especificamente, de um Estado dominado pelas oligarquias agrárias, para um Estado autônomo, em relação às classes em conflito. O Estado interventor se caracterizaria por dois pontos essenciais: no primeiro, centralizaria a vida política e econômica do país, e no segundo, disciplinaria os fatores de produção, tanto o proletariado como o próprio capital. Controlando o primeiro e direcionando o segundo.

É aqui que apareceu o conceito de "revolução passiva" que se constituiu no centro das preocupações dos autores identificados com a obra de Gramsci. Essa foi caracterizada por reformas que pouco a pouco (molecularmente), mudariam a face do capitalismo brasileiro. Não houve, como em Fausto, a idéia de um projeto industrializante ditado pelo Estado. Meireles salientou como esse hesitou, recuou muitas vezes, fazendo um jogo que buscava efetivamente agradar a todas as forças vitoriosas. Devido a incapacidade dos setores burgueses em desenvolver o capitalismo, a ação do Estado se tornaria crucial para o desenvolvimento do capitalismo industrial. A luta entre burguesia e proletariado revelaria um equilíbrio, causado pela incapacidade das forças em conflito de promoverem a sua hegemonia, sendo a autonomia do Estado, o seu resultado. O seu papel decisivo se inseriu dentro das características de uma revolução passiva.

1930 encerrou uma etapa histórica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e portanto significou também, a inauguração de outra: o capitalismo moderno ou o capitalismo industrial.

Assim como Sodré, Meireles utilizou-se das interpretações de Trotsky, para compreender esse processo como produto de uma etapa necessária ao desenvolvimento do capitalismo nas economias retardatárias, processo esse que, pela incapacidade das classes em luta, foi o Estado que assumiu o papel de ator central, controlando, orientado e direcionando-as, quase como que criando-as.

Meireles, assim se livrou da necessidade de defender o conceito de revolução burguesa e passou a se preocupar com as condições para passar de um capitalismo subdesenvolvido para um capitalismo desenvolvido, com as contradições da implantação e desenvolvimento de um capitalismo periférico, da incapacidade das classes sociais, do papel do Estado para criar as condições para o capital.

O arcabouço teórico de Gramsci serviu para que Meireles se tornasse mais sensível às mudanças superestruturais ou políticas do episódio de 1930. Assim, pode observar a real dimensão das mudanças no jogo do poder e das funções do Estado, ao contrário de Fausto, que só enxergava as continuidades do processo "revolucionário". Este ponto positivo, não impediu que o autor construísse uma interpretação que tendia a absolutizar o Estado e a emascular o papel das classes sociais, visão esta que caracterizaria os textos de outros gramscianos, como veremos.

Em 1976, é defendida a tese de Luís Werneck Vianna sobre a constituição das instituições trabalhistas no Brasil¹⁷⁹. Neste trabalho o autor tratou a Revolução de 1930 como o momento que "redundará no passo derradeiro para a consumação da revolução burguesa no país."

¹⁸⁰ Seu objetivo foi incorporar a originalidade do conceito de revolução passiva sem, contudo, perder a força do conceito de revolução burguesa. Mesmo ao negar a existência de um conflito entre forças pré-capitalistas em luta com forças capitalistas, Werneck Vianna não abdicou da força do conceito de revolução burguesa. Ressaltando a importância das idéias de Sodré sobre o tema, pois, segundo o autor, este jamais defendeu 1930 como produto da ação da burguesia, compreendendo, ao contrário, a oligarquia liberal como a força motriz da revolução e o episódio revolucionário como "impasse institucional".

Oriundo dos quadros do P.C.B. carioca, militando em sua ala reformista, conhecida por "eurocomunista", naquele momento em aberta crítica aos posicionamentos tradicionais do velho "partidão", este movimento de renovação incluiu uma reavaliação dos instrumentos teóricos do partido, a partir da incorporação do pensamento de Gramsci ao universo ideológico comunista. Essa postura, pode explicar a tentativa de renovar a interpretação comunista da história republicana, sem contudo, renegar em bloco a visão oficial.

Para o autor, a formação do Estado brasileiro no Império abriu o processo de transformação burguesa da sociedade. Desta forma, na interpretação de Werneck Vianna, o Brasil

¹⁷⁹ ... Vianna, L. W. *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁸⁰ ... Idem, *ibidem*. P. 134/5.

enquanto nação autocéfala e autônoma nasceu sob os auspícios do capitalismo econômico e do liberalismo político, atravessando o processo da revolução burguesa, mais de um século, findando-se em 1930. Conviveram então, paradoxalmente, os conceitos de revolução burguesa, "revolução pelo alto" ou revolução passiva, que para o autor não são excludentes.

Então, 1930 seria, ao mesmo tempo, o passo final da revolução burguesa e um exemplo típico de revolução passiva. Mesmo constatando-se o fato de que, apesar de efetivamente ter ocorrido um conflito entre os setores burgueses dominantes, contudo, o mesmo conflito não teve o caráter antagônico, ou seja, seu desenlace não levou, necessariamente, à exclusão de um dos dois oponentes. O que contrariou, frontalmente, a tese de Fausto, pois para esse, a concepção da revolução burguesa teve o grande defeito de exigir para a sua efetivação, a existência de classes antagônicas, onde a vitória de uma pressupunha o desaparecimento da outra. O predomínio da classe burguesa, no Estado, pressupunha o necessário alijamento dos setores oligárquicos feudais do mesmo, pressuposto que Werneck Vianna se propôs a derrubar.

O fato da oligarquia agrária dominar o Estado através de uma política exclusivista, ou seja, excluindo as outras classes, impedia uma "universalização" do mesmo. Este abriu-se para a participação de novos setores dominantes e também, aos grupos interessados no desenvolvimento do mercado interno. O que significou uma diversificação do aparelho produtivo e a reforma do sistema político. Assim sendo, uma política de modernização, mesmo que conservadora, era obstacularizada pelo domínio irrestrito dos setores agrários sobre este Estado. 1930 este foi "universalizado", propiciando um tipo de modernização que foi conservadora, por incorporar os interesses da fração burguesa derrotada, mas, por outro lado, trazia no seu bojo o projeto industrializante dos setores urbanos, que defendia uma economia voltada para o mercado interno.

A composição heterogênea, dos novos detentores do poder, não propiciava a qualquer deles a imposição da sua vontade política, nem lhes dava base segura de legitimação. Por isso, a necessidade de se orientar para o mercado interno, no qual apenas a industrialização poderia ser um marco efetivo de integração. Deslocando-se o eixo econômico desta forma, podia-se efetivamente produzir um projeto que incorporasse os interesses de todos os participantes do novo bloco no poder. A coincidência desse processo com a emergência das classes médias urbanas e do desenvolvimento das organizações sindicais, tornou esse projeto ainda mais urgente.

Werneck Vianna refutou os argumentos de Fausto, de que 1930 não representou um momento da revolução burguesa, mesmo que esta seja compreendida como uma revolução pelo alto, ou seja uma revolução passiva. Assim, nega validade aos argumentos empiristas, que constatarem a não participação da classe industrial, seja nos eventos revolucionários, seja na direção do Estado que se forma a partir de 1930. Alegou, com justa razão, que se assim fosse a Alemanha sob Bismarck, a França sob Luiz Bonaparte, a Itália sob Mussolini ou a Inglaterra vitoriana, que não tiveram suas respectivas burguesias na direção direta do aparelho de Estado, não poderiam ser consideradas burguesas.

É assim, que o autor investiga o caráter da revolução de 30 através da problemática de se saber qual a classe que foi beneficiada pelo conjunto das medidas implementadas. Sendo claro, no final de contas, que esta foi a classe burguesa.

Com seus argumentos, dirá Werneck Vianna, Fausto transforma o Estado do pós 30 em um simples objeto da transação entre as elites, sendo incapaz de compreender a nova função que aquele assume, ou seja, não mais o instrumento, mas agora como agente de classe. Sendo aquele que, ora substituiria, ora controlaria, ora direcionaria ou mesmo orientaria as classes a cumprirem seu "papel histórico".

O sistema que a partir daí se estrutura tem como base o corporativismo, que se caracteriza pela dissimulação do seu caráter excludente. Sendo chamado de "transformismo" a fórmula que explica como o sistema coopta os setores populares, incluindo aí o movimento operário: em uma palavra, decapitando seus líderes.

Numa conclusão parcial, poderíamos dizer que a obra de Werneck Vianna, nos pontos fundamentais reforça a interpretação "uspiana".

No seu livro mais recente - *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*¹⁸¹ - Werneck Vianna resumiu os pontos centrais de sua leitura da história republicana: a passagem de formas pré-capitalistas para capitalistas nem sempre pressupõe rompimentos bruscos, a revolução não é um momento único mas um processo lento de mudanças e, por fim, estas reformas "moleculares" se definiram pela conjugação do novo com o velho. Essa modernização conservadora se caracterizaria pelo loteamento patrimonialista do Estado e pela construção de formas expropriadoras e de controle autoritário sobre os setores subalternos. A continuidade, mais do que a mudança, são as características da história republicana, quiçá de toda história

¹⁸¹ ... Idem. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

brasileira. É assim que, 1964 pode ser visto como a continuidade de 1930. O conceito de revolução burguesa usado por Werneck Vianna não tem semelhança com o mesmo usado por Sodré, sendo mais próximo das interpretações de Fausto e dos "uspianos".

Nesta coletânea, nos interessa particularmente o primeiro capítulo, intitulado "Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira", no qual o autor aprofunda as conclusões apresentadas acima.

Nesse texto, a polêmica é dirigida contra as interpretações liberais, incluindo aí a obra de Faoro, pois ambos partem da idéia de que a transposição do Estado português para a América, já traria consigo os rumos de toda a história posterior. Werneck Vianna arma-se com os conceitos gramscianos que indicam dois caminhos possíveis para explicar a passagem ao capitalismo, estes seriam as vias ibérica e americana.

Por via ibérica, entende-se a permanente busca pela expansão territorial, onde o elemento econômico é apenas instrumento da vontade política; já a via americana (o americanismo) seria o oposto, pois o econômico se torna origem, meio e fim de tudo, sendo esta a via característica das elites americanas e britânicas, caminho oposto, portanto, àquelas de Portugal e Espanha.

Enquanto que, para Faoro a persistência do Estado patrimonialista ibérico era a explicação do nosso atraso e conservadorismo, Werneck Vianna mostrou que mesmo com a implantação do americanismo (desenvolvimento industrial), a partir de 1930, as elites ibéricas não foram destruídas, ao contrário, reatualizaram seu domínio. Este deu-se, pela forma mais retrógrada de via passiva, assim o americanismo foi amoldado ao iberismo das nossas elites, e acabou servindo aos seus propósitos.

A recomposição permanente do domínio das elites agrárias (ibéricas) e a permanente autonomia do Estado, são as constantes encontradas em nossa história.

Por fim, cabe-nos analisar a obra de Carlos Nelson Coutinho, que como poucos está identificado com a ótica gramsciana no Brasil. São suas as primeiras referências à obra teórica de Gramsci, ainda no início da década de 60,¹⁸² ainda que, suas primeiras interpretações sobre a história brasileira datem da segunda metade dos anos setenta.¹⁸³

¹⁸² ... Veja-se suas notas sobre a recepção de Gramsci no Brasil: Coutinho, C.N. Gramsci no Brasil: Recepções e usos. In: Moraes, J.Q. de *História do Marxismo no Brasil*. Vol. III. Teorias e Interpretações. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

¹⁸³ ... Ele mesmo indica seu primeiro texto de análise da sociedade brasileira em 1974: O significado de Lima Barreto na Literatura brasileira, in: Vários autores. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: S/E. Os

Para entender a transição das sociedades arcaicas para as capitalistas, Coutinho utilizou o conceito de "via prussiana", (segundo ele, desenvolvido por Lênin) como complemento da revolução passiva. Pois, para ele, o primeiro se referia aos aspectos estruturais e o segundo, daria conta apenas dos aspectos superestruturais dessa transição.

Ao contrário da interpretação de Meireles, Coutinho retornaria às idéias da existência de um modo de produção pré-capitalista na colônia, pois, para ele, em realidade, o Brasil era subordinado apenas formalmente ao capitalismo (comercial), já que, para existir subordinação real ao capitalismo, seria necessário existir mais-valia, ou trabalho livre assalariado.

Numa análise que partisse da existência do capitalismo já no período colonial, o problema da transição se resumiria ao processo de industrialização, portanto, se perderia a maior contribuição do conceito de "via prussiana", qual seja, a de se pensar a passagem como um amálgama entre o novo e do velho, o progresso e o atraso, o capitalismo e os sistemas pré-capitalistas. Este se dá tanto a nível superestrutural, do Estado e da sociedade civil, como nas relações de produção. Fica claro que Coutinho, como Werneck Vianna, compreendeu a via prussiana/revolução passiva como a própria revolução burguesa.

Coutinho, assim, partiu da hipótese de que o modo de produção colonial era escravista, posição essa definida pela forma das relações sociais produtivas. Para que, este esquema seja produtivo teoricamente, independe a forma pré-capitalista com que se apresentem estas relações no Brasil (feudalismo ou escravismo), o que importa, na realidade, é que, ao existir um modo pré-capitalista qualquer, temos que pensar o processo de transição como problemático.

Como Werneck Vianna, Coutinho reconheceu a validade de certas formulações de Nelson Werneck Sodré sobre o comportamento das classes sociais. Assim, em primeiro lugar, compreendeu o processo de marginalização da classe média, como produto da degradação do trabalho manual no período escravista e, em segundo lugar, a existência de "afinidades eletivas" entre "as classes anticoloniais e antiimperialistas e as correntes progressistas; ou entre os beneficiários da dependência e as correntes reacionárias."¹⁸⁴ Ou seja, a existência efetiva, ou em potencial, de uma divisão política construída sobre a oposição entre os interesses voltados para o mercado interno, contra àqueles relacionados com o externo.

textos utilizados para essa análise são: Coutinho, C.N. *A democracia como valor universal*. SP: LECH, 1980; e o texto citado na nota acima.

¹⁸⁴ ... Coutinho, C.N. *A democracia como valor universal*. P. 68.

A utilização do conceito de revolução passiva, comportou a idéia da transição para o capitalismo onde, por de um lado, tivemos a passagem para o novo incorporando o velho e, por outro, pressupõe que a conservação de relações tradicionais não constituiu num obstáculo à modernização. Assim, teríamos duas vias possíveis: a primeiro, conservadora, chamada de *restauração*, pois impediria a ação revolucionária dos de baixo e o segundo momento, o da *renovação*, em que parte das demandas populares seriam assimiladas, produzindo importantes modificações na estrutura de classes, particularmente no bloco do poder, deslocando o bloco agrário para uma posição de menor importância. Neste momento o setor oligárquico ligado ao mercado interno assumiria a função central, enquanto as lideranças de classe média, ou operárias seriam cooptadas. E finalmente, como resultado do "equilíbrio na fraqueza" das classes em luta, o Estado seria colocado como o verdadeiro protagonista central de nossa história.

O período, situado entre a Independência e uma parte da República (República Velha, Estado Novo,?), que alguns autores chamam de sociedade tradicional, oligárquica, ou como o "Antigo Regime", Coutinho prefere utilizar o conceito gramsciano de sociedade "oriental", ou seja, onde em conhecida fórmula, o Estado era tudo e a sociedade civil primitiva e gelatinosa. O uso deste conceito para a sociedade brasileira não deve ser feito sem ressalvas, já que, n lembra o autor, o Brasil nunca foi tão "oriental" como a Rússia czarista ou a China pré-comunista, pois haveriam traços modernos, liberais em nosso país, no período citado.

Teríamos uma "ditadura sem hegemonia", que consistiria na ampliação da hegemonia de um grupo das classes dominantes sobre os seus pares, mas não sobre as camadas excluídas, estas não seriam hegemonizadas, mas reprimidas e suas lideranças cooptadas.

A conclusão final de Coutinho, em nada ficou devendo às formulações de Fausto, pois, "a revolução de 30, apesar de tudo, não passou de uma 'rearrumação' do antigo bloco no poder"¹⁸⁵. Semelhante, pois, aos outros momentos em que houve transformações políticas e modernizações econômicas: conciliação entre as classes dominantes e repressão às classes subalternas. Sendo que, estas revoluções passivas "tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só de uma participação ativa na vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais."¹⁸⁶

¹⁸⁵ ... *Op. cit.* P. 33.

¹⁸⁶ ... *Op. cit.* P. 32.

Assim 1930, 1889, 1922, 1945, 1964 poderiam ser vistos como um processo prussiano, uma trama das elites para manter o povo alheio ao poder, manipulando, cooptando, reprimindo as suas manifestações orgânicas. O conceito perderia conteúdo histórico e passa a ser uma abstração vazia que não necessita de comprovação empírica.

A história brasileira passaria a ser apenas uma incessante e monótona reatualização da via prussiana: modernização conservadora, democratização formal e dominação real. O povo, nas interpretações gramscianas, vistas acima, não seria o sujeito da nossa história, não que este fosse incapaz, mas que, sempre estava um passo atrás das elites, estas a qualquer ameaça, real ou potencial, de organização das classes subalternas, desencadeava uma "revolução pelo alto", refazendo seu domínio e desorganizando estas. Assim, fica claro porque o termo "parceiro fantasma" utilizado por Weffort, as classes populares apresentaram-se apenas no negativo, em potencial, como possibilidade sempre negada. O conflito *real* de classes se apresentou apenas em *potencial*, sem nunca se realizar.

Esta leitura pareceria surpreendente, pois a eliminação do povo como ator da história pareceria estar muito longe das teorizações de Gramsci. Basta lembrar que, se acompanharmos Fausto e considerarmos 1930 como um momento real de crise de hegemonia, esta teria apenas duas causas possíveis, segundo Gramsci: ou os setores dominantes fracassaram num projeto que tinham pedido o apoio de toda sociedade, ou o povo, mesmo de forma não sistemática, ou organizada, de repente passa à ativa e suas reivindicações se transformam em uma revolução. Ou seja, o povo levaria as elites onde elas não gostariam de ir, rompendo com o sistema anterior. Transformaram o Estado dominante em dirigente ou hegemônico, pois a busca do consentimento e não o uso da força se torna seu principal instrumento de domínio.

A passagem de um Estado dominante para um hegemônico, este me parece o resultado "político" da revolução de 1930. Por outro lado, isto se deu pela real intervenção popular, ainda que agindo de maneira difusa, e não por um suposto acordo entre as elites. É necessário, então, que se reavalie o papel do Estado populista, não o compreenda apenas como "dominante", mas tornando-se progressivamente "hegemônico". Dominação e hegemonia não devem ser vistos como conceitos estanques, e sim, como um *continuum*. Mais dominante no Estado Novo, mais hegemônico no período democrático.

Compreender o populismo *também* como uma aliança de classes e não *apenas* manipulação, seria em fim encarar o período Vargas (e o populismo) menos como o "grande

Satã" dos trabalhadores, e sim como um momento conflituoso, contraditório, da ascensão da organização dos trabalhadores. Afinal hegemonia não exclui a dominação, assim como, o consentimento não exclui a repressão ou a demagogia, ou, como vimos, o surgimento do novo não pressupõe o desaparecimento do velho.

Fazendo a análise do uso do conceito de hegemonia por Miliband, Buci-Glucksmann crítica a definição deste como "processo de legitimação", ou seja, a construção do consenso por parte da classe dominante. Chegou-se a este resultado por uma leitura influenciada pelo funcionalismo parsoniano e pela teoria weberiana¹⁸⁷.

A mesma influência (pelo menos em relação à Weber) existe em Fausto, o resultado disto é que o seu trabalho procurou compreender a forma com que as elites repuseram ao sua dominação, como construíram sua legitimidade. Incorporando, de modo subalterno, os setores urbanos ao "Estado de compromisso", como também, atendendo minimamente suas reivindicações. No caso dos gramscianos, a legitimidade foi conseguida assegurando as condições para a industrialização, ou seja, aumentando os empregos urbanos e favorecendo o consumo.

É importante não negar que, a utilização dos conceitos de Gramsci para se conhecer a realidade nacional produziu inegáveis avanços em nossa compreensão da história republicana. A revalorização dos acontecimentos de 1930, como um momento fundamental para a passagem de um capitalismo agro-exportador para outro "moderno", baseado no mercado interno e industrial. A compreensão mais aprimorada do papel do Estado no pós-30 (de liberal para interventor), e de sua relação com as classes sociais.

¹⁸⁷ ... Buci-Glucksmann, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. P. 81.

CAPÍTULO 12:

REINTERPRETANDO A CLASSE MÉDIA

O impacto das interpretações de Fausto (ou das interpretações “uspianas”) levou, como vimos, a intelectualidade marxista a repensar suas teorias sobre a Revolução de 1930. Seja no sentido de revitalizar o pensamento marxista, a partir da agregação do pensamento de Gramsci, estabelecendo um novo paradigma teórico que colocou em segundo plano a matriz teórica bolchevique, como também fez com que o próprio texto de Fausto se transformasse em um novo paradigma, no qual as novas interpretações sobre a sociedade brasileira teriam que obrigatoriamente se deter.

O trabalho de Décio Saes¹⁸⁸ é um fruto direto do paradigma de Fausto, já que coloca como objeto de trabalho estudar a participação das classes médias nos eventos de 1930. Assim, aquele autor pergunta: qual seria efetivamente seu papel nesses eventos? Teriam as classes médias exercido um papel de liderança naqueles episódios? Teriam estas construído um projeto que pudesse unir as outras classes em conflito contra a oligarquia agrária? Existiriam setores das classes médias seduzidos pelo ideal tenentista de centralização e ditadura?

Partiu do princípio de que Fausto foi incapaz de distinguir, seja entre a pequena e média burguesia, como também entre a pequena burguesia e classe média¹⁸⁹. Por outro lado, este reconheceu a possibilidade de existirem setores de classe média que poderiam ter incorporado os ideais tenentistas, apesar de concluir que os setores hegemônicos - as classes médias tradicionais - não acompanharam a pregação tenentista pela centralização e pelo autoritarismo.

Saes definiu as classes médias¹⁹⁰, como sendo: “setores da população urbana que, não detendo o capital, realizam trabalhos predominantemente não-manuais, por conta própria ou como empregados”¹⁹¹. Reconhecendo a dificuldade nessa definição, mas ao mesmo tempo recusando uma abordagem empirista, agregou um conceito situado ao nível ideológico: a *meritocracia*, ou seja, o desejo de diferenciação social através do mérito, a valorização do trabalho intelectual, em detrimento do trabalho manual. As reivindicações desta classe, nos anos

¹⁸⁸ ... Décio A. M. Saes - *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1975. Originalmente tese de Doutorado defendida na Universidade de Paris X, 1974.

¹⁸⁹ ... Fausto, B. *Op. cit.* P. 54.

¹⁹⁰ ... Ou camadas médias, como prefere chamá-las, pois sua constituição não se refere a sua posição junto ao processo produtivo.

¹³⁹ ... Saes, D. *Op. cit.* P.26.

vinte, iriam no sentido da ampliação das funções não manuais, o que significaria uma ampliação das atividades do Estado, do mercado de trabalho e do consumo. Essas suas reivindicações garantiriam, a universalidade de um projeto modernizador e industrializador, que garantisse aliados entre a burguesia e o proletariado.

É esse desejo, por sua vez, que explicaria a tendência à radicalização do Exército, pois seu permanente desprestígio pelas oligarquias, sua “incongruência de status”, levaria a seu afastamento dessas elites, o que, devido à sua proximidade do poder, transformava o Exército em elemento potencial de desestabilização do regime. Seu afastamento das elites dominantes explica, assim, também sua aproximação com os setores da classe média, ao qual vai representar, através daquele projeto que possibilitava, como às outras camadas citadas, a realização de seus interesses.

Assim, enquanto corporação profissional (a instituição militar) são as seguintes características que promoverão o impulso central para sua ação: sua incongruência de status, a consciência de sua função como garantidora da ordem, desprezo pelos políticos profissionais. Já o conteúdo, os limites da sua ação são produto de sua inserção entre as camadas médias urbanas.

Ao compreender, como Fausto, que as classes médias urbanas se inseriam no universo ideológico das oligarquias dominantes, Saes defendeu a idéia de que as classes médias urbanas não mostrariam capacidade de avançar em direção a um programa político não-oligárquico. Seu limite ideológico de contestação, portanto, inseriu-se no universo ideológico das dissidências oligárquicas liberais.

Assim sendo, os tenentes, não proporião em nenhum momento um projeto industrializante (mesmo que a longo prazo), que pudesse, como vimos, unir os diversos setores não vinculados às oligarquias dominantes. Ou seja, os militares não representaram as classes médias porque não defendiam “aos interesses de longo prazo desses setores”¹⁹².

É apenas no decorrer dos anos vinte e trinta que a progressiva radicalização do movimento tenentista produziu uma ala “esquerda”, minoritária no conjunto do movimento, esse grupo progressivamente avança no sentido da construção de uma ideológica que se caracterizaria pela defesa do Estado interventor e modernizante, da posição nacionalista e reformista, em casos extremos, a construção de um regime popular (ou proletário). Saes apontou esta ideologia, como

¹⁹² ... *Op.cit.* P. 88.

representando (e incorporando) os interesses dos setores das camadas médias urbanas mais baixas, e que a partir delas, se gesta um projeto industrializante que poderia unir os setores anti-oligárquicos da sociedade. Contudo, a sua própria radicalização, os empurra para longe da tendência dominante do tenentismo (ligada aos interesses oligárquicos), como também da classe média tradicional.

Nada aqui prenuncia aqui algo diferente da interpretação de Fausto, sobre o papel da classe média ou do tenentismo, tanto é que o nosso autor encerrou seu texto referindo-se à facção dominante do tenentismo como "braço armado" das dissidências oligárquicas liberais.¹⁹³

Contudo, Saes reveria estas teses em um texto de 1986¹⁹⁴. Afirmaria que a classe média disporia de pouca autonomia político-ideológica e que suas aparições na cena política se traduziriam pela sua capacidade de se dividir entre as posições políticas das várias frações da burguesia ou entre as posições da mesma e as do proletariado. Assim é que a classe média se tornaria o fiel da balança das disputas políticas, seja entre as classes, seja entre as frações de classes. E que a luta política, muitas vezes, decidira-se pela capacidade da burguesia e do proletariado de conquistarem o apoio da classe média para suas posições.

O fato da existência de uma economia colonial e escravista legou ao nascente capitalismo industrial de nosso país o estigma do trabalho, em particular do trabalho manual. É assim que Saes viu a existência de laços de solidariedade difusa entre classe média e proletariado. Essa solidariedade, no entanto, não se manifestou em organizações concretas, como sindicatos ou partidos políticos, pela própria característica da classe média brasileira.

Procurando compreender as divisões políticas da classe média com relação as lutas políticas do período, Saes reconheceu na classe média alta, ou na classe média tradicional, como diria Fausto, o principal fator que garantiria a hegemonia política da fração comercial da burguesia nacional ou como diria Weffort, o fator de legitimidade da classe dominante. Foi a burguesia comercial a fração dominante no bloco de poder da República Velha¹⁹⁵. Sendo assim, essa classe média alta acompanharia o culto ao liberalismo econômico, a visão antiintervencionista e agrarista, bem como um antiindustrialismo visceral. Assim sua proposta de

¹⁹³ ... *Op. cit.* P. 104

¹⁹⁴ ... Saes, D., - "Classe média e política no Brasil. 1930 - 1964", in *História geral da Civilização Brasileira*; III. O Brasil Republicano; 3. Sociedade e Política (1930- 1964). SP, DIFEL, 1986.

¹⁹⁵ ... É interessante observar como Saes eliminaria uma possível análise dualista, pois substitui a classe burguesa agrária do posto de fração dominante, para colocar em seu lugar a burguesia comercial urbana, ou seja, o conflito de

reforma política não iria além da necessidade de aperfeiçoar as instituições democrático-representativas existentes, sem obviamente, colocar em cheque os instrumentos de dominação, conhecidos sob o termo de "política dos governadores". Instrumentos esses essenciais para a manutenção da hegemonia da burguesia comercial.

Exatamente o contrário se verificou na ação política dos setores inferiores da classe média (aqueles mais próximos ao trabalho manual), pois esses se caracterizaram como protestos difusos, mas dirigidos contra a própria base da política de dominação do Estado, conduzido pela fração comercial da burguesia. Ou seja, a classe média baixa efetivamente se movia para além do domínio ideológico-político dos setores dominantes.

A tradução dessa divisão política das classes médias se daria também nas Forças Armadas, as quais apresentariam uma vertente liberal (que encamparia as palavras de ordem das classes médias altas) e uma tendência radical, chamada por Saes de "autoritária", pois, tal como os setores das classes médias baixas, também evoluíram para uma postura de contestação aos fundamentos do regime democrático da Primeira República. Era autoritária, por criticar a representação fundada no sufrágio universal (pela sua utilização como instrumento de manipulação das massas pelas oligarquias) e por propor a centralização política, já que ao federalismo negava a própria idéia de Nação.

Ao contrário de Fausto que entendia ser a tendência liberal a dominante no tenentismo, Saes defendia que a hegemonia dessa corrente no seio do tenentismo só seria válida para os acontecimentos de 1922 e que progressivamente essa ala perderia terreno para a corrente autoritária-reformista, até o momento em que essa se tornasse hegemônica a partir da Revolução de 1930.

No texto anterior, como vimos, Saes compreendeu apenas a pequena corrente "esquerdista" dos tenentes (representados posteriormente na ANL) como representando os interesses das classes médias baixas. Nesse texto, já observa a ideologia intervencionista e nacionalista como sendo dominante no interior do tenentismo.

Essa constatação, já em aberta confrontação com a interpretação de Fausto (e com sua própria interpretação anterior) atingiria a ruptura, quando considerasse as relações entre as classes médias e o Exército e o papel dessas na Revolução de 1930.

1930 seria um conflito urbano, entre frações de classe urbanas: burguesia comercial, burguesia industrial, classe média tradicional, classe média baixa, proletariado.

Assim sendo, ao analisar as relações entre a classe média alta e o tenentismo liberal, Saes concluiu pela existência real de uma representação política dos primeiros pelos segundos. Apesar das diferenças políticas existentes entre ambos os grupos, que se traduzem essencialmente pela diferença de instrumentos utilizados para a ação política, ou seja, voto *versus* golpe armado, que impedem a existência de uma representação *strictu sensu*; o fato dos militares agirem buscando os mesmos interesses e aspirações dessa classe, tornou possível se falar numa representação *latu sensu* em prol desses setores.

Mais complicada ainda é uma possível representação, mesmo *latu sensu*, entre classe média baixa e tenentismo reformista. Ou seja, segundo o autor, como avaliar a distância entre o protesto difuso e economicista (por que voltado para interesses imediatos de consumo e emprego) dos setores inferiores da classe média e o reformismo político dos tenentes, este voltado para a centralização política do Estado?

Para Saes, a resposta estaria na compreensão de que:

*“(...) a) é a insatisfação econômica das vítimas da política de desenvolvimento do capital comercial que, em última instância, dá base à inspiração tenentista de reforma do Estado; b) a proposta de centralização autoritária do Estado constitui uma tradução política, deslocada (substituição da “indústria” pelo “Estado”) e obscurecedora (ocultação do caráter de classe das aspirações, pela preocupação profissional do grupo militar com a questão do Estado), do protesto difuso da baixa classe média contra a defasagem entre as suas condições de vida e o nível de vida propiciado pelos países capitalistas centrais. Esse prolongamento enviesado do economicismo da baixa classe média no politicismo do tenentismo autoritário é possível, porque o progresso acelerado da indústria, como resposta a aspirações moldadas pelo contato econômico e cultural com os países imperialistas, exige como condição prévia a destruição dos instrumentos políticos de preservação da hegemonia do capital comercial, ligado à produção agrícola e antiindustrialista: a representação fundada no sufrágio universal, a Federação.”*¹⁹⁶

Assim, o tenentismo ao lutar contra o domínio exclusivista da burguesia comercial sobre o Estado, abriu a possibilidade real da contemplação dos interesses dos outros setores sociais,

¹⁹⁶ ... *Op. cit.* P. 456.

indiretamente os ligados ao incremento do mercado interno e a industrialização, sendo possível, dessa maneira, serem atendidas as reivindicações das classes trabalhadoras urbanas por melhoria em seu padrão de vida.

Como destacou Saes, em seu trabalho anterior, o projeto da industrialização era o elo real que poderia ligar os interesses dos setores médios, aos da burguesia industrial e aos dos trabalhadores urbanos. O autor conclui não apenas pela existência da representação das classes médias baixas pelo tenentismo, mas por uma grande coalizão de interesses representada por este. Coalizão essa verdadeiramente popular, pois uniu as aspirações proletárias ao protesto dos setores inferiores da classe média. Apoiado nessa grande frente popular pode o tenentismo, cognominado de "partido militar da classe média", pelo autor, se tornar a verdadeira força dirigente da Revolução de 1930.

Podemos concluir, alertando para a importância do caminho trilhado por Saes, pois não apenas o autor evitou as armadilhas do "dualismo", como também aquelas do voluntarismo, que viu a revolução de 1930, ora como produto da ação das classes médias, ora como produto da ação da burguesia industrial. Para além disso, incorporou as formulações gramscianas da revolução de 1930, como sendo um momento crucial em nossa história, de mudança real, construindo argumentos sólidos para compreender o papel essencial dos setores populares urbanos nessa mudança. E por fim, o mais importante, colocou a "coalizão popular" (setores das classes médias inferiores urbanas e o proletariado) como as reais forças da revolução.

É verdade que Saes pagou um preço por seu método de análise, ao eliminar a possibilidade de se incorporar as Forças Armadas ou o Estado, como agentes com vontade própria, com interesses autônomos (ou parcialmente autônomos), apenas parcialmente determinados pelo jogo de classes, possibilidade contida em seu ensaio anterior. Por outro lado, a inserção das classes médias urbanas se deu apenas na sua relação de "fiel da balança", sendo sua importância ligada ao fato de serem usadas na disputa pelo poder entre o proletariado e a burguesia, essas sim, as classes fundamentais, onde afinal o jogo é decidido.

É interessante notar que essas conclusões de Saes já apareceriam nos textos de Maria Cecília Spina Forjaz, que chegaria às mesmas conclusões daquele autor já em 1977¹⁹⁷. Enquanto aquele autor partia das características estruturais, mais abstratas e universais, para compreender o

¹⁹⁷ ... Forjaz, M.C. Spina – *Tenentismo e política: Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República*. RJ, Paz & Terra, 1977.

papel das classes médias nos episódios que desembocaram na revolução de 1930, Forjaz partiria, por outra via de análise, ou seja, recuperando o comportamento político-ideológico dos novos setores médios urbanos e particularmente de seus representantes, os "tenentes".

Incorporando a crítica de Weffort àqueles que enxergam o exército apenas como uma corporação profissional, o que significaria efetivamente, apenas a mudança de sinal, pois o determinismo continuaria, agora não mais classista, mas institucional, a autora recuperaria a abordagem do próprio Saes, em seu texto de 1975, ou seja compreender o tenentismo como duplamente determinado, pela sua filiação de classe média e por sua característica de ser parte da burocracia de Estado. Suas conclusões, no entanto, se aproximariam da visão de Saes de 1986, na qual o tenentismo foi compreendido como representante das novas classes médias urbanas (ou classes médias inferiores).

Ao analisar o comportamento político desses novos setores médios, a autora destacou que, ao contrário das classes médias tradicionais, aquelas destacaram-se por suas origens étnicas e sociais diferenciadas. Não sofriam com mesma intensidade as relações de dependência em relação às oligarquias agrárias. Sendo a mesma menos acentuada, levaram a uma ação política limitada (reformista), o que se reflete na ação política de suas lideranças, os tenentes.

Assim, pode-se compreender o caráter limitado, contraditório, da ação e do pensamento tenentista, o que não invalida o sentido progressista e revolucionário de sua ação, pois colocou em cheque a continuidade do Estado oligárquico e a hegemonia dos interesses cafeeiros.

Analisando a atuação dos tenentes, Forjaz procurou demonstrar como, ao contrário do que defendia Fausto, a busca de apoio e aliança com os grupos civis foi a marca do movimento desde 1924. O seu fracasso parcial nessa tarefa se deu mais por omissão dos civis do que por falta de interesse dos tenentes. Contribuíram para esse fato, a brutal repressão e censura (além do boicote da imprensa, em geral situacionista) desencadeadas pelo governo Bernardes. Isso não impediu que os tenentes mantivessem uma extensa atividade panfletária, durante a revolta de 1924, inclusive criando um jornal montado especialmente para divulgar as idéias revolucionárias, o *Correio da Revolta*.

Em outros lugares, onde se desenvolveu a revolta (Sergipe e Amazonas) o apoio popular e dos setores médios e civis foi a tônica e os tenentes buscaram, como regra, formar governos de coalizão com esses elementos civis. Posteriormente, com a formação da Coluna Prestes, esse comportamento se manteve inalterado.

A autora avança nos seus argumento, questionando as caracterizações popularizadas por Fausto, de que os tenentes seriam intrinsecamente autoritários, incorporando os ideais conservadores dos ideólogos da época, como Oliveira Vianna e Alberto Torres, que defendiam uma restrição da participação popular no jogo político. Ao contrário, o movimento tenentista que se apresenta nesses panfletos, era um movimento essencialmente democrático e popular, pois defendia na realidade, a ampliação e não a redução da participação popular. Os argumentos, que vieram à tona apenas no pós 30, sob a restrição dessa participação, apareceriam sob uma circunstância especial, ou seja, a partir da constatação da dominação profunda dos setores populares do campo sob o tacão das oligarquias agrárias. Este fato levou à constatação da impossibilidade de quebrar esses grilhões sem uma radical reforma na estrutura político-social do Estado brasileiro.

Este paradoxo da estrutura política brasileira levou-os à compreensão de que a democracia representava a eternização do regime oligárquico e que, portanto, apenas com a destruição dessa democracia, através de uma ditadura, poderia-se verdadeiramente constituir uma democracia moderna. O governo autoritário, proposto pelos tenentes, não era o mesmo propugnado pelos ideólogos conservadores da década de 30. Aparentava-se mais com uma ditadura nos moldes romanos, excepcional e circunstancial. Enquanto os ideólogos autoritários prescreviam a solução ditatorial, seus argumentos iam de encontro a uma incapacidade natural das classes populares brasileiras ao jogo democrático, os tenentes, por seu lado, justificavam essa ditadura pela estrutura política que atrelava a extensa população rural aos interesses oligárquicos.

A autora concluiu, lembrando que o argumento de que o tenentismo era um movimento essencialmente militar, não era uma novidade introduzida pelos "uspianos", estes tendo, na realidade, como ilustre predecessora a visão reacionária produzida pela oligarquia dominante sobre o movimento.

CAPÍTULO 13:

TRABALHADORES E REVOLUÇÃO: UMA RELEITURA.

O caminho aberto por Saes e por Forjaz, ao rever o papel das classes médias e dos setores populares urbanos, deixava aberto o caminho para compreender a atuação destes como de importância decisiva para que repensemos os caminhos que levaram à Revolução de 1930 e as suas consequências econômicas e políticas nos anos que se seguiram.

Se partíssemos da idéia que a atuação dos setores urbanos foi crucial para os rumos que tomaram a política brasileira em 1930, deveríamos rever a idéia que estes apenas foram usados pelas elites em seu jogo pelo poder, mais do que isso, teríamos, também, que repensar a relação entre trabalhadores, classes médias (principalmente os setores mais proletarizados) e o Estado, e na sequência repensar nossa compreensão do populismo.

Se em Saes tínhamos a justificativa teórica para compreender a participação dos setores populares urbanos como força principal da Revolução, e sua representação "política" pelos tenentes, em Forjaz, teríamos a demonstração do caráter progressista da atuação tenentista. Contudo, nos faltaria ainda a confirmação empírica da atuação popular durante os acontecimentos daqueles anos.

Dois trabalhos aparecidos na década de 1990 teriam esse objetivo, ou seja, rever a atuação dos trabalhadores, nesse período crucial da nossa história. O primeiro trabalho surge em 1992, tendo como objeto de estudo a atuação das classes trabalhadoras nordestinas¹⁹⁸. O segundo trabalho, surgido em 1996, tem por objeto a atuação das classes trabalhadoras paulistas¹⁹⁹.

Ambos os autores confluíram seus trabalhos para uma mesma constatação: a de que a participação popular foi decisiva para os acontecimentos de 1930. Cavalcanti classificou como "ativa" a participação das classes populares, enquanto, na mesma linha, Ferreira defende a tese de que o movimento da Aliança Liberal no Nordeste não pode ser compreendido apenas pela luta entre facções oligárquicas, mas deve ser compreendido a partir da própria mobilização dos setores populares urbanos.

¹⁹⁸ ... Ferreira, Brasília Carlos. *Trabalhadores no Nordeste: Práticas Consentidas? 1930 -1935*, (mimeo), Tese de Doutorado em Sociologia, SP, FFLCH, USP, 1992.

¹⁹⁹ ... Cavalcanti, Cláudio Antônio de Vasconcelos. *As lutas e os sonhos: Um estudo sobre os trabalhadores de S. Paulo nos anos 30*, Tese de Doutorado (mimeo), FFLCH, USP, 1996

Ferreira destacou o papel fundamental da Coluna Prestes, pois sua passagem pelo nordeste despertou admiração da população urbana nordestina. A maior contribuição da Coluna, foi a de contaminar os setores civis com o clima de revolta, favorecendo assim a pregação posterior da Aliança Liberal, com isso, abriu-se a possibilidade da participação ativa dos trabalhadores no período.

Assim, o espírito de revolta, instalado pela atividade da Coluna, foi o dado novo. O clima favorável que se abriu, primeiro com a campanha liberal, depois com o movimento de 30 e alcançando seu clímax com a propaganda que envolveu a legislação social e a sindical.

O movimento de 1930 foi interpretado então, pela autora, como um momento em que a revolta popular pode enfim ser libertada, um momento de canalização das discordâncias, dos descontentamentos. Aquele passa a ser percebido pelos trabalhadores como sendo um reordenamento do espaço social.

Outra novidade seria a incorporação, à Aliança Liberal, de setores de classe média, caracterizados por uma militância anterior ligada às oposições locais e com uma estratégia de aproximação com os trabalhadores urbanos e dos setores populares urbanos, principalmente os trabalhadores. No Nordeste a campanha aliancista exerceu influência sobre os trabalhadores em graus que iam da simpatia à adesão, como foi o caso de Pernambuco e Paraíba, em que aqueles participaram inclusive de insurreições armadas. Foi tal a comoção das classes trabalhadoras com a campanha liberal que, pressionados pelas bases (pelos seus militantes), os comunistas do nordeste foram obrigados a se engajarem na revolta, mesmo à revelia da Direção nacional. A intervenção dos trabalhadores não revelou qualquer corte determinado, seja entre sindicalizados ou não. A participação foi efetiva e geral, no entanto, isto não significou uma ação organizada, com objetivos e projetos próprios.

O discurso aliancista atraiu os setores dominados e colocou a idéia de mudança como algo real, um dado possível, alcançável. A estratégia do discurso da AL consistia em apropriar-se de elementos da cultura política dos trabalhadores organizados, estratégia essa referendada e legitimada pela participação das lideranças operárias no movimento. A novidade produziu resultados palpáveis, sendo possível medi-los pelas campanhas de alistamento, onde a incorporação de novos eleitores seguia um ritmo vertiginoso. Deve-se destacar a importância

desta participação, que constituiu um fato novo, quase "revolucionário", já que isto era incomum numa cultura política que não aceitava de bom grado as discordâncias²⁰⁰.

Por outro lado, é verdade que os oligarcas situacionistas recebiam a caravana liberal com grande violência. Esta repressão era, em geral, apenas destinada aos movimentos dos trabalhadores urbanos. A repressão acrescentou legitimidade à pregação liberal, carreando uma imensa simpatia popular.

Já Cavalcanti, vê a participação popular como tendo origem na necessidade colocada diante da Aliança Liberal de romper o cerco imposto pela candidatura governamental. Assim, a dissidência oligárquica se viu frente ao único caminho possível para sua vitória, o contato direto com a massa popular.

A leitura, por parte de Vargas, de sua plataforma na esplanada do Castelo, para mais de 100 mil pessoas, foi o ato simbólico que marcou este rompimento. A novidade desse ato foi captada pelo dirigente sindical e comunista Roberto Morena, alguém vacinado contra os discursos oportunistas dos candidatos a presidência e, por isso mesmo, qualificado para perceber que algo de novo se inseria no tradicional discurso das classes dominantes reservado às classes trabalhadoras: (...) "O discurso foi oferecido aos trabalhadores. Era a primeira vez que alguém das classes dominantes falava da classe operária. A plataforma do Castelo, como ficou conhecida, elevava o proletariado à condição de coisa existente no Brasil".²⁰¹

Assim, a outra novidade desse comício, foi a incorporação de velhas reivindicações tanto almejadas pelos movimentos trabalhistas. A legitimidade desse discurso, como vimos, seria dada pela presença, na Aliança Liberal (AL), de velhas e combativas lideranças ligadas aos trabalhadores, como Joaquim Pimenta, Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda e Agripino Nazaré.

Já neste dia a população urbana do Rio de Janeiro incorporou-se à campanha. Adesão esta confirmada pelo clima de entusiasmo reinante nas ruas cariocas após o comício, grupos populares percorriam as ruas ampliando os efeitos do discurso, realizando aclamações e pequenos comícios-relâmpagos.

²⁰⁰ ... "Em João Pessoa, entre os 116 homens alistados, na última quinzena de dezembro, vamos encontrar '11 operários, 6 funcionários públicos, 2 choferes, 17 artistas, 11 auxiliares de comércio, 5 empregados de empresa privadas, 3 tipógrafos, 14 marítimos, 1 estudante, 5 agricultores, 1 pedreiro, 2 mecânicos, 9 comerciantes, 6 pescadores, 1 empregado do porto, 3 estivadores, 1 dentista e 6 de profissão não especificada'. (...)" Ferreira, B. C. *Op. Cit.* P. 50.

²⁰¹ ... Cavalcanti, C. A. V. *Op.cit.* P. 24.

A ida de Vargas a São Paulo é outro exemplo da faísca acesa na Esplanada do Castelo, pois uma multidão nunca antes vista o espera na estação de trem do bairro do Brás.

Para o autor, o movimento que, em sua origem, foi um típico produto da dissidência oligárquica, a partir de 1929 caracterizou-se por um alargamento, incorporando várias outras correntes políticas, buscando espaço para concretizar suas reivindicações, entre elas, principalmente, a adesão do movimento tenentista. Este foi fundamental para o rompimento do compromisso entre Vargas e Washington Luís.

Que não se negue, contudo, o caráter fundamental do tenentismo como fermento do espírito de revolta que inspirou a população urbana. Aquele foi sintetizado nas pixações dos muros paulistanos, com a frase "Isidoro vem aí". Era acrescentada assim, a lenda dos tenentes à campanha de Vargas, que somada à incorporação das reivindicações trabalhistas explicariam a adesão entusiástica das camadas urbanas ao movimento da AL.

Outro observador privilegiado dos fatos, e sensível às causas operárias, Maurício de Lacerda, não teve dúvidas em reconhecer, na intervenção das massas, o fator primordial que pôs termo às vacilações e aos recuos dos comandantes militares, obrigando-os à deposição e prisão de W. Luís²⁰².

Ferreira e Cavalcanti sintetizando a participação dos setores urbanos (médios e de trabalhadores), fez cair por terra a afirmação de Fausto de que estes setores seriam massa de manobra das elites dissidentes, pois ficava claro que a participação popular tinha um caráter de independência e consciência que não poderia ser subestimado. Todo trabalho da AL, ao que transparece, foi uma tentativa de aproveitar o espírito reivindicatório das massas para atingir o poder. Por outro lado, estas oligarquias oposicionistas foram empurradas a tomar decisões que não ousariam em circunstâncias normais, certamente, tentariam manobrar o movimento popular, a partir de seus objetivos e interesses. Seu sucesso nessa iniciativa, como veremos, não obteve o resultado esperado.

Alçados ao poder através de um amplo movimento popular urbano e sem obter o apoio majoritário da elites dominantes, o movimento aliancista não teve outra forma para sustentar sua hegemonia que não a sua legitimação perante as populações urbanas. Como é sabido, o novo Estado que se formou (denominado por Weffort de "Estado de compromisso"), caracterizou-se pela incapacidade da hegemonia de algum grupo particular sobre os outros.

²⁰² ... Idem, *ibidem*. P. 37.

Representando essa instável coalização no poder, Vargas só pode sustentar-se ao garantir uma forte base de legitimação para seu governo. Assim equilibrar as forças em conflito, anulando-as e construir uma sólida base de apoio popular era a solução encontrada por um governante que assumiu o poder sem ser respaldado pelos setores hegemônicos das classes dominantes. Prática comum a todos os governos da República Velha.

Esse caminho, desconhecido na história política brasileira se construiria na dialética da luta dos setores populares para garantir seu espaço político e do Estado para enquadrar estes setores, segundo seus objetivos.

Ferreira nos mostra como funcionou essa dialética na ação das interventorias nordestinas, das quais a de Lima Cavalcanti é exemplar. Levado nos braços do povo ao governo, sua atuação teve como base a busca por estabelecer uma base de apoio entre os grupos populares urbanos. A defesa da sindicalização e organização dos trabalhadores foi a ponte para esse intento. A reação dos trabalhadores à ação mobilizadora do governo não se resumiu à aceitação passiva dos limites, regras e ritmos impostos, ao contrário, esses se mobilizaram, inclusive com greves, para que o cumprimento das promessas de campanha se efetivassem. A resposta do governo, em muitos casos, não diferenciou-se dos governos anteriores, utilizando-se de intensa repressão.

A lei de sindicalização do novo governo, produziu efeitos contraditórios na classe operária. Enquanto para os trabalhadores já com tradição organizacional a lei era vista como uma maneira de cercear sua liberdade. Para os não-organizados, como também, para aqueles confrontados com padrões avessos à organização dos trabalhadores, a lei apareceu como uma carta de alforria para a construção de seus sindicatos. Foi esta também a interpretação de Joaquim Pimenta (um dos idealizadores dessa lei e um dos ideólogos do Ministério do Trabalho recém criado) para a lei²⁰³:

“uma espécie de carta constitucional que, enquanto restaurava e garantia o direito de associação dos trabalhadores, ampliava o tipo tradicional do sindicato que, além de instituição, cujos estatutos ainda se regulavam por normas de direito privado, passava

²⁰³ ... Segundo Cavalcanti, a lei de sindicalização, redigida por J. Pimenta, era, provavelmente, resultado de uma negociação entre as várias correntes atuantes no Ministério do Trabalho, ou seja, do corporativismo autoritário de um Oliveira Vianna e do próprio Collor, contrastando com as posições socialista-reformistas de E. de Moraes e de seus companheiros.

*também, a ser colaborador com o Estado na solução para os problemas diretamente ligados aos interesses de classe”.*²⁰⁴

A realidade, dos anos 30, pareceu confirmar essa intenção, pois o incremento das práticas associativas dos trabalhadores foi visível. Esse comportamento foi produto direto de dois fatores: o primeiro foi o reconhecimento pelos interventores dos trabalhadores enquanto interlocutores legítimos, da questão social, pressupondo que os conflitos entre as classes seriam resolvidos pela intermediação do Estado.

Uma política que devia desaguar na harmonia de classes, e não na legalização do conflito. A política de sindicalização, tanto operária como patronal, definiria os governos como os verdadeiros agentes da política sindical varguista, donde sua principal preocupação seria com a definição dos parâmetros legais que deveriam nortear as práticas classistas. Assim a produção frenética de legislação social seria uma marca significativa desses anos. Um exemplo disso, seria a criação, por Lima Cavalcanti, do Departamento Estadual do Trabalho, já em 1930.

Contudo, a resistência dos patrões à implementação da legislação social, foi o segundo fator de estímulo à ação operária, pois levava à mobilização cada vez mais intensa dos trabalhadores, já que, ao cobrarem do Estado a efetiva aplicação das leis, recebiam como resposta em geral a omissão, sendo forçados, portanto, a voltarem-se para suas próprias organizações em busca do atendimento de suas reivindicações. As respostas, que não excluía o uso da repressão pelos governos, levavam às greves, como recurso final para garantia de seus direitos.

Os ritmos das mudanças foram diferentes na ótica dos trabalhadores e do governo. Os trabalhadores cobraram a realização imediata das promessas de campanha. O governo queria a mudança controlada, avançando lentamente, enquanto amadureciam as condições políticas para implementá-las.

Contudo, na necessidade de compreender a real relação do governo com as classes trabalhadoras, ou a relação destas com a legislação implantada, deveríamos evitar os rótulos fáceis como "manipulação" ou "demagogia". A relação seria muito mais complexa, pois a atitude de confiança nas leis, nas novas administrações e mesmo na própria organização criada, foi um produto real da nova organização política. Somente num contexto assim poderíamos

²⁰⁴ ... *Op. cit.* P. 182/3.

compreender a importância de gestos como os dos trabalhadores, de exercerem livremente suas críticas contra seus patrões, em cartas assinadas, sem recearem por retaliações.

Que não se pense nos governos surgidos da revolução de 1930 como meros demagogos ou como manipuladores hábeis, bem como pensar os trabalhadores como inocentes úteis, eternamente enganados. Há que se levar em conta a real contradição desse movimento. O governo que assegurou o apoio à organização dos trabalhadores foi o mesmo que proibiu as suas reuniões. O argumento para a defesa de ambos os atos foi o mesmo:

*“depois de consolidada a obra da Revolução triunfante, feita por todas as classes isoladas, o que deu prestígio e justificou a luta armada; só depois disso é que serão possíveis organizações sindicais construtivas, com as quais o governo colaborará. Antes disso, não. Porque a desordem jamais construiu, nem a liberalidade pode ser confundida com licenciosidade. (...)”*²⁰⁵

A ação dos sindicatos oficiais não se resumiu em organizar seus filiados, mas se caracterizou por uma intensa atividade propagandística, reproduzindo a ação da AL, organizando grandes caravanas ao interior dos Estados, conclamando os trabalhadores a se sindicalizarem, assegurando-lhes que estariam protegidos da demissão pelas leis do Estado.

Era freqüente a presença de autoridades policiais e administrativas, convidadas, principalmente, para sessões solenes, como posse de novas diretorias, mas também, para reuniões de categorias que estivessem sofrendo perseguição por tentativa de organizar sindicatos ou em preparativo de greve. Pode-se imaginar o efeito dessa presença para os trabalhadores acostumados a ver na polícia, sempre ao lado dos patrões, agora sendo a garantia de sua organização *contra* os mesmos.

A reação dos trabalhadores ao projeto sindical de Vargas mostrava uma gama variada de posições. Contudo, em nenhum momento, se aludiu a possíveis interferências, instrumentalizações ou controle do movimento, pelos patrões ou autoridades.

Havia dois caminhos para o movimento operário, agir por dentro ou por fora do Ministério. Engana-se contudo, quem pensa que já estariam pré-definidas suas práticas sociais e políticas, estas se definiam independente da filiação oficial. Ou seja, a verdadeira divisão se

²⁰⁵ ... *Op. cit.* P. 194.

produzia na possibilidade real de, através de práticas concretas, construir um espaço próprio na cena pública.

A tese da autora pode ser assim resumida: vitorioso o movimento, o projeto revelaria uma face oculta, o desejo de controlar as reivindicações e as prática dos trabalhadores e, especialmente, atribuíra-lhes um lugar na arena social. O projeto, tal como apareceu materializado na Lei de Sindicalização, teria como eixo central a outorga de uma cidadania referida ao mundo do trabalho, através da qual seriam dados os limites à participação, regulamentando direitos e definindo atribuições para o seu exercício cotidiano. Incorporados como atores, mas sujeitos à condição de figurantes, sem acesso à definição do conteúdo dos papéis que lhes caberia representar, os trabalhadores se viram diante do desafio de conquistar o direito de definir o próprio texto e encenar os seus atos.²⁰⁶

Para a autora só se pode compreender o período, se entendermos o confronto entre duas lógicas opostas: a do Estado procurando determinar o espaço público de atuação dos grupos sociais segundo regras e limites estabelecidas por ele, que incluem a politização de determinados espaços em detrimento à despolitização de outros, a instauração da boa ordem pública, a harmonização dos interesses em conflito; e por outro lado, a leitura do processo feita pelos setores populares e dos trabalhadores, compreendendo o novo espaço que surgia como aberto às reivindicações e contestações. Se, de um lado, os operários resistiram ao projeto de sindicalização oficial, também é verdade que foram os seus mais entusiastas defensores e esta é a chave para se desvendar o regime que se instaurou naqueles dias.

Cavalcanti reforçou esta postura, procurando desvendar as visões dos trabalhadores da época, reconstruindo uma relação que certamente não se poderia caracterizar de submissa, ao contrário os trabalhadores não interpretaram de maneira única os atos do governo.

A visão mais próxima da representação do governo perante os trabalhadores nos mostrou a coexistência de sentimentos contrastantes. Foi uma visão que incorporava sentimentos de ódio, crítica e rebeldia, mas também de amor, simpatia ou obediência.

A origem destes sentimentos desconstruídos estava na própria relação que se estabelecia entre governo e trabalhadores, logo após a criação das primeiras leis trabalhistas. Os primeiros momentos do governo revolucionário foram encarados com esperança e engajamento, uma

²⁰⁶ ... Ferreira, B. C. *Op.cit.* P. 297.

sensação de mudança que se refletiu nas agitações operárias. Assim, as greves e as manifestações se multiplicaram, havendo um crescimento vertiginoso do movimento sindical.

Do lado do Estado, inaugurou-se uma nova forma de relacionamento com os trabalhadores. Legitimando-se os sindicatos, as comissões de trabalhadores são recebidas e arbitram-se os conflitos. Os trabalhadores foram recebidos por Getúlio, ou pelo Ministério do Trabalho, que se transformou em verdadeiro órgão arbitral para dirimir disputas trabalhistas.

A atitude do Estado perante os trabalhadores logo se tornou clara, buscando fazer dos sindicatos órgãos do poder público. A contrapartida se deu na definição clara dos direitos até então desconhecidos para os trabalhadores. Cavalcanti citou o exemplo do artigo 13 que proibia aos empresários de adotarem medidas de represália contra os operários e empregados, “pelo fato de associar-se ao sindicato de sua classe, ou por ter (...) manifestado idéias ou assumido atitudes de divergência com os seus patrões, fixando pesadas multas para as empresas infratoras (...)”. Outros artigos concediam às associações de classe, direitos como a fiscalização das condições de higiene nos locais de trabalho e da observância, pelas empresas, das “leis, decretos e regulamentos que prescreverem garantias ou direitos às organizações sindicais”, ou seja, que os sindicatos exercessem alguma forma de poder sobre o patrão, além do direito de firmarem contratos de trabalho em geral e, em particular, para menores, para mulheres e nas indústrias insalubres²⁰⁷.

Ferreira já tinha nos alertado para a postura ambígua do governo, que não costumava honrar sua postura trabalhista, esquivando de se indispor com os patrões, quando esses se recusassem a respeitar as leis trabalhistas. A atitude dos sindicatos e dos trabalhadores, promovendo manifestações e greves, buscando pressionar o governo a fazer valer as leis, não os fazia voltarem-se contra o governo, ao contrário, esse era sempre visto como um mediador legítimo, em última instância até como um aliado, nunca como um inimigo permanente. O que significava que a verdadeira caracterização das relações entre Estado e trabalhadores era de parceria em defesa das leis que afinal, tinham sido objetivo de luta desde o surgimento da República.

Era correta, portanto, a visão de que os trabalhadores concebiam as leis trabalhistas como dádiva do Estado? Não se pode negar que uma grande parcela dos trabalhadores as interpretou como um ato de generosidade do Estado. Contudo, essa não foi a única visão. Muitos associavam

²⁰⁷ ... Cavalcanti, C.A.V. Ibidem. P. 62.

a Getúlio, principalmente, o papel decisivo atribuído, a partir deste momento, aos sindicatos, como o instrumento decisivo para conquistar e assegurar seus direitos trabalhistas. Por fim, um terceiro segmento de trabalhadores viu as leis trabalhistas como estímulo para promoverem novas lutas. Portanto, esteve longe da verdade, considerar a relação trabalhadores-Estado como, por um lado, com repressão ou demagogia e de outro lado, com submissão. O que se viu foi a abertura de um diálogo, até então inédito em nossa história, entre um governo, legítimo aos olhos dos trabalhadores e os sindicatos, tidos (pelo Estado) como representantes legítimos destes.

A imagem dos sindicatos oficiais como passivos, pelegos e desmobilizantes estava longe de corresponder a verdade, já que, como vimos, boa parte das greves do período foram produzidas por estes. A história da Coligação dos Sindicatos Proletários, organizada pelos sindicalistas independentes ligados aos sindicatos oficiais, é exemplar nesse sentido, pois, nascida no apoliticismo, ou seja, na idéia que os sindicatos deveriam se restringir a defesa das questões ligadas apenas aos sindicatos, esta foi progressivamente se engajando na atividade política, inclusive tendo em 1934 integrado à "Coligação das Esquerdas" para as eleições daquele ano. Posteriormente manteve, inclusive, relações com a ANL.

A própria questão da representação classista proposta para a constituinte de 1934 não deve ser reduzida a uma simples submissão à vontade corporativista do governo, na verdade, os trabalhadores e a esquerda tenentista, viram esse momento como uma oportunidade para dar um colorido progressista a esta, buscando utilizar a representação classista como um instrumento para assegurar avanços sociais. Assim é que as decisões mais avançadas da Constituinte em matéria de legislação social foram produto da aliança entre os tenentes e os representantes classistas.

Ninguém melhor do que a elite conservadora da época para detectar, com assombro e indignação, os novos ares que sopravam no governo. Para ela o governo buscou, no cortejo das massas, a garantia de sua perpetuação no poder. Seriam exatamente estas "ligações perigosas", que levariam rapidamente as elites paulistas para uma intransigente oposição. Veríamos, assim, falando em nome de sua classe, o industrial Pupo Nogueira, não medindo palavras para atacar a revolução e seus representantes em São Paulo: "Houvesse ou não ideologia - diz ele do movimento de outubro -, fosse ela qual fosse, um fato que não admite contestação é o cortejo às massas, que parecia ser a preocupação central dos senhores da hora. (...) As greves resolvidas

com vantagem para o operariado - advertia o secretário geral da FIESP -, em vez de acalmá-lo levam a impor novas reivindicações cada vez mais inaceitáveis e impertinentes".²⁰⁸

Era real a indignação dos industriais, ao tratamento igualitário proporcionado pelo governo aos operários, tratamento este anteriormente apenas reservado aos membros das elites. A indignação daquele industrial, novamente refletindo o sentimento de sua classe:

*"Com pasmo - e por que não dizê-lo - com indignação lá encontrei o agitador profissional (possivelmente Righetti) (...) cumulado de deferências, assistido, carinhosamente tutelado por um professor de escola científica (J. Pimenta?), impando de importância como comensal e agente provocador, que era, de um dos senhores da hora (M. Costa, com toda certeza), cuja vontade imperava em SP e que agitava as massas para atingir objetivos políticos".*²⁰⁹

Ao governo varguista, se associava a indignação aos tenentes, vistos como agitadores comunistas. Miguel Costa e mesmo o moderado João Alberto, interventor paulista, eram vistos como agentes de Moscou. Novamente é Pupo Nogueira que, analisando o governo do interventor tenentista vê o surgimento do "caos social (...) e a luta de classes, que não conhecíamos e que nem ao menos se pronunciara, teve início neste tranqüilo remanso que era nosso Estado (...)".²¹⁰

Com terror, semelhante àquele sentido pelos aristocratas durante a Revolução Francesa, Paulo Nogueira Filho, companheiro de primeira hora da Aliança Liberal e porta voz da ala liberal do Partido Democrático, reconhecia o surgimento de um novo ator social, que pela primeira vez em nossa história não se encontrava entre as elites dominantes: "(...) poucos se propunham, como faziam os revolucionários militares e alguns próceres aliancistas, a reconhecer o fato do desenvolvimento do poder das massas e a se irmanar com elas. Esse fenômeno, sim, era para mim alarmante."²¹¹

Fausto compreendia a Revolução Constitucionalista de 1932 como o exemplo definitivo de que a classe média não se sentia representada pelos tenentes. Ferreira demonstrava que, se Fausto analisava corretamente a situação em São Paulo, no caso dos setores médios e dos

²⁰⁸ ... *Op. cit.* P. 50.

²⁰⁹ ... *Op. cit.* P. 112/3.

²¹⁰ ... *Op. cit.* P. 51.

²¹¹ ... *Op. cit.* P. 30.

trabalhadores no Nordeste, ao contrário, esta simpatia não existia. Sua adesão ao governo foi significativa, participando como voluntários nas Milícias Revolucionárias, que foram para o sul enfrentar os rebeldes.

Novamente foi a observação perspicaz de Roberto Morena, que confirmou essa afirmação: “O pessoal se inscrevia para avançar; sobretudo no Norte e no Rio Grande do Sul, formando-se colunas, havia tropa popular. O movimento operário e os sindicatos participaram”.²¹²

Cavalcanti interpretaria o conflito, entre o PD e os tenentes em São Paulo, como tendo origem no descontentamento dos liberais pela relação explícita entre trabalhadores e tenentes, o que aliás foi um fator importante para explicar a Revolução de 32. O objetivo dos liberais foi tomar a liderança popular do tenentes, trocando as bandeiras sociais pela do apelo regional e democrático.

A existência de tenentes no movimento constitucionalista (Isidoro, Cabanas, Agildo Barata entre outros), demonstrou a necessidade dos constitucionalistas paulistas em lhes tirarem a bandeira heróica, agora representada pelo governo central. Ao contrário da tese que defendeu Fausto, 1932 não foi uma luta contra o tenentismo, mas sim, pela herança deste. Portanto, foi no mínimo simplista, dizer que a Revolução de 1932 separou os tenentes da classe média paulista.

O outro lado da questão foi o engajamento efetivo dos setores populares urbanos (seja a classe média baixa, sejam os trabalhadores), pois o trabalho de Cavalcanti deixou claro que, pelo menos parcela significativa, dos trabalhadores urbanos não apoiavam a luta Constitucionalista. Um dado significativo foi que, entre os vários manifestos da Liga Pró-Constituinte nunca apareceram os sindicatos como signatários.

A explicação desse fato pode ser encontrada no jornal anarquista *A Plebe*, que acompanhou passo a passo o desenrolar da Revolução, que desde o início do conflito não teve dúvida em apontar o lado em que deveriam estar os trabalhadores: “Podemos igualmente garantir alto e bom som que não fomos indiferentes nem sequer neutros. Não há indiferença possível nem neutralidade cabível entre os provocadores e os provocados, entre a generosidade, a tolerância e o desejo de acordo de um lado e a prepotência, a arrogância e a intransigência de outro.(...)”²¹³

²¹² ... *Op. cit.* P. 41.

²¹³ ... *Op. cit.* P. 89

Na opinião do articulista, o objetivo das elites paulistas com a guerra consistia em apoderar-se do poder central, “para suprimir todas as possibilidades de melhorias e garantias populares. (...) Férias, horários, salários , pensões para os operários, são coisas que para os retrógrados, os reacionários, os tais conservadores de seus interesses e privilégios, constituem feridas incuráveis”.²¹⁴

Não parece de todo absurdo, afinal, compreender a Revolução Constitucionalista de 1932, não apenas como uma contra-revolução das elites paulistas derrotadas em 1930, mas também como uma aliança entre essa elites e setores da classe média tradicional, buscando roubar as "bandeiras" tenentistas através de palavras de ordem em defesa da autonomia paulista e do retorno à democracia (a democracia da República Velha, certamente). Buscavam ainda mais, reverter a aliança entre os setores das classes médias baixas, dos trabalhadores urbanos e das elites dissidentes personificadas pela Aliança Liberal. Destruir o crescente espaço conquistado pelos setores urbanos populares foi, afinal, o objetivo máximo.

²¹⁴ ... *Op. cit.* P. 89/90

CONCLUSÃO:

A leitura do texto de Roberto Schwarz ²¹⁵, sobre a formação da interpretação “uspiana” sobre Brasil, nos ajuda a entender a origem desta. A história da formação da USP é por demais conhecida, concebida logo após a derrota paulista na chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”. Esta deveria desempenhar um papel importante na luta dos paulistas, ou da elite paulista, para se contrapor à ação do governo central de Vargas.

Compreender a construção teórica “uspiana” como uma busca de alternativas para nosso desenvolvimento econômico, como a construção de um projeto alternativo ao projeto populista do Estado varguista. Seria assim que, à racionalização do trabalho proposta pelos industriais paulistas, os “uspianos” respondem com a busca por uma sociologia científica, desvinculada do Estado, das relações conspícuas entre povo e governo. Seria assim que o Marx usado por estes é o teórico do desenvolvimento. Não o crítico das relações capitalistas, mas o analista das condições de produção e desenvolvimento da sociedade capitalista. Os intelectuais “uspianos” eram, portanto, menos “marxistas” e mais “marxólogos”, buscavam menos o Marx revolucionário e mais o científico. Este seduziu os “uspianos” mais pela sua superioridade teórica e menos pela sua abordagem radicalmente crítica do capitalismo.

Seu modelo de modernidade era representado pelo capitalismo paulista, um capitalismo racional, industrial, com classes bem definidas e conscientes do seu papel; em contraste com o Brasil arcaico, do conluio da elites, do Estado oligárquico, das relações promíscuas entre classes populares e governo, representado pelo populismo “carioca”.

Foi assim que uma fração de intelectuais da USP construíram suas interpretações, sob o signo da criação de uma “sociologia científica” sobre o Brasil, pois, constatariam o caráter ideológico das interpretações anteriores, seja, à direita, sob a forma do “tropicalismo” de Gilberto Freyre, uma racionalização da política colonialista portuguesa, sob a forma liberal-racista de um Oliveira Vianna ou seja à esquerda, com a interpretação “pecebista”, que portava uma semente duplamente viciada, pela origem stalinista e pelo conluio “populista”, ou na interpretação “isebiana”, pura ideologia do populismo do Estado burguês de Vargas. Para os intelectuais “uspianos” era a hora da substituição das análises amadoras, mesmo que bem

²¹⁵ ... Schwarz, R. *Um seminário de Marx*. Folha de São Paulo. *Caderno Mais*. 8 de outubro de 1995.

intencionadas, pela profissionalização da academia, pelos recursos técnicos e científicos que só nela poderíamos encontrar.

Separando radicalmente a ideologia da ciência, a partir de uma interpretação cientificista do marxismo, estes intelectuais negaram qualquer caráter de validade para as teorias que não fossem as suas próprias, e não observaram o caráter ideológico de sua própria apropriação do Brasil. Seu marxismo se adaptaria aos interesses de domínio da burguesia paulista, especialmente quando ataca o estado interventor e populista, que era um obstáculo à dominação direta e sem freios dessa mesma burguesia.

Ao ataque à política nociva do Estado soma-se uma crítica impiedosa do papel das classes trabalhadoras, das classes médias e dos setores populares em geral. Em seus trabalhos, pois, a adesão irrestrita desses setores populares ao “paternalismo” populista, revela a sua fraqueza política, sua incapacidade de uma crítica radical às elites dominantes, sua aceitação como parceiro menor do pacto populista. Assim, os setores populares são acusados, por fim, de serem incapazes de direcionarem os rumos do nosso desenvolvimento.

Do outro lado, constata-se a “absurda” capacidade de manobra de nossas elites. Manipulando os setores populares a seu bel prazer, demonstrando uma capacidade inusitada de transformar seus conflitos internos (intra-oligárquicos) em rearranjos, onde todos, vencedores e perdedores se acomodam a cada novo pacto de dominação. A cada um desses rearranjos estaria demonstrada sua capacidade em direcionar o movimento da sociedade brasileira, pois, a cada um desses movimentos espasmódicos de acomodação elitista, recolocavam e reforçavam sua dominação sob os de baixo, impondo, além disso sua dominação ideológica, pois esses movimentos de conservação, eram encobertos pela denominação de “revolução”, ou de “modernização”.

Essa modernização conservadora, sempre reproduzida em nossa história, era o segundo termo que imperava. À burguesia nacional, portando, sempre interessou a manutenção do seu domínio, mesmo que isso custasse o desenvolvimento nacional. É assim que, Fernando Henrique Cardoso, poderia compreender que a única forma possível de desenvolvimento, capitaneado por essa burguesia, seria o desenvolvimento subordinado e associado aos interesses imperialistas, pois o motor de nossa modernização só poderia ser, como sempre foi, exógeno.

O livro de Fausto é o momento crucial desta nova interpretação sobre o Brasil, apesar de não se propor produzir uma nova “teoria” sobre o Brasil, objetivando originalmente mais um

caráter de crítica, de negação às teorias precedentes. Contudo, podemos observar que essa obra virou paradigma exatamente pelo seu caráter positivo, ou seja, pela produção uma nova interpretação implícita em seus textos.

A partir da denúncia da ação predatória de nossas elites, da sua extensa capacidade de articulação interna, e de sua permanente atuação com objetivo de desarticular qualquer manifestação de organização independente das classes subalternas, essa elite utilizou-se do Estado nacional, não apenas como local privilegiado para maximizar seus lucros, mas também, e principalmente, para eternizar sua dominação sobre os setores populares. Nesta interpretação, nossa história se resume um eterno jogo de elites, onde os momentos passíveis de ruptura terminam por acordos, conchavos. Momentos estes em que, invariavelmente, o povo é utilizado como massa de manobra nestas disputas. O movimento histórico se resume a uma “pseudo-modernização” onde o atraso, mais do que o moderno, é posto e repostado, sempre tendo como motivo o isolamento do elemento popular e a disputa intra-elites. Não há história, compreendida a partir da idéia de modernização, não há povo compreendido como ator dessa história. A única história possível é a história das elites.

Esta interpretação se tornou popular e atraente para a esquerda - pois esta procurava reconstruir-se após a terrível derrota de 1964 - não só por ser esta uma denúncia contundente da ação das elites, mas, principalmente, por acertar as contas do passado, com o sua própria herança, mais precisamente, com a atuação política do P.C.B. O discurso “uspianos” era atraente para aqueles intelectuais e militantes dispostos a fazer uma crítica radical do suposto passado “stalinista” de nossa esquerda. A crítica deixava claro o papel conivente dos comunistas na construção do populismo, visto agora simplesmente como uma forma de “dominação” burguesa, por transformar os setores populares (entre eles os trabalhadores) em “massa de manobra” das elites, via o Estado populista. Era claro que a proposta que se abria a partir dessas críticas mais atraente, porque mais radical e “classista”. Postulava a independência das classes trabalhadoras, sindicatos livres da tutela do Estado, um partido surgido das próprias experiências populares, nada de alianças escusas com as elites. Uma política centrada no confronto entre as classes essenciais da sociedade, proletariado e burguesia. Na tradução desse sentimento poderíamos ver as greves do ABC em 1968, e mais tarde a fundação da C.U.T. e do Partido dos Trabalhadores.

Intelectualmente, esse movimento produziu um ataque cerrado às posições representadas pelo ISEB, e seu teórico mais representativo, Nelson Werneck Sodré. Denunciando suas

interpretações como mecanicistas e portadoras de um marxismo vulgar e economicista propuseram uma volta “purista” ao “O Capital”. O que pressupunha a refundação do marxismo no Brasil, a não contaminação com a herança marxista anterior, inexoravelmente contaminada pelo bacilo populista (e stalinista). Não é atoa que seu pai intelectual é Caio Prado Jr., que, apesar de comunista, sempre foi marginalizado pelo partido. Essa volta ao “O Capital” carregou consigo uma leitura particular, seja através das críticas “politicistas” de Gramsci, e de Weber. E no contexto brasileiro, as influências de leituras como as de Sérgio Buarque de Holanda e de Raymundo Faoro, além do citado Caio Prado Jr.

Ao compreender as interpretações “isebianas” ou “pecebistas” como ideologia, os intelectuais da USP transformaram o próprio povo em uma manifestação ideológica, sendo esta interpretação similar às interpretações conservadoras da década de 30 (que eles, por sua vez, julgavam estar presentes nas interpretações nacional-desenvolvimentistas), que também consideravam o povo brasileiro incapaz politicamente²¹⁶. Ou seja, sua negação radical do populismo os levou à própria negação do povo como ator político consciente de nossa história. A interpretação “uspiana” de nossa história não tem povo, e quando este aparece, como na Revolução de 1930, é como “massa de manobra” das disputas intra-oligárquicas. É esse caráter anti-popular da interpretação “uspiana” que os aproxima dos intelectuais “fascistizantes” dos anos 1930. Como esses, os “uspianos” vêm nossa história como uma eterna acomodação entre elites²¹⁷.

As teorias que posteriormente se produziram sobre a nossa história republicana vão reproduzir acriticamente, em linhas gerais, essa interpretação. A interpretação institucionalista, aprofunda ainda mais essa visão ao superdimensionar o papel do Exército e do Estado, transformando-os nos únicos atores de nosso drama nacional. Ou seja além do povo, as elites também são deslocadas do centro do palco nacional.

Esse paradigma “uspiano” é tão presente que é retomado de maneira acrítica até mesmo nas interpretações mais a sua esquerda, que apenas atingem esse paradigma em seus pontos

²¹⁶ ... Fernando Henrique Cardoso, em várias de suas entrevistas, acentua que há casos históricos em que grupos sociais são *desvãos* da história, ou seja, não têm papel nenhum no desenvolvimento social, o que significaria que nem sempre os excluídos são os portadores do futuro. Não seria o caso de perguntar-mos se as classes médias e populares da República Velha não seriam concebidos como *desvãos* e portanto incapazes de produzirem uma Revolução mesmo essa concebida como um processo? Veja-se entrevista de Fernando H. Cardoso no Caderno Mais. Folha de São Paulo, 13 outubro de 1996. *FHC põe suas idéias no lugar*.

²¹⁷ ... O padrão “uspiano” é tão influente que mesmo um autor identificado com uma visão mais a esquerda (possivelmente com influências trotskistas), como Edgar De Decca (*O silêncio dos vencidos*), não consegue romper com aquela interpretação, pois seu trabalho confirma a inexistência de uma Revolução em 1930. Não só esta não foi uma Revolução, mas foi verdadeiramente uma *contra-revolução*. Contra o assenso das classes populares.

secundários. Assim, os "gramscianos" atacam a interpretação "uspiana" por esta não compreender o caráter revolucionário de 1930. Como um momento de construção do capitalismo industrial moderno do Brasil, contudo, incorporam a leitura "weberiana" de Gramsci, feita por Fausto. Assimilam "hegemonia" com "dominação" e mantém, portanto, as classes subalternas fora de nossa história. O que, aparentemente, contraria as lições de Gramsci, pois, para este, quanto mais complexa e absoluta a dominação capitalista (burguesa) mais se abre, potencialmente, o espaço para a contra-hegemonia das classes subalternas.

Contudo, a obra de Fausto, que originalmente, como vimos, era uma crítica às interpretações marxistas ortodoxas, mas que procurava se manter no próprio campo do marxismo, foi suficientemente profícua para produzir argumentos para uma crítica ao seu próprio trabalho. Assim, este trabalho procurou demonstrar que, a partir das teses de Saes e de Forjaz, pode-se reconstruir uma interpretação marxista da história do Brasil que não caia nos enganos do mecanicismo e no do economicismo, sem contudo cair em erro semelhante, ao se superdimensionar o campo político (ou do Estado). O que nos levaria fatalmente a redimensionar o papel e as relações deste mesmo Estado, das elites e das classes subalternas, dando o devido peso à atuação destas últimas. Peso este que foi decisivo para redirecionar de maneira progressista, o caminho conservador construído pelas nossas elites. Seria assim, que o populismo deveria ser visto, de maneira complexa, não apenas como mais uma forma de dominação burguesa, mas da maneira contraditória com que as classes populares se organizaram e encontraram seu espaço na sociedade republicana brasileira.

Para Fausto, só é possível compreender a idéia de mudança, sob o termo de Revolução se, a nível econômico houver uma alteração das relações de produção, ou na instância política, a substituição *imediate* de uma classe ou fração de classe do poder. Contudo, é possível conceber a revolução como um processo, onde as mudanças se dão, não por uma ruptura *imediate* da estrutura social, mas sim por uma série de rupturas, que vão destruindo a velha estrutura e abrindo o caminho para ao aparecimento de uma nova estrutura. Se é verdade que 1930 não foi uma revolução burguesa, compreendida como momento demiúrgico, onde de um só golpe o passado é enterrado e o futuro se instala, podemos, entretanto, a partir da idéia de processo, compreender que a revolução burguesa têm seu momento crucial nos acontecimentos de 1930, que no entanto, iniciou-se antes e acabou posteriormente a esses acontecimentos.

A interpretação de Fausto exige que 1930 mostre credenciais para ser uma Revolução que, mesmo a Revolução Francesa de 1789 - o paradigma de todas as revoluções burguesas - não apresentou.

Para uma interpretação mais lúcida do processo revolucionário, em que a Revolução Francesa foi o maior exemplo, nos cercamos do escrito de Hobsbawm, já citado anteriormente. Para o autor, a Revolução de 1789 foi uma revolução burguesa mesmo que se objete que: a) não havia uma classe burguesa consciente desejando fazer uma revolução e tomar o Estado em suas mãos; b) que não havia classes de burgueses e de nobres distintas e antagônicas lutando pelo poder; c) de que ao final do processo a maior beneficiada ainda era a elite agrária; e, finalmente, de que, d) a revolução não impulsionou *imediatamente* o capitalismo industrial.

Para Hobsbawm, ao se alegar a desimportância histórica da Revolução Francesa o que os revisionistas almejam, na realidade, seria negar o papel do povo na história, a capacidade deste em tomar para si as rédeas da história, sua capacidade em mudar os rumos da sociedade. Afinal, a grande lição da Revolução Francesa teria sido exatamente essa.

Citando Hobsbawm: "(...) 'Quando o povo interveio (...), transformou o conflito entre elites em algo muito diferente', quando muito por terem trazido, em questão de semanas, o colapso do poder e da administração do Estado e do poder da classe dominante rural do campo"²¹⁸. Se isso foi a essência da Revolução Francesa, pouco poderíamos acrescentar contra a pretensão de se apresentar 1930, como fazendo parte primordial do *processo* da nossa Revolução Burguesa. Assim também, se consideremos adequada a transposição desta citação para os eventos de 1930, temos uma adequada imagem do papel crucial dos setores populares naqueles episódios. Sem eles, o conflito de elites seria apenas uma acomodação política, com eles o conflito se transformou em um processo revolucionário.

Assim, como os trabalhos de Cláudio Cavalcanti e de Brasília Ferreira demonstram, não se pode negar o objetivo da nova elite, surgida em 1930, como sendo o de subjugar, em controlar o movimento popular, contudo, deve-se compreender que os instrumentos utilizados não são a "demagogia mais violência" e sim instrumentos vistos como legítimos aos olhos dos próprios trabalhadores, como as leis trabalhistas e os sindicatos corporativistas. Ao contrário do que gostariam os "uspianos" os trabalhadores não foram simplesmente iludidos ou reprimidos pelo

²¹⁸ ... Hobsbawm, E. *Op. cit.*.

Estado populista. O próprio Estado e seu governante são vistos como legítimos perante os trabalhadores.

A própria relação entre Estado e os trabalhadores, testemunhada pelos autores citados acima, demonstra que a legitimação do novo Estado pressupunha, para os próprios trabalhadores, a legitimação da sua própria ação, independente da ação estatal. É dessa ambigüidade que se constrói o movimento dos trabalhadores no Brasil, e sua relação com o Estado que se chamou de "populismo".

É assim importante observar a contribuição de Décio Saes²¹⁹, ao compreender a existência de duas revoluções dentro da mesma Revolução Burguesa. Ao enfatizar a importância do fator político, não cai na tentação de reduzir o processo de passagem a uma longa mudança molecular. A revolução política burguesa é então um processo mais rápido, e se não transforma a sociedade do antigo regime em capitalista em um sentido amplo, fornece a base sem a qual este não pode se consolidar. A revolução política burguesa é ainda uma Revolução Burguesa inconclusa, mas tornou a mudança um caminho sem volta, a partir dela o capitalismo esta sem amarras para se desenvolver.

Para Saes a revolução política burguesa acontece em três momentos, a Abolição de 1888, a Proclamação de 1889 e a Constituinte de 1891. Findo este período, o Estado burguês está plenamente constituído. Minha leitura procurou mostrar que, ao contrário da interpretação de Saes, o Estado burguês só está plenamente constituído, a partir da 1930. O Estado da República Velha não era um Estado da "classe burguesa em geral" e sim, um Estado de uma fração desta classe. Os conceitos gramscianos nos ajudam a pensar esta passagem ao conceber dois tipos de Estado sob o capitalismo, o Estado dominante e o hegemônico. Sendo a passagem do primeiro para o segundo a marca política da consolidação de uma sociedade capitalista moderna. Os fatos de 1930 nos mostram que a constituição do Estado hegemônico foi o seu resultado mais concreto. A Revolução de 1930 foi assim o momento conclusivo da revolução política burguesa no Brasil.

²¹⁹ ... Sobre a Revolução burguesa como um processo, veja-se a introdução do livro de D. Saes. *A formação do Estado Burguês no Brasil: 1888 - 1891*, item 1. Objeto: a formação do Estado burguês no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- Abramo, F; Karepovs, D. (orgs.) *Na contracorrente da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Amado, G. *Eleição e representação*. 1931.
- Amoroso Lima, A. *Indicações Políticas*. Da revolução à constituição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- Azevedo, F. de *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: IBDE, 1943.
- Azevedo Amaral, A. J. de. *Ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930.
- _____. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1934. (Bibl. Pedag. Brasileira – Brasiliana, vol. 31)
- _____. *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livr. J. Olympio ed., 1935. (Col. Problemas Políticos Contemporâneos, n.º 10)
- _____. *Renovação nacional*. Rio de Janeiro: s/e, 1936.
- Barbosa Lima Sobrinho. *A verdade sobre a Revolução de Outubro*. São Paulo: Ed. Unitas. 1933.
- Basbaum, L. *Uma Vida em Seis Tempos (Memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- Beiguelman, P. "A propósito de uma interpretação da História da República", in: *Revista da Civilização Brasileira*, 1966.
- Belo, J.M. *Panorama do Brasil*. RJ: J. Olympio Ed., 1935. (Problemas Políticos Contemporâneos, n.º 14)
- Bobbio, N. *Direita e esquerda*. Razões e significados de uma distinção política. S. Paulo: Ed. UNESP, 1995.
- Brandão, O. *Combates e Batalhas [Memórias]*. SP, Alfa-Ômega, 1978.
- Buci-Glucksmann, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- Coaraci, V. *Problemas nacionais*. SP: Soc. Impr. Paulista. 1930. *O caso de São Paulo*. SP: Ferraz, 1931.
- Cardoso, F.H. FHC põe suas idéias no lugar. Caderno Mais. *Folha de São Paulo*, 13 outubro de 1996.
- _____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1975.

Carvalho, J.M. de. As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador; in: *Hist. Geral da Civ. Brasileira, T. III, O Brasil Republicano, 2. v., Sociedade e Instituições (1889-1930)* Rio de Janeiro/S. Paulo: DIFEL1977.

_____. *Organizational Roles, Belief System and Military Politics in Brazil*, mimeo, Depto. de C. Política da UFMG, 1970.

Carvalho Franco, M. S. O tempo das ilusões. In; Chauí, M.; Carvalho Franco, M. S. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz & terra, 1978.

Cavalcanti, C. A. de Vasconcelos. *AS LUTAS E OS SONHOS: Um estudo sobre os trabalhadores de S. Paulo nos anos 30*, Tese de Doutorado (mimeo), FFLCH, USP, 1996.

Cobban, A. *A interpretação social da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1989.

Coelho, E.C. *EM BUSCA DA IDENTIDADE. O exército e a política na sociedade brasileira*. RJ, Forense-Universitária, 1976.

_____. *Em busca de Identidade: Relações Civis-Militares no Brasil*, mimeo, IUPERJ, 1971.

Conniff, M. L. Urban Politics on Brasil: *The rise of populism : 1925-1945*, Pittsburgh, Univ. of Pittsburgh Press, 1981.

Cardoso, F. H. *Autoritarismo e democratização*. RJ: Paz & Terra, 1975

Costa Pinto, L. A. & Carneiro, Edson. *As ciências sociais no Brasil*. CAPES, Séries estudos e Ensaio, 6, 1955.

Coutinho, C.N. Gramsci no Brasil: Recepções e usos. In: Moraes, J.Q. de *História do Marxismo no Brasil*. Vol. III. Teorias e Interpretações. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

_____. O significado de Lima Barreto na Literatura brasileira, in: Vários autores. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: S/E. 1974.

_____. *A democracia como valor universal*. SP: LECH, 1980.

Decca, E. De. *O silêncio dos vencidos*. SP, Brasiliense, 1981.

Debert, G. G. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

DICIONÁRIO AURÉLIO BÁSICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Dias, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. SP, Alfa-Ômega, 1977.

- Drummond, J. A. *O MOVIMENTO TENENTISTA: Intervenção Militar e Conflito Hierárquico (1922-1935)*, RJ, Graal, 1986.
- Dulles, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 341.
- Faoro, R. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo. 1975. 2 vols.
- Faria, O. de. *Maquiavel e o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.
- _____. *Destino do socialismo*. Rio de Janeiro: Ed. Ariel, 1933.
- Fausto, B. A Revolução de 30. In: Carlos G. Mota (org.) *Brasil em Perspectiva*. S. Paulo: DIFEL, 1984 (1968).
- _____. *A Revolução de 30: História e Historiografia*. S. Paulo: Brasiliense, 1984 (1970).
- _____. *Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945*, S. Paulo: CEBRAP, 1972 (Cadernos CEBRAP, n.º 10).
- _____. Expansão do café e política cafeeira. *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III: O Brasil Republicano; Vol. I: Estrutura de poder e economia (1889-1930), Rio de Janeiro/S. Paulo: DIFEL, 1977.
- _____. Estado, trabalhadores e burguesia. *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 20, mar./1988.
- _____. *Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República*. Novos Estudos CEBRAP, n.º 27, jul. 1990.
- _____. Prefácio à edição de 1997. *A Revolução de 30*. Historiografia e história. S. Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- Fernandes, F. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1958
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. RJ: Zahar Ed., 1976.
- _____. *Mudanças Sociais no Brasil*. SP/RJ: DIFEL, 1979.
- Ferreira, B. C. *Trabalhadores no Nordeste: Práticas Consentidas? 1930 -1935*, (mimeo), Tese de Doutorado em Sociologia, SP, FLCH, USP, 1992.
- Figueiredo, E. de Lima *Os Militares e a Revolução de 30*, RJ, Paz & Terra, 1979.
- Forjaz, M.C. Spina – *Tenentismo e Política: Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República*. RJ, Paz & Terra, 1977.
- Franco, A. A. de M. *Introdução à Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt Ed/ Civilização Brasileira, 1933.

- Freitas, M. C. de *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*. S. Paulo: Cortez: USF-IFAN, 1998.
- Furet, F. *Marx e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1989.
- _____. *Pensando a Revolução Francesa*. RJ: Paz & Terra, 1989.
- Gramsci, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- Guerreiro Ramos, A. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. RJ: Ed. Andes, 1957. A crise de poder no Brasil. RJ: Zahar ed., 1961.
- Hobsbawm, E. J. *Ecos da Marselhesa: Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Sobre a História*. SP: Comp. das Letras, 1998.
- Hirschman, A. O. *A retórica da intransigência*. Perversidade, futilidade, ameaça. S. Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Ianni, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 6ª. ed. RJ: Civilização Brasileira. 1996 (1971)
- _____. *O Ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- Ianni, O.; Cohn, G.; Weffort, F. *Política e Revolução Social no Brasil*. RJ: Civ. Brasileira, 1965.
- Jaguaribe, H. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1972 (1962).
- Jardim, R. *A aventura de outubro e a invasão de São Paulo*.
- Marx, K. Prefácio: Para a crítica da economia política (1859). In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. SP: Abril Cultural, 1978.
- Kuhn, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. S. Paulo: Perspectiva, 1992.
- Lacerda, M. de. *Segunda República*. Rio: Freitas Bastos Ed. 1931.
- Lamounier, B. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira república: uma interpretação*. In: *História Geral da Civilização Brasileira. Vol. 9. SP, DIFEL, 1977*.
- _____. O ISEB: notas à margem de um debate. In: *Discursos 9*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979.
- Lima, Heitor Ferreira *Caminhos Percorridos*. SP, Brasiliense, 1982.

- Linz, J. *Um regime autoritário: Espanha*. Cardoso, F.H.; Martins, C.E. Política e Sociedade. V.1. São Paulo: Ed. Nacional, 1981-1983.
- Macaulay, N. *A Coluna Prestes*. RJ, Difel, 1977.
- Machado, A. (L. Basbaum) *A caminho da Revolução operária e camponesa*. Rio de Janeiro: Ed. Calvino, 1934.
- Magalhães, A. *O Estado e a Realidade Contemporânea*. Recife: Oficinas Gráficas do Diário da Manhã. 1933.
- Mantega, G. *A economia política brasileira*. S. Paulo/Petrópolis: Polis/Vozes, 1984.
- Martins de Almeida. *Brasil errado*. Ensaio político sobre os erros do Brasil como país. 1932.
- Mayer, F. (Octávio Brandão) *Agrarismo e Industrialismo*. Buenos Aires (?), (S.E.) 1926.
- Meireles, J. Notes sur le rôle de l'Etat dans le développement du capitalisme industriel au Brésil. *Critiques de l'Économie Politique*. N.º 16-17, avril-septembre 1974.
- Melo Franco, Virgílio A. de. *Outubro, 1930*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (1931)
- Menezes, Djacir. La science politique au Brésil ou cours des trente dernières années. In: *La science politique*. UNESCO. 1950.
- Nogueira Filho, P. *Ideais e lutas de um burguês progressista*. O Partido Democrático e a Revolução de 1930. Vol. II. S. Paulo: Ed. Anhambi, 1958.
- Oliveira, Lúcia Lippi (Coord.) *Elite Intelectual e debate político nos anos 30*. RJ: Fund. G. Vargas/ Brasília: INL, 1980).
- Pereira, A. Campo de Batalha. *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- Prado Jr, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. S. Paulo: Brasiliense, 1942.
- Reale, M. *Obras Escolhidas (1.ª fase 1931/1937)*. Tomo 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- R. Robin em: Mazauric, C.; Robin, R.; Soboul, A.; Vovelle, M.; Debate sobre a Revolução Francesa. *Textos Didáticos*. IFCH/UNICAMP, n. 19, Abril de 2001.
- Sadek, M. T. A. Maquiavel, maquiavéis: a tragédia octaviana. São Paulo: Símbolo, 1978.
- Saes, D. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- _____. "Classe média e política no Brasil. 1930 - 1964", in *História geral da Civilização Brasileira; III. O Brasil Republicano; 3. Sociedade e Política (1930- 1964)*. SP, DIFEL, 1986.
- _____. *A formação do Estado Burguês no Brasil: 1888 - 1891*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

- Salgado, P. *Obras Completas*. São Paulo: Ed. Das Américas, 1955.
- Santa Rosa, V. *O Sentido do Tenentismo*, SP, Alfa-Ômega, 1976 (1933).
- _____. *A desordem*. Ensaio de interpretação do momento. 1932. (Col. Azul)
- Santiago, T. (org.) *Capitalismo: Transição*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- Santos, W.G. dos. A imaginação político-social brasileira. *Dados*, n.º 2/3, 1967.
- _____. *Raízes da Imaginação brasileira*. *Dados*. n.º 7, 1970; *Ordem burguesa e liberalismo político*. SP: Duas Cidades, 1978.
- Schwartzmann, S. *As bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campos, 1982.
- Schwarz, R. *Um seminário de Marx*. *Caderno Mais*. Folha de São Paulo. 8 de outubro de 1995.
- Sodré, A. *A gênese da Desordem*.
- Sodré, N. W. *Formação da Sociedade Brasileira*, S. Paulo: J. Olimpyo, 1944.
- _____. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976 (1962).
- _____. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____. *História e Materialismo Histórico no Brasil*. Rio de Janeiro: Global, s/d.
- _____. *Introdução à Revolução Brasileira*. RJ, J. Olympio Ed., 1958.
- Sweezy, P. (e outros) *Do feudalismo ao capitalismo*. SP: Martins Fontes, 1977.
- Telles Jr., Goffredo. *Revista Teoria & Debate*. SP: n.º 12, Out./Nov./Dez. 1990.
- Trindade, H. *Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL; Porto Alegre: UFRGS, 1974.
- Toledo, C. N. de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.
- Trotsky, L. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.
- Vargas, Getúlio. *Diário*. Vol. 1 (1930-1936) SP: Siciliano; RJ: FGV, 1995.
- Vianna, L. Werneck *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- Weffort, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.